



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

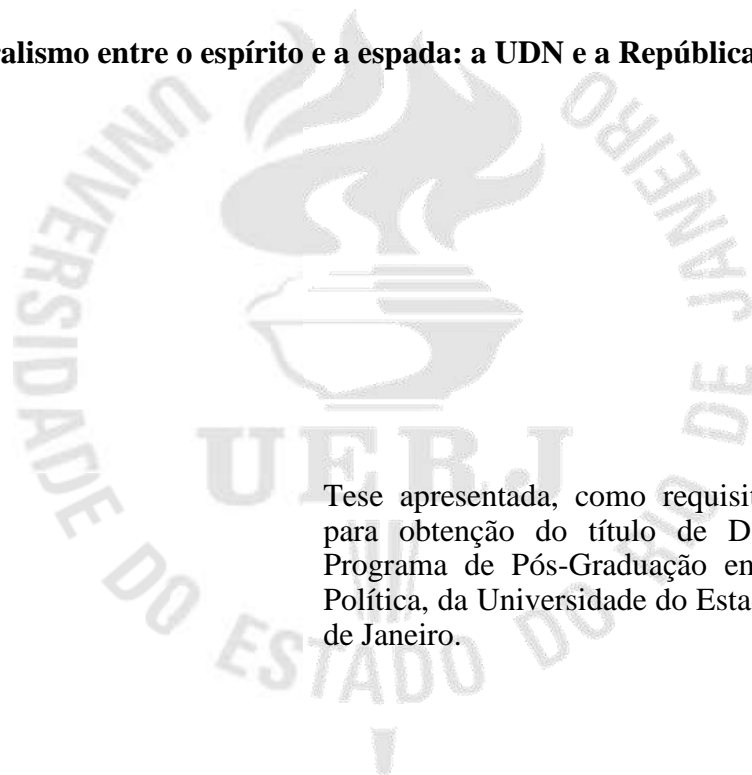
Jorge Gomes de Souza Chaloub

O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946

Rio de Janeiro
2015

Jorge Gomes de Souza Chaloub

O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Gantus Jasmin

Rio de Janeiro
2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA IESP

C439 Chaloub, Jorge Gomes de Souza.
O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de
1946 / Jorge Gomes de Souza Chaloub. – 2015.
284 f.

Orientador: Marcelo Gantus Jasmin.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1.Liberalismo – Teses. 2. Ciência Política – Teses. I. Jasmin,
Marcelo Gantus. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 378.245

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jorge Gomes de Souza Chaloub

O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 14 de agosto de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Gantus Jasmin (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Cesar Augusto Coelho Guimarães
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. João Trajano de Lima Sento-Sé
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Luiz Jorge Werneck Vianna
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2015

Para Raquel, com amor, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Longos percursos são sempre trilhados com a contribuição dos muitos que nos cercam. O término desses anos de doutorado traz, felizmente, a possibilidade de agradecer aos que compartilharam dessa vivência, intensa em muitos sentidos, e contribuíram para que ela tivesse um feliz desfecho.

Agradeço à minha mãe, por seu constante estímulo à curiosidade intelectual, fundamental para minhas escolhas, e enorme afeto e cuidado que me dedicou ao longo de todos esses anos de vida. Não posso também deixar de mencionar outros familiares muito queridos, como meus avós Neusa, Paulo, Elzira e Jorge, minhas tias Rosaly e Ana Paula, meus irmãos e meu pai.

Agradeço ao meu orientador, Marcelo Jasmin, pela generosidade intelectual, que o fez sempre aberto a todas as questões que levantei ao longo desses anos, pelo constante estímulo ao pensamento e pela enorme tolerância ante as inconstâncias do orientando.

Agradeço também aos professores Luiz Werneck Vianna, Cesar Guimarães, Christian Lynch e João Trajano Sento-Sé, que gentilmente aceitaram, sem titubear, fazer parte da banca. Todos participaram, em algum momento, dessa trajetória. Os três cursos de Pensamento Social Brasileiro que acompanhei com Werneck, e as diversas conversas ao longo desses anos, foram fundamentais para a construção do meu olhar sobre a presente tese e sobre a própria atividade acadêmica. Cesar Guimarães foi extremamente generoso quando da minha entrada no Iuperj e fonte de constante inspiração. Christian foi de grande ajuda para a ida ao doutorado-sanduiche e sempre se mostrou disposto a sugerir temas e questões para a tese. Trajano contribuiu imensamente para feição que esse trabalho assumiu, com todas as suas sugestões na banca de qualificação. Aproveito para também agradecer ao professor Fabiano Santos, que leu e fez diversas sugestões sobre meu projeto de doutorado, e ao professor Luís Reznik, que tomou parte da defesa de projeto.

Agradeço ao CNPQ, que me concedeu bolsa de estudos, imprescindível para a realização da pesquisa, ao longo de todo o doutorado e à FAPERJ, que custeou os 10 meses do meu doutorado-sanduiche na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), em Paris.

Partes dessa tese foram discutidas em diversos congressos ao longo desses anos. Agradeço a todos aqueles que leram e sugeriram questões para o trabalho, dentre os quais posso citar os professores Rubem Barboza Filho, Maria Alice Rezende de Carvalho, Carlos Gileno e Gabriela Nunes Ferreira. Milton Lahuerta merece menção especial, por suas

inúmeras sugestões e indicações para o desenvolvimento dessa tese. Agradeço também aos professores que participaram do meu percurso na pós-graduação: Maurício Rocha, Gisele Cittadino, Renato Lessa, Jose Maria Gomez, Breno Bringel, José Mauricio Domingues e Argelina Figueiredo.

Agradeço a todos os funcionários do Iuperj e do Iesp que permitiram e tornaram mais agradável o percurso do doutorado. Obrigado, dentre outros, a Romário, Dinuca, Cris, Silvinho e Paulinha.

Para além da tese, o IUPERJ/IESP me legou grandes amigos. Agradeço ao “trio argentino” Pedro Lima, Josué e Pedro Benetti, que sem dúvida se faz presente nesse trabalho por meio de nossas infindáveis conversas sobre política e futebol; ao duo de Juiz de Fora, formado por Fernando Perlatto e pelo grande alvinegro Diogo Tourino, por nossa amizade marcada em longas conversas no banco do Iesp; aos amigos Tomás Coelho – que ajudou imensamente com indicações de livros, resumos, anotações e longas conversas sobre a República de 1946 -, Felipe Maia, Rafa Abreu, Bel MacDowell, Ju Candian, Caroline Carvalho – por um famoso telefonema -, João Dulci, Gustavo Cezar, Thiago Panica, Rodrigo Cantu, Alexandre Barcelar, Paulo Henrique, Randau, Flávio Carvalhaes, Betina, Renato, Luis Felipe, Cintia, Chiara, Luis, Daniel, Lara, Raíza, Gabriel e Carlos. Resta um agradecimento especial ao camarada Bernardo Bianchi, amigo de muitos anos, desde os tempos da faculdade de direito, passando pelo IFCS, que me acompanhou ao longo de mais essa caminhada.

Agradeço também aos amigos de toda a vida, alguns mais envolvidos nessa loucura do mundo acadêmico como Rafael Bettencourt, Bruno Garcia – que ajudou na revisão desse trabalho-, Pedro Laureano, Ana Coutinho, Marlon Miguel, Mariana Poyares, Martin Santacatterina, Júlia Alexim, Janaína Matida, João Da Matta, Bernardo “Bezinho” Abreu, Thamis Dalsenter, Tamires Alves, Rosa Vieira, Pedro Henrique Torres, Rodrigo Costa, Adriana Vidal, André Mendes, Francisco Carvalheira, Vivian Fonseca, Fábio e meu “advogado” João Pedro Pádua; outros mais distantes, como Filipe, Clarissa, Natasha e Gabriella.

Ao longo do doutorado comecei a lecionar com regularidade, fato que transformou meu modo de organizar e expor ideias. Agradeço, portanto, a todos os alunos da UFF, do CPDOC/FGV e do IBMECRJ com os quais tive o prazer de conviver durante os últimos anos.

Por fim, gostaria de agradecer a Raquel, que é certamente a melhor das heranças que o doutorado me deixou. Se não fosse sua enorme ajuda durante e no final do trabalho, quando reviu o texto, consolidou a bibliografia e continuou a aguentar as flutuações de humor do

doutorando, mesmo tendo que ainda precisava terminar a sua própria tese, não sei como eu chegaria a esse esperado fim.

“Às vezes é preciso se subtrair ao rumor incessante das notícias que nos rondam de toda parte. Para compreender o presente, devemos aprender a olhá-lo de esguelha. Ou então recorrendo a uma metáfora diferente: devemos aprender a olhar o presente a distância, como se o víssemos através de uma luneta invertida. No final a atualidade surgirá de novo, porém num contexto diferente, inesperado. Falarei, ainda que brevemente, do presente, e até um pouco do futuro. Mas chegarei lá partindo de longe.” (GINZBURG, Carlo, Medo, reverência, terror)

“Estava tão perplexo com o enigma que lhe tocara em sorte, que frequentemente incorreu em divagações líricas, contrárias ao rigor do seu ofício. Acima de tudo nunca lhe pareceu legítimo que a vida se servisse de tantos acasos proibidos à literatura, para que viesse a cumprir-se sem entraves uma morte tão anunciada.” (MARQUEZ, Gabriel Garcia, Crônica de uma morte anunciada)

RESUMO

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. 2015. 284f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

A União Democrática Nacional (UDN) tem um inegável protagonismo ao longo da República de 1946, influenciando de forma determinante na construção e nos rumos daquela experiência política. Mesmo composto por um heterogêneo elenco, o partido sempre reivindicou o liberalismo como ideário central, que justificaria sua constituição e inspiraria a trajetória udenista. Boa parte da bibliografia sobre o período retrata, entretanto, o ideário liberal udenista como simples adorno, que encobriria ideologias outras e não ajudaria à compreensão das decisões da UDN. A presente tese segue caminho diverso e argumenta que o liberalismo udenista constitui uma chave privilegiada para entender os rumos do partido e o cenário político da República de 1946. O ideário liberal não é compreendido, entretanto, como um conjunto de premissas lógica e sistematicamente ordenadas, mas como um saber prático, que organiza as ações dos atores no mundo político e é por elas conformado. Trata-se afinal de um modo de olhar e agir no mundo, que flutua em suas posições ao longo das conjunturas, mas revela permanências de estilo. A UDN não comportava, entretanto, apenas uma vertente liberal, mas abrigava distintos liberalismos, cujas diferenças são relevantes para compreender os rumos do partido. A tese está organizada em quatro capítulos. Os dois primeiros buscam construir o perfil dos principais estilos liberais da UDN, sendo um dedicado aos bacharéis, que se dividem entre um liberalismo conservador e um liberalismo modernizante, e outro ao lacerdismo. Os últimos dois capítulos tratam de questões e conjunturas onde esses liberalismos formularam reflexões sobre o país e se converteram em relevante práxis política, construindo visões de mundo fundamentais, em suas semelhanças e dissonâncias, para os rumos da história nacional. Desse modo, o terceiro capítulo aborda a conduta do liberalismo udenista frente questão do monopólio estatal do petróleo, enquanto que o quarto analisa a ascensão e queda do curto governo de Jânio Quadros e os momentos que antecederam o golpe de 1964. Há, por fim, uma conclusão, que trata de algumas permanências do imaginário de 1946.

Palavras-chave: UDN. Liberalismo. Udenismo. Democracia. Bacharéis. Lacerdismo.

ABSTRACT

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *Liberalism between the spirit and the sword: UDN and the 1946 Republic*. 2015. 284f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

The National Democratic Union (UDN) has an undeniable role throughout the 1946 Republic. Even composed by a heterogeneous cast, the party always claimed liberalism as a role ideology, which justifies its constitution and acts. Nevertheless, most scholars portray UDN's liberalism as a simple appearance, with little importance to understand the party moves. The present dissertation follows a different path and argues that UDN's liberalism is a key idea to better understand 1946's political scene. Liberalism isn't defined as a logic system, but as a practical knowledge, that influences political acting and, in the same time, is shaped by it. After all, liberal ideology is a point of view, that changes through time but reveals a lot of continuities. UDN didn't have, yet, only one liberal lineage, but housed several liberal styles, whose differences are central to perceive the party's directions. The dissertation is organized into four chapters. The first two seek to build the profiles of the main liberal styles inside UDN, distinguishing between a conservative liberalism, a modernizing liberalism - both practiced by a group so called "bacharéis" – and "lacerdismo", a special type of liberalism referred to one of the main UDN leaders: Carlos Lacerda. The two last chapters deal with issues and moments where these liberal ideas were key to the fate of the 1946 Brazilian Republic. Thus, the third chapter deals with the national oil dispute and the fourth one describe the rise and fall of the brief Jânio Quadros government and the moments before 1964's authoritarian movement. Finally, the conclusion analyses some continuities of the 1946 imaginary.

Keywords: UDN. Liberalism. Udenismo. Democracy. Bacharéis. Lacerdismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O liberalismo dos bacharéis	37
1.1. Os bacharéis e a construção da ordem	37
1.2. Entre bacharéis e juristas	40
1.3. O liberalismo dos bacharéis	48
1.4. Os bacharéis perante um novo país	66
2. O liberalismo de Carlos Lacerda	79
2.1. O liberalismo, a crise e a tradição	79
2.2. A imprescindível exceção	89
2.3. Os males do comunismo e do nacionalismo	95
2.4. Sobre elites e classe médias	106
2.5. A moral, as Forças Armadas e as subversões	113
3. O Petróleo é nosso? – O liberalismo econômico da UDN	122
3.1. O pós-guerra, o desenvolvimento e o planejamento	122
3.2. A economia política dos bacharéis	132
3.3. O caso do petróleo: o liberalismo e a questão nacional	154
3.4. A Petrobrás e os liberalismos	172
4. O liberalismo em tempos de crise (1961-1964)	175
4.1. A UDN e as interpretações do Golpe	175
4.2. A UDN e as crises	185
4.3. A calma e a tormenta	192
4.4. O silêncio das dissonâncias	222
CONCLUSÃO - Os resquícios de 1946	239
REFERÊNCIAS	257

INTRODUÇÃO

“...era
preciso dar-lhes um governo idôneo.
Hesitei na escolha; muitos dos atuais
pareciam-me bons, alguns excelentes,
mas todos tinham contra si o
existirem.”

(ASSIS, Machado de,
Sereníssima República)

Os caminhos liberais no Brasil

A coerência é artigo raro no mundo político. Vislumbrada no distanciamento dos gabinetes, ela começa a se esvanecer tão logo as ideias são postas em circulação, em cenário onde a influência de um conceito ou sistema de ideias antes aponta para a polissemia e a ambiguidade. A estabilidade do sentido costuma estar diretamente relacionada a distância dos mais fervorosos embates públicos, onde os mais precisos termos tendem a permanecer restritos às suas páginas de origem e alheios - ou pelo menos pouco influentes - ao ruidoso e incerto cenário da política, onde as disputas e atribuições de sentido ocupam papel central. Quando as ideias se infiltram nas práticas e reflexões de uma sociedade, elas saem das mãos dos autores se tornam objeto da própria disputa política. As distintas apropriações não necessariamente produzem, todavia, versões empalidecidas da obra inicial, que veria seus traços e estilo borrados pela variedade de contribuições, mas por vezes tornam mais intrincada a primeira forma, com o simulacro (DELEUZE, 2002) a ganhar feições mais complexas que a contribuição original. Os ares do mundo sugerem novos traçados e cores ao desenho que, trancado nos gabinetes, permaneceria refém do pincel autoral.

As dificuldades de escrever uma história do liberalismo, ou de tratá-lo como um sistema de premissas logicamente ordenadas, decorrem, em grande medida, da presença do ideário no mundo, onde ele inspira ações, organiza institutos e constrói crenças. O imaginário liberal é parte indissociável da história moderna e contemporânea, sendo fundamental para

compreender os movimentos e percepções do mundo político, o que contribui diretamente para sua inegável heterogeneidade de formas e versões.

As distintas tradições, a diferença de crenças e a identificação com autores e movimentos de feições muito diversas trazem inevitável questionamento sobre a capacidade explicativa do conceito de liberalismo. Afinal, se tantos são liberais, ou reivindicam o epíteto, as necessidades de contínua adjetivação podem tornar o conceito mais problemático que virtuoso, a ponto de sugerir a adoção de outros termos, menos dependentes das contínuas ressalvas e exceções e, por outro lado, mais eficientes ao retratar a práxis e a teoria de tão díspares expressões políticas.

Os historiadores do liberalismo adotam distintas estratégias para lidar com tal variedade de formas. Alguns, como José Guilherme Merquior (1991), desconfiam da possibilidade de uma eficaz delimitação do ideário e buscam antes descrever suas manifestações históricas que defini-lo¹. Outros, como Pierre Manent (2012), pensam a história do liberalismo como o principal enredo da história do pensamento político moderno², o que lhe confere clara continuidade em meio às transformações, sendo as grandes formulações liberais uma resposta às mais relevantes questões dos últimos séculos³. No mesmo sentido, Wanderley Guilherme dos Santos, se aventura a traçar uma série de pressupostos comuns aos vários liberalismos, políticos e econômicos, que passam pelo predomínio da regulação do mercado no mundo da economia, sendo excepcional - adjetivo que desperta divergências entre os liberais - a intervenção do Estado, e por determinadas formas de organização da esfera política (SANTOS, 1988, p. 83-84).

Há, por fim, os que buscam conceituar as diferentes vertentes liberais segundo suas principais categorias e preocupações, caso dos esforços de Larry Siedentop (SIEDENTOP, 1979), que distingue um liberalismo de corte mais “sociológico” francês de um com acento mais político, o inglês, e de Catherine Audar, que por um lado mantém a ideia de um núcleo

¹ “Nietzsche disse que apenas seres a-históricos permitem uma definição no verdadeiro sentido da palavra. Assim, o liberalismo, um fenômeno histórico com muitas aspectos, dificilmente pode ser definido. Tendo ele próprio moldado grande parte do nosso mundo moderno, o liberalismo reflete a diversidade da história moderna, a mais antiga e a recente (...) É muito mais fácil – e muito mais sensato – descrever o liberalismo do que tentar defini-lo de maneira curta. Para sugerir uma teoria do liberalismo, antigo e moderno, deve-se proceder a uma descrição comparativa de suas manifestações históricas.” (MERQUIOR, 1991, pág. 15)

² O que mereceu conhecidas críticas de autores como POCOCK, J. G. A. E SKINNER, Quentin, que apontam as diversas linguagens, caso de Pocock, ou fundações, de Skinner, do pensamento político moderno.

³ O início do livro de Manent é explícito nesse sentido: “Eu me proponho nesse ensaio de apresentar as grandes linhas ou os momentos decisivos da história do liberalismo, que constitui a corrente primeira e principal, e por assim dizer a base contínua da política moderna, a da Europa e do Ocidente desde cerca de três séculos” – Je propose dans cet essai de présenter les grandes lignes ou les moments décisifs de l’histoire du libéralisme, qui constitue le courant premier et principal, et pour ainsi dire la base continue de la politique moderne, celle de l’Europe et de l’Occident depuis environ trois siècles. (MANENT, 2012, pág. 7)

duro do ideário liberal - marcado pelas ideias de soberania do indivíduo, liberdade dos modernos e Estado de direito - e por outro pensa o liberalismo como composto por três campos relativamente autônomos: uma ética, uma política e um programa de ação social e econômico (AUDAR, 2009, p. 25). Não é o caso de apontar como “correta” qualquer dessas alternativas, em detrimento de um suposto erro das demais, já que todas as formulações também precisam ser analisadas ante questões que mobilizam seus autores e podem encontrar sua justificativa em outros terrenos. Há que se constatar, entretanto, como a diversidade de expressões assola todos aqueles que buscam se defrontar com o tema.

As múltiplas formulações liberais ganham feição mais amena se o liberalismo é visto antes como cultura, movimento ou processo de ação e reflexão, nos termos de Rosanvallon (2002, p. 13-14), do que como doutrina fechada, assentada em pressupostos estáveis. A ênfase na ação não importa necessariamente uma adesão a vaga pragmática, mas aponta, distintamente, para o caráter relacional do ideário. Refutando as conhecidas críticas de Carl Schmitt ao paradigma liberal (SCHMITT, 2009) - que se restringiria a uma “crítica liberal da política” - Pierre Manent amplia as conclusões do jurista alemão e destaca o caráter polêmico das três atitudes políticas fundamentais do século XIX, a liberal, a reacionária e a revolucionária (MANENT, 2012, p. 201-202), todas marcadas a partir do embate com antagonistas e com seus próprios correligionários no cenário político, ou seja, definidas como crítica a um outro e às suas formulações anteriores.

Pode-se acrescentar que o caráter relacional é próprio a todas as construções teóricas, que consciente ou inconscientemente se defrontam com um adversário, ao passo que, por outro lado, os ideários não apenas ganham contornos ante os oponentes na esfera intelectual, mas também respondem à dinâmica social na qual se inserem. O truísmo da relevância da conjuntura não implica uma mecânica vinculação entre ideias e contexto, já que a mesmas condições sociais são interpretadas de maneira diversa por distintos grupos sociais, mas a consciência de que o sentido das posturas políticas é incompreensível sem atenção às representações do mundo que a embasam. Os ideários se relacionam dinâmica e não estaticamente com o pano de fundo social. Mannheim recorre ao conceito de estilo de pensamento para dar conta de um modo de olhar para o sociedade, que por sua vez influi nesse próprio olhar, em chave que não interpreta as ideologias com um núcleo estanque de ideias (MANNHEIM, 1959), mas como movimentos em direção ao mundo. A continuidade, a dar alguma unidade em meio ao diverso, passa antes pelo tipo de movimento e postura política do que por uma renitente permanência de concepções.

Todo movimento político ganha, entretanto, sentidos diversos quando modificado o contexto, mesmo quando guarda inegável continuidade. O vínculo entre cidadania e propriedade, presente no liberalismo lockeano do fim do século XVII (LASLETT, 1998), por certo assume feições distintas quando retomado por Guizot (GUIZOT, 2008) após a Revolução Francesa, mesmo com permanência de um semelhante esforço de construção da ordem a partir de categorias jurídicas e de contenção de alternativas mais afeitas a ruptura, dentre outras possíveis aproximações. Os ares do tempo conferem novo significado a repertórios já experimentados, uma vez que, como bem explicita o Pierre Menard de Borges (BORGES, 1998), esforços intelectuais tomam caminhos diferentes quando retomados em outros momentos. Trechos do discurso liberal revisitado apontam para sentidos imprevistos, que precisam lidar com os próprios efeitos da experiência intelectual outra vez retomada. Entre o Quixote de Cervantes e o de Menard se colocam as próprias consequências da primeira obra.

O estudo do liberalismo brasileiro, ao qual se propõe a presente tese, expõe com particular clareza as marcas que os tempos e lugares deixam nas ideias. A constatação dessa peculiaridade não aponta, contudo, para a comum concepção de que o Brasil apenas abrigou uma pálida versão do ideário liberal, simples recurso retórico de elites, sem maior influência na política concreta. A percepção de que o liberalismo assume forma precária em nosso percurso intelectual é um topos comum no Pensamento político-social brasileiro, compartilhado por correntes diversas e presente tanto em clássicas interpretações do Brasil, como as de Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1995) e Raymundo Faoro (FAORO, 2000, 2003), quanto em muito influentes perspectivas teóricas das ciências sociais, como a teoria do populismo, protagonizada por Francisco Weffort (WEFFORT, 1972, 1978). O debate ideológico pátrio seria marcado, sob esse olhar, por inevitável “inautenticidade”⁴, marca das peculiaridades da nossa modernização⁵, que teria na ausência do liberalismo um sintoma de patologias mais profundas. Dentre estas, podemos citar a construção de uma cultura social avessa a racionalização, argumento de Sérgio Buarque, e atravessada por clara predominância do Estado sobre o mundo do interesse, tese de Faoro, o que produziria uma sociedade antes marcada pela dinâmica da massa do que das classes, essas ainda despidas de maior definição, ponto esposado por Weffort. Tal interpretação do liberalismo tem, por sua vez, outro dos seus mais comentados e célebres momentos no clássico texto de Roberto Schwarz (SCHWARZ,

⁴ A expressão é de Jessé Souza, que, entretanto, força excessivamente as tintas nas críticas e perde importantes contribuições do autores. Para sua interpretação, ver SOUZA, 2000.

⁵ Werneck Vianna constrói a partir das interpretações brasileiras da obra de Weber excelente argumento sobre essa corrente de interpretações – (VIANNA, 2000)

2000) - lido, no mais das vezes, sob chave mais monocórdia do que seria desejável⁶ - e através da sua ampla fortuna crítica (CARVALHO, 1976).

O liberalismo brasileiro não atua como simples verniz sobre uma dinâmica social estranha ao seu universo, mas é um relevante indício para conhecer os caminhos da história nacional. O ideário é, aliás, uma marca constante do cenário intelectual brasileiro, o que leva Gildo Marçal a até mesmo identificar a existência de um “liberalismo em geral” como marca do processo intelectual pátrio (GILDO, 2007). Ele se faz presente nas mais diversas quadras do debate político, mesmo quando andava menos prestigiado em terras norte-atlânticas, seja como protagonista nos idos da Independência⁷, enquanto justificativa para a manutenção de uma ordem oligárquica ao longo da Primeira República (LESSA, 1999), sendo manejado como argumento para interrupção de uma ordem democrática, ao longo de República de 1946, ou como ideário de resistência a uma ordem autoritária⁸, nos tempos da Ditadura Militar inaugurada em 1964. Não resta dúvida de que o ideário liberal é imprescindível para compreender alguns dos mais importantes desenlaces da história tupiniquim.

A inegável influência estrangeira não impede que a ideologia, assim como seus portadores, tracem percursos próprios, recebendo de forma muitas vezes criativa os influxos exógenos. Nesse sentido, a interpretação da tradição liberal brasileira não se resolve pela construção de uma história geral do liberalismo, da qual a versão brasileira seria uma mera reprodução acrítica ou derivação desviada de um original, mas requer um olhar atento, que perceba as fontes teóricas e formulações intelectuais, assim como suas manifestações no embate político, onde desempenhou relevante papel.

As peculiaridades não apagam as linhas de continuidade entre a experiência política e intelectual brasileira e o ideário liberal, de modo que ainda faz sentido recorrer ao nome para melhor compreender os processos sociais. Dito de outro modo, o liberalismo para além de brasileiro é também liberal. A questão não passa tanto pelo questão das fontes intelectuais,

⁶ É inegável que Schwarz toma o liberalismo brasileiro enquanto duplamente ideológico, na chave marxista, e, portanto, como evidência de um ainda maior descolamento, quando comparado com a realidade norte-atlântica, do mundo intelectual brasileiro do século XIX em relação aos processos sociais que ele buscava retratar e intervir. O texto traz, todavia, também uma perspectiva que valoriza o cenário intelectual brasileiro como lugar privilegiado para uma crítica das ideologias centrais, forma inegável de valorizar parte da nossa herança intelectual. Esse ponto é comumente esquecido na fortuna crítica do texto. Uma ótima análise das nuances da obra de Schwarz está em ARANTES, 1992.

⁷ A importância do liberalismo para a Independência é longamente argumentada por FERNANDES, 2006. O tema também se faz presente, dentre outros, em VIOTTI, 2010.

⁸ Os caminhos da esquerda durante a Ditadura Militar são tema de vasta bibliografia, casos de RIDENTI, Marcelo, O fantasma da revolução brasileira, e (REIS, 2000). Para uma defesa da opção de resistência institucional, são ilustrativos os artigos de conjuntura de Werneck Vianna, coligidos em VIANNA, 1986, 1989.

modo sempre limitado de aferir afinidades⁹, mas pelo fato de que a referência mais ampla à corrente política permite melhor compreender, pelas afinidades e distâncias ante o cânone norte-atlântico, o movimento intelectual e político dos liberais brasileiros.

O principal esforço passa justamente pela atenção às especificidades dessa experiência política, delineando o que significa ser liberal ao longo da variada história brasileira. Os firmes partidários de uma corrente ideológica sempre podem incorrer em excessos de rigor, que afastam todas as expressões políticas do intangível cânone do ideário, ou em demasiada flexibilidade, de modo a transformar uma diversidade de expressões ideológicas em variações da mesma vertente. Há o inegável risco, ante a maleabilidade e a capacidade abrigar diferenças do liberalismo, de retratar todos, ou quase todos, como liberais ou proto-liberais, extremo no qual incorre, em relação a História do liberalismo, o mencionado esforço de Manent. Tal caminho leva a retratar a história da ideias no Brasil como variações de um vaga liberal, que subjaz até mesmo aos seus críticos¹⁰. Excessiva por outro lado, é a tese antes abordada, que vê no ideário liberal o grande ausente da narrativa ideológica brasileira.

Esta perspectiva, defendida por críticos e apóstolos do liberalismo, não raro avalia os liberais brasileiros a partir de medidas extremamente rigorosas, frente as quais boa parte da tradição norte-atlântica não sobreviveria. O comum divórcio entre democracia e liberalismo ou tolerância dos liberais ante distinções discriminatórias entre cidadãos¹¹, por exemplo, fatos muitas vezes levantados para deslegitimar os liberais brasileiros, são percepções partilhadas por grandes campeões do ideário liberal, como ampla e conhecida bibliografia crítica do liberalismo aponta¹². É claro que, sobretudo após o final do século XIX, existem esforços liberais em conciliar os princípios da sua ideologia com as práticas democráticas, essas mesmo só hegemônicas após 1945 (SANTOS, 2007), mas o próprio movimento já demonstra como liberalismo e democracia conformam distintas tradições, que não necessariamente andam juntas¹³. Há que se considerar, ademais, que o ecletismo de fontes se faz presente nas

⁹Já que as afinidades teóricas não precisam passar necessariamente pelo crivo do inventário de citações e bibliotecas, por mais que essas possam ser úteis e importantes para a produção historiográfica. Para um bom debate acerca do conceito de influência sobre esse aspecto ver BARATA RIBEIRO, 2015

¹⁰ Wanderley Guilherme dos Santos incorre nesse excesso em seu ótimo ensaio SANTOS, 2002.

¹¹ Não questiono eventuais conclusões sobre a o grau de tolerância a essa exclusão, o que, do mesmo modo, não creio exclua o epíteto de liberal. Quanto a convivência entre liberalismo e escravidão, argumento levantado pelo próprio texto clássico de Schwarz, há que se considerar o caráter moderno e capitalista da escravidão brasileira, ponto defendido grande bibliografia, que inclui nome como PRADO JUNIOR, 2011 e ALENCASTRO, 2000.

¹² As críticas ao liberalismo conformam ampla tradição no campo da esquerda, que pode ser remitida a Marx. Para versões contemporâneas, que questionam sua afinidade com a democracia, ver HARDT, NEGRI, 2004, e RANCIERE, 1996.

¹³ O que não impede que os liberais defendam que o liberalismo é o único caminho para a democracia.

mais diversas ideologias políticas, de modo que nem só liberalismo professam os liberais, mesmo os que se pretendem mais ortodoxos e coerentes.

O rigor na atribuição do título busca, muitas vezes, afastar o liberalismo de certas mazelas históricas, que podem, contudo, ser parcialmente explicadas a partir do seu nome. Nessa perspectiva, usualmente defendida por liberais, as incursões golpistas da UDN já retirariam o partido do campo liberal, este naturalmente alinhado às volições democráticas. Os liberais se aproximam, por esse aspecto, da interpretação dos teóricos do populismo¹⁴ - durante um longo tempo hegemônicos nas interpretações sobre a República de 1946- acerca do liberalismo udenista. Para ambos, estaríamos diante de um falso liberalismo, que seria melhor compreendido pela análise dos interesses políticos dos grupos e indivíduos que compunham o partido do que através das suas ideias e discursos, os quais não passavam de simples retórica para camuflar intenções alheias às expressões intelectuais. A escassez de estudos sobre a UDN e os intelectuais liberais do período decorre, em grande medida, desses eixos interpretativos.

O presente trabalho segue caminho diverso, já que argumenta que o liberalismo udenista, presente em suas ideias e práticas políticas, constitui elemento essencial para compreender o partido e a República de 1946. As ideias são fundamentais para que se interprete os movimentos dos atores em meio às conjunturas, pois apontam os modos pelos quais eles percebem sua inserção no mundo e coordenam suas ações. A evidência de que muitas das decisões se explicam antes pela dinâmica dos interesses ou por formas que fogem à consciência dos próprios personagens em nada afasta a importância do estudo dos discursos, mas apenas indica um necessário vagar ao analisá-los, de modo que não os tome como verdade última do mundo político.

As ideias não são como roupas, que podem ser mudadas ao bel-prazer, mas apontam para convicções e questões sociais mais profundas, passíveis de manejo pelo ator político experiente em algumas situações, mas dificilmente ocultadas todo o tempo. As feições da tradição liberal brasileira expõem, nesse sentido, marcas e características relevantes da sociedade e do cenário político brasileiro. As reiteradas aproximações entre o liberalismo e o discurso conservador¹⁵ no Brasil, muitas vezes justificadas pelas dificuldades em implantar o ideias liberais em uma sociedade não liberal, são melhor compreendidas como sintomas do cenário político brasileiro. Do mesmo modo, os limites do discurso liberal na República de

¹⁴ Para um versão sofisticada da teoria do populismo, ver WEFFORT, 1978. O termo tem sofrido uma série críticas nos últimos anos, as quais encontram bom exemplo no livro coletivo FERREIRA, 2001.

¹⁵ Boa parte das características do discurso conservador levantadas por Mannheim (MANNHEIM, 1959) e José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 1988) se fazem presentes em não poucos momentos do pensamento liberal.

1946¹⁶, que como bem coloca Werneck Vianna (1999, 2004), deixava praticamente intocada a questão agrária¹⁷, explicitam o caráter da ordem burguesa brasileira, marcada por um convívio muitas vezes funcional com dinâmicas sociais arcaicas e pela ampla tolerância a formas extremas de desigualdade social.

As razões da diversidade

A UDN nasce sob o signo da diversidade. Heterogêneo agrupamento de oposições ao Estado Novo, o partido abrigava, especialmente em seus primeiros dias, grupos sociais com ideários e trajetórias profundamente diversas. A coesão antes nascia dos adversários comuns do que da convergência entre projetos de país, em processo que mobilizou atores tão distintos como o “carcomido” Arthur Bernardes, o antigo interventor de São Paulo Adhemar de Barros, o dissidente comunista Astrojildo Pereira, o socialista Hermes Lima e o herói do tenentismo Eduardo Gomes (BENEVIDES, 1981). A inspiração vinha dos ares da guerra, construído o partido à imagem e semelhança das frentes antifascistas características do pós-1945¹⁸. Se a democracia venceu o autoritarismo na Europa, já era chegado o momento de seu triunfo em terras brasileiras, onde tudo dependia não apenas da derrubada de Vargas, mas também da destruição de seus sucessores e ideais. A questão não escapava aos olhos dos que tomavam parte na empreitada, como Juracy Magalhaes¹⁹ e Afonso Arinos de Melo Franco:

Ao contrário do dito de Saenz Pena, tudo nos separava, e nada nos unia, exceto aquele nexos que o próprio sucesso da nossa empresa viria fatalmente a extinguir. Nos nossos quadros se acolhiam homens tão diferentes, representativos de tradições e tendência tão heterogêneas como (...) além do grupo liberal-democrático, que se constituiu mais tarde no núcleo da verdadeira UDN. Era curioso ver Eduardo (Gomes), o herói de 1922, candidato de (Arthur) Bernardes, símbolo do sistema contra o qual ele jogara a vida. Ver Ademar (de Barros), criatura de Vargas, inscrito na legião dos que o queriam destituir do longo consulado. Ver o marxista Caio

¹⁶ Deve-se ressaltar que o liberalismo da época não se reduz à UDN, mesmo que a tenha como principal ator político.

¹⁷ Houve, é claro, o projeto de reforma agrária formulado por Milton Campos, em 1963. A posição amplamente majoritária do partido na conjuntura não permitia, todavia, que a proposta do bacharel tivesse maiores consequências.

¹⁸ O tema é levantado tanto por boa parte das histórias do pós-1945, como HOBBSAWN, 1995 e JUDT, 2008, como por historiadores do movimento comunista internacional, como CLAUDIN, 1985).

¹⁹ “A festa de instalação da UDN (...) deixou bem clara a heterogeneidade das forças que integravam o partido. Quando Oswaldo Aranha entrou no recinto da solenidade, momentaneamente esquecido de que estava diante de um dos artífices da candidatura Eduardo Gomes, o mineiro Luís Camilo de Oliveira, ressentido com Vargas pela punição recebida por assinar o Manifesto dos Mineiros, gritou ‘Basta de gaúchos!’, gerando um clima de mal estar que desnudava a falta de homogeneidade das forças que se organizavam para extinguir o Estado Novo.” (MAGALHAES, 1982, p. 118).

Prado identificado com os propósitos do católico Luis Camilo. Essa fusão dos contrários era fruto da grande guerra, que reunira as forças mais díspares na luta contra o inimigo comum. O que se dera na Europa, em grande, com Hitler, repetia-se aqui, em pequeno, com o caudilho de São Borja. (FRANCO, 1961, p. 411)

A época é marcada por incertezas, em cenário típico dos momentos de transição, onde os atores tem maior clareza do ciclo que se encerra, no caso o Estado Novo, do que da feição do futuro que os espera. O conflito mundial, que opunha o fascismo à democracia, organizava grande parte do espectro político e impunha uma tomada de posição de todos os indivíduos e grupos que adentrassem o campo político. A guerra, como bem colocava Marques Rebelo, “estava em nós” (REBELO, 1968). Neste contexto atravessado por fortes clivagens políticas, o aparato centralizador do Estado Novo já mostrava sua debilidade e a questão que surgia era qual ordem se colocaria no lugar da que, cedo ou pouco mais tarde, cairia. Todos renegavam o regime autoritário, recusado por marinheiros de primeira hora da revolução de 1930, dissidentes de 1937 e até mesmo pelo grande arquiteto de Constituição de 1937, Francisco Campos, que concede veemente entrevista, em 03/03/1945, ao Diário de Notícias (LIRA NETO, 2014). O próprio Vargas se afastava tacitamente do regime, tentando conduzir a transição a partir do recurso às massas urbanas, com um discurso que rumava à esquerda²⁰, e à cúpula militar, que fora fiadora que ordem que então agonizava.

Os primeiros anos da nova República passam, desse modo, certo sentimento de provisoriedade, quando os principais protagonistas da cena política ainda buscavam definir, ou em muitos casos redefinir, suas personas políticas. O processo de confecção de uma nova ordem político-jurídica torna-se, nesse sentido, também uma etapa no esforço de construção dos protagonistas da nova cena política, em cenário onde para além da mais evidente clivagem em torno de Vargas, que sem dúvida organizava decisivamente grande parcela do cenário político, outras linhagens se desenhavam. Parte fundamental desse processo passa pela exigências impostas pelos novos tempos, indelevelmente marcados pelo ingresso das massas na política formal. A ampliação dos envolvidos na arena política e a centralidade conferida ao processo eleitoral davam novo sentido à prática política, que via gestos usuais ganharem novo significados e demandava a construção de outros repertórios e rotinas. A forte presença de personagens já experimentados no cenário político nacional, o que promovia claras permanências em relação a práticas ideias, convivía, por outro lado, com a necessidade de reciclagem desses mesmos atores, que não apenas precisavam dar conta das novidades características do novo tempo do mundo no pós-1945 como se viam obrigados a aprender as

²⁰ A guinada à esquerda de Vargas é bem exposta por VIANNA, 1999 e ALMINO, 1980.

peculiaridades das democracias de massas, que mudavam radicalmente o cenário político. O tempo se caracterizava, nesse sentido, por uma série de transformações, que, entretanto, muitas vezes tiravam sua matéria dos resquícios de um passado recente, assim como de outras concepções mais longevas, que teimava em perdurar.

O repertório político utilizado pelo protagonistas desse processo era, desse modo, fortemente dominado por categorias forjadas e diretamente relacionadas ao mundo que eles buscavam, em parte, superar. O tema da permanência das instituições e do imaginário do Estado Novo na República de 1946, enfatizado por clássicos sobre o período²¹, permanece até hoje como interpretação hegemônica sobre o momento e, de fato, não há como negar que uma mais profunda compreensão do período requer o reconhecimento de que, ao lado das novidades, permanecia muito da ordem anterior.

A bibliografia destaca, de modo pertinente, a continuidade de aparatos autoritários, fortemente presentes como, por exemplo, na organização do mundo do trabalho, com ampla limitação às liberdades de associação e de greve. No que tange ao sistema político partidário, todavia, creio que é necessário sublinhar outro tipo de permanência, também estranho ao funcionamento da ordem democrático, mas de natureza distinta: o resquício oligárquico. Os movimentos dos principais partidos e grupos políticos logo após a queda do Estado Novo apontam para a forte presença de um imaginário que toma a oligarquia como norte, construindo o que se poderia chamar de uma “utopia oligárquica”. Dois aspectos, mutuamente determinados, constituiriam essa visão de mundo. O primeiro é o horror ao dissenso, visto como perturbador da ordem necessária ao desenvolvimento do país, a qual demandaria a construção de decisões não por meio do embate público de ideias e opiniões, como costuma ocorrer em democracias, mas através de um consenso fundamental, necessário para evitar a anarquia. O outro, que alimenta essa primeira preferência, passa pelo viés francamente demofóbico de boa parte da elite política de então, que via na emergência das massas urbanas - que se inicia nos anos 1920, mas ganha grande força com as prerrogativas de expressão que lhes são conferidas após 1945 - uma direta ameaça à ordem. O consenso acima mencionado seria, nesse sentido, uma concertação de elites, que deveriam tornar imune ao jogo político algumas questões fundamentais da estrutura econômico-social da época – como, por exemplo, a estrutura agrária – e preservar seu próprio lugar de grupos dominantes. Os dois componentes dessa utopia oligárquica se fazem presentes na definição de oligarquia esboçada por Wanderley Guilherme dos Santos (2013), que vê na seletividade dos partícipes do jogo

²¹ Como WEFFORT, 2003; VIANNA, 1999; IANNI, 1968; ALMINO, 1980; SANTOS, 1979.

político e na decisão por meio do consenso, e não da maioria, características centrais do modelo político que merece tal nome.

Tal ideário oligárquico perdura como perspectiva política influente ao longo da República de 1946, mas vê um progressivo declínio da sua posterior importância. O motivo é a enorme dificuldade de construir esse tipo de arranjo em um contexto que não apenas consagrava o sufrágio de massas como era marcado por amplas e profundas transformações na sociedade brasileira, onde atores usualmente excluídos das arenas de poder reivindicavam, dos mais diversos modos, um novo lugar. Se não são poucos os autores que identificam as democracias contemporâneas como um cenário de disputa entre elites, há que se ressaltar, por outro lado, que o imaginário presente à época apontava para um outro tipo de elitismo, onde se fazia ausente um elemento central do diagnóstico schumpeteriano (SCHUMPETER, 1983): a efetiva competição através de eleições. Por mais que o autor austríaco limite os embates a uma disputa entre elites, ele descreve um cenário em que as eleições tem papel central, já que não é mais possível resolver sem disputas públicas os conflitos entre elites. A intensidade e o tipo de embate dos diversos grupos em busca do poder - com suas não desprezíveis possibilidades de produção, mesmo que moderada, de mudanças - são, nesse sentido, mesmo para autores que rebaixam as demandas normativas em relação a democracia, vetores fundamentais para distinguir antigos sistemas oligárquicos das modernas democracias de massas. O fortalecimento de classes desfavorecidas e as transformações das formas de vida não mais permitiriam a construção de consensos básicos, que se mostram cada vez mais precários e provisórios. No imaginário das elites do imediato pós-1945 seria possível, entretanto, em dinâmica que destoa do modelo de Schumpeter (1983), esvaziar, à moda da Primeira República, as eleições, que não passariam de aclamações de candidatos de união nacional previamente determinados.

No cenário que se desenhava à época, entretanto, os meios de exercício do poder requeriam outros instrumentos. O retorno a arranjo oligárquicos que lembravam, em muitos aspectos, as feições da experiência republicana brasileira anterior não mais funcionavam naqueles novos tempos e, com o passar dos anos, levariam essa utopia oligárquica a um desprestígio ainda maior. Durante o período de confecção da Constituição de 1946 e nos anos seguinte a sua promulgação, o imaginário político, entretanto, ainda conferia ampla centralidade a essa perspectiva, responsável, ao lado dos instrumentos autoritários do Estado Novo, por grande parte das continuidades do aparato constitucional, os quais conviviam,

entretanto, com novos ares, que faziam da Carta de 1946 um registro de um mundo em transição.

Ante tamanha indeterminação e diversidade de olhares, não é surpresa a ampla divergência acerca dos caminhos a serem seguidos. Milton Lahuerta distingue dois grandes blocos de oposição: um “marcadamente liberal”, que centrava suas críticas no “Estado Novo e na figura de Vargas” e outro “mais à esquerda, marcado pelos embates ideológicos internacionais que põe sua ênfase no combate ao nazifascismo e no apoio a tudo o que somasse forças para derrotá-lo militarmente” (LAHUERTA, 2014, p. 33). Atores dos dois polos, que acabaram por construir a UDN e por agrupar-se no PCB, ensaiaram aproximações, que tinham apoio no grupo paulista do PCB, Caio Prado Junior (IUMATTI, 1998) à frente, mas encontravam grande resistência nos demais grupos comunistas e na ampla maioria da UDN, que com à exceção da Esquerda Democrática, ainda no partido, tinha em sua composição notórios anticomunistas como o próprio Eduardo Gomes, candidato do partido nas duas primeiras eleições presidenciais. O apoio dos comunistas ao “queremismo” e as fortes críticas udenistas ao comunismo enterrariam definitivamente qualquer movimento de convergência nesse sentido.

Ao lado dos confrontos políticos nacionais e das inspirações do além-mar, não pode ser esquecida a grande influência da legislação da época sobre a constituição dos novos partidos. O obrigatório caráter nacional das organizações partidárias, inédito na história republicana brasileira e em descompasso com parte da tradição institucional pátria, tornava a construção de partidos tarefa extremamente árdua, ainda mais após os anos estadonovistas, marcados pelo exílio de lideranças e desmobilização de grupos políticos. Recentes sob vários aspectos, as siglas partidárias soavam ainda estranhas aos ouvidos dos eleitores e dos próprios políticos. Se é excessivo taxá-las de meramente formais, em razão da decisiva contribuição dos embates do fim do Estado Novo para sua constituição, não tarda a se sobressair, nesse momento, certa feição provisória, ainda carentes os partidos da consolidação que só o tempo pode trazer²².

²² Sobre processo de formação do sistema partidário do pós-1945, Maria do Carmo Campello de Souza destaca: “Não surpreende, evidentemente, que o governo de Getúlio Vargas se inclinasse pela nacionalização dos partidos, depositário que era de importante corrente de militância e de pensamento forjada no combate aos regionalismos e aos partidos estaduais da Velha República e dos primeiros anos da década de trinta. Nem se trata, aqui, de desconhecer a importância dessa medida para o desenvolvimento político. Contudo, o momento de sua implantação, num processo eleitoral controlado pela máquina getulista e com os partidos políticos em processo de estruturação inicial, conferia-lhe aspecto até certo ponto arbitrário. A obrigatoriedade imediata de afiliação nacional afigurava-se à oposição como uma manobra getulista, dado que o partido do governo, através das interventorias, dispunha de articulações nacionais, ao passo que as demais agremiações eram em geral restritas a um ou dois estados. Refere-se Virgílio de Mello Franco ao fato de a UDN, para se adaptar à lei

As dissidências no recém-formado partido não tardaram²³. O ano de 1945 já presencia a formação de três novas legendas, construídas a partir de “antigos” membros do partido. Tradicionais liberais do Rio Grande do Sul, sob a liderança do histórico defensor do parlamentarismo Raul Pilla, formam o Partido Libertador (PL), enquanto o ex-presidente Arthur Bernardes ressuscita a partir das terras mineiras o Partido Republicano (PR), dessa vez sem o adjetivo regionalista que o distinguira na Primeira República. Os dois partidos seriam os mais fiéis aliados udenistas ao longo dos quase vinte anos da República de 1946, mas saíam do partido guiados pela forte liderança dos seus organizadores, Bernardes e Pilla, que foram motivados por questões que iam das disputas locais de poder às divergências acerca dos recentes caminhos udenistas²⁴.

A Esquerda Democrática também se afirma como grupo cada vez mais autônomo - como a atuação dos seus dois deputados na Constituinte de 1945, Hermes Lima e Domingo Velasco, bem demonstra - até que, em 1947, o grupo sai da UDN e forma o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Inicialmente aliados dos liberais na resistência à ditadura, os socialistas caminham, ao longo da República de 1946, para um terreno cada vez próximo do PTB, atraídos pelas transformações do ideário trabalhista ao longo dos anos²⁵. Os partidários de uma UDN mais distante de aspirações esquerdistas não se mostraram, todavia, exatamente pesarosos pela saída e posterior afastamento. Anos mais tarde, em seu Depoimento, Carlos Lacerda criticava o custo eleitoral da presença dos socialistas no partido: “a esquerda democrática não deu um voto ao Brigadeiro, a não ser o de só meia dúzia de intelectuais, porém afugentou os ricos” (LACERDA, 1978, p. 66).

A mudança terá, entretanto, amplo impacto nas hostes udenistas, com efeitos inversamente proporcionais ao reduzido número de parlamentares e simpatizantes que compunham o grupo dissidente. Os tempos de frente contra o autoritarismo ficavam definitivamente para trás e seu efeito não será pequeno. A presença interna dos socialistas era

eleitoral, teve de se associar a outras agremiações - ao Partido republicano, ao Partido Libertador e à Esquerda Democrática...” (SOUZA, 1976, p. 114-115).

²³ “Em breve começavam, os sinais de desagregação, inevitáveis porque correspondiam não mais ao comportamento unânime diante do governo que se extinguiu, mas à reivindicações particulares em face da situação, ainda incerta, que começava a despontar” (FRANCO, 1961, p. 413)

²⁴ Otávio Dulci assim distingue as várias razões para a saída desses grupos da UDN: “Havia, porém, razões específicas para tal fracionamento: os elementos que compuseram o PR sublinhavam a continuidade do espírito da primeira república, sendo portanto mais conservadores que os da UDN em termos de projeto político; os libertadores, além de sua forte tradição regional, eram mais radicalmente liberais, no sentido clássico da palavra; o ademarismo aspirava a constituir uma força autônoma, que se acomodava mal na UDN com as elites paulistas do antigo Partido Democrático; por fim, os social-democratas, postulando o advento do socialismo por meios pacíficos, desejavam operar com um projeto socialmente mais avançado que o que ficou estabelecido na UDN.” (DULCI, 1986, pág. 84)

²⁵ Sobre o tema merecem destaque o relato memorialístico de LIMA, 1974 e a análise de DELGADO, 2007.

fundamental para que o partido pudesse atuar nos termos defendidos por Virgílio de Melo Franco, como um “partido de centro inclinado à esquerda” (FRANCO, 1947), inclinação que seria em parte garantida pela devida pressão dos grupos udenistas mais progressistas²⁶. As saídas de Hermes Lima, João Mangabeira e Velasco sinalizaram, inclusive para os udenistas, que o partido não era lugar para as esquerdas.

Se a perda de algumas vozes dissonantes sem dúvida contribuiu para uma maior unidade do partido, é inegável, por outro lado, que as divergências internas até mesmo recrudesceram ao longo da posterior vida udenista. A imagem pública da UDN, ou mesmo as representações do que seria o udenismo, decorrem dessa dinâmica de confrontos que determinou não apenas a trajetória do partido, mas também o perfil da agitada República de 1946. As disputas marcavam, como é natural, as grandes decisões partidárias, mas não se restringiam ao interesse imediato, pois tinham muitas vezes suas bases em distintas visões de mundo e estilos de atuação pública. A luta pelo poder dentro do partido também representava, nesse sentido, o embate entre vários tipos de ator político, diversos não somente em suas ideias como em seu modo de agir politicamente. Maria Victória Benevides destaca esse aspecto:

A diferença entre esses grupos dentro da UDN tinha um caráter mais difuso, de certa forma desvinculado das questões práticas – posições frente à política econômica ou social, por exemplo – quando se referia às características de ‘estilo’, ou seja, aquelas que mais identificavam o ‘udenismo’ tradicional. Já se discutiu a hipótese da UDN como ‘partido das classes médias’. Deve ser lembrado, ainda, que havia outra identificação da UDN – como um ‘partido dos notáveis’, em oposição ao partido de ‘massas’ (BENEVIDES, 1981, p. 225)

Precisa em sua observação, Benevides se excede quando chega a desvincular esses “estilos” das “questões práticas”. As cisões udenistas não se limitavam, por certo, a uma simples divisão de espólios ou disputa em torno de pautas, o que não implica, todavia, que os distintos estilos não tivessem profundas repercussões na resposta aos problemas centrais do cenário político. Delimitar os diversos tipos de atores que conviviam no partido, assim como suas respectivas concepções políticas, é fundamental para compreender a postura udenista perante questões concretas e sua sorte ao longo da República de 1946. A reconstrução dos caminhos da UDN não passa, como é evidente, pelo simples decalque de ideias ou crenças, sempre necessária a atenção às conjunturas, mas também não pode delas prescindir. A própria construção dos atores políticos, com suas concepções e ideologias, depende do modo de lidar com as “questões práticas” do cenário político, já que a absoluta separação entre teoria e práxis não dá conta da complexidade do mundo político.

²⁶ Não sem razão Virgílio é um dos que mais batalham contra a saída da Esquerda Democrática.

Uma dinâmica interna atribulada, em maior ou menor grau, não seria predicado exclusivo da UDN ao longo da República de 1946. As divisões também atravessariam o PSD, com a forte emergência da “Ala Moça” (HIPOLITO, 2012), o PTB - cindido entre o grupo ideológico de Alberto Pasqualini, os partidários de Fernando Ferrari e os “janguistas” (DELGADO, 2007) – e o novamente ilegal, depois de 1947, PCB, repleto de disputas internas que, nos anos 1960, darão origem ao PC do B, à POLOP, dentre outros (RIDENTI, 1993). Há que se considerar, ademais, que a própria forma-partido, como toda organização coletiva destinada a coordenar volições, ideias e ações, já carrega consigo inevitável tendência a entropia, sempre mais numerosas as visões de mundo do que as grandes disposições construídas para a disputa do poder político.

Tal necessária relativização não exclui, todavia, o caráter peculiar das facções udenistas, nem permite menosprezar a importância destes grupos internos para a trajetória do partido. Muitas das motivações reativas que presidiram sua construção sobreviviam através das seguidas derrotas eleitorais²⁷, relativamente incólume o partido ao efeito “conciliador” usualmente produzido pelo exercício do poder central. A distância do maior objetivo recrudescia as convicções e fortalecia as visões crítica ao cenário político brasileiro, sempre retratado como campo de fortes crises e inevitável decadência. A ojeriza a adversários comuns, responsabilizados por essa realidade preocupante, permitia a convivência, sob o mesmo teto, de distintos tipos de atores, talvez duros adversários políticos outras em conjunturas, mas que militavam juntos nessa época excepcional. As tensões, contudo, nunca se ausentaram e alcançariam níveis extremamente elevados na década de 1960, com franco embate entre grupos udenistas.

Os adversários do partido assumiam, por outro lado, distintas feições, a depender de quem o retratava ou do momento em que a evocação ocorresse. Getúlio Vargas por vezes surgia como o ditador de inspiração “nazifascista” do Estado Novo, cruel repressor de direitos e homem sem nenhum apreço pelo povo, mas podia também merecer o retrato de grande agitador de massas, demagogo irresponsável a provocar perigosas reações populares que poderiam pôr em risco a precária ordem que então vigia. O mesmo Vargas era combatido por motivos variados, repellido tanto pelos saudosos dos tranquilos tempos da oligarquia como por aqueles interessados em construir um projeto de país que não passava pelo retorno ao passado.

A democracia surgia aos olhos udenistas como sinônimo de liberalismo, os dois conceitos vinculados a um vasto imaginário que incluía valores e práticas típicas do mundo

²⁷ A importância das derrotas para a identidade da UDN e a construção do udenismo é bem desenvolvida por BENEVIDES, 1981.

norte-atlântico. Lutar por uma ordem democrática significava, nessa perspectiva, não apenas abraçar nossa vocação ocidental²⁸, mas combater duramente a tendência autoritária do Oriente, origem das duas grandes ameaças à ordem democrático-liberal: o fascismo e o comunismo. A recusa ao liberalismo, única via para um regime moderno e democrático, levava inevitavelmente à ditadura, vala comum onde recaiam integralistas e comunistas. Irmanados no autoritarismo, compreendido como contraconceito da democracia-liberal²⁹, ‘galinhas verdes’ e ‘lacaio da URSS’ pregavam valores estranho às melhores tradições brasileiras, já que o país pertencia, sem qualquer dúvida, à cultura ocidental, como bem destaca o Manifesto dos Mineiros, tomado como um dos documentos fundadores do imaginário udenista: “O Brasil pertence à cultura ocidental e dela não se poderá isolar nunca. Exatamente porque o nosso destino está de maneira indissolúvel ligado ao do Ocidente, nós sofreremos a flutuação dos seus valores morais e espirituais.” (Manifesto dos Mineiros. In: FRANCO, 1946, pág. 104).

Por esse olhar, não havia nada de estranho na trajetória varguista, que fora de líder de origem oligárquica - influenciado pelo positivismo castilhistas³⁰ - de uma revolução anti-oligárquica, assumira o posto de ditador de um regime autoritário e, anos depois, acabara por se transformar em ícone da classe trabalhadora, reconduzido pelas urnas ao poder. A coerência da trajetória, pela perspectiva udenista, passava pela resistência varguista ao liberalismo, cuja ausência nos discursos e na concepção de mundo de Getúlio seria responsável por suas reiteradas incursões em terrenos autoritários. Sem a ação profilática do ideário liberal, Vargas ora recaía, aos olhos udenistas, no repertório autoritário da direita, quando do seu flerte com o fascismo, ora fazia uso da gramática antidemocrática da esquerda, como nos tempos em que se aliou aos comunistas e recorreu irresponsavelmente às massas. Getúlio expunha, através da sua fluida personalidade, as afinidades de fundo entre os diversos autoritarismos e, ao mesmo, tempo, condensava, enquanto símbolo, grande parte dos males que assolavam o país.

O retorno de Vargas ao poder, unguido pela legitimidade das urnas, é ponto marcante para a guinada à direita dessa ainda jovem UDN, que não suporta as seguidas derrotas - sobretudo quando a vitória parecia tão justa e merecida aos que se viam como coveiros da

²⁸ O termo ocidente por vezes encontrava sinônimos, que aludiam à mesma tradição, como “cristão-democrático” em “... o mundo cristão-democrático, ao qual indiscutivelmente pertencemos” (FRANCO, 1968). Deve-se ressaltar, aliás, que o conceito de ocidente, em suas diversas versões, é muitas vezes referido a um origem cristão comum, como bem aponta IFVERSEN, 2007, pág. 141-166.

²⁹ Sobre o papel dos contraconceitos ver KOSELLECK, 2006.

³⁰ Esse aspecto é desenvolvido por SANTOS, R. D. 2007

ordem anterior - e passa a recorrer, alguns grupos com mais destreza e menos escrúpulos que outros, a soluções golpistas. O varguismo não morre com a bala que mata o presidente no Catete, mas perdura no cenário político brasileiro, seja como filiação política, requerida por muitos, ou acusação. A herança de Vargas não permanece, entretanto, intocada, já que é constantemente reinterpretada por seus partidários e críticos. O trabalhismo ganha novas formulações teóricas, levadas à frente por Pasqualini, e vê surgirem correntes que promovem um contato ainda maior com o povo, com o carisma paternal e distante de Vargas³¹ dando lugar a personagens que cultivavam um envolvimento bem menos mediado com a massas, seja em versão mais amena e conciliadora, caso de Jango, que se mantém mais próximo do estilo varguista, ou por meio de vertente de corte jacobino, bem exemplificada por Brizola.

Para os longevos opositores udenistas, esses novos movimentos aparecem como uma aproximação entre o velho fascismo caudilhista varguista e a ascendente onda comunista. A eclosão da Guerra Fria a partir do final da década de 1940, assim como seu recrudescimento em terras latino-americanas, em resposta a Revolução Cubana de 1959, por certo condicionam a nova sensibilidade udenista, mesmo que antes de criar novos sentimentos acabe por amplificar as tradicionais vozes anticomunistas do partido. O certo é que velhos temores ganham outra feição e novos inimigos, como Brizola, acabam integrados a querelas mais antigas.

O vocabulário udenista é um sintoma dessas transformações, com os velhos clamores contra a corrupção convivendo, cada vez mais, com denúncias de subversão³². Contraconceitos da ideia de ordem, os dois termos apresentarão variações a depender da vertente udenista que os mobilize e, conseqüentemente, do conceito de boa ordem que a motive, mas guardam, em meio a essa incerteza, definição precisa para o adversário a ser fustigado, representado como aquele que assume outra visão de mundo e busca destruir as bases nas quais a sociedade brasileira funciona de forma adequada. O corrupto e o subversivo não são, sob esse aspecto, adversários legítimos e não devem, portanto, ter suas idiosincrasias tratadas como diferenças legítimas de opinião, a serem resolvidas no embate de concepções, mas precisam ser remetidos ao campo do direito, com todo o imaginário de força que a ele subjaz, e punidos exemplarmente. As afinidades entre esse tipo de raciocínio político e o recurso a soluções extralegais, de fato ou de direito, não são difíceis de se

³¹ Sobre a construção dessa imagem paternal de Vargas durante o Estado Novo ver ARAUJO, 1986.

³² O termo corrupção tem longa história no Pensamento Político, ao passo que o conceito de subversão encontra-se mais diretamente ligado a conjuntura da Guerra Fria.

precisar, sobretudo quando esses ilegítimos adversários encontram sucessivo apoio das massas urbanas e das urnas.

Os liberalismos da UDN

As variações e mudanças da UDN, que não foram poucas ao longo dos seus vinte anos de existência, demandam atenção à diversidade em meio a univocidade. A trajetória udenista só é compreensível com a devida atenção às relações de força entre os distintos grupos que conviviam no campo partidário, os quais, por sua vez, respondiam às relações entre a UDN e as outras forças do cenário político. A ação política udenista tanto passava pelo predomínio de determinados grupos na dinâmica interna do partido, com suas visões de mundo e interesses, como dependia dos embates entre o partido do Brigadeiro e seus contumazes adversários.

A tese se preocupa, por tais motivos, em retratar algumas das distintas vertentes liberais que marcaram a atuação pública do partido, em esforço onde os liberalismos, entendidos como visões de mundo e práxis política, permitem delinear algumas das mais relevantes correntes partidárias. Se os grupos eram identificados pelos próprios membros e adversários da UDN, que já falavam nos “bacharéis da banda de música”, nos lacerdistas, nos realistas “chapas brancas” ou, em um momento posterior, nos membros da “Bossa Nova”, a tese não se limitará às próprias representações dos atores sobre eles mesmos, mesmo que as tome como elemento importante para sua construção teórica. A ampla estetização dos udenistas acerca da própria trajetória, demonstrada pela imensa produção memorialística dos membros do partido e por seu constante esforço de vincular a legenda às grandes tradições da política brasileira - como a referência ao lenço branco de Teófilo Ottoni e a deliberada escolha do 7 de abril³³ para a fundação do partido tão bem expõem - traz o risco de que, tomado pelo encantamento com as fontes, o autor produza um texto que simplesmente replique as representações udenistas. Nesse sentido, as tipologias identificam traços teóricos e estilísticos que ultrapassam a própria percepção dos atores sobre sua inserção no cenário político.

É inegável que o esforço de construir tipos liberais acaba por ocultar importantes especificidades de alguns atores, que seriam mais bem percebidas em trabalhos monográficos sobre suas contribuições. A inserção de uma figura como Afonso Arinos - autor de relevantes

³³ Data da queda de Dom Pedro I, momento de grande protagonismo dos liberais no Império e momento caro a toda a historiografia liberal sobre o período.

obras da história, ciência política, direito e crítica literária - em uma categoria mais ampla recai, certamente, em inevitável perda de complexidade e do esquecimento de relevantes nuances. O trabalho se esforçará ao máximo para superar tais problemas, através da constante referência às peculiaridades de certos atores/autores, mas, já em seu princípio, sabe que a luta, não obstante o empenho na batalha, será em parte perdida³⁴. Os personagens não são, por outro lado, sempre constantes e retilíneos em sua postura política, demanda, aliás, quase que antagônica às imposições do mundo da política. Desse modo, um bacharel pode se tornar lacerdista, flertar com o realismo ou até mesmo, depois de relacionamentos muitas vezes sólidos com outros grupos, acabar no mesmo lugar.

A tese também não toma os vínculos institucionais do partido como critério central para a adesão dos atores ao liberalismo udenista. Uma possível, e mais óbvia, justificativa passa pelo caráter algo precário dos agrupamentos partidários de então³⁵, marcados pela própria forma da constituição das novas instituições políticas. O argumento, certamente válido para os primeiros anos de funcionamento do sistema partidário, encontra, todavia, problemas quando estendido para momentos posteriores, sobretudo diante de trabalhos que defendem, com competência, o processo de progressiva consolidação das instituições políticas de 1946³⁶. A motivação maior dessa opção metodológica decorre, contudo, do próprio interesse central da tese, que se preocupa em explicitar a relevância do imaginário dos atores para suas trajetórias e escolhas políticas, e pelo próprio modo de distinção das correntes udenistas, para as quais o estilo por vezes suplantava o interesse. Nesse sentido, excluir figuras e instituições profundamente identificadas a certos ideais udenistas, como o líder do Partido Libertador, Raul Pilla, e o jornal “O Estado de São Paulo” por simples critérios de filiação partidária soa, sem dúvida, despropositado. O pertencimento aos quadros do partido não será, por outro lado,

³⁴ Cabe ressaltar, todavia, que a própria intenção da tese, que almeja perceber a relevância das ideias e representações para os embates políticos de uma época, destoa de uma análise dos autores a partir de um marco lógico-sistemático, que atribui às obras analisadas uma coerência que não foi, em nenhum momento, desejada. Se é possível identificar uma construção intelectual com certa dose de sistematicidade dentre esses autores/atores, ela decorreria antes da contribuição fragmentária de diversos personagens do que da obra individual de cada um deles. Claro que a relação entre autores e conjuntura é sempre difícil, e impossível de ser adequadamente tratada em um texto de poucas linhas, que aborda tema diverso. O trato metodológico deve, todavia, por certo distinguir aqueles que se propõe a construir amplas explicações do mundo, munidos de certa “vontade de sistema”, nas palavras de Diogo Pires Aurélio (AURÉLIO, 2009), daqueles que produzem reflexões de outro tipo sobre o político, sem, é claro, esquecer que todo autor escreve a partir de certo lugar no mundo. Uma inspiração para a presente tese vem dos trabalhos de Newton Bignotto sobre o republicanismo italiano. Ver, dentre outros, BIGNOTTO, 2010.

³⁵ Argumento inspirado em SOUZA, 1976, o qual é em boa parte adotado por BENEVIDES, 1981.

³⁶ O maior exemplo é LAVAREDA, 1999, mas vale também atenção a tese de GRINBERG, 2009, que aponta ótimas evidências sobre a permanência da identificação às legendas do interregno 1946-1964 anos após sua extinção pelo AI2.

desprezado, pois sem dúvida importa explicitar as razões que levaram figuras aparentemente pouco identificadas ao imaginário do partido a nele ingressar e militar.

Maria Victoria Benevides segue caminho semelhante em seu estudo sobre o partido (BENEVIDES, 1981, p. 151-177), preocupada em distinguir a UDN do udenismo, definido como: “o conjunto de ‘ideologias’ e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político), mas com ela se identificavam, no reconhecimento público e num circuito simbólico de mútua realimentação.” (BENEVIDES, 1981, p. 147). Quando se preocupa com o tema das correntes internas, Benevides adota uma tipologia que considera tanto a trajetória e a origem política dos atores, quanto suas filiações ideológicas. O problema da construção de categorias a partir de critérios tão heterogêneos é a pouca elaboração das classificações e a sobreposição de pertencimentos - com alguns personagens a figurarem em mais de uma categoria - o que não representa um problema a priori, mas acaba por desvincular a definição dos grupos que compõe o partido da sua importância para os caminhos da UDN. A autora distingue o “elenco” partidário entre:

a) As oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37; c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; d) os grupos liberais com uma forte identificação regional; e) as esquerdas.” (BENEVIDES, 1981, p. 29)

As dificuldades do belo livro da autora, o melhor sobre o tema, decorrem do caráter excessivamente unívoco que ela atribui ao “udenismo”, sem explicações satisfatórias acerca das diferenças internas ao ideário e das razões responsáveis pelas ambiguidades características da UDN, mencionadas até mesmo no título do livro. As sugestões de Benevides são muitas e passam, sobretudo, pelas contradições entre o discurso declaradamente liberal dos udenistas e as práticas e concepções quase sempre antiliberais do partido, resumidas em uma série de características, algumas excessivamente vagas³⁷. Os grupos e perspectivas que conviviam no partido merecem, todavia, pouca atenção, deixada de lado uma investigação que ofereceria chave interessante, mesmo que não suficiente, da fluidez que ela tão bem aponta. Sem refletir de forma satisfatória sobre as distinções internas do partido, Benevides torna seu interessante conceito de “udenismo” por demais uniforme e abstrato, incapaz de dar conta da diversidade que caracterizava a UDN e que é reiteradamente apontada em seu livro. O liberalismo, por outro lado, é tratado de forma excessivamente unívoca, sem atenção para a possível coerência

³⁷ Maria Victoria elenca como “questões específicas para a qualificação do liberalismo udenista” componentes como “o elitismo, o moralismo, a ênfase na ordem, os desvios para o autoritarismo e o estatismo, via golpismo” (BENEVIDES, 1981, p. 252)

entre alguns postulados liberais e a prática política udenista. A constante menção às “ambiguidades” por vezes oculta importantes limites do modelo explicativo.

A gramática liberal era, por sua vez, perfeita para os que padeciam com a distância do poder central. Se o Estado era compreendido como correlato do varguismo, nada mais natural que a defesa de uma visão de mundo que buscasse criticar fortemente a ação estatal. O liberalismo se afirma no imaginário udenista como antítese da experiência autoritária do Estado Novo e remete tanto ao cenário político anterior à emergência do “caudilho de São Borja” - quando, sob formas diversos, as ideias liberais se destacavam- quanto a uma perspectiva de finalmente modernizar a sociedade brasileira, eliminando os arcaísmos que a impedem de alcançar o futuro. O partido cultivava, nesse sentido, todo um panteão de patronos do liberalismo nacional, com destaque para nomes como Teófilo Otoni, o inspirador do lenço branco, e Rui Barbosa³⁸. O Manifesto dos Mineiros, documento visto pelos udenistas como fundador do partido, já destacava a existência e importância de uma longa linhagem liberal de resistência ao poder:

Fomos buscar inspiração no passado, porque nele procuram assentar a constância de sua regência política os que, entre nós, por uma errônea interpretação da História, nele somente vislumbram algumas não contestadas vantagens da centralização administrativa e do governo monocrático, sem atentar para os males, de muito maior extensão, que lhes são inerentes (...) Recorrendo a nosso turno àquele passado, temos em vista focalizar de preferência as ininterruptas reivindicações cívicas e provinciais que deveriam manter a opinião do país em contínua vigilância e suspender, no impulso dos seus movimentos, entre muitos outros homens da têmpera e da vocação democrática de Teófilo Otoni, Francisco Otaviano, Tavares Bastos, José Bonifácio, o moço, Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva, Campos Sales, Prudente de Moraes, Cesário Alvim, João Pinheiro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Assis Brasil e Júlio de Castilhos³⁹ (FRANCO, 1946, p. 105)

É o olhar do presente que dá continuidade aos precursores – o que permite agrupar figuras como, por exemplo, Rui e Campos Sales- cioso por legitimar-se a partir de autoridades históricas que ganham unidade a partir das demandas contemporâneas. Há, é claro, certa permanência de inquietações e questões, que permitem traçar linhagens, mas estas somente ganham maior coerência quando observadas a partir de um lugar. Como no conhecido texto de Borges (BORGES, 2007), é Kafka que conforma seus precursores e revela afinidades antes imprevistas.

³⁸ “A União Democrática Nacional é a legítima herdeira da tradição liberal de reforma dos costumes políticos e administrativos. É o estuário para onde confluíram os remanescentes da pregação política do Civilismo, da Reação Republicana, da Aliança Liberal.” (FRANCO, 1980, p. 88)

³⁹ A presença de nomes como Júlio de Castilhos de Benjamin Constant causa estranheza na lista e sugere interessantes caminhos de investigação, mas não afasta o seu inegável intento de construir um panteão liberal brasileiro.

O liberalismo, por outro lado, é também caminho para o futuro. Frente a alguns olhos liberais, a Segunda Guerra condenou definitivamente como arcaicas as perspectivas críticas do liberalismo, tão em voga antes da sua eclosão (HOBSBAWN, 1995). Nesse sentido, se o passado brasileiro carrega traços liberais, sobretudo na ideia e na atuação dos grandes homens, o futuro não seria diferente. Só haveria um caminho rumo ao moderno.

Dois grandes discursos liberais tiveram destaque ao longo da existência da UDN, ambos com papel fundamental para a construção da própria ideia de udenismo, categoria que perdura até hoje no imaginário político nacional: o liberalismo dos bacharéis e o liberalismo lacerdista. Os bacharéis se destacavam pela centralidade que davam ao direito na definição dos rumos da sociedade. O aparato jurídico, entretanto, não era concebido a partir de chave autônoma, como regido por uma lógica própria, mas sim submetido aos imperativos da razão política e dirigido por uma elite afeita aos meandros do poder. Dentre dessa perspectiva, é possível distinguir, em meio às muitas semelhanças, duas variantes liberais. Uma, que chamamos de liberalismo conservador, encontra seus objetivos na reconstrução de uma tradição nacional imaginada, que foi violada pela emergência de lideranças pouco afeitas aos seus valores, mas pode ser retomada pela ação virtuosa de elites através do direito. Destacam-se nessa vertente nomes como Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos e Prado Kelly. Outra, intitulada liberalismo modernizante, possui ares menos aristocráticos e humanistas que a primeira corrente e encara com maior fervor a tarefa de modernização da sociedade a partir do direito. A busca pela legitimidade está tanto no futuro como no passado. Nesse campo, se destacam personagens como Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro.

O lacerdismo, por sua vez, conjuga forte ênfase na ação política, construída a partir de viés claramente crítico em relação ao mundo jurídico, com um postura que renega os valores do passado e funda a legitimidade nos resultados, efetivos e esperados, a serem construídos pela performance pública do líder. Muito distante dos bacharéis liberal-conservadores, ele se aproxima um pouco mais dos liberal-modernizantes, mas ainda guarda ampla distância destes, seja porque, distintamente de Lacerda, figuras como Bilac e Baleeiro conferem muito maior valor às tradições políticas brasileiras, ou em razão do forte antijuridicismo do político carioca, que o leva a abraçar com maior facilidade soluções distantes da institucionalidade vigente. O lacerdismo, fortemente amparado no carisma⁴⁰ do seu protagonista, não se mostrou eficiente em construir relevantes personagens secundários, já que atores como Amaral Netto, Sandra Cavalcanti ou mesmo Raphael de Almeida Magalhães nunca flertaram, ao menos

⁴⁰ A referência para o conceito é, evidentemente, WEBER, 2000, 2004

durante a República de 1946, com postos nacionais de destaque. Irrompendo e transformando o mundo que então se delineava, o carisma do futuro Governador da Guanabara não conseguiu se rotinizar, em que pese a ampla influência de Lacerda nas instituições civis e militares de então.

O partido certamente comportava um número muito mais amplo de correntes, muitas delas delineadas pelos próprios udenistas e adversários. Pode-se falar, nesse sentido, nos “chapa-brancas”, entusiastas de uma relação de feição mais fisiológica com os governos adversários, ou na “Bossa Nova”, que defendia um reformismo social mais intenso, próximo de algumas das reformas de base defendidas por Jango. Há também certo “tenentismo tardio udenista”, protagonizado por figuras como Eduardo Gomes e Juarez Távora, e fundamental para a conformação do imaginário do partido. Outros grupos certamente poderiam ser mencionados, sem falar nas personalidades que muitas vezes pareciam inassimiláveis às mais conhecidas facções udenistas.

Não resta dúvida, todavia, que nenhuma dessas correntes ou discursos contribuiu tanto para a imagem pública da UDN e do udenismo, durante e depois da sua existência, como os bacharéis e os lacerdistas. A simbologia em torno desses dois grupos constitui o traço distintivo da UDN em meio ao cenário político da República de 1946. Se o tenentismo perpassa todo o espectro partidário, a “bossa nova” constitui a concessão de alguns udenistas à vaga mais identificada com seus adversários e os “chapa-brancas” ultrapassam em muito as fronteiras do partido, ou mesmo da época e do local, a identidade de “partido dos bacharéis” ou de “partido do lacerdismo” era marca exclusiva da UDN e até hoje forma o núcleo duro do que se entende por udenismo.

A ausência do lacerdismo nos outros grandes partidos é evidente, haja vista o conteúdo inafastavelmente personalista das suas manifestações, mas quanto aos bacharéis é natural a contestação sobre sua natural identificação aos udenistas. O protagonismo dos juristas na política brasileira não é, sem dúvida, exclusividade da UDN⁴¹. É inegável, todavia, que mesmo numerosos os bacharéis pessedistas, partido cuja origem social dos membros era muita semelhante a udenista (MICELI, 1997) e até mesmo trabalhistas, era à UDN que ficava reservada imagem de partido do bacharelismo e do discurso jurídico.

Nem tudo, todavia, é liberal nos discursos e práticas dos liberais. Maior símbolo político do liberalismo da República de 1946, a UDN certamente não era formada apenas por entusiastas do ideário. Nesse sentido, a opção por centrar as análises nos bacharéis e lacerdistas

⁴¹ O tema merecerá análise mais detida no primeiro capítulo.

também passa pela preocupação em compreender o percurso do liberalismo naqueles conturbados anos, já que os dois grupos são as facções udenistas que efetivamente reclamam na arena pública a representação dessa cultura política. A escolha de trajar vestimentas liberais não é irrelevante para a compreensão da trajetória política dos atores, mesmo que a ação política não se esgote no terreno da consciência. Por outro lado, enquadrar uma figura como Carlos Lacerda no campo do liberalismo não importa desconhecer ou tomar por insignificante seu flerte com gramáticas antiliberais, mas reconhecer no ideário elemento explicativo relevante para grande parte das suas ideias e ações. A absoluta coerência é antes atributo dos sistemas abstratos que dos homens e práticas sociais, que, como bem coloca Machado de Assis, tem “contra si o existirem” (ASSIS, 1998).

4. Estrutura da tese

A tese está organizada em quatro capítulos. Os dois primeiros buscam construir o perfil desses dois estilos liberais da UDN, sendo um dedicado aos bacharéis - que se dividem, por sua vez, entre um liberalismo conservador e um liberalismo modernizante - e outro ao lacerdismo. Os dois últimos capítulos tratam de questões e conjunturas onde esses liberalismos formularam reflexões sobre o país e se converteram em relevante práxis política, construindo visões de mundo fundamentais, em suas aproximações e afastamentos, para os rumos da história nacional.

Desse modo, o terceiro capítulo aborda a conduta do liberalismo udenista frente questão do monopólio estatal do petróleo, interpretando a defesa udenista a favor do predomínio estatal no campo não como uma simples prova de oportunismo, ou marca de um suposto liberalismo artificial dos seus líderes, mas a partir do tipo de perspectiva liberal defendida pelos bacharéis, como Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro, que tomaram à frente da questão.

O quarto capítulo analisa, por sua vez, a ascensão e queda do curto governo de Jânio Quadros e os momentos que antecederam o Golpe de 1964, interessado em explicar as aproximações e divergências, seja no campo das ideias ou da ação política, entre as distintas vertente liberais udenistas, a partir do modo como atores com Afonso Arinos, Lacerda e Bilac Pinto interpretavam aquela conjuntura. O texto busca demonstrar como atores partidários de

distintas concepções de mundo se aproximaram, e repeliram, politicamente em certos momentos do período.

1. O liberalismo dos bacharéis

“Depois de tamanhas dores
De tão duro cativoiro
Às mãos dos interventores
Que quer o Brasil inteiro?
– o Brigadeiro!

[...]

A nota tirada ao povo
Pelo Estado quitandeiro
Rotulado Estado Novo.
Quem lhe porá um paradeiro?
– o Brigadeiro!

Brigadeiro da esperança,
Brigadeiro da lisura,
Que há nele que tanto afiança
A sua candidatura?
– Alma pura!

[...]

Abaixo a politicalha!
Abaixo o politiqueiro!
Votemos em quem nos valha:
Quem nos vale, brasileiro?
– o Brigadeiro!”

(BANDEIRA, Manuel, Lira do Brigadeiro)

1.1 Os bacharéis e a construção da ordem

O bacharel é um dos mais célebres personagens da história política brasileira. Ele evidentemente não atua sozinho, quase sempre amparado por outros tipos, como o militar, o

homem de negócios, o fazendeiro ou o jornalista, mas por certo tem, ao longo do difícil percurso de construção do Estado nacional brasileiro⁴², papel de destaque. Não se trata, aliás, de especificidade tupiniquim. Weber destaca como a atuação dos “juristas formados em universidades (...) determinou, de maneira dominante, toda a estrutura política”⁴³ e foi fundamental para a “progressão no sentido de uma forma estatal racional” (WEBER, 2000, P. 76). Se os militares⁴⁴ são grandes responsáveis pelos solavancos que rompem com a legalidade, muitas vezes para garantir regularidades outras, durante muito tempo coube ao bacharel a administração dessa ordem. Em um mundo no qual a política ainda não adotava a linguagem e as instituições da democracia, eles eram, de fato, os mais adequados para tomar a frente do Estado, munidos de duas habilidades centrais para a construção da ordem pública: o manejo das leis e a representação dos interesses⁴⁵.

A democracia e o caráter mais complexo das relações sociais, a ela usualmente associados trazem, todavia, sensíveis modificações ao mundo do bacharel. O maior acesso de diversos grupos sociais aos postos do Estado retira do advogado o quase monopólio da representação que ele detinha no mundo oligárquico, onde o predomínio de uma lógica do consenso⁴⁶, distintamente da lógica do conflito que preside as democracias, dava destaque às suas mais destacadas habilidades. O desenvolvimento de conhecimentos específicos e técnicos torna-o, por outro lado, inábil para a representação de muitos segmentos.

Nem só de más notícias, todavia, vive o bacharel em tempos democráticos. Sua habilidade de representar interesses permanece valiosa e rara⁴⁷, mesmo que sem protagonismo de outrora, mas agora ele assume a feição de “advogado moderno”, subjetivado por uma habilidade jurídica e discursiva específica, mais distante a época em que o jurista se distinguia pela capacidade abordar com galhardia diversos assuntos. O aumento das áreas de regulação jurídica, somada à lógica da expertise técnica, torna-o, por outro lado, personagem essencial

⁴² Sobre o lugar e a importância dos bacharéis na construção do Estado brasileiro ver: ADORNO, 1988, CARVALHO, 1980, COELHO, 1999; VIANNA, 1986; VENANCIO FILHO, 2004. Sobre a razão jurídica na “construção da ordem” na Primeira República ver LESSA, 1999.

⁴³ WEBER, 2000, pág. 76. Deve-se ressaltar que Weber caracteriza esse jurista como um “tipo ocidental peculiar, e peculiar, antes de tudo, ao continente europeu”. (WEBER, 2000, pág. 76)

⁴⁴ Sobre a corporação militar no Brasil ver COELHO, 2000 e CARVALHO, 2005.

⁴⁵ Também nesse sentido, Weber destaca que “Nada tem de fortuito a importância dos advogados na política ocidental, após a aparição dos partidos políticos. A empresa política dirigida por partidos não passa, em verdade, de uma empresa de interesses – e logo veremos o que essa asserção pretende significar. Ora, a função do advogado especializado consiste exatamente em defesa dos interesses daqueles que o procuram. Em tal domínio (...) o advogado sobrepuja qualquer ‘funcionário’. Sem dúvida alguma ele pode fazer triunfar, isto é, pode ‘ganhar’ tecnicamente uma causa cujos argumentos tem fraca base lógica e que é, em consequência, logicamente má, porém é também o único a ter condições de fazer triunfar, isto é, de ganhar uma causa que se funda em argumentos sólidos e que é, portanto, boa, em tal sentido.” (WEBER, 2000, pág. 78)

⁴⁶ Sobre essa lógica de consenso ver SANTOS, 2010; 2007

⁴⁷ “o advogado moderno e a democracia estão ligados” (WEBER, 2000, pág. 78)

para a nova ordem do poder. Se ele perde seu lugar privilegiado na representação de interesses, mesmo que ainda permaneça uma das figuras mais destacadas nessa seara, passa a deter um espaço de autonomia que até então desconhecia.

A República de 1946 foi a primeira experiência democrática brasileira. Ainda existiam, por certo, significativas restrições ao sufrágio, como a vedação do voto aos analfabetos, que alcançavam 54% da população em 1945 (SOARES, 2001, p. 313), decisão que impedia, na primeira eleição do novo regime, a participação de mais da metade da população adulta nas eleições. A cassação do registro do PCB, em 1947, marca, por sua vez, a exclusão de significativa tendência política - os comunistas tiveram quase 10% dos votos na eleição presidencial de 1945, elegendo 14 deputados e um senador - do cenário legal, em evento que, sem dúvida, abala o caráter democrático do regime. É inegável, por outro lado, que a ampla expansão do sufrágio - os 1,5 milhão de 1933 seriam 7,5 milhões de 1945 e chegariam a 18,5 milhões em 1962 (SOARES, 2001, p. 318) - e a relevância dos processos eleitorais como instrumentos de organização do poder político⁴⁸, sem falar na inédita possibilidade de expressão política por parte das classes historicamente excluídas, apontavam para a centralidade do *demos* na instituição do regime, em cenário que, não obstante as imperfeições, pode ser classificado como democrático.

Habitados a outros terrenos, os bacharéis brasileiros se viam diante de novas lógicas e práticas políticas, com consequências que muitas vezes fugiam a seus mais arraigados hábitos e perspectivas. A democracia não apenas aumentava o número dos que influem nas questões de Estado, mas transformava a própria natureza da política, que agora era conduzida por imperativos estranhos ao mais tranquilo mundo das oligarquias e das ditaduras. O bacharel da República de 1946 se via diante de uma realidade muito diversa da enfrentada por seus antecessores.

Nenhum partido da nova ordem seria tão diretamente afetado por essas transformações como a UDN. Muitas vezes representada como o “partido dos bacharéis”, ela tinha dentre suas principais figuras importantes juristas, muitas vezes catedráticos em grandes faculdades de direito, conhecidos por sua atuação nas tribunas parlamentares e pela grande influência na determinação da linha política udenista. Apenas na “banda de música” destacam-se nomes como Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos, Bilac Pinto, Adauto Cardoso e Prado Kelly, intelectuais públicos cuja influência transcendia em muito os limites do partido, com

⁴⁸ As eleições imperiais ou da Primeira República tinham também clara relevância na organização do poder político, mesmo que seus resultados muitas vezes se consolidassem longe da vontade dos eleitores, seja pela de opções ou pela manipulação de votos e atas, mas seus efeitos não eram tão centrais para a o Estado e a cena política quanto na República de 1946.

grande presença não apenas nas disputas internas à legenda udenista como nos maiores debates nacionais da época, seja no parlamento ou na imprensa. A República de 1946, com seus temas e confrontos, não pode ser compreendida sem a devida atenção a essas personalidades.

A atuação pública desses bacharéis alcançava os mais diversos campos, para além das fronteiras do mundo jurídico, como suas marcas nos debates sobre temas como o monopólio estatal de petróleo e a remessa de lucros ao exterior bem demonstram. O ideário liberal da época, que tinha na UDN seu principal representante, deles recebeu grande parte das suas principais teses. Se o feitiço desse liberalismo só encontra sua plena inteligibilidade nas questões e disputas de então, incompreensíveis as ideias sem referência à sua conjuntura, ele é também fruto das influências intelectuais dos seus formuladores. A adequada análise desses atores requer, nesse sentido, grande atenção ao papel que o mundo jurídico desempenhava em sua formação e atuação política.

1.2 Entre bacharéis e juristas

A ampla presença de bacharéis no parlamento e na burocracia pública não era, como já dito, fenômeno recente na história brasileira. O pensamento político brasileiro é em grande parte produzido por intelectuais que tinham na reflexão jurídica um dos principais eixos da sua interpretação de país, com exemplos que se alastram por distintos campos ideológicos. Não faltava aos bacharéis da UDN a percepção de que integravam essa longa linhagem de pensadores-juristas, sempre presente em seus discursos e textos. A peculiaridade da UDN antes tais antecedentes decorre, em grande parte, das transformações que o país vivenciava à época, as quais dotavam de novo sentido tradicionais características da política brasileira. Uma análise mais apurada sobre o tema demanda, todavia, a consideração dos diversos tipos de vínculos entre os intelectuais e o mundo do direito, ou seja, dos muitos possíveis significados da caracterização de um ator político como bacharel. Ao menos três modelos se destacam.

O primeiro se caracteriza pelo recurso ao diploma de bacharel como meio de distinção social e ingresso na elite política. As faculdades de direito são um tradicional percurso rumo ao cimos do poder no Brasil, como o vasto de número de líderes imperiais saídos das salas de

Coimbra, Recife e São Paulo (CARVALHO, 1980; ADORNO, 1988; COELHO, 1999), e o impressionante predomínio de egressos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco dentre os protagonistas da Primeira República, bem demonstram. Muitos dos que trilham esse caminho não se distinguem, todavia, pelos traços usualmente vinculados aos bacharéis na política brasileira. Se o título é requisito para a carreira política, não é pelas habilidades teóricas ou retóricas adquiridas no mundo jurídico, que eles constroem sua imagem pública. A formação em ciências jurídicas certamente influencia parte da trajetória de tais figuras, mas não ocupa lugar central em suas biografias. Dois dos maiores inimigos dos bacharéis udenistas, Getúlio Vargas e João Goulart, são exemplos dessa estirpe.

Outro tipo ideal é o político que expõe em seu estilo retórico as marcas da formação forense, mas não cultiva o gosto pelas fórmulas e argumentos jurídicos. O encadeamento das teses e as modulações de voz apontam para o ensino das faculdades de direito e para a persona do advogado, mas o conteúdo dos argumentos passa longe dos códigos e manuais. Sua figura pública comumente não dá destaque ao saber jurídico, mesmo que possa se relacionar à oratória forense. É claro que as formulações retóricas determinam, em certo sentido, as ideias e ações públicas, de modo que a “exposição jurídica” que caracteriza esses bacharéis acaba por conformar em alguns aspectos muitos dos seus argumentos. O lugar secundário que atribuem aos temas jurídicos na determinação das relações sociais e da vida pública os torna, todavia, distintos do último tipo, que será analisado nas próximas linhas. Alguns dos mais célebres bacharéis pessedistas, como Gustavo Capanema e Tarcílio Vieira de Melo, exemplificam com perfeição esse modelo de homem público.

Há, por fim, os atores que tem no expertise forense elemento central para sua afirmação no campo político, a determinar o traço essencial de suas figuras públicas. O conhecimento jurídico tem, nesse caso, papel central em suas concepções de mundo, com a política vista de modo diretamente relacionado ao direito. Não faz sentido para esses personagens pensar a política como autônoma perante o campo jurídico, já que o conceito de direito desses autores não se constrói contra a história ou a sociologia, mas os toma como necessariamente vinculados. Esses são os bacharéis udenistas, personagens que tanto marcaram a imagem e a trajetória do partido. O estudo do repertório por eles mobilizado é, nesse sentido, fundamental para a compreensão da forma pela qual o pensamento jurídico influencia a inserção pública dos atores e conforma sua interpretação de país. O campo do direito oferece inúmeros caminhos para a compreensão da realidade, o que torna necessário não apenas delimitar a presença da retórica jurídica, mas também expor quais ideias forense

informavam seu pensamento e prática política e explicitar qual era, afinal, seu conceito de direito.

Algumas figuras centrais da política brasileira compõem a galeria dos seus antecessores, dentre os quais se destaca o vulto de Rui Barbosa, referência constante dos bacharéis udenistas e razão de crítica dos seus opositores. Famosa, nesse sentido, é a frase de Otávio Mangabeira para Afonso Arinos, reproduzida nas memórias do segundo, ao se deparar com a grande biblioteca particular do mineiro: “Estamos perdidos! Político com livro em casa nunca deu certo! Quem tinha mais livros era o pior político: chamava-se Rui Barbosa” (FRANCO, 1965, p. 42). O comentário não revela apenas posição pessoal do célebre líder autonomista baiano⁴⁹, mas replica uma das mais correntes críticas aos bacharéis udenistas, comumente retratados, dentro e fora do partido, como juristas descolados da realidade nacional e inaptos para a vida política, já que mais preocupados com seus tratados jurídicos do que com as prementes questões que confrontavam a classe política de então. A sofisticada distinção entre bacharéis e juristas, elaborada nas memórias de Afonso Arinos, busca, de certo modo, responder a esse ponto, repaginando a imagem dos bacharéis dos quais Arinos era um dos mais destacados líderes - como comprova sua longa permanência à frente das lideranças do partido e da oposição, entre 1951 e 1958, quando ele é eleito para o Senado pela Guanabara – e o mais importante intelectual.

Há, sem dúvida, uma nuance bem marcada entre os conceitos de bacharelismo e de juridicismo no Brasil. São ambos filhos dos mesmos pais, o Império acadêmico e discursivo (muito mais profundo e autêntico, no entanto, do que parecem acreditar certos observadores apressados) e a tradição luso-coimbrã agasalhada nas Faculdades de leis de São Paulo e Pernambuco. O juridicismo evoluiu para uma espécie de abstração científica, um certo gênero de clericalismo (no sentido de Julien Benda) que nos deu Teixeira de Freitas, Lafayette Rodrigues Pereira, Clovis Bevilacqua e mesmo Tobias Barreto ou Pedro Lessa, cujos temperamentos ferventes não eliminaram aquela irresistível tendência à formulação teórica, que os incompatibilizava, como os demais, com a vida política. Um traço do juridicismo é,

⁴⁹ O autonomismo foi um relevante movimento liberal baiano da Primeira República, que perdurou como identidade política local mesmo depois da criação dos partidos nacionais. Vinculado a algumas das mais tradicionais elites do Estado, e próximo das oligarquias destronadas com a Revolução de 1930, ele, como era natural, entrou em confronto com o interventor Juracy Magalhães, um “forasteiro” aos olhos das elites locais, por não ter nascido nem possuir qualquer vínculo político em terras baianas quando nomeado por Vargas. O rompimento de Juracy Magalhães com o então ditador gaúcho, quando do Estado Novo, aproximaram-no dos autonomistas, seus ferrenhos adversários de poucos anos atrás, todos a ingressarem com papéis de destaque na UDN, da qual Otávio Mangabeira seria o primeiro presidente e Juracy um dos principais líderes e posterior presidente, entre 1957 e 1959. Um dos poucos estados em que as oligarquias rivais conviveram dentro da UDN, o outro foi a Paraíba, a Bahia foi, justamente por essa união, a maior bancada udenista na primeira legislatura, com 12 deputados. (FRANCO, 1965, p. 40). Mangabeira e Juracy lideraram, aliás, a corrente udenista que defendia o apoio à Dutra e a aliança com o PSD, vitoriosa no embate interno com os liderados por Virgílio de Melo Franco. Depois da aliança em torno da candidatura vencedora de Mangabeira para o Governo da Bahia, os grupos romperam, mais por razões de política local que nacional, com Mangabeira e seus partidários, como Josaphat Marinho e Nestor Duarte, migrando para o udenista Partido Libertador. Sobre o autonomismo e as disputas políticas baianas entre 1945 e 1964, ver DANTAS NETO, 2006.

aliás, este: a inadaptação à política partidária militante, apesar da evidente paixão política de homens como Lessa e Tobias. Já o bacharelismo é outra linhagem, tão diferente como os Orleans dos Borbouns. O bacharelismo é a técnica jurídica aplicada especialmente à realidade política. Não é teórico, sobretudo não é abstrato ou filosófico. O maior dos bacharéis brasileiros é Rui Barbosa, cuja incapacidade para a filosofia e a teorização tem sido tantas vezes salientada. Os juristas-teóricos-apolíticos amavam a filosofia, todos eles. (FRANCO, 1965, p. 48-49).

Bacharéis, não juristas, seriam de acordo com essa tipologia figuras como o próprio Afonso Arinos, Milton Campos, Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Adauto Lúcio Cardoso, dentre outros. Em suma: a ala dos bacharéis da UDN. Para estes atores, o direito não figuraria como abstração filosófica, indiferente à realidade, mas seria antes “técnica jurídica aplicada diretamente à realidade política”. Mais do que homens das leis, os bacharéis se integrariam à conhecida estirpe de homens da política, do Estado⁵⁰, responsáveis por aproximar os abstratos e muitas vezes intrincados textos legais das demandas e contradições sociais. Entes ligados ao mundo estatal, sem dúvida, mas distantes do ideal de uma burocracia moderna, que separa o campo da administração do da política e demanda os funcionários públicos uma desejada neutralidade. A política é antes arte que ciência, que tem no direito sua linguagem privilegiada e no senso de realidade seu norte. Mais do que transformar o mundo, cabe à política permitir que os homens melhor se adaptem a ele. O bacharel se distingue como hábil estadista⁵¹ por sua capacidade se adaptar ao ritmo da sociedade e prever, antes dos demais, as transformações que se delineiam no horizonte.

Os juristas, por sua vez, privilegiariam a formulação intelectual ante as imposições da política, amantes da sequência necessária das fórmulas teóricas, que não perecem em meio à contingência do mundo. A “paixão política”, como resposta dos atores às intempéries do mundo, não é incompatível com a persona, mas atua ao lado da “inadaptação à política partidária militante”. O jurista é antes de tudo um homem da ciência, no caso a ciência do direito, compreendida em chave filosófica, como sequência de pressupostos lógicos, e não sociológicos ou históricos. A política, nesse sentido, ocuparia lugar menor, limitada às convicções interiores e subjugada aos ditames da razão jurídica. Tal relativo distanciamento do mundo tornaria o jurista mais propenso a transformá-lo. A precedência das ideias ante a

⁵⁰ “...nunca fui outra coisa, senão um homem ligado ao Estado.” (FRANCO, 1983, p. 70.)

⁵¹ Werneck Vianna identifica os precedentes dessa postura na história política brasileira, recorrendo, todavia, ao termo jurista-político para referir-se aos que estamos tratando como bacharéis: “A internalização do direito, enquanto práxis, derivava menos da necessidade de quadros profissionais para a representação de conflitos interindividuais ou entre indivíduo e Estado do que do preenchimento de quadros do Estado em gestação. O jurista, mais precisamente, o jurista-político, surgirá como estadista, homem do direito público. O advogado, personagem do mundo do interesse, aguardará diferenciação da sociedade civil para se impor como nova figura social e mesmo quando isto vier a ocorrer, jamais se desprenderá de todo de uma cultura jurídica que se origina como disciplina do Estado.” (VIANNA, 1986, p. 84)

realidade o impelem, muitas vezes, a uma ação menos conformista perante as imposições da ordem social, não desejoso de responder a elas, mas ansioso por modificá-las⁵². O raciocínio de Arinos caminha, assim, no sentido de atribuir ao jurista maior inclinação ao novo, em contraste com a tendência à conservação por parte dos bacharéis:

Inspecionando as duas listas de nomes acima, recordando ainda que muito ligeiramente as obras e as vidas de uma e de outras, confirmo para mim mesmo uma expressão que sempre me vagava esparsa, no espírito: a do conservadorismo dos bacharéis, em contraste com o espírito inovador (seja no sentido progressista seja no reacionário) dos juristas. Porque isto? O jurista é homem de maior capacidade indutiva, tende a formular, a criar o direito, a extraí-lo da observação do complexo social. Por isto vê este complexo no seu dinamismo histórico, e o espírito que anima é sempre aberto às mudanças, às inovações da realidade vital, seja na direção evolutiva (como Tobias), seja na orientação reacionária (como Campos). Já no bacharel o traço de espírito marcante é a agudeza dedutiva. Ele tende a aplicar e não a formular o direito; ou antes, é homem mais da lei que do direito. Porém a lei, de certo modo, é apenas a cristalização de uma experiência social já vivida, quero dizer, já passada. Daí o bacharel ser levado, por hábito e por gosto, à defesa das formulas consagradas, à imutabilidade das estruturas, à solidariedade com os sistemas criados, em uma palavra – sem o menor sentido pejorativo - ao conservadorismo, que é, em geral, bem distinto do reacionarismo. (FRANCO, 1965, p. 49)

O bacharel é um conservador, “homem mais da lei que do direito”, mas a lei vista como imutável e representada como “cristalização de uma experiência social já vivida”, não como instrumento de transformação da realidade. A proverbial resistência dos bacharéis udenistas à mudança social - tão bem representada pela defesa da integridade da Constituição de 1946 contra as reformas de base do governo João Goulart – ilustra sua concepção conservadora do direito, visto como a mais sólida barreira às instabilidades do mundo moderno, já que “continua a ser a única força social capaz de encaminhar tais transformações no sentido do menor sofrimento e do maior benefício para os homens” (FRANCO, 1961b, p. 172). Fundamental para a resistência a uma ditadura que teve como um dos seus protagonistas, especialmente em sua fase mais repressora, um jurista, Francisco Campos, o bacharelismo revelava, segundo o bacharel Arinos, em um momento de crítica e autocrítica⁵³, sua face conservadora e até mesmo reacionária quando se defrontava com as forças da transformação, que inevitavelmente emergiam em um regime democrático: “Isto explica perfeitamente porque a UDN, cuja participação foi tão sanguínea e juvenil na fase em que o

⁵² O vínculo entre o racionalismo jurídico e propensão às transformações sociais é destacado por WEBER, 2000, p. 75.

⁵³ O terceiro volume da memórias de Arinos é redigido depois do seu confronto com muitos líderes udenistas, em virtude da Política Externa Independente, liderada por Arinos durante o curto governo Jânio Quadros. Já distante da liderança da Câmara, e acomodado em um mais pacato Senado, Arinos adota uma postura crítica ao reacionarismo dos setores mais extremados da UDN, com destaque para Carlos Lacerda, alvo de não poucas críticas do bacharel mineiro. O embate e a defesa de um posição mais moderada e progressista do partido não impedirá seu decidido apoio ao Golpe de 1964.

Brasil precisava restaurar o Estado de direito, se mostra hoje tão à margem, tão incapaz, quando o que precisamos é renovar o direito do Estado.” (FRANCO, 1965, p. 49). O partido não pecava pela inabilidade política, como se preso a uma perspectiva jurídicista da prática política, mas, caracterizado pelo predomínio dos bacharéis, e não dos juristas, demonstrava grande expertise para atuar, segundo seus desígnios, em meio às instituições e os embates da política da época.

A construção de uma imagem politizada dos bacharéis - distante das corriqueiras acusações dos que lhes atribuem maior preocupação com as formulas jurídicas do que com os problemas práticos- não é esforço solitário de Arinos. Aliomar Baleeiro retorna ao mandato de Rui Barbosa à frente do Ministério da Fazenda do Governo com o intuito de demonstrar que as criticadas condutas do bacharel baiano, como o encilhamento, eram antes guiadas por uma superior astúcia política, que submetia o saber técnico ao interesse público e à estabilidade do novo regime. Rui não era um economista, mas um estadista à frente do ministério:

Rui Barbosa (...) ainda que houvesse desdobrado a sua espantosa capacidade de trabalho sobre os diversos problemas específicos da pasta, em verdade a dirigia com profundo sentido político, que serve de medida de coordenação entre as várias medidas características de sua rápida passagem pelo poder (...)O problema econômico e financeiro, embora o estudasse profundamente à luz doutrinária, equacionou-se, pra ele, em termos políticos: qual a solução admissível com o mínimo de inconveniências no momento em que, pela força, novo regime se implantara, provavelmente sem apoio de toda ou da maior parte da opinião pública. Os dados do problema não poderiam ser fixados em algarismos e representações gráficas, embora - diga-se de passagem - Rui houvesse tomado providências eficientes, desde 1889, para conhecimento tanto quanto possível exato da situação financeira e instituísse todo um sistema para extensão- e aperfeiçoamento das estatísticas do tesouro (BALEEIRO, 1952, p. 74-76)

Rui estaria distante da imagem do jurista ensimesmado, que encantado pelos livros resolveu importar fórmulas e instituições estranhas à realidade brasileira. O baiano antes integrava a estirpe dos grandes homens de Estado, que não se restringiam ao saber livresco ou à representação de interesses específicos, mas agiam politicamente em meio as imposições das conjunturas. Assim como Hamilton, Gladstone e Churchill, Rui não chega ao ministério como representante dos bancos ou enquanto professor universitário⁵⁴, mas honra a “tradição

⁵⁴ “Em todos os países, a suprema gestão das finanças públicas, na generalidade dos casos, costuma ser posta nas mãos de três tipos de homens: o banqueiro, o universitário e o homem de Estado. (...) Alexander Hamilton, Gladstone, Churchill e Rui são exemplos perfeitos de homens de Estado, que a política inclina para os problemas financeiros. Na Inglaterra, cujas finanças podem servir de paradigma secular ao mundo todo, o Chanceler do Tesouro costuma ser recrutado entre os políticos de maior envergadura. Era essa a tradição do Brasil Imperial, que fez passar pelo Ministério da Fazenda alguns dos seus mais luminosos homens públicos.” (BALEEIRO, 1952, p. 73-74)

do Brasil Imperial, que fez passar pelo Ministério da Fazenda alguns dos seus mais luminosos homens públicos.” (BALEEIRO, 1952, p. 74)

Os bacharéis udenistas se mostram hábeis nos desafios típicos do governo em suas principais experiências administrativas. Responsável por um dos grandes momentos políticos do grupo, quando à frente do Governo de Minas, entre 1947 e 1951, Milton Campos, um bacharel por excelência, expõe em claro discurso como antes o encantavam os desafios da prudência e da maleabilidade do que a firme adesão a ideias preestabelecidas. Aparentemente mais difícil, a defesa abnegada de posições doutrinárias de princípio era mais fácil do que o difícil exercício da moderação:

Em verdade, o meio termo é uma posição de coragem, daquela tranquila e determinada coragem que resulta da convicção sincera e refletida. O ponto extremo é mais cômodo, porque oferece uma definição precisa e dispensa as constantes revisões que a realidade suscita. É um compromisso teórico e sistemático, cuja firmeza está em contraste com as vertiginosas mutações da vida real. O ponto intermediário é mais propriamente uma zona fronteira, de contornos imprecisos e lindes esquivas, mas onde mais adequadamente se demarca a área da realidade. É aí que se devem colocar aqueles que, não sendo criadores de doutrina ou aplicadores de sistema, têm, entretanto, a incumbência de lidar com as situações objetivas que se lhes deparam, ordenando a solução dos problemas com espírito prático e finalidade utilitária. Longe de mim a ideia de qualquer despreço aos fundadores e seguidores de sistemas, que trabalham as camadas mais altas do conhecimento. O que desejo fixar é que o sistema pode ser um compromisso para professores e filósofos, mas não pode ser mais do que uma orientação para os dirigentes, cujo compromisso é a realidade, excluído da expressão o odioso sentido maquiavélico. (CAMPOS, 1951, p. 267)⁵⁵

O grande problema de alguns dos bacharéis udenistas passava, todavia, pela dificuldade de responder às vertiginosas mudanças que a sociedade brasileira à época vivenciava. Habilidosos dentro dos parlamentos e fóruns estatais, eles tinham dificuldade de atuar em meio a nova era da política de massas. Mais do que uma política, faltava uma sociologia que desse conta dos processos de mudança social em curso: “O declínio da UDN é sociológico e não político, e corresponde, no fundo, à prisão dos seus homens a essa espécie de legalismo antijurídico, que é o bacharelismo.” (FRANCO, 1965, p. 49). Atuantes nos corredores do poder e conhecedores de um longo repertório construído pelas elites imperiais e

⁵⁵ No mesmo sentido destaca Arinos: “Uma ideia falsa, mas corrente entre os fanáticos e os que lhe são submissos, é a de que a moderação se confunde com tibieza, abandono, ceticismo ou capitulação. Nada mais errado. Líder partidário moderado tive, muitas vezes, de enfrentar esta errônea suposição. Inclusive, a moderação racional não exclui exaltação e mesmo violência temperamental. O velho Bonifácio era um exaltado de temperamento, às vezes um violento, mas, racionalmente, politicamente, um moderado. Toda a sua ação é prova disso, e se ela conseguiu o êxito que teve foi porque soube se manter sempre na linha moderada, entre os extremismos radicais do seu tempo. O mesmo se pode dizer de outro grande homem do nosso passado, Bernardo de Vasconcelos. A moderação é, frequentemente, prova de força da alma. O radicalismo, ao contrário, pode denotar debilidade histórica e descontrolo da vontade.” (FRANCO, 2005, p. 43)

republicanas, as quais mereciam não poucos elogios em suas manifestações⁵⁶, certos bacharéis viam suas soluções políticas de cúpula muitas vezes incapazes de obter os resultados de outrora.

Faltava a esses liberais respostas institucionais eficientes, amparadas em reflexões sociológicas, ao processo de massificação da política brasileira. Claro que havia transformações perante certo ideário liberal da Primeira República, que teve em Rui Barbosa seu grande protagonista, como as adesões ao planejamento, imposição do clima da época, e o debate em torno de questões de caráter social bem demonstram⁵⁷. Permaneciam, todavia, as dificuldades em se apropriar de forma original dessas ideias, de modo a recriá-las de forma claramente distinta da experiência varguista. Como o Rui do texto sobre a questão social (BARBOSA, 1952) - que segundo Afonso Arinos antes as aceitava como imposições da época que se entusiasmava com as transformações sociais⁵⁸ - eles percebiam as mudanças, mas não eram capazes de transformá-las em plataforma política eficiente.

O problema afeta sobretudo aqueles que chamaremos de bacharéis conservadores, que buscavam filtrar a mudança a partir dos valores e medidas do passado. Personagens como Afonso Arinos, Milton Campos e Prado Kelly percebiam as mudanças do tempo, mas buscavam resposta, em que pese eventuais esforços distintos, em meio ao repertório longamente consolidado por parte das elites políticas brasileiras. Os apontamentos sobre a necessidade de inovações⁵⁹ acabavam subalternos frente a caminhos já conhecidos, que apontavam para a ordenação da sociedade a partir do manejo do direito por elites virtuosas e repelia inovações que não passassem pelo filtro das tradições. O futuro e o presente eram organizados a partir do passado, mas não se tratava, nos termos de Mannheim (MANNHEIM, 1959), de um simples tradicionalismo, repetição inconsciente de velhos hábitos, já que os bacharéis construía uma clara interpretação do devir histórico e do processo de modernização brasileiro que merecia, assim, o epíteto de tradicionalismo. Caso distinto, é o dos bacharéis que merecerão o título de modernizantes, os quais conciliarão esse olhar para as tradições e o passado com um esforço de modernização do direito e uma perspectiva que,

⁵⁶ Os panegíricos às grandes figuras da política brasileira eram marca da produção intelectual e discursiva de alguns relevantes bacharéis, como, por exemplo, Afonso Arinos. Grande parte desses textos e discursos foi republicada na revista *Digesto Econômico*. Alguns integram a coletânea *Estudos e Discursos*, de 1961. Bom desenvolvimento analítico do ponto se encontra em LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 34-59.

⁵⁷ A ideia de planejamento e dos limites do *laissez-faire* liberal se fazem presentes em alguns discursos udenistas, sintoma de um dos tipos de liberalismo que vicejavam no partido. Um bom exemplo é o já citado texto de Afonso Arinos de Melo Franco, *A crise do direito e o direito da crise*, presente em FRANCO, 1961b.

⁵⁸ "...quando Rui fala de revolução social, é sempre como o piloto que avisa os riscos, nunca como o grumete da cesta da gávea, que anuncia prazenteiro a Terra Nova" (FRANCO, 1965, p. 48)

⁵⁹ Aspecto também presente em "A crise do direito e o direito da crise" (FRANCO, 1961b)

mesmo entusiasta da dação política, valoriza menos a virtude dos ocupantes do poder. Dentro dessa categoria, podemos mencionar nomes como Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro.

Toda questão é que ideólogos anteriores aos bacharéis conservadores e modernizantes, como Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral, ressalvadas as relevantes distinções entre eles, foram capazes de responder de modo mais eloquente às demandas do tempo, propondo uma inclusão subalterna das massas urbanas, ou, nas palavras de Werneck Vianna, uma “expansão autoritária da república” (VIANNA, 2001). Os bacharéis, por sua vez, igualmente refratários às soluções “de baixo” e críticos ao Estado Novo, regime do seu grande antípoda, se viam em difícil posição, muitas vezes compelidos a ambigualmente⁶⁰ combater o ditador sem negar as heranças da ditadura. Para compreender esses limites, é necessário olhar para a visão de mundo desses personagens - o liberalismo que em parte os definia – o qual se mostra decisivo para sua ação na cena política.

1.3 O liberalismo dos bacharéis

A farta presença do discurso jurídico é uma das peculiaridades da tradição liberal brasileira⁶¹. Não que o pensamento liberal clássico não dedique muitas linhas à argumentação e categorias jurídicas. Conceitos centrais do pensamento liberal - como as ideias de “Estado de direito”, “governo da lei” e “sujeito de direito” – pertencem ao léxico jurídico, já que cabe ao direito, nesse ideário, a garantia da esfera de atuação do indivíduo e da sua proteção perante o poder estatal. Seja no contratualismo lockeano ou no utilitarismo de Bentham, passando pela distinção entre as liberdades antiga e moderna segundo Benjamin Constant, o pensamento liberal demanda ao discurso jurídico elementos para construir sua visão de mundo (AUDAR, 2009). A perspectiva dos “direitos” constitui, como bem coloca Pocock (POCOCK, 2003), uma destacada linhagem do pensamento político moderno.

Mesmo ante tais importantes ressalvas, ainda é inegável certa especificidade do liberalismo brasileiro, sobretudo pelo papel subalterno que o conceito de mercado ocupa até o Golpe de 1964. Se são evidentes, por um lado, os vínculos entre a perspectiva liberal do direito e da economia – já que as construções jurídicas liberais quase sempre partem de uma

⁶⁰O tema das ambiguidades do liberalismo udenista é um dos motes centrais do belo livro de Maria Victoria Benevides sobre a UDN.

⁶¹ O tema é abordado em algumas das mais clássicas interpretações do Brasil, presente em autores tão distintos como HOLANDA, 2005, FREYRE, 2003, FAORO, 2000

concepção antropológica voltada ao interesse -, não se pode esquecer, entretanto, as causas e consequências dessa ênfase. Com o mercado a ocupar papel mais discreto na ordenação social, raros os que, até 1946, o escolhiam como princípio de disposição do público⁶², o direito ganha enorme força, instrumento mais relevante para a atuação do Estado e organização da sociedade. O liberalismo toma forma jurídicista, não por ignorar a sociedade na qual atua, afinal estamos diante de bacharéis, não de juristas, mas por julgá-la ainda despreparada para uma ordenação por suas próprias forças e interesses.

Ainda distante de uma ordem capitalista e competitiva, o país pode constituí-la através do direito, caminho para o moderno. Tal precedência da forma jurídica não importa em um discurso único, mas leva a uma forma liberal que tem por característica central a enorme importância e o papel central do Estado. Surge um liberalismo que enreda a dimensão do interesse em dinâmica mais ampla, à moda do interesse bem compreendido de Tocqueville (TOCQUEVILLE, 2001), construindo um ideário que não torna a tradição liberal brasileira absolutamente distinta - possível a aproximação com o cenário intelectual de outras nações de inserção semelhante na ordem capitalista global – mas revela uma de suas mais marcantes características. Nas palavras de Werneck Vianna:

Liberalismo com vocação de missão, e que não surge da luta do indivíduo contra o Estado mas, sim, como um projeto de Estado reformador e civilizatório, na tentativa de criar o indivíduo e o mercado livres por meio de uma ampla intervenção política sobre o social - reconhecimento tácito de que admite não ser natural à sua situação (VIANNA, 2004, p. 154)

A interpretação de que o país ainda estava distante do pleno funcionamento da ordem capitalista não incentivava propostas de construção da ordem a partir do mercado, este visto como incapaz de se impor como força hegemônica. Afirma-se então um tipo especial de liberalismo, em que os traços e valores aristocráticos predominam sobre o esforço pela construção de uma ordem burguesa. O papel dos bacharéis é central nessa empreitada, com o Direito a desempenhar a função de principal linguagem da sua prática e reflexão política. A política econômica do partido, por exemplo, era em grande parte formulada pelos catedráticos de Direito Tributário e Economia Política das Faculdades de Direito, caso de Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto, com enorme presença dos manuais de juristas franceses do início do século XX, como Leon Diguít e Maurice Hauriou.

Se os argumentos jurídicos perpassam a reflexão do partido sobre as mais diversas áreas, há que se ressaltar que o Direito não era visto como técnica fechada em si mesma, mas

⁶² Há, é claro, algumas exceções, como André Rebouças, dentre outros, mas o pensamento liberal majoritário sem dúvida segue tal linha. Sobre o tema ver CARVALHO, M. A. R. 1998.

como arte do bem administrar a sociedade, sem, contudo, em nenhum momento dela se apartar. Os bacharéis não sucumbem a qualquer perspectiva do jurídico como sistema lógico, característica dos juristas, mas o compreendem como processo social de ordenação dos conflitos, o qual nem sempre se confunde com a lei. O Direito era, acima de tudo, o meio que distinguia a opção liberal das outras, autoritárias, e permitia cumprir o objetivo central do liberalismo. Anos mais tarde, em depoimento ao CPDOC, Arinos assim interpreta a missão liberal “Se você depreender o liberalismo da sua significação econômica, que foi a que prevaleceu nos século passado, vai notar que é um processo de compreensão de todas as surgências. Chamo de surgência a manifestação de forças sociais que não estão ainda disciplinadas nem acolhidas pelo aparelho de Estado.” (FRANCO, 1983, p. 56). O liberalismo dos bacharéis não pretende organizar “por baixo” a vida jurídico-política, mas almeja, sobretudo, disciplinar novas forças sociais emergentes.

O Estado predomina nas duas vertentes do liberalismo do bacharéis, temerosos os liberais de qualquer projeto que deixe o interesse excessivamente livre e possa implicar em maior participação das massas. A transformação por meio do protagonismo popular, com toda a sua imprevisibilidade, pode levar à destruição de antigas relações de comando e privilégio, em narrativa preocupante aos olhos dos que estavam há muito acostumados a certos postos. A ruptura com a estrutura agrária e com os mecanismos de coerção da força de trabalho urbana, passos necessários para a construção de um desenvolvimento liberal à americana, não frequentavam os discursos e propostas da maior dos liberais, que se mostravam receosos ante as possíveis consequências de uma mudança social excessivamente profunda e sem maiores possibilidades de controle e direção⁶³.

Sobretudo no liberalismo conservador, o utilitarismo dá lugar a imperativos de “harmonia social” e a um “sentido de equilíbrio”, marcas de um ideário hostil ao conflito. Se o perigo do comunismo, que sempre frequentou o discurso liberal (MOTTA, 2002), ganha forma especialmente virulenta na argumentação udenista, com destacado papel de todos os bacharéis, não há, por outro lado, qualquer simpatia ao mundo do interesse e do mercado. Através de um diagnóstico que se atém às características nacionais e destaca o caráter ainda precário da nossa ordem burguesa, o liberalismo dos bacharéis defende uma visão politizada da economia ou, para recorrer a um conceito largamente utilizado por Raymundo Faoro

⁶³ “Mas o americanismo como uma reforma política vinda de cima se apresentava como uma contradição em seus próprios termos. A via americana dependia de dois fatores elementares: terra e mercado de trabalho livres. No entanto, os dois valores que queriam conservar, a unidade nacional e o controle social das classes subalternas, eram sustentadas pelo iberismo a partir instituições como o exclusivo agrário e o trabalho escravo.” (VIANNA, 2004, p. 158)

(FAORO, 2000), um capitalismo politicamente orientado. É nesse sentido exemplar o discurso de Afonso Arinos, proferido em 16/01/1953 no plenário da Câmara dos Deputados, sobre o perfil mais adequado para os cargos de Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil:

Ocorre, porém, Sr. Presidente, que a nossa formação e a nossa conjuntura atual são particularmente diversas das que se verificam na grande república do norte. Os EUA são, por excelência, uma nação capitalista, uma nação que surgiu com o capitalismo, em função do capitalismo e por causa do capitalismo. (...) O Brasil, com uma formação completamente diversa, Sr. Presidente, está ainda longe de ser um país capitalista. (...) A verdade é que os usos mais fecundos do nosso passado demonstram, Sr presidente, que melhor andou gerida a coisa pública nos setores entregues aos problemas financeiros e econômicos, quando os gestores dessa coisa pública não eram pessoalmente os representantes (...) das grandes forças econômicas da empresa privada. (FRANCO, 1953)

A argumentação não se limita, todavia, às particularidades locais, mas vai além e atinge, sobretudo nos bacharéis conservadores, o próprio modelo de civilização capitalista e utilitária. Mais do que indesejável para o caso brasileiro, um mundo regido pelo interesse e pelo cálculo instrumental entra em conflito com todas as crenças e perspectivas desses bacharéis. Nas palavras de Milton Campos: “Porque não será republicano considerarmos a Pátria uma sociedade anônima, o governo uma gerência, a política um negócio e a imprensa uma empresa. Pátria, governo, política e imprensa são aspectos da vida pública, e a vida pública não amealha recompensas nem capitaliza os juros da sua benemerência” (CAMPOS, 1972, p. 110). O liberalismo ganha tintas ibéricas⁶⁴, elogioso de um tipo antropológico bem distante do indivíduo movido por benefícios, no lugar do qual se recupera o conceito de pessoa, que irredutível à generalização característica da forma individual possibilita distinções qualitativas entre os homens e evita certa igualdade abstrata, afeita à mediocridade e inerente ao individualismo⁶⁵.

Os argumentos ganham feições próximas ao arielismo, importante tradição intelectual latino-americana que se funda na crítica à política de massas, sendo, portanto, refratária tanto ao mundo da utilidade e do mercado⁶⁶ quanto às soluções de cunho socializante⁶⁷. Os

⁶⁴ Sobre o conceito de iberismo ver VIANNA, 2000, MORSE, 1988 e BARBOZA FILHO, 2000

⁶⁵ O Manifesto dos Mineiros já afirmava que “a democracia por nós preconizada não é a mesma do tempo do liberalismo burguês. Não se constitui pela aglomeração de indivíduos de orientação isolada” (FRANCO, 1946, p. 109)

⁶⁶ Deve-se ressaltar, ademais, que muitos dos bacharéis tinham ampla consciência do tipo de liberalismo que advogavam. Em depoimento ao CPDOC, Afonso Arinos destaca: “...o PSD vai ser aquele partido liberal que os paulistas pensaram fazer e não conseguiram (...) E a isso sou alheio. A minha posição liberal é outra, mas podemos estar no mesmo partido.” (FRANCO, 1983, p. 73)

⁶⁷ O conceito de arielismo está diretamente relacionado com “Ariel”, obra do ensaísta uruguaio Joé Enrique Rodó, publicada em 1900. Trata-se de um clássico libelo desse liberalismo que recusa a centralidade da ideia de interesse. O título emula, por sua vez, a peça “A Tempestade”, de William Shakespeare, onde o dramaturgo

bacharéis conservadores emulam, guardadas as diferenças de contexto, os espíritos de Rodó e Eduardo Prado⁶⁸, entusiastas de uma visão de mundo que reclamava um caminho diverso para as elites pressionadas a optar entre as vias capitalista e socialista. Caso fosse necessária a escolha não resta dúvida do lado ao qual adeririam,- afinal nada pode ser pior que os males do comunismo - mas é também evidente que a adesão aos pressupostos civilizatórios do capitalismo era definitivamente difícil para os partidários desse liberalismo, cultor de uma antropologia completamente diferente da abraçada pelo mundo do mercado. Se há um individualismo saudável para o desenvolvimento nacional ele é antes o dos grandes liberais franceses do século XIX, já que, segundo o elogio de Arinos à Nabuco, realizado na tribuna da Câmara:

O individualismo de então – disse eu – palavra nova, posta em circulação pelo ilustre Alexis de Tocqueville era uma doutrina essencialmente liberal, uma doutrina essencialmente evolutiva, transformadora, progressista. Não se confundia com o personalismo, com o egoísmo, com o sibiritismo, com o hedonismo, com todas as formas de apropriação do meio pelo homem, para seu desfrute e seu prazer. O individualismo, como filosofia política, como construção jurídica do século passado era uma manifestação de crença nas possibilidades de aprimoramento e de evolução do homem... Eis o que, no século passado, era significado pelo individualismo, e este se completava pela escola do liberalismo jurídico, de que Nabuco foi, realmente, o maior representante no Brasil. (FRANCO, 1965, p. 160-161)

Os bacharéis conservadores apontam os males das sociedades de massas, responsáveis pelo ocaso da “virtude pessoal”: “O que se reclama é a recuperação do homem que se despersonalizou no informe, e contra a massificação do homem cumpre promover a humanização da massa.” (CAMPOS, 1972, p. 48). Ventos elitistas perpassam o liberalismo dos bacharéis, porém ele não se resolve por diretas referências de sangue e família. Se é possível se falar na defesa de uma aristocracia, como governo dos melhores, ela passa pela virtude e capacidade de compreender e atuar politicamente, pelo primado dos “estadistas”, tal como os define Arinos⁶⁹. Estes seriam os mais aptos para o exercício da política e do governo,

inglês retrata dois espíritos distintos, que serviriam ao seu senhor Próspero. Ariel seria a representação das tendências intelectuais elevadas das elites, ao passo que Caliban representaria os baixos apetites da plebe. O tema, inaugurado por Rodó, teve ampla repercussão no ensaísmo latino-americano, que frequentemente recorre aos dois personagens de Shakespeare. O recurso se faz presente em autores tão diversos como CAMPOS, 1951 e MORSE, 1988.

⁶⁸ Eduardo Prado, que escreveu mesmo antes de Rodó, foi um importante representante do arielismo em terras brasileiras, mesmo sem recorrer ao termo ou aos personagens do dramaturgo inglês. Do autor, ver PRADO, 2003.

⁶⁹ O comentário de Milton Campos sobre Raphael Magalhães expõe bem essa questão: “Há fidalgos que, para se fazerem conhecer como tais, precisam trazer no bolso a prova autêntica da sua linhagem. A nobreza de Raphael Magalhães documentava-se com a simples presença e dispensava os brasões lustrosos que tanto envaidecem a talufaria e a fatuidade. Esse traço aristocrático, que caracterizava o grande juiz, eu não o pesquisei nas suas origens familiares. Sei que estas se prendiam a uma daquelas grandes famílias fluminenses do segundo império, oriundas de Minas e que fulguraram na opulência agrária e na cultura política e social de então. Mas não é isso

distintos por suas qualidades pessoais dos demais indivíduos e, especialmente, dos caudilhos⁷⁰, aqueles que ludibriam as massas e impedem que os estadistas cumpram sua vocação. Como bem define Fernando Lattman-Weltman:

... serão sempre qualidades e valores humanos que legitimarão, por assim dizer, a eleição destes estadistas – seja pelo autor, seja pela história- assim como somente estas propriedades poderão garantir o seu sucesso. Da mesma maneira, serão as fraquezas e corrupções humanas os principais obstáculos à emergência dos eleitos e a consecução dos fins supostos em sua eleição. (LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 35)

Homens de Estado, assim como os bacharéis, os estadistas também comungariam do seu realismo, avessos às abstrações características dos juristas. Não é necessário, entretanto, ou mesmo corriqueiro, que os estadistas sejam bacharéis, muitas as formações e perfis possíveis para a definição de um grande líder. O encantamento dos bacharéis udenistas com a liderança de figuras fortes, inspiradoras para construção do tipo ideal do estadista, mas dissonantes de vários atributos do bacharelismo, é um bom exemplo desse fato. Vale mencionar, nesse sentido, a veneração ante o símbolo maior do partido, o brigadeiro Eduardo Gomes, e os constantes elogios a figuras como Juarez Távora, também candidato udenista em um pleito presidencial, ambos homens em muitos sentidos distantes da visão de mundo dos bacharéis. Em prefácio às memórias de Távora, Arinos destaca: “Com as figuras (...) de Juarez Távora e Eduardo Gomes encerrou-se, pelo menos pelo futuro previsível, um ciclo no entanto rico da História Militar Brasileira – o ciclo do heroísmo. Juarez e Eduardo serão, provavelmente, os últimos heróis brasileiros no campo política-militar.” (FRANCO, 1976b, p. XII) Não estamos diante, adverte o bacharel, do herói mítico, mas do herói histórico, que representa “a elevação do homem a símbolo, ou expressão viva dos valores sociais e morais coletivos dominantes na sua época, e nada tem a ver com a mitificação ou a deificação.” (FRANCO, 1976b, p. XII). O elitismo dos bacharéis os leva a aceitar a representação do líder carismático, caso ele não afronte os mais importantes pilares da sua visão mundo.

Trata-se, afinal, de um liberalismo de elites virtuosas, capazes de dar sentido para o mundo amorfo das massas. Para além da defesa de pautas políticas concretas, importa a afirmação de uma visão da política e do mundo. O “estilo” é fundamental para o modo como esses atores percebem e atuam em sua época, já que condiciona de forma decisiva sua

que importa, e sim o traço aristocrático do espírito; e este era de grande relevo em Raphael Magalhães. (GRIFOS NOSSOS)” – CAMPOS, 1972, pg. 95)

⁷⁰ “... veio literalmente por fim àquela época de ouro da vida política brasileira – à maneira de uma ‘infecção’ ou ‘doença infantil’, trazida das repúblicas vizinhas do continente – em que se caracterizaria pelo rompimento do polido jogo político parlamentar legal e tradicional pela irrupção da figura do caudilho, que se assenhorearia personalisticamente do poder, com maior ou menor apoio (demagógico) das massas ...” (LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 28)

perspectiva sobre as massas, a representação política e a atuação do Estado. Os bacharéis udenistas, protagonistas da cena política, com suas vozes a ressoar nas tribunas parlamentares e na imprensa, representavam a clara permanência de certa vertente liberal, com grande sorte em outros tempos. O liberalismo não é percebido como forma de organização social, que organiza o mundo a partir da proteção e do estímulo à livre atuação do indivíduo, mas como “estado de espírito”. Um ainda jovem Milton Campos já desenvolvia esse ponto com precisão, demonstrando as raízes mais antigas de muitas das ideias dos liberais udenistas:

...o liberalismo mineiro existe efetivamente, não como partido ou doutrina política, mas como índole, temperamento e vocação. Não é o liberalismo das frases sonoras, atmosfera da incultura e veículo da demagogia. Para esse, realmente, é possível que não exista mais lugar no mundo moderno. Nem é o romantismo político, cujas abstrações fogem ao quadro das realidades. Nada mais característico do temperamento mineiro que o senso de realidade. (CAMPOS, 1972, p. 9).

Mais velho, já Governador de Minas, ele dá a forma final ao seu liberalismo conservador, que expõe não apenas uma percepção individual, mas o sentimento de toda uma geração, que inclui nomes como Afonso Arinos e Prado Kelly: “A ideia liberal deixa, assim, de ser uma filosofia ou um sistema, para conservar-se como estado de espírito” (CAMPOS, 1972, p. 110). O liberalismo não pode ser resumido a opções políticas ou ideias, mesmo que tenha nelas elementos fundamentais, mas se define por uma postura perante o mundo, um “saber proceder” análogo à ideia de virtude aristocrática, mesmo que não dê maior importância, todavia, a traços hereditários. As elites não se distinguem pela origem, mas pela capacidade de “ordenação dos ‘valores’ em que seu poder se baseia” (KELLY, 1977, p. 64-65). Estão nos valores e na moral os meios e fins do seu predomínio e da sua própria definição enquanto grupo. Importam, sobretudo, “índole, temperamento e vocação”, já que é o espírito, composto por esses elementos, que dá sentido ao mundo da política.

São esses, por sua vez, os traços que distinguem o estadista, tal como concebido por Arinos, enquanto líder capaz de encantar - através de um carisma de tipo peculiar, composto por tintas aristocráticas - um mundo desencantado⁷¹ pela razão instrumental, esta uma linguagem vulgar, já que capaz de ser dominada por qualquer um, inclusive pelos ditadores e caudilhos, mais preocupados com a precariedade do poder do que com as superiores artes do governo⁷². A quantidade precisa, nesse sentido, passar pelo crivo da qualidade para que haja uma real democracia. Há uma direta relação entre um efetivo governo democrático e a prevalência política das verdadeiras elites, tendo em vista – segundo intrincada ficção

⁷¹ A referência evidente é WEBER, 2000.

⁷² “O problema principal das ditaduras não é o governo, mas o poder” (FRANCO, 1961b, p. 128)

historiográfica de Arinos - a natural rejeição desses grupos às soluções de força: “Getúlio nunca chegou em vida a atrair as elites, naturalmente hostis aos processos políticos antidemocráticos” (FRANCO, 1968).

A construção da ordem não passa, nessa perspectiva, pelo dissenso de interesses de indivíduos ou facções, mas pela composição harmônica das vontades, em perspectiva liberal que recusa qualquer tipo de conflito, exceto quando vê ameaçada a ordem que busca instaurar. Há, por esse olhar, um interesse nacional a ser construído e mediado, através da ponderação e da habilidade política das elites. O dissenso não produz boa ordem, mas age contra o bem comum. Mesmo um documento como Manifesto dos Mineiros, texto de crítica ao Estado Novo e face pública de uma conspiração que buscava derrubar a ditadura de Vargas, se preocupava todo o tempo em destacar seu caráter não faccioso e avesso às paixões mais violentas do conflito, tudo isso num “tom de conversação em família, família numerosa, porém unida e solidária”:

Dirigimo-nos, sobretudo, ao espírito lúcido e tranquilo dos nossos co-estadoanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortece e deixam íntegro o inalterável senso de análise e de julgamento. Este não é um documento subversivo; não visamos agitar nem pretendemos conduzir. Falamos à comunidade mineira sem enxergar divisões ou parcialidades, grupos correntes ou homens. (...) união é harmonia espontânea e não unanimidade forçada, convergência de propósitos lúcidos e voluntários e não soma de adesões insinceras (...) para que a democracia produza frutos, é necessário que o homem da rua e o das classes dirigentes possuam o mesmo apurado sentido de bem comum. (FRANCO, 1946, p. 103-107)

Minas aparece como representação geográfica desse liberalismo. Há que se considerar, por certo, a origem dos autores, muitos deles mineiros, mas a construção desse imaginário não se restringe a isso, já que decorre da ideia do estado montanhês como síntese dos interesses nacionais genuínos, imunes às imposições das inúmeras centralizações forçadas que marcaram a história brasileira e, à época, culminavam em Vargas: “Em verdade, Minas não seria fiel a si mesma se abandonasse sua instintiva inclinação para sentir e realizar os interesses fundamentais de toda a nação.” (Manifesto dos Mineiros, FRANCO, 1946, P. 110). Para o presente argumento, interessa menos o efetivo lugar geopolítico que o estado ocupava no momento, ou ao longo da história, do que sua construção como um elogio desse centro harmonioso⁷³, que, todavia, não se furtava a resistir à opressão - como nas constantes menções à Inconfidência Mineira e a Teófilo Otoni - quando via seus valores e estilo de vida

⁷³ Sobre a construção desse imaginário sobre Minas ver ARRUDA, 1990. Para a construção memorialística e literária dessa mineiridade ver NAVA, 1972 e ANDRADE, 1944.

ameaçados. Minas era ao mesmo tempo pátria desse liberalismo, como origem geográfica e espiritual, e futuro a ser construído e espalhado para o país.

O elogio da harmonia e da moderação vem necessariamente acompanhado de uma perspectiva de política limitada a alguns atores, destinados a exercer esse fardo, que não convém ou mesmo interessa à maior parte da população. Como em longa tradição do pensamento político⁷⁴, atribui-se às massas a inconstância e a passionalidade, características incoerentes com o bom governo, que demandaria a ponderação típica dos grandes homens, talhados para a liderança. O perigo é quando o povo, inapetente para decifrar os melhores representantes dos seus interesses, escolhe aqueles que ao invés de ajudá-lo acabam por traí-lo. A citação de Milton Campos expõe bem esse ponto:

O povo, por mais que se lhe diga que é a fonte do poder, não se interessa em exercê-lo. Entrega-se, confiante, a líderes que o exploram e traem e que, ainda quando o representem pelas aferições imperfeitas da sua vontade, não o sentem no âmago de suas aspirações e apenas o afagam na superfície enganosa de seus equívocos. (CAMPOS, 1972, p. 109)⁷⁵

A afirmação da incapacidade do povo brasileiro para o exercício consciente do voto, antigo tema do pensamento liberal e das elites política brasileiras, ganha força após a derrota, surpreendente para os udenistas⁷⁶, de Eduardo Gomes para Dutra em 1946 e torna-se quase onipresente nas falas do partido depois do retorno de Vargas ao poder, dessa vez por via democrática, em 1950. O discurso dos liberais encontra-se, todavia, em aparente tensão com algumas lutas do seu passado. O desenvolvimento de mecanismos de democracia formal foi um frequente e relevante tema dos principais ideólogos liberais ao longo do Segundo Reinado e da Primeira República⁷⁷, figurando também como argumento central para a conformação da oposição liberal crítica ao Estado Novo. O partido que se declarava como mais eminente descendente da Campanha Civilista e da Reação Republicana⁷⁸, e se via como rebento do

⁷⁴ O tema merece, direta ou lateralmente, a abordagem de alguns textos. Um bom argumento está presente em AGUIAR, 2013. No mesmo sentido, BALIBAR, 1997. Interessante argumento também está presente em SLOTERDIJK, 2002.

⁷⁵ Afonso Arinos destaca, no mesmo sentido, que “Nosso povo – mesmo quando tomado no sentido técnico e extremamente limitativo de corpo eleitoral – é, na sua esmagadora maioria, desinteressado das fórmulas políticas e da técnica jurídica que as institui e defende.” (FRANCO, 1961b, p. 130.)

⁷⁶ Deve-se ressaltar que o caráter inédito da eleição presidencial tornava muito difíceis as previsões. Um bom exemplo sé a crença de alguns membros do PCB em uma possível vitória de Iedo Fiúza, algo bem distante se tendo em vista o resultado das eleições. Interessante demonstração desse ponto está em IUMATTI, 1998.

⁷⁷ O Manifesto dos Mineiros, documento fundador do que seria, em alguns anos, a UDN, criticava os que “de posse do poder (...) armavam e mantinham máquinas eleitorais, destinadas a corromper a expressão dos sufrágios populares e a impedir o livre desenvolvimento das nossas melhores vocações políticas.” (Manifesto dos Mineiros. In: FRANCO, p. 106).

⁷⁸ “A União Democrática Nacional é a legítima herdeira da tradição liberal de reforma dos costumes políticos e administrativos. É o estuário para onde confluíram os remanescentes da pregação política do Civilismo, da Reação Republicana, da Aliança Liberal.” (FRANCO, 1980, p. 88)

Manifesto dos Mineiros deveria, segundo tal linha de raciocínio, reconhecer orgulhoso os resultados da sua longa luta. Como bem reconhecia Afonso Arinos, apesar dos problemas do sistema, as massas urbanas - ampla maioria do eleitorado, tendo em vista a vedação do voto aos analfabetos - votavam livremente. As conquistas da “tradição liberal de reforma dos costumes políticos e administrativos” revelavam-se, todavia, uma vitória de Pirro. As lutas de outrora não bastaram, já que o povo, incapaz de reconhecer os que melhor o representariam, acabava conduzindo ao poder os responsáveis pela opressão de ontem.

A cabina indevassável e a Justiça Eleitoral são provas de que o voto é livre. Mas a consciência cívica do eleitor médio continua em atraso, nem é coisa que se possa melhorar em pouco tempo e isoladamente. Depende do progresso da instrução, o que quer dizer, do progresso geral do país. Por isso o eleitor mal instruído, sabendo que o voto é dele, trata de vendê-lo (FRANCO, 1980, p. 118)⁷⁹

A conclusão desvela, na verdade, os claros limites dos esforços pela “verdade das urnas”, que tanto nas vozes liberais do início do século XX quanto nos discursos dos bacharéis udenistas pressupunham a exclusão dos muitos que não estavam aptos a desempenhar adequadamente seu papel no cenário político. Como bem destaca Renato Lessa sobre o liberalismo da Primeira República, em trecho que facilmente poderia retratar os bacharéis da UDN: “O fundamento liberal da reforma – a busca pela verdade eleitoral e da representação efetiva – chocava-se com qualquer propósito de natureza includente e democrática. O recado dado é claro: reduzir a participação aos mais qualificados é uma condição para a verdade eleitoral.” (LESSA, 2011, p. 8).⁸⁰

A boa representação política demandaria não a inclusão dos muitos, ou a fiel replicação da vontade da maioria, mas a expressão dos melhores, em discurso mais adequado a um regime oligárquico do que afeito ao contexto de ampla participação da República de 1946. As críticas ao sistema político revelam, de fato, o desconforto com a emergência de figuras pouco habituadas a frequentar os salões do poder e que, justamente por isso, acabam por, na perspectiva dos bacharéis, desvirtuar a natureza da dinâmica política, ao colocar demagogos no lugar dos vocacionados à liderança.

As massas aparecem quase sempre representadas nas letras dos bacharéis como incapazes e facciosas, dependentes, em sua minoridade, de alguém para conduzi-las. Não bastava reformar as instituições, era necessário transformar também os agentes que as

⁷⁹ Também merece atenção a atuação de Rui Barbosa na elaboração da Lei Saraiva, de 1881, e seus discursos na campanha civilista são sintomáticos dessa característica. Seus discursos estão disponíveis em BARBOSA, 1952. Sobre esse ponto da obra de Rui e suas distinções de outra vertente liberal, no caso a de Nabuco, ver LYNCH, 2008

⁸⁰ Assis Brasil seria, segundo Lessa, uma exceção nesse campo.

operavam. Restava, todavia, a questão de como viabilizar tal transformação nos limites do liberalismo. Formalmente livre, o voto está na verdade agrilhado às mais espúrias forças políticas brasileiras, os patriarcas e caudilhos, já que, com a exceção de uma “elite liberal”, a plebe se vê enfeitada por promessas, valores e símbolos rebaixados, que impedem o país de se desenvolver:

Em virtude do sufrágio universal, a esmagadora maioria do eleitorado brasileiro vota, assim, levada por patriarcas e caudilhos. Resta uma elite diminuta, quase toda habitando as cidades de mais de 20.000 almas, a qual vota livremente, levada por suas próprias convicções. Essa elite, dadas as condições de sua formação de classe, é predominantemente liberal. (FRANCO, 1980, p. 56)

A ojeriza a Vargas, o caudilho por excelência, passa pela enorme incompatibilidade entre o “Brasil dos bacharéis” e o projeto político do líder gaúcho – este um complexo composto de influências⁸¹ - mas também se funda na repulsa à própria imagem pessoal do político de São Borja, completamente diversa do modelo de homem público cultivado pelos bacharéis. Nada mais oposto ao bacharel-estadista, homem do brilho retórico e da erudição, que vagava pelos salões do Palácio Tiradentes, mas poderia facilmente frequentar a Câmara dos Lordes ou a Assembleia Nacional francesa, do que o caudilho da fronteira, silencioso e calculista. Anos mais tarde, Afonso Arinos assim recordava as impressões que Vargas lhe causava:

O Getúlio contrariava todos os nossos padrões, todos os nossos hábitos, todas as nossas maneiras de nos aproximarmos da realidade do país. Era completamente diferente de tudo. Era silencioso, num meio político de oradores, de faladores. Era frio, pelo menos aparentemente, no meio de emotivos. Era um sujeito estranho. (FRANCO, 1983, p. 56).

Os embates não se restringem às ideias ou interesses, mas atingem o próprio modelo de ator político. A oposição de Arinos entre o bacharel e o caudilho é também o embate entre tipo de homens públicos. Não à toa o combate ao homem Vargas parece por vezes tomar o centro do cenário político, como questão central a dividir, por exemplo a UDN e o PSD. O corpo pessoal de Vargas não pode, entretanto, ser percebido como oposto às questões públicas, em chave que opõe o “personalismo” às instituições ou ideais⁸², mas está a elas necessariamente ligado. Primeiro porque nenhum líder condensou com maior precisão os valores que organizavam os grandes embates públicos da época. Nesse sentido, não se trata de

⁸¹ As influências de certo positivismo gaúcho, o castilhismo, e dos ares antiliberais e antidemocráticos das primeiras décadas do século XX se fazem presentes, segundo boa bibliografia, na visão de mundo do Vargas ditador. O campo mental do Vargas presidente, eleito por via democrática, ainda merece mais ampla investigação, sobretudo porque as explicações que remetem a uma mudança apenas instrumental, interessada na simples manutenção do poder, parecem excessivamente simples para explicar a virada do gaúcho de São Borja.

⁸² Esse é, segundo Laclau, uma das manifestações do populismo. Sobre isso ver LACLAU, 2013.

querela apenas fundada na luta de indivíduos por postos de poder, por mais que, é claro, eles importem, mas de embate que toma os líderes, como Vargas, enquanto representação de ideias, interesses e instituições. Mais do que um indivíduo, Vargas é manifestação pública de uma ordenação de mundo. Além disso, para os próprios bacharéis a oposição entre pessoas e instituições, direito e moral, não pode ser percebida de maneira rígida. A política é um território ordenado pelas instituições, mas essas não ignoram os traços pessoais daqueles que as comandam. O personalismo frequentemente atacado é sempre aquele referido às personalidades deslocadas em sua inserção política e não implica a defesa de qualquer ideia de autonomia da esfera das instituições.

Tarefa das elites, dos estadistas, a política opera pela linguagem do direito, instrumento capaz de ordenar o mundo e controlar os desvios das multidões, mas essa gramática depende dos indivíduos que a conjugam. O direito não é, ao olhos dos bacharéis, de nenhum modo neutro, já que estamos distantes do mundo das fórmulas lógicas dos juristas. Ele não apenas conforma o modo de compreender o mundo dos atores, que são sem dúvida condicionados pelo léxico jurídico que utilizam, como comporta uma pluralidade de sentidos e disputas, já que não se pode falar de um único conceito de direito. Refletir sobre o papel do mundo forense no pensamento e ação política dos bacharéis é, nesse sentido, analisar as consequências da centralidade do direito em seu discurso e investigar qual repertório o estrutura.

O mundo jurídico para os bacharéis encontra-se diretamente vinculado a outra forma de ordenação social, em contraposição a qual o direito por vezes se define: a moral. Se as virtudes pessoais justificam a precedência na vida pública, nada mais natural que a moral, um dos componentes desse caráter virtuoso, não seja percebida como pertencente ao terreno da intimidade, mas se transforme em elemento central da política. O direito, nesse sentido, não se opõe à moralidade, à moda de uma tradição de positivismo jurídico que remete a Hobbes⁸³, mas deriva seu sentido dela, elemento necessário à sua legitimidade. Mais importante que os formalismos são os valores que eles protegem, já que a estabilidade dos governos depende da sua força moral. O Manifesto dos Mineiros, já nas primeiras linhas, destaca seu objetivo de

⁸³ A inserção de Hobbes em uma tradição de positivismo jurídico não é pacífica, mas pode ser defendida se entendermos por positivismo jurídico a vinculação entre validade da norma e autoridade legitimamente constituída, em perspectiva que prescinde dos julgamentos subjetivos como critério de avaliação do direito, argumentos que foram ordenadamente expostos pela primeira vez nas obras do filósofo inglês. Nesse sentido, mesmo que o termo positivismo jurídico tenha surgido somente depois de Kelsen, é possível identificar toda uma tradição que antecede ao jurista alemão e remete a Hobbes. Bons argumentos nesse sentido estão em VILLEY, 2008.

“retomar consciência de um patrimônio moral e espiritual” (FRANCO, 1946, p. 103.)⁸⁴. Do mesmo modo, ao analisar, em discurso na Câmara dos Deputados, as razões da crise política que assolava o país em 1963, Bilac Pinto destaca a existência de uma “crise de moralidade” como elemento responsável pelas outras duas “crises” identificadas pelo bacharel: a “crise política” e a “crise administrativa”⁸⁵. Arinos, em outro momento, expõe com clareza suas convicções no mesmo sentido:

Uma das coisas mais idiotas que se pode imaginar é suposição de que a autoridade moral é qualquer coisa de ideal e abstrata, sem verdadeira capacidade política operativa. (...) a autoridade moral é a força básica da estabilidade dos governos, e também do prestígio das oposições. Situações corroídas pela falta de autoridade moral, como a brasileira de hoje, podem durar, às vezes longamente, mas nunca se estabilizam de forma a atuar com eficácia no plano social. (FRANCO, 2005 {1965}, p. 10)

O jurídico não é um valor em si próprio, mas encontra sentido e mesmo efetividade na ordem moral. No lugar do mundo desencantado do utilitarismo e do interesse, que compreende o direito como técnica de organização social que conjuga volições de indivíduos e grupos, emerge uma sociedade organizada por princípios morais, passíveis de serem remetidos a tradições, que agem como “um fio invisível, mas atuante de orientação para o futuro” (campos, 1951, p. 142). A tendência moral do homem, pessoa e não indivíduo, é o único caminho para ordenar sociedade de forma perene, para além dos formalismos desprovidos de substância:

...o homem é por excelência um ser moral. Daí o erro de consequências sinistras dos que esvaziam a ordem democrática do sentido ético, atentos à organização e não à ordem, à superfície e não à profundidade, à matéria e não ao espírito, à riqueza e não à felicidade. Enganam-se esses, porque a moral está na base da política, ainda para os que supõem afrontá-la. (CAMPOS, 1972, p. 67).

Milton Campos repele os movimentos de superfície e busca fundar a ordem legítima em bases mais profundas e perenes. A fungibilidade do indivíduo utilitário e da lógica capitalista, que sintetiza o mundo a partir da forma mercadoria, produzem um tempo que não condiz com os ideias do bacharel conservador, o qual busca um sentido que ultrapasse a fugacidade das conjunturas. A adesão às formas da modernidade encontra, desse modo, suas razões em lugar alheio ao cenário moderno, buscando dotá-lo de um valor que o escapa. Não se trata, entretanto, da negação da imposições pragmáticas da política, mas do esforço por

⁸⁴ Já é bem conhecida a ironia de Vargas sobre a intenção dos autores do manifestos dos mineiros: ““No fundo da nossa consciência sentiríamos remorso se contribuíssemos para lançar o povo brasileiro nos excessos de uma agitação partidária com o fim de tranquilizar os pruridos demagógicos de alguns leguleios em férias. É singular e merece reparo irônico que esses inquietos reformadores improvisados, sempre conhecidos no cenário político pelas suas tendências retardatárias, se erijam em profetas democráticos...” (VARGAS, Getúlio, 1937)

⁸⁵ O discurso foi proferido em 25/06/1963, Ele está em PINTO, 1964, p. 9-44.

atribuir-lhes outra dimensão, encontrada apenas nos meandros da tradição, que tem no bacharel e no estadista atualizadores e intérpretes.

O estadista⁸⁶, tipo ideal construído a partir de exemplos e eventos da história nacional (LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 36), é o único capaz de ordenar a partir da lei os melhores caminhos para uma sociedade em que o “povo (...)na sua esmagadora maioria” é “desinteressado das fórmulas políticas e da técnica jurídica que as institui e defende” (FRANCO, 1961b, p. 130). Arinos, assim como Milton Campos o fizera, retoma a clássica distinção de Benjamin Constant entre a liberdade dos antigos e dos modernos (CONSTANT, 1985), onde a última se distingue, dentre outras coisas, pelo progressivo desinteresse das massas nos assuntos políticos. A diferença é que enquanto na argumentação do francês é o desenvolvimento da sociedade, através do comércio, que leva ao desinteresse pela política, segundo o bacharel udenista trata-se de um sintoma do atraso brasileiro.

Se “normalmente não é a lei que cria o direito, mas o contrário é que se dá” (FRANCO, 1961b, p. 179), em terras brasileiras, devido ao “violento desnível cultural entre o povo e as elites” (FRANCO, 1961b, p.131), se percebe “a contribuição poderosa das elites brasileiras e o aspecto construtivo da norma jurídica em relação ao Direito” (FRANCO, 1961b, p.131). Muitas são as “instituições que a lei, elaborada pelas elites, transformou em Direito para o povo.” (FRANCO, 1961b, p.131). Distintamente dos países onde “a lei veio apenas reconhecer um fato político e jurídico já definido havia longos anos” (FRANCO, 1961b, p.131), aqui ela desempenha papel fundamental para levar o país rumo ao progresso. A existência uma sociedade desfibrada - tema clássico do Pensamento Político-Social brasileiro - e de um povo inculto demandam, aos olhos do bacharel, a firme organização da lei, já que não há um passado que o organize o país a partir de valores compartilhados:

Além disso não temos, propriamente, passado, e, neste ponto, é tão verídico como perigoso observar que somos, realmente, um país do futuro; só do futuro. A falta de todos estes cimentos históricos fazem do povo brasileiro – unido apenas, é certo, por esta cordialidade tropical, (de que falam Ribeiro Couto e Sergio Buarque de Holanda) e por um misto de sentimentalismo e orgulho comuns – fazem dele uma nação difícil de se separar em Estados diversos, mas fácil de fermentar em uma espécie de anarquia solidária e niveladora. (FRANCO, 1965, p. 130)

O bacharel e o estadista são os agentes capazes de conter esse princípio entrópico, inerente a sociedades “sem passado” como a brasileira, ordenando os impulsos sociais e definindo os rumos do país. Nesse caso, todavia, a recusa da organização da sociedade pela

⁸⁶ “... a construção do ideal de estadista (...) reitera a imagem de uma certa hierarquização entre os reinos da moral e da política, com o predomínio, senão de fato, com certeza de direito – da primeira sobre a segunda” (LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 60)

via do mercado implica o descrédito frente a grande maioria da população, à qual se nega qualquer clareza sobre os próprios interesses. Não sem motivo esse liberalismo afirma que “o tempo do liberalismo passivo já findou” (Manifesto dos Mineiros. In: FRANCO, 1946, p. 108), adere com tanta tranquilidade à ideia de planejamento e diagnostica a altos brados a “inevitável transformação do individualismo jurídico em socialismo jurídico” (FRANCO, 1961b, p. 179), o qual tem por principal marca o “planejamento democrático”. Adeptos de uma postura construtivista perante a sociedade, era natural aos bacharéis a afinidade com a ideia de planejamento, termo onipresente na mais diversas correntes ideológica da época e, por isso mesmo, marcado por grande polissemia.

Presente na perspectiva dos bacharéis conservadores, como Arinos, o planejamento ganha feições mais modernas na pena dos liberais modernizantes⁸⁷. O direito ainda é visto como instrumento político de organização da sociedade, mas há um menor destaque à virtude dos governantes e uma maior preocupação em modernizar o aparato jurídico e o Estado⁸⁸. O liberalismo não se define, nessa vertente, como “estado espírito”, à moda de Milton Campos, mas enquanto instrumento de controle do processo de transformação social. Ainda há desconfiança ante o mundo do mercado, mas a distância entre o liberalismo modernizante dos bacharéis e o liberalismo econômico se dá mais em virtude do predomínio da política na organização do mundo dos bacharéis do que pelo antimaterialismo arielista, que marca os bacharéis conservadores:

A nova política intervencionista foi um rude teste a que se submeteu a eficiência do Governo. A estrutura orgânica e funcional do Estado, modelada no pressuposto do quadro econômico e social do *laissez-faire*, teria, necessariamente, que se manifestar inadequada para atender aos novos tipos de atuação que dele se reclamava. As funções do Estado, além de terem se ampliado sensivelmente, assumiram aspectos novos. A legislação cresceu em volume e em complexidade pois teve que descer até os detalhes das mais diferentes técnicas. A atividade jurisdicional relacionada com os modernos problemas sociais e econômicos, para não redundar em denegação de justiça, teve que se flexibilizar pela supressão do formalismo forense, tornando-se mais econômica, mais rápida e mais bem aparelhada para a formulação de standards jurídicos. (BILAC PINTO, 1953b, p. 250-251)

O vocabulário retirado do direito público norte-americano, que vem a complementar a anterior influência francesa, aponta para um esforço de se adequar aos novos tempos e para uma ação política um pouco mais descolada do passado. O direito e a política não perdem

⁸⁷ Como o tema é central no desenvolvimento do capítulo 3, ele será apenas brevemente esboçado aqui.

⁸⁸ Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto buscaram introduzir disciplinas mais próximas do mundo econômico nas faculdades de direito cariocas da época. O jurista baiano inclusive apresentou na Câmara dos Deputados proposta de radical reforma do ensino jurídico nesse sentido, que foi, entretanto, recusada. Sobre a proposta. VENÂNCIO FILHO, 2004, p. 313-314.

seus vínculos com a tradição, mas são também vistos como instrumentos de transformação da sociedade, em chave mais preocupada com o porvir. A diferença entre os dois liberalismos dos bacharéis é, deve-se ressaltar, mais uma inflexão, a qual produz distintos estilos de ação pública, que uma radical mudança de substância. Trata-se, afinal, de dois olhares semelhantes para a época, – já que apesar dos diversos predicados todos permanecem bacharéis- que carregam, entretanto, sentidos temporais distintos, os quais levam os atores a repertórios e encontros muitas vezes diferentes.

De volta às convergências, há que se ressaltar que a identidade dos bacharéis udenistas se define em oposição ao país profundo, onde vigia uma lógica distante dos seus ideais normativos. Homens do centro, lugar de predomínio dos princípios civilizatórios, eles lidavam com os imperativos da política local, fundamentais para sua permanência enquanto representantes eleitos, como obrigação aceita a contragosto. As manifestações desse país não subjugado do localismo passavam pelo caudilhismo, mas não se limitavam a ele. Dentro da própria UDN, o grupo dos “chapas brancas”, por vezes chamados de “realistas”, servia de contraponto aos bacharéis, com muitas vezes distantes da visão de mundo da “banda de música”. Adversários costumeiros nas disputas em torno das diretrizes do partido, querelas onde não era rara a vitória dos “chapas brancas”, os bacharéis tinham, por outro lado, uma profunda dependência dessas figuras, necessárias não apenas para a manutenção da UDN enquanto potência eleitoral em um país ainda predominantemente agrário, mas para a eleição dos próprios bacharéis. O relato de Afonso Arinos expõe bem a questão:

A UDN era sensível à atração do poder, e o governo não descuidava disso. Interesses e competições regionais, sobretudo nas zonas mais pobres do país, levavam os representantes udenistas a ceder às aberturas e sorrisos do suave caudilho. Era o grupo dos chamados chapas brancas, que tanto trabalho dava a nós, da liderança. A posição era complicada. De um lado, os chapas-brancas precisavam de nós, os chamados bacharéis, porque nossa resistência é que dava valor às suas manobras. Por isso mesmo, no quadro partidário, eles nos tratavam bem, não contradiziam o que afirmávamos da tribuna, votavam em nós para os postos de chefia. Mas, por outro lado, os bacharéis também precisavam deles, porque as bases eleitorais do partido, em certas zonas (as zonas que eles representavam) apoiavam francamente aquela política de aproximação (...) Os bacharéis não queriam (nem podiam) destruir o partido, cuja presença era útil no plano nacional e nos pleitos futuros, a bem da democracia. (FRANCO, 1965, p. 185)

A tensão entre essas “duas almas”⁸⁹ não era, entretanto, exclusividade da UDN⁹⁰. A recente nacionalização do sistema partidário brasileiro deixava ainda frouxos os vínculos

⁸⁹ A expressão faz direta referência a BRANDÃO, 1997, dividido, segundo Gildo Brandão, entre o reformismo e a revolução, não eram, todavia, as mesmas que dividiam os 3 grandes partidos.

⁹⁰ “Os três partidos de centro representados em Minas exprimiam interesses predominantemente municipais, isto é políticos, ou mais precisamente pessoais (...) Os partidos eram as grandes bandeiras que cobriam essas lutas

entre a política nacional e a municipal. As siglas nacionais organizavam as disputas locais, com muitas das oligarquias rivais filiando-se a distintos partidos, mas ainda havia certo descompasso entre a política da capital e a dos rincões⁹¹. O fato, aliás, pode ser visto como sintoma natural em um país que ainda se mostrava incapaz de integrar o rural ao urbano em diversos aspectos⁹². O gosto por argumentos de contorno universal e o constante esforço por se distinguir do sistema político vigente, em retórica que tomava o “adesismo” como pecado mortal, tornava, todavia, a situação da UDN ainda mais difícil⁹³. Defrontados com o caudilhismo, dentro e fora das suas hostes, os bacharéis se viam em apuros no seu papel de elites.

Na visão dos bacharéis, como bem expõe Arinos, a grande vantagem das nossas elites sobre seus congêneres latino-americanos se deve, justamente, ao pleno domínio das mais avançadas técnicas jurídicas de organização e controle dos impulsos e volições das massas, com - segundo a concepção do autor - raros recursos a violência ou a restrições da liberdade. O novo sempre se submete ao filtro da tradição, em dinâmica que impede rupturas mais profundas que poderiam, como nos abundantes exemplos disponíveis na história latino-americana, nos levar a anarquia: “A superioridade das elites brasileiras, em comparação com a quase totalidade dos países latino-americanos, se demonstra precisamente no fato de que, entre nós, a prática das instituições adotadas e adaptadas só excepcionalmente se processa com sacrifício da liberdade e quase nunca de forma violenta ou sanguinária” (FRANCO, 1961b, p. 131).

A sequência de elogios pode levar à ideia de que Arinos via as classes dirigentes brasileiras como um conjunto de grandes homens e personalidades brilhantes. Nada mais falso. Em famoso discurso de homenagem a Joaquim Nabuco, ele destaca, por exemplo, o contraste entre a enorme figura do homenageado e seu entorno, chegando a falar do natural protagonismo de Nabuco em um “país pobre de homens como o nosso.” (FRANCO, 1961b, p. 269) As memórias do bacharel, dentre outros escritos, também carregam tom não menos crítico em relação a sua época. O destaque dado em sua narrativa a elites, estadistas e bacharéis brasileiros não passa por seu caráter excepcional, mas decorre de dois aspectos que

pequeninas.” (FRANCO, 1965, p. 72). Deve-se ressaltar que esses três partidos de centro não incluíam o PTB, que figurava à esquerda, mas o PR, esse especialmente forte em terras mineiras. Arinos também afirma que a UDN teria “a cabeça na cidade e o corpo no campo.” (FRANCO, 1965, p. 87).

⁹¹ Em que pese a consolidação do sistema segundo a visão de alguns, como LAVAREDA, 1986.

⁹² A exclusão dos trabalhadores rurais do sistema de direitos trabalhistas é uma clara expressão desse ponto. Sobre as interpretações e o debate em torno da questão agrária ver MAIA, 2014; e CAMARGO, 1997.

⁹³ A crescente ideologização do PTB, tal como argumentado por Lucília Delgado (1989), poderia trazer dificuldade semelhante ao partido. Essa, entretanto, tinha um eleitorado muito mais urbano que a UDN.

estruturam a visão de mundo de Arinos. O primeiro é o caráter central da ação humana e das grandes personalidades na História, o que por vezes o levava a uma historiografia próxima da de Carlyle. Se, para o autor, a compreensão da política e dos fenômenos sociais requer atenção a mudanças estruturais de maior monta, que prescindem da consciência dos agentes⁹⁴, é inegável a forma como a atuação e a trajetória de certos personagens é central para a fisionomia de muitas conjunturas, que são mesmo incompreensíveis sem uma devida atenção a tais figuras. Outra crença fundamental se vincula à precariedade da formação sociológica brasileira, abordada algumas linhas acima, onde o rebaixado nível cultural e intelectual do povo eleva, pelo contraste, os componentes das elites, muitos dos quais se destacariam, entretanto, mesmo em plagas mais ilustradas.

Não resta dúvida, todavia, que se deve a sabedoria das nossas elites a construção de uma “tradição mundialmente louvada de mudanças brancas” (FRANCO, 2005 {1965}, p. 61), que garantiu, apesar de todos os percalços, a predominância da ordem ao longo da história brasileira. Tal tradição parece, entretanto, estar com seus dias contados, tendo em vista a radicalidade dos conflitos que então marcavam o país. O Brasil se encontrava então marcado, na visão de Arinos, pelo recrudescimento dos embates políticos e sociais, direta consequência da ampliação dos partícipes da esfera pública e da emergência de novos atores e demandas. Grupos políticos que foram em outros tempos controlados pelo aparelho repressivo do Estado finalmente chegavam ao centro do cenário político. A política institucional não seria mais a mesma depois de 1946 e agora abrigava uma maior variedade de tendências políticas, como bem demonstram a expressiva votação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em sua única votação nacional na legalidade⁹⁵, e o constante crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁹⁶, sem falar na gradativa marcha dos trabalhistas, ao longo do interregno democrático, rumo a pautas mais transformadoras⁹⁷.

A organização do mundo político a partir da lógica oligárquica, onde apesar das divergências que dividiam os atores as questões fundamentais do Estado, como a participação dos “de baixo” e a estrutura agrária, eram decididas por consenso⁹⁸, não mais funcionava em

⁹⁴ A obra de Arinos é pródiga na identificação de grandes mudanças estruturais. Bons exemplos desse tipo de argumentação estão em “Evolução da Crise brasileira” (FRANCO, 2005 {1965}) e em sua aula inaugural “A crise do Direito e o direito da crise”, este disponível em “Estudos e discursos” (FRANCO, 1961b).

⁹⁵ Os comunistas elegeram 14 deputados federais e Iedo Fiuza, seu candidato a Presidência, alcançou 10% dos votos.

⁹⁶ Sobre o crescimento eleitoral do PTB ver LAVAREDA, 1986, e SOARES, 1965.

⁹⁷ Sobre o tema, ver DELGADO, 1989 e D’ARAUJO, 1996.

⁹⁸ A ideia de que os modos de decisão em um regime oligárquico ocorrem por consenso está presente em SANTOS, 2013. O ponto, também presente no texto, de que a distinção entre democracia e oligarquia se deve sobretudo ao número dos participantes, de modo que se poderia “considerar a oligarquia, o governo de uns

uma época de massas, na qual a política ampliava suas fronteiras e aumentava a intensidade de todos os conflitos. Pensadores autoritários como Francisco Campos e Azevedo Amaral já tinham percebido isso anos antes, quando criticavam a democracia liberal, a qual mereceria sem grandes problemas o adjetivo oligárquica, por sua incapacidade de responder de forma adequada aos conflitos de uma sociedade de massas⁹⁹. Os bacharéis, todavia, se mostraram menos aptos para construir uma ideia de país, em termos de ideias e instituições, que respondesse a essa nova conjuntura.

1.4 Os bacharéis perante um novo país

O partido que surgiu do combate ao Estado Novo, regime marcado pelo controle das massas sindicalizadas através do direito do trabalho, atacava mais o outrora ditador, e seus herdeiros, do que as heranças da ditadura, do mesmo modo que voltava suas críticas antes à postura individual dos sindicalistas do que ao sistema sindical então vigente. Sem desenvolver uma gramática institucional de inclusão, mesmo que subalterna, das massas que desse conta dos efeitos da sua presença na cena política, eles viam prováveis problemas na liberação dos trabalhadores dos instrumentos de controle da CLT¹⁰⁰. Enquanto o PTB, filho das articulações de Vargas em meio aos sindicatos, se afastava progressivamente do sistema jurídico-sindical que o gerou, a UDN, costumeira crítica das ações de Vargas e de seus herdeiros na área, passa a temer cada vez mais, ao longo do regime de 1946, o fim desses mecanismos de coerção e suas eventuais consequências na cena política. Como bem destaca Werneck Vianna:

Liberalismo em política, corporativismo quanto à organização sindical. O ‘indivíduo possessivo’ será libertado dos freios e ressalvas da vontade nacional, mas as classes subalternas devem continuar subordinadas ao ideário de colaboração e de harmonia entre classes sociais. (...) Dessa forma, o liberalismo que inspirara o golpe de Estado mostrava seus limites, utilizando-se do mesmo marco institucional legal do regime antiliberal que acabava de depor. (VIANNA, 1999, p. 316)

O partido liberal se vê refém das instituições antiliberais desenvolvidas por seu principal adversário, uma vez que, levado também ao mundo do trabalho, seu liberalismo

poucos, como a democracia em botão”, foge, entretanto, da argumentação do presente trabalho, que vê na democracia uma lógica de dissenso que destoa não apenas quantitativamente das oligarquias.

⁹⁹ Em Francisco Campos, um bom exemplo desse argumento está em “A Política e o nosso tempo”. In: CAMPOS, 1940. Para a perspectiva de Azevedo Amaral o texto mais eloquente nesse sentido é AZEVEDO AMARAL, 1934. Uma boa análise desse tipo de diagnóstico sobre a época é feito por Marcelo Jasmin, a partir do conceito de “mimesis do tempo”. (FERES JUNIOR, JASMIN, 2007).

¹⁰⁰ Sobre o argumento ver VIANNA, 1999, p. 316

podia acabar por ofuscar o protagonismo de muitos dos seus líderes, mais acostumados a atuar em meio dos seus pares do que talhados para a política de massas, que privilegiava outro tipo de ator político. O predomínio do discurso do decaimento moral e da corrupção expõe à perfeição o incômodo perante o surgimento de novos padrões e dinâmicas sociais, que desestabilizavam as permanências de outrora. A retórica da corrupção, aliás, não pode ser compreendida sem o recurso ao seu contraconceito: a ordem. Do mesmo modo que a moral reivindicada pelos bacharéis é a de alguns, de uma elite talhada para o poder, essa ordem – como toda, aliás,- também se refere a um conjunto de valores e formas de vida muito específicos, identificados a um país em que as tribunas e parlamentos eram mais influentes, sem o contraponto desestabilizador das ruas. A reincidência do discurso contra a corrupção, especialmente o que identifica nos desvios individuais sua principal causa¹⁰¹, revela a perspectiva dos bacharéis udenistas frente a um país que despontava perante seus olhos.

O diagnóstico geral entre os bacharéis era o de que o Brasil atravessava uma profunda crise, presente em diversos campos; todos, contudo, profundamente imbricados. Como no já citado discurso de Bilac Pinto, a crise é ao mesmo tempo “moral”, “política” e “administrativa” (BILAC PINTO, 1964, p. 12), esses os principais aspectos da corrupção geral, ou da subversão irrestrita, que marcaria a sociedade brasileira de então. A anarquia reina, impulsionada pela tibieza, política e moral, do governantes. Se o diagnóstico sobre a existência de uma crise generalizada na sociedade brasileira está presente nos discursos udenistas desde os primeiros anos da República de 1946, é inegável que ele ganha força nos momentos de mais intenso embate público, como em 1954/1955, 1961 e 1964. Em julho de 1963, no primeiro artigo da série que escreveu para o Jornal do Brasil, e que seria depois reunida em “Evolução da Crise brasileira”, Afonso Arinos assim construía seu diagnóstico da época:

Segundo a opinião provavelmente unânime dos brasileiros e dos estrangeiros que nos observam, nosso país está em crise, sendo que muitos se acham convencidos de que ela é a mais grave crise de toda a nossa história. Crise social, política, econômica, financeira, monetária, educativa, militar, administrativa, em uma palavra, crise nacional. Dentro da tormenta, as elites, sejam por se sentirem mais culpadas, seja por terem mais consciência dos riscos, se agitam ou se apavoram, enquanto as massas populares se mantêm muito mais tranquilas. O quadro geral é confuso e ameaçador, tanto para os que nos de observam de fora quanto para nós mesmos. (FRANCO, 2005, p. 27)

¹⁰¹ Há um segundo sentido para a corrupção, entendida de forma mais sistêmica e quase sempre vinculada ao tema da subversão e da infiltração comunista. O uso dos conceitos de corrupção e subversão, sua frequência e contexto, são interessantes para compreender algumas transformações internas ao partido e as suas diretrizes políticas.

Os termos para identificar a natureza dessa crise ganham, entretanto, contornos diversos. Mantida a ideia de uma alteração na ordem “natural” do mundo social e político, o que torna explícita a existência de uma crise, são dois os mecanismos possíveis podem desencadeá-la: a corrupção e a subversão. A corrupção quase sempre é referida ao contexto brasileiro e tem suas principais causas remetidas a permanência do getulismo, essa doença caudilhista que assola o país e contra a qual os remédios liberais da Constituição de 1946 não se mostraram eficazes. Extirpá-la é a única saída para a construção de uma ordem democrática e moderna no país, já que não há democracia possível que conviva com o mal caudilhista. A figura retórica do “mar de lama”, metáfora para a onipresença da corrupção mais identificada com Carlos Lacerda, não se restringiu às manifestações do político carioca, mas também teve lugar no discurso dos bacharéis, como bem demonstra o famoso pronunciamento do então líder do partido Afonso Arinos, clamando pela renúncia de Vargas: “(...) seu governo é hoje um estuário de lama e um estuário de sangue; observe que os porões do seu palácio chegaram a ser um vasculhadouro da sociedade; verifique que os desvãos de sua guarda pessoal são como subsolos de uma sociedade em podridão” (FRANCO, 1954). O constante flerte com as Forças Armadas e o recurso a contorcionismos jurídicos absurdos, como a invenção de uma suposta exigência implícita da maioria absoluta nas eleições à presidência¹⁰², se justificam pela ideia de que era, nesse caso, necessário sair das barreiras da estrita legalidade para conseguir, por fim, mantê-la. Tudo em nome do combate às forças da corrupção, que ameaçavam os fundamentos do edifício democrático.

As denúncias, frequentes no parlamento e na imprensa, partiam, usualmente, de supostas infrações da lei, mas o termo quase sempre merecia sentidos que iam muito além do jurídico e apontavam a erosão das bases políticas e morais do país. A política corrompia a sociedade, em cenário no qual os delitos individuais eram menores do que suas nefastas consequências. Os discursos sobre essa contaminação do mundo social - este uma presa fácil por ser despido, no caso brasileiro, de maior sedimentação de valores e princípios - lembravam, não raras vezes, os comentários de Tocqueville sobre os perigos da corrupção em contextos democráticos, nos quais ela pode ultrapassar os que administram a coisa pública e contagiar a moralidade de toda a população:

Nos povos democráticos, os que se acham na direção do Estado, por se verem quase sempre às voltas com suspeitas incômodas, dão de certa forma o apoio do governo aos crimes de que são acusados. Apresentam assim perigosos exemplos à virtude que ainda luta e fornecem comparações gloriosas ao vício que se oculta. (...) Opera-se assim não sei que mistura odiosa entre as ideias de baixeza e de poder, de

¹⁰² A tese da maioria absoluta, que seria implicitamente demandada pela constituição, foi levantada pela UDN em todas as eleições presidenciais em que saiu derrotada.

indignidade e de sucesso, de utilidade e de desonra.. (TOCQUEVILLE, 2001, p. 256-257)¹⁰³

As semelhanças em relação ao famoso discurso de Arinos na comemoração ao quinto aniversário da Constituição de 1946 são evidentes. A diferença - descontadas, é claro, as distâncias de tempo e contexto - é que enquanto Tocqueville vislumbra essas mazelas democráticas em um possível, e indesejável, futuro, Arinos as diagnosticava na sociedade em que vivia e atuava politicamente:

Se eu tivesse autoridade para indicar o mais grave sintoma de desagregação social do Brasil de hoje, diria que tal sintoma é esta incrível confusão que o povo está começando a fazer entre superioridade moral e superioridade social. Explico-me melhor. Graças à imunda corrupção de certa propaganda, graças ao atraso a à crença milagreira do nosso povo bom e indefeso, vai se infiltrando, aos poucos, no subconsciente das massas, esta impressão perigosa de que a honestidade, a pureza de impressões e de processos, a dignidade da vida, a resistência antes as seduções do dinheiro ou dos cargos, são outras tantas vantagens dos bem nascidos, dos ricos; são meros luxos de quem não precisa, simples grã-finagem social. (...) Se ainda temos salvação em face de tal descabro é porque ele se circunscreve à loucura de alguns fanáticos e à inconsciência de alguns vendidos, embora dele se origine espetaculares resultados eleitorais. Mas estou seguro de que, no dia em que a convicção de que a moral é inimiga do sucesso se espalhar de fato pela maioria esmagadora do nosso povo, no dia em que as classes armadas forem contaminadas por tal espírito cloacal e demissionista, então devemos clamar por que Deus mande em nós o fogo sagrado que destruiu Ninive, porque não será mais possível viver nesse país. (FRANCO, 1961b, p. 158)

O bacharel constrói, a partir de argumentos quase idênticos aos de Ortega y Gasset (ORTEGA Y GASSEY, 2006), a existência de um crescente dissenso entre as elites e o povo, fato que seria um dos grandes problemas do país de então. O fenômeno seria vinculado, em conferência ministrada pelo próprio Arinos em 1953, na Escola Superior de Guerra(ESG), ao conceito de populismo: “O populismo é, também, uma reação das massas contra o estilo das elites, contra as aparências de compostura, discrição e polidez que, antigamente, traduziam superioridade moral, mas que hoje só provocam o sentimento – ou ressentimento – da superioridade social” (FRANCO apud BENEVIDES, 1981, p. 271). Se o conceito, de longa

¹⁰³ Marcelo Jasmin descreve o argumento tocquevilliano com essas palavras: “O terceiro argumento se refere aos riscos relativamente muito maiores que são inerentes ao tipo de corrupção democrática, dada a natureza da comunicação entre os indivíduos nas condições sociais igualitárias. As sociedades aristocráticas são estruturadas a partir da desigualdade hierárquica entre nobre e plebeus, o que torna a separação, a distância, e, conseqüentemente, ausência de comunicação frequente elementos efetivos e permanentes de isolamento entre eles. O conhecimento da ‘depravação de grandes senhores’ permanece restrito ao pequeno círculo de dirigentes nobres (...) Já nas democracias, a corrupção que ataca os cofres públicos contagia multidões pelo exemplo: a venda, por dinheiro, dos favores do Estado ‘é compreensível por qualquer miserável e, o que é pior, que ainda pode querer imitá-la, pois nela identifica a ação de um igual que enriquece às custas do erário público.” (JASMIN, Marcelo In: AVRITZER, BIGNOTTO, GUIMARAES, STARLING, 2008, p. 66-67)

história progressiva, não mereceu uma reflexão mais apurada do partido¹⁰⁴, como ocorreria em outras quadras, os fatos sociais a ele posteriormente vinculados receberam grande atenção dos udenistas. Nessa conferência de Arinos, o populismo reflete o incômodo frente a um processo mais amplo de transformação do mundo, contra o qual os bacharéis evocam os conceitos de corrupção e subversão. O “amor da plebe pela aparência do plebeísmo”, que substituiu longevos padrões de superioridade moral, aparece como sintoma da crise e da decadência nacional, que tem na política um campo privilegiado de expressão. A responsabilidade passa, em grande parte, pela ação espúria dos caudilhos, que degradam a ordem social incitando os pobres contra os ricos¹⁰⁵.

O problema atinge toda a república, ilegítima porque imoral, imoral por ter líderes sem qualquer condição no poder, mas também alcança as próprias elites, ausentes na sua tarefa de, conciliando os blocos da ordem e do movimento¹⁰⁶, construir um país que as represente: “... para que possamos equilibrar ordem e movimento com um mínimo de condições de êxito, uma preliminar se impõe, e esta preliminar é, em conjunto, o esforço desinteressado de compreensão. Este esforço é um dever das elites. Sua ausência, no Brasil de hoje, excede os limites da indiferença; resvala pela traição.” (FRANCO, 2005, p. 56). Não se está diante, ressalta Arinos, do mero saudosismo de uma época perdida, mazela presente nos mais diversos momentos históricos. Se clamores semelhantes existiam no passado, eles não se defrontavam com tão sérios desafios. A corrupção ainda estava restrita às malversações de parte das elites e não havia ainda se espalhado por todo o tecido social, tornando indistintos vício e virtude:

Falava-se muito, antigamente, no ‘Brasil, país perdido’. Era uma frase retórica, mas só o era porque denunciava estados de corrupção de grupos limitados. Hoje as elites procuram corromper o povo, incutindo-lhe a opinião de que a moral é um luxo de

¹⁰⁴ “É interessante lembrar, ainda, que o populismo enquanto fenômeno político jamais foi realmente examinado pelos intelectuais do partido” (BENEVIDES, 1981, p. 271)

¹⁰⁵ Cesar Guimarães aponta dois usos do termo no discurso de Arinos: “Nesta conferência de Arinos na Escola Superior de Guerra, em 1953, o ‘populismo’ - matéria obrigatória da Ciência Política dos futuros ‘Anos de Chumbo’ - aparece sob dois aspectos: é um movimento político de elites corruptas que substituíram a moralmente respeitável elite tradicional, sem cumprir suas devidas funções; saudosismo elitista que nem mesmo Tocqueville aprovaria. Já os ativos, os populistas (Vargas, para ser claro) provocam o ressentimento das massas, com a devida vênua de Ortega y Gasset.” (GUIMARÃES, 2001, p. 162)

¹⁰⁶ Os termos são de Afonso Arinos, que divide, inspirado em Goguel, a sociedade em dois grupos: um a ansiar pela mudança, o qual ele chama de *movimento*, outro a clamar pela conservação da ordem, que dá o próprio nome o grupo dos que a defendem: “Se examinarmos o panorama em conjunto verificaremos que os grupos partidários se compõe, no fundo, de dois blocos, que obedecem, indiscutivelmente, à pressão dos interesses sociais criados, mas que correspondem também – e isto não deve nunca ser esquecido- às tendências permanentes e íntimas da natureza humana. São aqueles blocos que François Goguel procurou identificar no decurso de toda a vida da Terceira República, e que designou com os nomes de ordem e movimento. Aplicando-se esta premissa à observação do caso brasileiro, veremos que a representação proporcional, dividindo embora os partidos, manteve-os, no entanto, dentro do esquema geral dos dois grupos da ordem e do movimento.” (FRANCO, 1961b, p. 137-138)

grã-finos, de que a superioridade moral é uma das formas da detestada superioridade social. O êxito desta obra insensata será simplesmente o naufrágio de tudo e de todos, numa República encalhada como uma barca apodrecida, num baixio de lodo e sangue. (FRANCO, 1961b, p. 158)

A falta de responsabilidade das elites, únicos atores verdadeiramente conscientes do processo político, se faz presente na incapacidade de ordenar, de acordo com as melhores tradições nacionais, o cenário político brasileiro. Tal ausência permite a livre atuação de elites rebaixadas, que flertam com o caudilhismo varguista, e leva muitos atores a incidirem em outro erro, respondendo à imoderação dos que buscam “plebeizar”, política e moralmente, o país em tom ainda mais virulento. Essa é a percepção dos bacharéis conservadores, como Afonso Arinos, que se distinguem por atribuir um papel moderador às elites, as quais devem figurar acima dos embates políticos. Para o mineiro, o lugar dos verdadeiros líderes, os estadistas, não é nas fronteiras dos que querem a transformação radical do mundo, os partidários do Movimento, ou militando ao lado dos arautos da Reação, integrantes do bloco da Ordem, mas sim, aristotelicamente, no exato meio entre os extremos, de modo que os permita atuar para o adequado equilíbrio entre os campos.

O país vive, aos olhos do bacharel, uma inegável “crise de transformação”, mas as mudanças não se limitam às suas fronteiras. O Ocidente se vê diante da erosão de velhos mantras democráticos, como bem exemplifica a atual “crise do direito”, que demanda novas soluções e a superação de velhos dogmas. O momento, todavia, não seria o de recusar frontalmente as transformações, o que pode ser desastroso e acabar por precipitá-las, mas de conseguir dirigi-las. Assumir perante as crescentes demandas sociais postura de franco confronto ou de manifesta negação acaba por constituir, ao fim, “um serviço à causa revolucionária, porque facilitar a evolução é impedir a revolução, ao passo que reprimir o curso natural do progresso é preparar a explosão inevitável das mais justas revoltas.” (FRANCO, 1961b, p. 160)

A adesão de Arinos ao parlamentarismo, renegando a consolidada posição que construía no embate público com Raul Pilla¹⁰⁷, este um histórico defensor da solução parlamentar, é eloquente demonstração do esforço do bacharel para encontrar uma via mais suave para as mudanças, sem o ritmo abrupto e os riscos inerentes às transformações lideradas por um presidente. As razões da adesão ao novo modelo político foram “colhidas na experiência dos fatos e não na ciência dos livros” (FRANCO e PILLA, 1999, p. 1) e

¹⁰⁷ Arinos havia sido responsável anos antes, em 1949, pelo parecer contrário à derrotada emenda parlamentarista apresentada por Raul Pilla. Este parecer e o projeto e voto de Pilla estão compilados em FRANCO, PILLA, 1999.

amparadas “em motivos políticos e não jurídicos” (FRANCO e PILLA, 1999, p. 13). A experiência que justifica a apostasia passa pela observação de a “América Latina tende para a forma de governo caudilhista(...) que é menos o sistema em que governa um caudilho do que o regime em que predomina politicamente a força armada” (FRANCO e PILLA, 1999, p. 7). Os motivos não se apoiam na observação de algumas conjunturas, mas se fundam nos traços culturais da Ibéria. Estão ausentes da realidade brasileira os elementos políticos e culturais que sustentam o presidencialismo norte-americano¹⁰⁸, o que torna as eleições verdadeiros “plebiscitos entre dois demagogos que se enfrentam periodicamente nas campanhas eleitorais” (FRANCO e PILLA, 1999, p. 12), as quais fazem o país “caminhar desatinadamente para a anarquia econômica e social e para a ditadura militar consequente” (FRANCO e PILLA, 1999, p. 12).

O parlamentarismo se coloca, aos olhos de Arinos, como interessante solução para um cenário de descalabro, primeiro por reforçar em terras brasileiras um dos elementos que sustenta a experiência norte-americana, os partidos políticos, mas sobretudo por seu elemento francamente conservador, que o permitirá resistir às três forças que derroem as bases da República brasileira: “demagogia, improvisação e corrupção”. A opção parlamentarista aparece como opção conservadora, que é fundamental para evitar uma verdadeira catástrofe. Os bacharéis revelam, mais uma vez, as facetas do seu liberalismo conservador. Anos mais tarde, Arinos retomaria, em forma exemplar, os argumentos de então:^{109 110}

¹⁰⁸ “O presidencialismo americano se apoia em três elementos igualmente importantes, cujo equilíbrio dinâmico constitui o segredo do seu extraordinário sucesso: o culto da Constituição Federal, a influência da Suprema Corte e a ação dos partidos políticos” (FRANCO e PILLA, 1999, p. 3)

¹⁰⁹ No que tange a Arinos, o ponto é perfeitamente destacado por Lattman-Weltmann: “Estamos aqui num registro imaginativa tipicamente conservador onde o costume e a adesão a ele possuem toda uma dignidade, toda uma legitimidade, consistindo afinal em partes organicamente articuladas de uma forma de vida que deveria sua existência a uma história concreta, ao acúmulo de conhecimentos empíricos, de esforços de investimentos parciais de várias gerações, e não a qualquer capricho ou arbitrariedade de caráter meramente especulativo. Trata-se, portanto, de formas testadas, reconhecidas e consagradas de se conduzir no mundo, responsáveis, à sua medida, pela manutenção de uma certa ordem, de uma certa previsibilidade e seguranças, enfim, de um chão comum, propício ao desenvolvimento das mais elevadas capacidades humanas.” (LATTMAN-WELTMANN, 2005, p. 41-42.)

¹¹⁰ É inegável que a perda de importância nas decisões internas do partido, reconhecidas pelo próprio Arinos, é responsável pela crescente moderação de suas manifestações, quando o inflamado orador cede cada vez mais lugar para o defensor do progresso dentro da ordem, esse um feroz crítico dos reacionarismos udenistas - fonte dos seus conflitos com Lacerda, na sua visão - e dos excessos de trabalhistas e comunistas. É difícil e superficial, por outro lado, atribuir as mudanças apenas a esse aspecto. A construção da figura do bacharel, com seus ideias de moderação e seu liberalismo avesso ao dissenso, tratados ao longo de todo o capítulo, expõe as raízes mais antiga dessa postura, o que não importa, todavia, que o eventual flerte com soluções à margem da legalidade, uma vez necessárias para manter a ordem e, ao fim, a própria legalidade. Sobre a percepção de Arinos acerca do seu lugar no partido, é eloquente esse trecho do seu depoimento ao CPDOC: “Não tive desde logo a percepção do que eu representava dentro do partido. Depois descobri: eu era um camarada que não tinha nenhuma influência nas decisões propriamente políticas. Era um ornamento de tribuna. Era um homem que servia para falar as coisas, por isso é que fiquei sete anos na liderança e ninguém me tirou.” (FRANCO, 1983, p. 126-127.)

...o parlamentarismo será no Brasil um regime de governo mais prudente, ou, no nobre sentido de uma palavra que tem sido tão prostituída que hoje até receia-se o seu emprego, mais conservador. Precisamos, com efeito, acabar com este horror cigano e leviano do conservantismo. O espírito conservador, ou existe em um país que sofre os impactos do Brasil de hoje, ou não existe e este país resvala para a catástrofe. Conservação, tal como a entendo eu, não se confunde com atraso, nem com injustiça social. Conservação é, muitas vezes, sinônimo de nacionalismo; de resistência às novidades que não são inovações; de preferência pelas soluções ponderadas em vez das improvisadas; patriotismo em vez de ambição e amor pelo bem comum em vez de apetite pela vantagem próxima e particular. Conservar nem sempre é galvanizar o que está morto, mas defender o que se impõe que perdure. (...) É nesse sentido que eu me sinto inclinado, hoje, ao que chamo de espírito conservador em política. (FRANCO, 1983, p. 12)

Distantes das elucubrações lógicas dos juristas, os bacharéis conservadores fazem o elogio de certa perspectiva de história, vista sob o prisma do acúmulo de experiências e não da vontade¹¹¹. A história é mestra da vida¹¹² e proveitosa inspiração para a ação política eficaz, esta completamente distinta do olhar voluntarista daqueles que subjagam a complexidade do mundo ao seu limitado horizonte. As inovações, como o parlamentarismo, devem ser aclimatadas às tradições nacionais, já que somente assim podem servir aos fins das elites prudentes, que evitem o abismo das rupturas. Como bom leitor de Nabuco, Arinos emula a clássica passagem de “Minha Formação”, onde o pernambucano afirma que as verdadeiras transformações são quase sempre alheias às extravagâncias da ação consciente:

Há duas espécies de movimento em política: um, de que fazemos parte supondo estar parados, como o movimento da terra que não sentimos; outro, o movimento que parte de nós mesmos. Na política são poucos os que têm consciência do primeiro, no entanto esse é, talvez, o único que não é uma pura agitação. (NABUCO, 1999, p. 15)

Os bacharéis modernizantes, mais afeitos às imposições da vontade, tomam, entretanto, caminho diverso e se aproximam de um discurso cada vez mais agressivo e faccioso a superar, até mesmo, os arroubos que marcaram os últimos dias de governo, e de vida, de Vargas. O melhor exemplo é Bilac Pinto e sua tese sobre a “Guerra

¹¹¹ Lattman-Weltman destaca com precisão: “Assim, de um lado, há mais do que a simples manipulação localizada de um conhecimento histórico. Em primeiro lugar, há propriamente a prevalência atribuída ao histórico diante do simples ou formalmente racional. A prevalência daquilo que efetivamente se deu (ao menos para a realidade da memória coletiva), pela conjunção de forças e causas reais – mesmo que irrecuperáveis –, diante do que pode ser a mera construção arbitrária do espírito. A prevalência do movimento e do drama dos homens reais em seus meio concreto, no seu “mundo da vida”, diante da abstração e desencarnação dos modelos e doutrinas. Em segundo lugar, há obviamente também, na referência ao patrimônio histórico, a evocação ou a atualização ritualística de uma herança, cultural e afetiva, que de muito transcende o “oficiante” e que o conecta à comunidade de seu público.” (LATTMAN-WELTMAN, 2005, p. 38)

¹¹² Koselleck assim a define o olhar sobre a história como mestra da vida: “Assim a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, na palavra de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros.” (KOSELLECK, 2006, p. 42)

Revolucionária”¹¹³. Os ventos da Guerra Fria sopravam ainda mais fortes em terras brasileiras e o vocabulário da época tem no termo subversão um candidato a substituto do conceito de corrupção¹¹⁴. A subversão era percebida como equivalente funcional da corrupção e definida em contraposição a uma ideia de ordem, mas se configurava de modo distinto do fenômeno distinto das usuais ameaças, pois diretamente vinculada a uma movimento que ultrapassava as fronteiras nacionais e colocava em risco o próprio Ocidente: o comunismo. Se ambas contrariam a ordem e trabalham contra o interesse nacional, a segunda se revela mais profunda, ampla e de difícil combate, pelo artil que pautava os agentes nacionais e internacionais. Segundo Bilac Pinto, seu principal meio de ação era a “Guerra Revolucionária”, que promovia o acirramento do confronto entre as classes, em dinâmica que, se não interrompida, levaria certamente a completa perda da herança política brasileira:

Esse tipo de guerra foi criado pelos teóricos marxistas-leninistas e tem sido adotado por movimentos revolucionários diversos, para a conquista do poder, assegurando progressivamente o controle físico e psicológico das populações, com o emprego de técnicas particulares, apoiando-se numa ideologia e desenvolvendo-se em fases sucessivas e bem caracterizadas. (BILAC PINTO, 1964, p. 51)

O Brasil já estaria, pelas afirmações de Bilac¹¹⁵, na terceira fase desse processo, caracterizada pela “obtenção de armas” pelos partidários da revolução marxista-leninista O anticomunismo, que sempre marcou o cenário político brasileiro, alcançava entre 1961 e 1964 um momento de auge, contaminando todos debates nacionais com sua sombra¹¹⁶. O comunismo passa a ser entrevisto em todos os aspectos da vida nacional. A acusação de comunização era, ademais, impossível de ser respondida, já que qualquer negativa podia ser desqualificada ou pela má-fe do acusado, ele mesmo um “lacaio de Moscou”, ou por meio ideia de que somente com a derrota dos comunistas seus métodos de ocultamento podiam ser expostos. Não eram necessárias soluções definitivas, bastavam os indícios, conclui Bilac, recorrendo a artigo do Código de Processo Penal: “os indícios (...), desde que reconhecidos,

¹¹³ Os discursos de Bilac Pinto coletados no volume “Guerra Revolucionária marcaram relevante inflexão no discurso anticomunista e fortaleceram ainda mais a já estreita proximidade entre udenistas e militares. Nesse sentido, Rodrigo Patto Sá Motta destaca “Os discursos do líder udenista foram marcantes por várias razões. Primeiramente, deixaram claro o ânimo belicoso em relação a Goulart e a esquerda, uma atitude que prenunciava a disposição de apoiar a eventualidade de uma ruptura institucional. Segundo, eles significaram o estreitamento de contato entre a cúpula do partido e os militares, de quem Bilac Pinto recolheu a teorização sobre a ‘guerra revolucionária’.” (MOTTA, 2002, p. 261)

¹¹⁴ Rodrigo Patto Sá Motta destaca que o discurso da corrupção, presente no debate público há alguns anos, foi, todavia, “assunto de segundo plano em meio às críticas a Goulart e seus aliados.” (MOTTA, In: AVRITZER, BIGNOTTO, GUIMARAES, STARLING, 2008, p. 210)

¹¹⁵ “Estudos realizados na Escola Superior de Guerra e nas Escolas de Estado-Maior, por oficiais superiores das nossas Forças Armadas, chegaram à conclusão de que, no Brasil, a ‘guerra revolucionária’ já está na terceira fase. Essa fase é precisamente aquela em que se opera a ‘obtenção de armas’” (BILAC PINTO, 1964, p. 53)

¹¹⁶ Sobre o recrudescimento do anticomunismo entre 1961 e 1964 e suas antigas raízes no contexto brasileiro ver MOTTA, 2002.

valem tanto quanto a prova direta, porque são processos lógicos de raciocínio que conduzem à única solução possível, demonstrativa da verdade por eles indicada” (BILAC PINTO, 1964, p. 54-55).

O militarismo, uma das marcas do partido, encontrava maior entusiasmo dentre os bacharéis. Desde os primeiros momentos o flerte com os homens de armas frequentava o imaginário e unia o “partido do brigadeiro”, como bem reconhece Afonso Arinos: “A UDN foi muito militar, desde que se formou. A candidatura do Eduardo Gomes foi feita pra impedir qualquer restrição a ela: ele veio como um herói militar” (FRANCO, 1983, p. 74). Os ares anticomunistas aumentavam, todavia, a já usual proximidade¹¹⁷ e levavam a crescente incitação de um maior protagonismo da Forças Armadas. Os militares eram evocados como reserva de moralidade em uma país imoral e elevados a protagonistas capazes de impedir os crescentes processos de corrupção e subversão.

Marca de nascença da República brasileira¹¹⁸, o militarismo retornava agora defendido pelos liberais que o combateram à época da Campanha Civilista e surgia aos seus olhos como única saída para a restauração da ordem perdida, mesmo que para isso fosse necessária um golpe – “revolução” para os partícipes – com a liderança dos militares e o apoio da maioria udenista: “Devemos ser revolucionários inclusive na ação contra a insidiosa penetração da ideologia comunista, revolucionários na preservação dos valores autênticos da civilização.” (BILAC PINTO, 1964, p. 156). Em discurso de posse na Convenção Nacional da UDN de 1963, o presidente eleito Bilac Pinto defende sem mediações a ação das Forças Armadas como verdadeiro Poder Moderador, responsável por não apenas repelir as efetivas tentativa de subversão da ordem, mas por comandar amplas ações preventivas nesse sentido:

Assumo a presidência da UDN num instante particularmente difícil para as instituições republicanas e democráticas (...) O regime democrático, de cuja reconstrução, após o eclipse da ditadura, em 1945, fomos os principais artífices, está presentemente exposto a riscos e ameaças de toda natureza (...) Confiamos em que as Forças Armadas, que se destinam a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, possam interromper o curso visível desse processo revolucionário, restituindo a família brasileira a tranquilidade de que carece para o trabalho construtivo, fator fundamental para a erradicação do subdesenvolvimento. O papel das Forças Armadas não é defender as instituições apenas no momento em que se inicia, por atos materiais, um movimento revolucionário. Somente pode ser preventiva a ação eficaz contra a preparação ostensiva de uma revolução de massa, para a qual se convocam todos os dias os sindicatos, os soldados e os estudantes (...)

¹¹⁷ Em depoimento a Maria Victoria Benevides, José Bonifácio afirma: “Nós, da UDN, nunca tiramos os pés do quartel. Atravessamos todas as lutas com os pés no quartel (...) E esses opositoristas bobocas de hoje, a primeira coisa que fazem é xingar os militares. Não conhecem a realidade brasileira.” (BENEVIDES, 1981, p. 137)

¹¹⁸ Interessante análise do militarismo e da visão do Exército como uma espécie de novo Poder Moderador está em FAORO, 2000, p. 607-626.

somente num clima de ordem e segurança poderemos dar soluções aos graves problemas que afligem o povo. (BILAC PINTO, 1963)

O militarismo e o discurso moral destacam-se como os dois principais sintomas das dificuldades dos bacharéis perante os novos tempos. Limitadas as perspectivas de ação dentro a ordem vigente, restava recorrer a vícios de ordem pessoal, base do moralismo udenista, ou a soluções externas a legalidade. O horizonte de expectativas tornava-se cada vez mais rebaixado, em dinâmica que incentivava a radical transformação nos termos em que então se constituía o espaço de experiência¹¹⁹. As feições do presente levava até mesmo os bacharéis conservadores, usuais apóstolos da conservação, a demandar mudanças mais evidentes no cenário político-social.

A estrutura do raciocínio jurídico, muitas vezes normativo em sua oposição entre o ser e o dever ser, reforça ainda mais a retórica que opõe uma ordem real a outra desejável. Argumento forte no processo de derrubada de Vargas, com importante presença no “Manifesto dos Mineiros”, de 1943, o legalismo aparenta ser cada vez mais caricato nas vozes udenistas, a soar como simples retórica vazia. Mesmo sem maior atenção às nuances internas e aos movimentos do partido ao longo da República de 1946, Wanderley Guilherme dos Santos, em passagem já clássica, capta bem o movimento político realizado por importantes grupos udenistas, que abraçam soluções extralegais¹²⁰:

Depois da queda de Vargas, em 1945, todos os políticos que se consideravam liberais reuniram-se sob a bandeira da UDN — União Democrática Nacional- cujo programa prático implicava que qualquer governo liberal, tanto no sentido econômico quanto político, deveria apagar os traços da política apoiada por Vargas (...) Desde que faltava legitimidade ao sistema, era perfeitamente correto, e dentro da mais pura tradição liberal, tentar derrubá-lo adotando inclusive meios violentos, se necessário fosse. (...) Este conveniente silogismo transformou a UDN, um partido liberal quanto a sua perspectiva social e econômica e à sua retórica, no mais subversivo partido do sistema político brasileiro de 1945 a 1964. (SANTOS, 1998, p. 40)

¹¹⁹ Os conceitos de “horizonte de expectativas” e “espaço de experiência” remetem ao capítulo 14 de KOSELLECK, 2006.

¹²⁰ Afonso Arinos, um dos protagonistas tardios dessa mudança, retrata bem o movimento de parte do partido: “A divisão da UDN não é somente questão de lideranças. Corresponde a causas mais sérias. Ela está dividida entre os que querem por o legalismo a serviço da reação e os que desejam coloca-lo a serviço do progresso. Ao tempo das suas maiores batalhas, que foi também da sua glória, o partido estava unido, porque tinha o ideal comum de restaurar e defender as instituições democráticas. Então, apesar do tom depreciativo que os adversários davam ao epíteto, era a UDN, realmente, o partido dos bacharéis. O legalismo era, então, um fim em si mesmo. Desde então que o estado de direito deixou de ser um fim para tornar-se um meio ou um instrumento, a UDN entrou em visível divisão (...) Atualmente a presença dos bacharéis é puramente nominal no partido, pois o problema, por mais que se diga, não é legal, mas social. Os poucos bacharéis que ainda atuam no partido falam em defesa da Lei, mas estão defendendo outras coisas, muito diferentes da legalidade. Estou certo que os mais ilustres entre eles o fazem de boa fé.” (FRANCO, 2005, p. 65)

As enormes mudanças que o país vivencia desde a década de 1920 continuaram a se desenvolver e assumiram forma institucional mais acabada após 1945. O regime democrático ganhou estabilidade e amplitude até então inéditas, mesmo persistindo a exclusão dos analfabetos e, após 1947, do Partido Comunista. O país mudara e o exercício do voto por um contingente tão amplo de indivíduos tinha, mesmo com todas as ponderações necessárias, amplas consequências políticas. Com o crescente fortalecimento das forças de esquerda e o aumento da participação das massas, o olhar para o jurídico mediado pela moral, com seu forte acento elitista, parece em descompasso com o clima da época, em cenário no qual a banda de música soa como reminiscência de outro país. As seguidas derrotas eleitorais da UDN nas eleições presidenciais levam outras forças do partido a questionarem a eficácia das disputas em torno do jurídico, assim como a retórica bacharulesca que caracterizava o partido, em disputa que irá transformá-lo de forma decisiva.

A oposição, evidentemente problemática, entre uma UDN pura em seu princípio e outra decaída, ao fim da República de 1946, importa menos do que a percepção sobre o ocaso dos bacharéis no partido e na política brasileira da época. A interpretação é aguda nesse ponto. A história do partido e da República de 1946 se caracteriza, de fato, por um constante declínio da influência dos célebres juristas, em pese a pompa dos seus discursos, em oposição a ascensão outros grupos dentro do partido e do campo liberal. A decadência atinge sobretudo os bacharéis conservadores, que se veem progressivamente alheados do centro do poder. Eles aderem ao Golpe - que produziria um mundo ainda mais estranho aos seus valores - de forma subalterna para, posteriormente, se afastarem, mais cedo ou mais tarde, dos cimos do poder.

Os bacharéis modernizantes já haviam se aproximado, na leitura dos caminhos a serem seguidos, da onda lacerdista que varreria o partido. Bilac e Baleeiro comungavam da agressividade anticomunista e transitavam com maior desembaraço pelo mundo do interesse. Outros grupos udenistas também flertam com o político carioca, como os “realistas” e os atores mais próximos da grande burguesia nacional, caso de Herbert Levy, os quais passam a considerar que o estilo agressivo e a ausência de qualquer cerimônia perante as instituições democrática tornam Lacerda mais versado nos meandros democráticos e golpistas do que os bacharéis, estes vistos como excessivamente formalistas, mesmo quando era necessário justificar soluções ilícitas.

Menos hábeis para lidar com as vicissitudes do novo tempo, os bacharéis perdem espaço para o Governador da Guanabara, que melhor maneja a linguagem e as exigências da política de massas. A autocrítica é, mais uma vez, feita pelo próprio Arinos, que retrata os

udenistas como “demasiado presos a um legalismo formal e contrários a uma renovação econômica e social.” Sobre o que ele conclui: “Este foi, sempre, o drama do grande partido liberal, pois seu liberalismo não era o do século XX.”.

2. O liberalismo de Carlos Lacerda

“LACERDA:
É simples,
em primeiro lugar,
é preciso levantar,
a bandeira moralista:
mostrar que o Governo é corrupto,
composto de chantagistas, de ladrões,
de rufiões, cafetões e vigaristas,
de tubarões, charlatães, maganões e descuidistas.
Isto é muito importante.
Com a bandeira moralista,
ganha-se então por inteiro
a famosa classe-média,
que sonha ter em virtudes
o que lhe falta em dinheiro.
E como a virtude é rara
e difícil de provar,
torna-se fácil apontar
corrupção no governo.”
(GOMES, Dias; GULLAR, Ferreira,
Vargas: ou Dr. Getúlio, sua vida e sua glória)

2.1 O liberalismo, a crise e a tradição

Ator político central nas disputas e debates da República de 1945¹²¹, Carlos Lacerda é um personagem de difícil definição. Com uma trajetória marcada por constantes mudanças de rumo, que passa pelos mais distintos lugares do espectro ideológico, indo de um convicto

¹²¹ José Honório Rodrigues afirma, talvez com certo exagero, na introdução d coletânea de discursos parlamentares de Lacerda que “Ninguém sozinho influiu tanto no processo histórico brasileiro como Carlos Lacerda de 1945 a 1968.” (LACERDA, 1982, p. 26).

comunismo a um radical anticomunismo, ele quase sempre concilia, ao menos no plano do discurso, ideias e valores aparentemente contraditórios. Analisá-lo como teórico da política, ansioso por produzir uma filosofia política sistemática e coerente, destoa do estilo que marca a sua atuação pública. A grande produção memorialística de Lacerda no pós-1964¹²², na qual há uma clara tentativa de construir uma personalidade política e organizar suas escolhas a partir da ideia de uma plena coerência, aumenta os riscos do leitor, que pode se aventurar desavisado por esse caminho¹²³.

Se qualquer produção intelectual precisa ser remetida ao seu contexto, para Lacerda tal imposição é ainda mais urgente. O pensamento político do jornalista carioca só ganha sentido a partir dos embates nos quais ele se envolveu, importantes as ideias, mas sem dúvida intrinsecamente vinculadas aos seus usos na arena pública. A política só se completa na ação, seja nas tribunas parlamentares, imprensa ou governo, com a performance, e sua inafastável incerteza, a dotar de sentido as ideias de Lacerda. Essa característica não decorre, todavia, de um constante predomínio da ação instrumental, como se o político carioca fosse sempre capaz de modular as escolhas em razão do que mais lhe favoreceria, mas passa, sobretudo, pelo modo através do qual ele conformou sua persona pública.

A fama, os votos e o prestígio de Lacerda decorrem dos famosos confrontos nos quais teve parte, marcas de uma ação política que tem no dissenso combustível fundamental. Os oponentes escolhidos são indissociáveis dos caminhos que percorreu, já que a própria substância do seu pensamento político parece depender da eleição de um adversário privilegiado. O fim maior da política passa, através dos seus olhos, pela oposição a um mal maior contra o qual todos os esforços se justificam. O próprio caráter político do embate passa pela escolha de inimigos, em dinâmica que ordena a realidade a partir de chave adversarial. A divergência não se limita ao raso plano das instituições ou o curto tempo das conjunturas, mas alcança, na retórica de Lacerda, os próprios fundamentos da sociedade, o que faz da derrota desse oponente uma necessidade, que ultrapassa o terreno dos interesses políticos e ganha contornos de missão¹²⁴. A oratória virulenta, o tom agressivo e o não raro recurso, seja no campo das palavras ou dos atos, a soluções extralegais se vinculam a esse sentimento de urgência.

¹²² Dentre os esforços de memorialística de Lacerda podemos citar LACERDA, 1977; LACERDA, 1966, Lacerda, 1976; LACERDA, 2001.

¹²³ Dentre outros trabalhos, ver: AULER, 2012.

¹²⁴ José Honório Rodrigues percebe bem essa caráter quase religioso dos discursos de Lacerda: “Não era, assim, um orador comum, era um pregador, como o seria durante toda a sua vida, tentando converter pela palavra os seus ouvintes.” (LACERDA, 1982, p. 17)

O lugar central que a ação desempenha na vida pública de Lacerda não implica, entretanto, em papel secundário das ideias, como se essas fossem simples adornos ou fugazes recursos retóricos. A relevância das ideias se impõe, em primeiro lugar, em razão da autoimagem cuidadosamente construída pelo político carioca, no qual o papel de “homem de ideias” é fundamental, sobretudo para distingui-lo de um dos grandes males do Brasil de então: o caudilhismo. Os caudilhos, para o jornalista carioca, habitam um “submundo, tosco de ideias e refinadamente intuitivo” (LACERDA, 1964), enquanto que ele operaria por uma fina interação entre ideias e ação, mesmo que ambas possam variar ao longo das conjunturas¹²⁵. As variações, todavia, antes exporiam as vicissitudes do homem público do que rebaixariam Lacerda, em que pesem as acusações dos seus adversários, já que sob as mudanças de opiniões pontuais permaneceriam os mesmos princípios:

“... o dever do homem público é mudar conforme mudam as posições objetivas, conforme se processa a evolução dos acontecimentos em face do interesse de sua pátria. Essa encrespação de mudança já foi feita a Rui Barbosa, a homens muito maiores do que eu e do que todos nós juntos. Agora, o que não se pode increpar é, não a mudança de posição em relação a problemas diferentes, mas uma constante de fidelidade a certos princípios fundamentais. E nisto eu não mudo, não mudei, nem mudarei.” (LACERDA, 1982)

Para além desse esforço de construção pública de uma imagem, as ideias são também necessárias para embasar as divergências perante os inimigos, verdadeiro motor da ação política de Lacerda. O liberalismo, nesse sentido, representa algo mais que um mero verniz sobre intenções outras, já que possui papel decisivo na trajetória política de Lacerda. Como já destacado em momento anterior, o ideário liberal, por sua enorme penetração nos eventos políticos dos últimos séculos e ampla diversidade de expressões, não comporta uma definição unívoca, mesmo que possa ser remetido a algumas características comuns.

O liberalismo de Lacerda surgia, sobretudo, como uma crítica liberal da política brasileira¹²⁶¹²⁷. O ideário era o ponto de partida a partir do qual o político carioca se

¹²⁵ “... tais discursos contêm ideias e estas se traduzem em ação.” (LACERDA, 1964, p. 9)

¹²⁶ A definição do liberalismo de Lacerda como uma “crítica liberal da política” emula, certamente, a análise de Carl Schmitt sobre o ideário liberal. Sem esquecer os problemas da conceituação schmittiana, que deixa de lado a diversidade do liberalismo e esquece o caráter afirmativo de certos tipos de negação – o conceito nietzschiano de “nihilismo afirmativo”, desenvolvido na “Genealogia da Moral”, explora, por exemplo, os aspectos propositivos e construtivos do processo de negação - é inegável, por outro lado, sua capacidade de elucidar alguns dispositivos centrais do pensamento liberal. Insuficiente enquanto definição mais geral do liberalismo, mesmo que instigante em suas sugestões, a formulação de Schmitt se enquadra, contudo, à perfeição no tipo de liberalismo de Lacerda.

¹²⁷ Sobre a inexistência de uma teoria liberal do Estado e da política, Schmitt afirma: ““A questão consiste porém em saber se a partir do conceito puro e consequente de liberalismo pode ser tirada uma ideia especificamente política. A isto se deve responder pela negativa. Pois a negação do político que está contido em todo individualismo consequente conduz sem dúvida a uma práxis política da desconfiança frente a todos os poderes políticos e formas de Estado imagináveis, porém jamais conduz a uma própria e positiva teoria do Estado ou da

legitimava como radical opositor não apenas da cena pública do interregno 1945-1964, da qual foi um dos maiores protagonistas, como da própria tradição política brasileira. A recusa liberal aos excessos do poder estatal surgia, na perspectiva do jornalista, como um discurso perfeitamente coerente com o contexto da época, quando seu maior inimigo, Getúlio Vargas, estava à frente do governo. Para Lacerda, o Estado era Vargas, indissociável a organização política daquele que a chefiava. Guardada a clara distância entre as duas tradições de pensamento, o liberalismo desempenhava na atuação política de Lacerda papel semelhante ao comunismo, onde ele militou anos antes¹²⁸, ambos utilizados como instrumentos de combate ao poder, mesmo que esse combate, pela própria natureza de cada um dos ideários, se desse por formas diversas e partisse de lugares distintos da cena política.

Para um adversário da ordem vigente, era necessário um ideário que a criticasse, papel que o liberalismo desempenhava à perfeição. Esse ponto talvez ajude a explicar porque Lacerda nunca tenha se assumido como representante de uma tradição política católica, mesmo após uma forte aproximação com certa intelectualidade católica conservadora¹²⁹, com destaque para Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção, logo depois do seu rompimento com os comunistas. Em que pese as tensões entre esse grupo e o getulismo¹³⁰, demonstrado por seu apoio ao fim do Estado Novo e por seus esforços de construir uma organização alternativa ao mundo do trabalho, o catolicismo não se delineava como tão externo ao mundo do Estado e do poder como o liberalismo, justamente a grande ausência na organização política

política. Por conseguinte, existe uma política liberal enquanto oposição polêmica frente a restrições, estatais, eclesiásticas ou outras, da liberdade individual, enquanto política de comércio, política eclesiástica e educacional, política cultural, mas nenhuma política liberal pura e simplesmente, e sim apenas e sempre uma crítica liberal da política.” (SCHMITT, 2009, p. 97).

¹²⁸ Segundo Lacerda, seu rompimento com o PCB se deu a partir de um artigo sobre o comunismo no Brasil redigido para a revista Observador Econômico e Financeiro com a anuência do Comitê Central do PCB. Descontente com o conteúdo do artigo, o partido, que anteriormente concordara com os termos do mesmo, acabou por expulsá-lo, dando início a trajetória de militância anticomunista de um dos maiores opositores do marxismo no Brasil. Sobre o tema ver LACERDA, 1977 e DULLES, 2000.

¹²⁹ Segundo relatos do próprio Lacerda e da sua mais conhecida biografia, a aproximação do jornalista carioca com o catolicismo e o grupo católico concentrado em torno do Centro Dom Vital foi mediado por Dom Lourenço, que seria futuramente diretor do Colégio São Bento, no Rio de Janeiro. Sobre o ponto ver, outra vez, LACERDA, 1977 e DULLES, 2000. – “Mas só muitos anos depois, através do Alceu Amoroso Lima e, por incrível que pareça, do Gustavo Corção, comecei a frequentar o Mosteiro de São Bento, onde conheci Dom Lourenço de Almeida Prado, figura maravilhosa, um monge, hoje reitor do colégio. Ele me casou no religioso, batizou meus dois primeiros filhos que não eram batizados, depois batizou Maria Cristina e outro dia fez o casamento dela aqui em casa... Isso foi em 46 ou 47” (LACERDA, 1977, pág. 46). Sobre o pensamento de Corção e o cenário intelectual católico do período ver JALLES, 2007.

¹³⁰ Sobre a proposta de organização do mundo do trabalho da Igreja às vésperas do Estado Novo ver VIANNA, 1999.

implantada - e aí talvez haja uma ponta de ironia nos rumos da história brasileira - pela Aliança Liberal¹³¹.

A adesão às ideias não passa, todavia, como a narrativa acima pode sugerir, por uma escolha deliberada, mas decorre das necessidades da própria ação política, que, por sua vez, acaba por também conformar os próprios modos de expressão desses ideários. Liberalismo, catolicismo, comunismo surgem a partir dos encontros político-sociais do próprio Lacerda, eles próprios causas e consequências da sua visão de mundo. Em processo dialético, as ideias se impõe a partir dos embates políticos, mas também ajudam, por outro lado, a organizá-los.

O caráter fluido da visão de mundo liberal - ponto destacado por Mannheim em sua clássica análise da ‘mentalidade utópica liberal-humanitária’¹³² - também se enquadrava perfeitamente na perspectiva adversarial de Lacerda e tornava propensa a ser utilizada contra os mais diversos adversários. Não era necessária comprometer-se com fortes pontos programáticos ou uma visão de mundo cerrada e determinista, mas bastava o manejo de alguns topos da linguagem liberal - os mesmos já construídos por uma longa tradição como saber prático, direcionado para a ação - para estar de posse de um poderoso instrumento de crítica a distintos aspectos da realidade. O liberalismo, nesse sentido, não surge como “um plano de acordo com o qual se venha, em qualquer ponto do tempo, a reconstruir o mundo” (MANNHEIM, 1968, p. 242), mas “serve meramente como ‘unidade de aferição’, por meio do qual o curso dos acontecimentos concretos pode ser teoricamente avaliado.” (MANNHEIM, 1968, p. 242)

A conclusão dessa avaliação não era, todavia, benéfica com a República de 1946. O país vivia, sob os olhos de Lacerda, uma das mais graves crises da sua história: “Entendo que o país entrou na crise mais grave de quantas o têm afligido.” (LACERDA, 1964, p. 22). As razões se fundam, sobretudo, na persistência de dois males que destruíam as próprias fundações da sociedade ocidental: o fascismo, aqui realizado a partir do caudilhismo, e o comunismo. Tais ideários constituem as duas grandes ameaças à marcha da democracia, as “duas formas de reação em nosso tempo: a pura e simples reação dos remanescentes fascistas e a reação do obsoleto e anacrônico Partido Comunista...” (LACERDA, 2000e, p. 36). A

¹³¹ A Aliança Liberal em questão é como se intitulava o grupo político responsável pela candidatura derrotada de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1930.

¹³² “Exatamente como a ausência de profundidade e de cor caracteriza a arte correspondente a esta teoria, uma ausência semelhante se torna aparente no conteúdo desta ideia liberal-humanitária. A ausência de cor corresponde à vacuidade de conteúdo em todos os ideais dominantes, no apogeu deste modo de pensamento; a cultura no sentido mais estreito, a liberdade, a personalidade constituem apenas arcabouços para um conteúdo que, se poderia dizer, tenha sido propositadamente deixado indeterminado.” (MANNHEIM, 1968, p. 246)

retórica de Lacerda compreende ambos sob o signo da patologia¹³³, retratando-os como doenças que atrapalham o desenvolvimento do país. O desenvolvimento, aliás, só tem por via aceitável o liberalismo, entendido sobretudo como recusa às duas formas de autoritarismo, a fascista e a comunista, que no fundo recaem na mesma vala comum, como “irmãos gêmeos” (LACERDA, 1964, p. 23), do afastamento dos ideias democráticos e da crítica à nação que melhor os representa na ordem global: os Estados Unidos da América¹³⁴. O liberalismo emergia como sinônimo de liberdade, contrapondo a “vocaçãõ liberal” ao “espírito totalitário”: “Hoje, cada vez mais, o que existe é a vocaçãõ liberal contra a vocaçãõ ditatorial. O espírito da liberdade contra o espírito de porco, isto é, o imundo totalitário” (LACERDA, 1948d, p. 2). No cenário brasileiro, os ideais se revelam ainda mais próximos, já que reivindicados pelo mesmo grupo - capitaneado inicialmente por Vargas e após sua morte por Goulart - que há anos governava o país. Lacerda, com sua habitual verve retórica, não poupa a classe política a qual se opõe:

O Brasil tornou-se propriedade de uma casta, que hoje se disfarça de socialisteira, como ontem de fascista, mas na realidade é uma casta de incapazes e desonestos profissionais da demagogia, a patronal e a operária, a falar de reformas que não faz porque não quer e porque, se quisesse, não saberia fazer honestamente.” (LACERDA, 1964, p. 15)

As linguagens dessa casta mudariam, já que não passam de disfarces para a continuidade no poder, construída a partir de métodos frontalmente opostos à democracia. Os inimigos de Lacerda não se importariam, na sua percepção, com ideias, mas desejariam apenas, e usualmente com recurso às formas mais torpes, o poder. O dissenso não é abordado como diferença de perspectiva, práticas ou projetos, mas como radical distinção entre tipos de homens, de atores políticos. Enquanto alguns nutririam os valores adequados para gerir a nação, como Lacerda e seus aliados, outros, os comunistas e fascistas, os desconhecem ou os desprezam, e justamente por isso recorrem a ideologias que negam frontalmente esses princípios fundamentais, colocados pela tradição cristã e ocidental. As diferenças entre fascismo e comunismo são, na verdade, laterais quando o que importa é o caráter ditatorial das duas ideologias. A democracia e o liberalismo são incompatíveis com a ordem caudilhesca instalada no Brasil, que se caracteriza por um “conluio do negociismo com o comunismo” (LACERDA, 1982, p. 279), estas “as duas forças dominantes nos grupos que sufocam a nação” (LACERDA, 1982, p. 279).

¹³³ Sobre a retórica da patologia no anticomunismo ver MOTTA, 2002.

¹³⁴ “...é preciso realmente um grande esforço de imaginação para comparar os Estados Unidos, libertando tantas nações em ficar com nenhum pedaço delas, e a Rússia, usando a ajuda norte-americana para oprimir nações que eram livres.” (LACERDA, 1964, p. 40.)

Os ditadores pararam de matar os trabalhadores e tratam de acarinha-los. A bruxa vira fada, o carrasco passa a enfermeiro. Seu objetivo, no entanto, é sempre o mesmo. Que pretende um ditador? Dominar. Se antes da guerra, com a maré fascista, eles afagavam a cabeça da reação, hoje montam na maré socialista e dão à revolução um sinistro ar de enterro em pleno carnaval. O trabalhismo das ditaduras, hoje não tem por ambiente as câmaras de torturas de Himmler, de Filinto Muller, dos falangistas, dos salazaristas. É muito pior porque é a morte com banda de música, a fome com flâmulas ao vento, a desgraça acompanhada de foguete e hino nacional. (LACERDA, 2000e, p. 40)

A situação ganha feições mais graves aos olhos de Lacerda tendo-se em vista que essas duas ideologias totalitárias, que comungariam dos mesmos pressupostos, não apenas enfraquecem a democracia liberal com suas práticas e ataques abjetos, mas também a desestabilizam com lutas intestinas, que não tem outra preocupação que o poder. Cabe aos democratas evitar as terríveis consequências, que já se delineavam no horizonte, do confronto entre o Partido Comunista e o “Partido Comodista”: “Nós, os democratas, temos que zelar pela legalidade do país. Temos que impedir que, de parte a parte, os dois bandos totalitários nos devorem e ao Brasil, na sua ânsia odienta e repugnante de destruição das instituições democráticas.” (LACERDA, 1948b, p. 2) ¹³⁵

Lacerda concorda com os bacharéis sobre a existência de uma crise e coincide na identificação dos principais responsáveis, mas aponta para razões e soluções muito distintas. As raízes das divergências se concentram, sobretudo, em três pontos fundamentais: na visão da tradição política brasileira, na ideia de democracia e, por fim, em seu conceito de política. Emergem dessas questões diversos estilos de liberalismos, unidos por conveniências de momento que não conseguiam ocultar, todavia, o constante sentimento de tensão que marcava a aliança entre bacharéis e lacerdistas.

Passemos à primeira diferença. Os bacharéis pensavam a construção da ordem e a ação política, no Brasil e no mundo, a partir dos princípios de uma tradição, que mediava o novo. Mesmo os bacharéis modernizantes, mais afeitos a abertura do tempo futuro, não dispensavam o papel do passado, em chave onde inovação só era desejável se convivesse com a conservação. Lacerda, por sua vez, concebia as transformações do Brasil tendo por requisito a destruição do passado, que era retratado, e não poderia ser diferente, como acúmulo de equívocos e mazelas, em que pese o destaque de um ou outro homem público ou evento. O mundo desenvolvido ainda podia desfrutar de uma venerável tradição acumulada, privilégio que não era estendido ao passado nacional, sempre retratado com duras tintas. Em famoso

¹³⁵ “Dois grupos totalitários se enfrentam. Procuram devorar-se. Na realidade, devoram ambos a Nação. Os totalitários comunistas visam empolgar o poder. Os outros já se encontram nele infiltrados.” (LACERDA, 1948c, p. 2.)

discurso parlamentar sobre a situação política nacional - especialmente lembrado por sua defesa da “concessão de plenos poderes aos Executivo”, então liderado por seu aliado Café Filho – Lacerda traça um amplo painel da História brasileira, que bem expõe sua visão desse passado:

... desde 1922, naqueles movimentos armados tenentistas do 5 de julho (...) a às necessidades evidentes da renovação dos quadros jurídicos e institucionais do Brasil, uma inquietação profunda sacode esta Nação. A tal ponto que se quebrou para sempre aquele parlamentarismo paternal, desvirtuado em certo sentido, noutra sentido, glorificado pelo chamado Poder Moderador do Imperador Pedro II que, durante meio século, garantiu a existência de uma nação fictícia sob a realidade de uma nação real. Fundado na escravatura e no latifúndio, o liberalismo do Império nada mais foi do que um artifício, através do qual o Poder Moderador efetivamente governou esta Nação. Quando dos impulsos ditatoriais da ditadura republicana positivista das novas gerações militares de 89 surgiu a República, o que se instituiu no lugar do paternalismo imperial não foi ainda uma democracia, mas uma oligarquia mitigada. (...) a partir de 1930, o voto secreto, a instituição da primeira experiência real do sufrágio universal, permitiu a irrupção de grandes massas populares no processo político da Nação. (...) que houve então? As massas, ainda não preparadas para o exercício do voto, começaram a votar. E o processo educativo, que é a eleição, e o processo de preparação do soberano, que é o povo, para exercer a soberania (...) interrompeu-se, porque o advento das massas ao processo político foi desviado nas suas fontes, foi canalizado para outros rumos, quais sejam os rumos de um paternalismo republicano, os rumos de uma ditadura inspirada na degeneração do positivismo de 1889. Então, o que tivemos foi a instrumentalização da propaganda moderna, a utilização dos processos totalitários de deformação da consciência das massas, que usava o voto contra ela própria, convencida de que o utilizava para salvar-se, dignificar-se, elevar-se ao comando supremo da Nação. De tal forma este processo se apurou, que golpes sucessivos e sucessivas revoluções continuaram o ciclo dos movimentos de exceção, ainda não encerrados até hoje neste país, pois esta Câmara é filha de dois golpes: o de 1937, na sua maioria, e o de 1945, na sua minoria. (LACERDA, 1982, p. 119).

A análise começa elegendo o paradigmático ano de 1922 como início de uma processo de “inquietação”, que demanda a renovação das estruturas político jurídicas que então regiam o país. O passado nacional não surge, todavia, como fonte valiosa de experiências, necessárias para a construção da nova ordem, mas se desenha como acúmulo de organizações incompletas e precárias. O parlamentarismo imperial, tão elogiado por Afonso Arinos como celeiro de grandes homens, que souberam conduzir brilhantemente o país¹³⁶, surge na voz de Lacerda como “paternal”, “desvirtuado” e construtor de uma “nação fictícia”. O liberalismo, por sua vez, não passa de simples artifício, adorno retórico para ocultar o predomínio do Poder Moderador, o latifúndio e a escravidão. A situação não muda muito com a República, que nasce sob a inspiração da ditadura positivista e se consolida em regime oligárquico, que demonstrará, por sua vez, seus limites na já referida década de 1920.

¹³⁶ Para o elogio do Império ver: FRANCO, 1976; FRANCO, 1973 e “Joaquim Nabuco: advogado do Brasil”. In: FRANCO, 1961b.

A narrativa deixa claro que não é possível opor o presente de crise a um passado idílico, já que a herança legada por essa história não é das mais alvissareiras. O registro corre em tom distinto dos bacharéis, que encontram no saber político das gerações que os precederam um caminho para evitar os descaminhos do presente. Os ocasionais elogios de Lacerda a certas figuras históricas, sendo Rui Barbosa o mais vezes eleito para a honraria, quase desaparecem quando contrapostos às duras avaliações do passado nacional¹³⁷. As águas de 1922 desaguam em 1930, marco da entrada das massas na política brasileira. O despreparo do povo para o adequado exercício do voto impede, segundo Lacerda, o bom funcionamento do novo regime, que se vê desvirtuado rumo a um “paternalismo republicano”, caracterizado como “degeneração do positivismo” que instaurou a República. A nova ordem é ainda mais corrompida que as antigas, o que joga o país na pior crise da sua história. A saída, todavia, não passa pela recuperação de valores perdidos, mas pela criação de um novo paradigma. Para tanto, é necessário recusar algumas mistificações do mundo, típicas dos bacharéis, que julgariam o real não pelo que ele é, já que o submetem a um idealizado ‘dever ser’.

O tópico realista, típico argumento de corte conservador¹³⁸, que sempre contrapõe as utopias alheias ao seu suposto ‘senso de realidade’, surge como marca da retórica de Lacerda, ponto fundamental para um esforço de distinção dos egressos do mundo jurídicos. A autoconstrução da imagem do político carioca passa, aliás, pela própria negação da figura do bacharel, que é sempre retratado, ao lado dos “adesistas”, como um dos principais males da UDN e da própria política brasileira. A crítica ao bacharelismo, tema clássico das interpretações do Brasil¹³⁹, se destaca como elemento fundamental do discurso de Lacerda, que se afirma como político profissional, um verdadeiro anti-bacharel a se destacar em meio a juristas pouco afeitos à política prática¹⁴⁰: “Venho falar como político, orgulhoso de sua atividade política. Não pretendo encobrir essa convicção, de natureza eminentemente política, com argumentos e, ainda menos, com pretensos argumentos de ordem jurídica.” (LACERDA, 1982, p. 77). Para ele não importam as formas e adornos, que confundem o julgamento e impedem a realização eficiente do governo, mas é necessário se preocupar com a verdadeira substância dos feitos públicos a serem implantados: “... tenho muita pouca

¹³⁷ A crítica não se limita as instituições ou as práticas políticas, mas atinge a própria cultura social que, segundo Lacerda, caracterizaria o país: “O famoso gênio brasileiro para a solução pela tangente, o ‘jeito’ para contornar crises, não é senão o outro nome do horror à responsabilidade, do temor de enfrentar a realidade e resolver, francamente, decididamente, os problemas postos perante os responsáveis pela sorte da nação.” (LACERDA, 1961, p. 14)

¹³⁸ Sobre o estilo de pensamento conservador ver MANNHEIM, 1959.

¹³⁹ A crítica ao bacharelismo é ponto central do debate público da Primeira República e dos anos 1930, sendo levantada por diversos autores, tal como Alberto Torres, Oliveira Viana e Sergio Buarque de Holanda.

¹⁴⁰ Aqui se relata a visão de Lacerda dos bacharéis. A autoimagem destes foi tema do capítulo 2.

vocação para política como exercício assim de habilidades e de astúcias. Acho que se perde muito tempo com a política no sentido do meio, e não no sentido de fim, e a política como meio me interessa muito pouco, o que me interessa é o fim.” (LACERDA, 1977, p. 109)¹⁴¹

O conceito de democracia de Lacerda parte justamente dessa crítica aos formalismos jurídicos. O verdadeiro regime democrático não se limita a procedimentos ou instituições, típicos de uma visão formal da democracia, mas impõe a preocupação com o efetivo interesse do povo: “Democracia quer dizer: vida livre e decente, pão, carne, leite, escola, hospital, eleição sem suborno, oportunidades iguais para todos, estímulo a todas as capacidades” (LACERDA, 2000a, p. 160). Argumento frequente na pena de autoritários como Francisco Campos, a dicotomia entre uma ‘democracia formal’ e outra ‘substantiva’ ocupa lugar central nos argumentos do político carioca. Trata-se, afinal, de uma das mais reiteradas justificativas de Lacerda para sua constante participação em escaramuças golpistas ao longo da República de 1946.

A exclusiva atenção ao voto não passaria de parco formalismo dos juristas ou interesse escuso dos que querem manter o país na precária situação onde ele se encontrava. Não basta a existência do sufrágio, já que o regime democrático exige um povo que saiba votar, sendo capaz de escolher os melhores: “A democracia exige a formação de uma elite dirigente, porque ela é ou deve ser o governo dos melhores, escolhido pela maioria. Ela exige que a maioria seja capaz de escolher os mais capazes.” (LACERDA, 1964, p. 21)¹⁴². A realidade brasileira, todavia, estaria distante desse cenário desejado. O povo ainda se encontra, segundo Lacerda, carente do discernimento necessário ao exercício democrático, padecendo de uma miopia política que tem suas causas nas limitações educacionais e no pouco traquejo em questões públicas. A conjuntura ganha tons ainda mais sombrios em razão dos efeitos deletérios da ditadura estadonovista, cujas marcas perduram no imaginário nacional e afastam a população dos melhores interesses e representantes. Para a construção de uma efetiva ordem democrática era necessário acabar com os entulhos do autoritarismo, afastando toda a elite que há anos ocupava o poder. Lacerda, curiosamente, constrói um argumento de feitiço antiautoritário recorrendo a outro clássico tópico de certa tradição

¹⁴¹ Lacerda brindava os bacharéis com comentários muitas vezes pouco elogiosos, como esse sobre Prado Kelly, aquele que era apontado por Afonso Arinos como o bacharel por excelência (sobre o ponto, ver capítulo 2): “o Sr. Prado Kelly, especialista na difícil tarefa de complicar o que é fácil, para depois facilitar o que é difícil.” (LACERDA, 2000d, p. 62)

¹⁴² Guita Grin Debert destaca que, para Lacerda, enquanto: “a liberdade aparece com um direito quase natural dos povos, a democracia é vista como algo que só pode ser atingido através da educação do povo.” (DEBERT, 1979, p. 118)

autoritária brasileira, inspiradora do Estado Novo: a oposição entre o ‘país legal’ e o ‘país real’. O ponto é retomado em relato memorialístico posterior:

O país legal era esse do PSD, da eleição, do PTB, etc.; e o país real era o país que carecia de reformas profundas, inclusive para acabar com o poderio dessa gente; para acabar com as oligarquias; para acabar com o peleguismo. Enfim, dar à democracia aqueles instrumentos sem os quais o simples ato de votar não significava um ato democrático, porque era precedido por uma tal máquina antidemocrática, que o resultado só poderia ser contrário ao interesse legítimo do progresso da democracia. (LACERDA, 1997, p. 161)

O voto viciado e a incapacidade de escolher os melhores, reiterada a cada eleição, tornavam o Estado brasileiro claramente ilegítimo. Sobre uma aparência democrática, funcionava um regime autoritário, que se aproveitava da ignorância e dos vícios do povo para se manter no poder. Os verdadeiros democratas, como o próprio Lacerda, não podiam ficar inertes ante tal cenário, mas se viam, por um dever de coerência, obrigados a lutar com todas as armas para a transformação do país, que passava necessariamente pela modificação dos homens e das instituições vigentes. Por isso o constante recurso de Lacerda às mais distintas manobras de “exceção”, geralmente utilizadas contra os egressos do varguismo. As seguidas derrotas nas urnas demonstravam que não havia mais possibilidade de mudança pelo voto, “pois se antes havia a esperança de reforma pela eleição, hoje sabemos todos que nem a eleição pode mais, por si mesma, livrar esse país dos resíduos fascistas que o envenenam e o corrompem...” (LACERDA, 2000F, p. 149).

2.2 A imprescindível exceção

O recurso à exceção surgia como única via para um futuro menos sombrio. Os meios golpistas, segundo Lacerda, não passavam de uma reação contra os golpes há anos perpetrados pelos varguistas e de um antídoto contra aqueles longamente tramados pelos comunistas. Os golpistas de 1937, aparentemente afastados do poder em 1945, continuavam a perpetuar seu poder ilegítimo através das urnas, amparados em fraudes e na falta de consciência do povo. Na verdade, cada eleição se afirmava como uma reiteração daquele golpe que jogou o país nessa infundável crise. Anos mais tarde, em seu “Depoimento”, Lacerda reitera antigas convicções:

Nesse sentido eu era golpista. Foi a mesma coisa em 1964. Eu era a favor de um golpe que evitasse o golpe por via eleitoral. Porque aquela eleição, na minha

opinião, era um golpe, que significava a volta da máquina, era o uso da máquina existente para coonestar por via eleitoral o golpe que havia contra o país. (LACERDA, 1977, p. 160)

O golpe que terminou com a democracia de 1946 foi apenas o último ato de uma série de tentativas anteriores. Antes mesmo do pleito de 1950, Lacerda já pregava a subversão dos parâmetros legais em caso de vitória de Vargas, como bem demonstra um dos seus mais citados editoriais: "O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar." (LACERDA, 1950, p. 4). A volta do outrora ditador, amparado, segundo Lacerda, nos braços e na ignorância do povo, torna os ataques cada vez mais virulentos. A simples presença de Vargas já impedia a vigência de uma efetiva ordem democrática: "O Getúlio era absolutamente incompatível com um regime democrático" (LACERDA, 1977, p. 109).

Lacerda não recaía no erro crasso dos udenistas, que subestimavam a força eleitoral de Getúlio e os vínculos emocionais do povo com o outrora ditador. Vargas era temível, segundo a perspectiva lacerdista, pela precariedade intelectual do povo brasileiro, que não tinha o discernimento necessário para não vincular ao outrora ditador as benesses sociais do Estado Novo. O longo período autoritário, com todas as suas profundas marcas, tornava ainda mais difícil combater essas crenças e sentimentos. O político carioca reconhecia, por outro lado, as virtudes públicas de Getúlio¹⁴³, que teria se mostrado mais hábil que seus adversários, ao perceber a mudança no cenário político do pós-1930, o qual consagrava um novo tipo de ator, "o homem sem importância", o qual o caudilho soube, melhor do ninguém, cativar. Em texto publicado quando esteve à frente do Governo da Guanabara, o político carioca retornava, em raro momento elogioso ao varguismo, à herança getulista:

... Getúlio Vargas (...) teve a compreensão necessária para adotar como sua essa legislação e acabou por fazer dela a sua bandeira, com o êxito que todos conhecem. Foi mérito seu, indiscutível, o de haver compreendido o valor do homem sem importância, a significação de contar com o apoio do homem anônimo, no momento em que o povo passou a ser fator de maior importância nas eleições com o voto secreto e outros benefícios da revolução de 1930. Enquanto muitos políticos continuavam a falar apenas para um grupo, ele e outros, depois de 1930, passaram a falar às grandes massas do povo. (LACERDA, 1964, p. 27)

¹⁴³ O Vargas indivíduo, em sua face de homem privado, era, todavia, constantemente retratado com características de fraqueza e indecisão. Trata-se, aliás, de um mote comum entre os seus opositores, reiterado por figuras como Afonso Arinos, Virgílio de Melo Franco e o próprio Lacerda, que destaca: "Mesmo para dar o golpe Getúlio hesitava – foi sempre um hesitante, sempre um vacilante; nunca foi um homem de decisões. As decisões é que vinham ao seu encontro. Podemos dizer que ele foi sempre um filho legítimo do oportunismo. Foi um grande oportunista." (LACERDA, 1977, p. 33)

Os udenistas, ingenuamente, julgavam em termos equivocados as relações de força que conformavam a eleição, superestimando a força de Eduardo Gomes - personagem constantemente retratado, nos textos de Lacerda, como completamente inábil para a vida política- e menosprezando a ainda enorme influência do homem que governara durante quinze anos o país: “...criou-se a ideia, primeiro, de que o governo do Getúlio era impopular – e esse foi o grande engano da UDN – segundo, que o brigadeiro Eduardo Gomes (...) fosse realmente capaz de levantar o país.” (LACERDA, 1977, p. 33)

Lacerda, todavia, não se opunha apenas ao próprio Getúlio, mas vociferava contra todos aqueles que representavam de algum modo ou levavam adiante a herança varguista. Figuras como Goes Monteiro, Ugo Borghi e Agamenon Magalhães eram alguns dos alvos mais comuns da fúria lacerdista, que atacava com seu humor caustico o envolvimento de cada uma dessas figuras com o Estado Novo¹⁴⁴. Se a candidatura de Vargas precisava ser evitada de todos os modos, à despeito dos formalismos legais, o mesmo deveria ocorrer com os representantes desse caudilhismo varguista, mesmo que, por um curto período de tempo, tais figuras tenham coabitado com Lacerda sob o mesmo teto udenista, como é o caso do antigo interventor e então governador de São Paulo, Ademar de Barros:

Candidatar-se, qualquer um pode. Qualquer vagabundo das ruas, qualquer louco das enfermarias pode considerar-se candidato à Presidência ou ao trono, como entender. Mas criarem-se no país condições para que tal candidatura seja viável, eis o que é intolerável. Desencadear sobre essa triste nação a demagogia e a corrupção, em catadupas, para favorecer o instinto servil dos homens de aluguel – é demais. Neste caso, mais vale uma revolução. É preciso que o país se prepare para esta conclusão: nada poderia ser mais nocivo ao país do que uma revolução. Nada, exceto uma coisa: a presença de um Ademar de Barros na presidência da república. (LACERDA, 1948c, p. 2)

Vargas venceu com folga o pleito e esteve à frente de um dos mais tumultuados governos da história brasileira. Lacerda foi um dos protagonistas desse clima de constante crise, responsável por intermináveis ataques e articulações contra o governo legitimamente eleito. O enredo não termina, todavia, como esperado pelo político carioca, já que ao invés de uma humilhante retirada dos varguistas do Catete resta o cadáver de Getúlio, que reverteu quase que instantaneamente o clima anti-getulista que então vigia, comandado por bacharéis furiosos, Forças Armadas em polvorosa - como bem demonstra a “República do Galeão”¹⁴⁵ -

¹⁴⁴ Lacerda atribuía apelidos a esses personagens em seus textos no Correio da Manhã. Ugo Borghi acusado por Lacerda de enriquecimento ilícito com o algodão, virava, por exemplo, “curuquerê”, nome dado a uma praga do algodão.

¹⁴⁵ “A pretexto de a vítima fatal do atentado ser um oficial da Aeronáutica, a oposição conseguiu transformar o inquérito policial, conduzido pela polícia civil, num inquérito policial militar – IPM –, sob responsabilidade da Aeronáutica. A partir desse momento, toda a investigação passou a ser comandada da base aérea do Galeão que,

e protagonizado por Lacerda, o herói ferido no atentado da rua Toneleros. Todos viram seus dias de glória temporariamente destruídos e tiveram que enfrentar a fúria das multidões ao longo do país. O empastelamento da sede da Tribuna da Imprensa, na rua do Lavradio, surge como um dos mais marcantes símbolos da reação popular.

Os efeitos negativos do evento não foram, entretanto, tão duradouros assim, ao menos para Lacerda, que logo depois seria eleito com votação esmagadora para a Câmara dos Deputados. A intrincada trama da época, que envolve discursos militares explícitos contra a ordem constitucional - como o do Coronel Mamede no enterro do General Canronbert Pereira da Costa - e o afastamento, por supostas razões de saúde, de Café Filho, se revela perfeita para a atuação desestabilizadora de Lacerda, que ganhava força e se tornava ainda mais eloquente em momentos de crise. Ele, aliás, já defendia abertamente, desde a posse do Vice-Presidente Café Filho, soluções completamente estranhas ao ordenamento jurídico vigente, como a concessão de plenos poderes ao Executivo e a incapacidade de votar do povo, em razão do recente trauma da morte trágica de Getúlio. Poucos momentos expressam tão bem a perspectiva política lacerdista quanto sua defesa de um forte Poder Executivo, sob a tutela de Café Filho, em discurso proferido na Câmara dos Deputados:

... no processo de revalorização para dar autenticidade a democracia brasileira, para que a massa popular possa intervir no processo eleitoral sem as deformações a que é submetida pela miséria, de um lado, dos problemas sem solução legal e, de outro lado, pela propaganda e pela corrupção desenfreada; mais cedo ou mais tarde será indispensável - e antes cedo que tarde demais - conceder plenos poderes a fim de que o Poder Executivo possa legislar sobre aquilo que em causa própria não pode fazer a Legislação (protestos) uma lei que permita a criação e o funcionamento de Partidos autênticos no Brasil, para a criação de uma corpo eleitoral expurgado dos vícios que atualmente o deformam, de tal modo que se acabem com os currais eleitorais e se dê ao voto a verdade sem a qual o voto é pior que a ausência dele porque a consagração da desonestidade. O que se faz no Brasil é recorrer ao voto para coonestar o arbítrio, a corrupção e a coação. (LACERDA, 1982, p. 128)

Aquele que há pouco criticara o excesso de centralização dos presidentes, agora prega credo diverso quando o poder está ocupado por um aliado. O liberalismo de Lacerda, de fato, não apenas tolera como até mesmo se encanta com um executivo forte e legislador. As críticas anteriores, mesmo resvalando nas instituições, eram sobretudo aos homens que as operavam, manifestamente indignos para tal tarefa. Com novos personagens no poder, como Café Filho, fazia-se necessário reforçar as prerrogativas do presidente para que ele pudesse realizar a transformação que o país tanto necessitava. Em novo editorial famoso da Tribuna da Imprensa, o conteúdo remete a investida contra Vargas, mas o tom é ainda mais virulento, já

na época, ficou conhecida como a "República do Galeão", pela amplitude dos poderes que lhe foram confiados." (CPDOC-FGV, 2015)

que se afasta do “dever ser” onde operava o texto de 01/06/1950, manual de conduta dos “verdadeiros democratas”, para atuar no terreno da certeza. Os eleitos não tomariam posse: “Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse.” Segundo o retrato traçado por Lacerda, o momento político de então, que se iniciara com a morte de Getúlio, estava longe de qualquer padrão de normalidade institucional, de modo que era completamente absurdo continuar a seguir as regras como se nada houvesse ocorrido. Equivocada era a posição dos “juristas de UDN”, que “tinham do direito uma concepção puramente estática, isto é, eram incapazes de conceber um ‘direito político’, isto é, um direito dinâmico. Para eles aquilo era sagrado. Não, agora é voto, então é voto.” (LACERDA, 1977, p. 101). Épocas de exceção demandavam, na explícita retórica de Lacerda, soluções de exceção:

Foi aí que eu comecei a defender a tese que me valeu o título de golpista e até de fascista (...) Eu dizia que era necessário não só uma reforma da lei eleitoral mas uma reforma profunda no país, e que estas reformas, além de necessárias, ainda teriam a vantagem de dar um tempo para desintoxicar o Brasil, que vinha de vários anos de ditadura, vários anos de demagogia, de vários anos de propaganda pessoal de um mito. Convocar eleições para o ano seguinte só porque estavam marcadas, era na minha opinião um erro gravíssimo, que consistia em levar um povo traumatizado por um drama daquela ordem a tomar um a decisão que não tomaria em um tempo normal. Portanto, longe de ser um ato democrático, era profundamente totalitário, esse ato de levar um povo, não pela razão, mas pela força de uma emoção incoerciva, a tomar uma decisão contra si mesmo, decisão que não tomaria se estivesse em condições normais de raciocinar. (LACERDA, 1977, p. 107-108)

As formalidades legais, como o calendário das eleições, não podem ser usadas como argumentos contra o que seriam as melhores soluções para o país. Contra o formalismo que ele atribui aos bacharéis, Lacerda opõe a razão do governante virtuoso, capaz de determinar o melhor caminho, este oposto às emoções e delírios do povo, que movido pela passionalidade acaba por “tomar uma decisão contra si mesmo”. A exceção é um meio de viabilizar uma saída para crise, que acabaria perpetuada pelos meandros burocráticos da forma legal. Para Lacerda, somente através de ações excepcionais é possível recuperar a normalidade que a passionalidade das massas - torpemente estimulada pelos demagogos, esses inimigos do interesse do povo¹⁴⁶- impede. Mais do que uma permanência de velhas práticas antidemocráticas, o adiamento das eleições e o aumento das competências do presidente seria o meio para dar o impulso inicial a uma nova ordem, marcada pela razão e não pela emoção, que rompesse com os resquícios e problemas de um passado que continuava, pelas mais diversas formas, a impedir o desenvolvimento do país:

¹⁴⁶ “O demagogo não é senão um adulator, nunca um amigo do povo.” (LACERDA, 1964, p. 52)

Eu o chamava de regime de exceção por seu um regime de transição, durante o qual seriam feitas reformas que permitissem ao país entrar num regime democrático mais autêntico: eleições de verdade, com o povo mais receptivo ao raciocínio do que a emoção. E eu dizia que não há nada que aproxime mais um povo do autoritarismo, do cesarismo e das várias formas que a ditadura pode tomar, do que o domínio absoluto da emoção. (LACERDA, 1977, p. 151)

Apenas nas formulações anêmicas dos bacharéis a democracia depende da regularidade do ritos. Não apenas inexistente, para Lacerda, qualquer contradição entre democracia e exceção, como muitas vezes o recurso ao excepcional é necessário para construir as bases do regime democrático, como se verifica no contexto do pós-1954. O político carioca vai, todavia, além em sua avaliação da República de 1946. As situações de crise e exceção são algo mais que do que um possível impulso inicial da democracia, já que constituem os momentos em que o verdadeiro espírito democrático se manifesta. A assertiva desvela ponto central do pensamento político de Lacerda e do lugar da exceção nele. A verdadeira representação política para o político carioca ultrapassa em muito as simples formas legais e institucionais, pois demanda o inaudito, os momentos nos quais a virtude da ação individual inova e cria os fundamentos necessários para o novo mundo. A rotina modorrenta da forma democrática revelaria toda a precariedade que ainda vigorava no país, enquanto que nos momentos de exceção a efetiva política mostraria o seu rosto. Recordando, anos mais tarde, a rotina da política, Lacerda afirma:

Não tenho nenhuma saudade da vida pública ‘democrática’. Tenho, sim certo orgulho daqueles momentos de crise, quando então a democracia funcionava e a opinião pública existia. Então aí a gente sentia a grandeza do processo democrático. Mas no momento em que não havia crises, a rotina da vida democrática era monótona, triste, melancólica, a um ponto quase exasperante. Havia a pobreza de ideias, a incultura, a falta de leitura, a falta de interesse pelos assuntos e pelos problemas. (LACERDA, 1977, p. 238)

De volta aos turbulentos tempos que sucederam o suicídio de Vargas, todo o esforço lacerdista acaba, todavia, outra vez frustrado, dessa vez pela atuação do General Lott, em solução que seria para sempre lembrada pelos udenistas como o novo golpe dos seus adversários. Os planos de Lacerda acabaram derrotados pelo contragolpe, que depôs o presidente em exercício e conspirador Carlos Luz, levou o político carioca a um breve exílio e garantiu a posse dos candidatos legitimamente eleitos. Depois do evento, o General seria, aliás, um dos alvos preferenciais dos discursos e artigos jornalístico do corvo, apelido que o cartunista Lan conferiu ao político carioca, inspirado por seu estilo de atuação público.

O revés não arrefeceu, contudo, a sanha subversiva do jornalista, que continuou protagonista de uma oposição extremada, conduzida por meios legais e ilegais. Anos mais

tarde, a renúncia do seu outrora aliado e então adversário Jânio Quadros trouxe, por sua vez, nova oportunidade para Lacerda. O vice-presidente João Goulart encontrava resistências de toda parte, odiado por grande parte do empresariado por sua atuação como Ministro do Trabalho de Getúlio - quando aumentou em 100% o valor do salário-mínimo- e com ampla resistência nas classes médias urbanas e em grandes contingentes do Exército. Lacerda, por sua vez, já era contumaz crítico de Jango, a quem acusava de herdeiro da tradição “fascista-caudilhista” e imputava relações espúrias com o peronismo, com direito a utilização de um documento, a carta Brandi, que se mostraria falso. Anos antes, ainda Deputado Federal, ele já ameaçava seus correligionários com as terríveis consequências de uma vitória eleitoral de Goulart, mesmo que o cargo em questão fosse apenas a Vice-Presidência da República, nada comparável a situação que se delinearia a partir de 1961: “...vimos candidaturas apresentarem-se, ressaltando uma (...) que, a meu ver, até esse momento reúne condições de vitória, mas que, vitoriosa, levará este país à guerra civil. Refiro-me à candidatura do Sr. João Goulart à Vice-Presidência da República.” (LACERDA, 1982, p. 124)

A primeira investida contra Jango não teve a antiga companhia dos bacharéis, dessa vez articuladores da solução conciliatória do parlamentarismo, e constituiu nova derrota para Lacerda, que mesmo à frente da poderosa máquina pública do estado da Guanabara acabou derrotado pela Campanha da Legalidade, liderada pelo Governador do Rio Grande do Sul, e seu ferrenho adversário, Leonel Brizola. O político carioca não descansou, entretanto, enquanto não afastou Goulart do poder. O estancieiro gaúcho condensava- ao menos no imaginário lacerdista - em um só personagem todos os fantasmas que o corvo perseguia há anos. Principal herdeiro de Vargas, ele representava o trabalhismo. Próximo dos comunistas, encarnava a licenciosidade frente a ações subversivas e reforçava o “perigo vermelho”. Vinculado por razões partidárias e familiares a Brizola, com o qual, aliás, travou inúmeras disputas ao longo do seu mandato, estava ligado àquele que, cada vez mais, se tornava o maior responsável pelo processo de subversão da ordem que se desenrolava no país. Tudo isso sem falar no próprio passado de Jango enquanto Ministro do Trabalho. O presidente não resistiu a investida de 1964, que teve em Lacerda um dos seus protagonistas.

2.3 Os males do comunismo e do nacionalismo

O Golpe tem como um dos principais discursos de legitimação o anticomunismo, que encontra em Lacerda seu maior expoente. Antigo membro do PCB, que teve dois de seus tios como secretários-gerais, ele se torna um dos maiores inimigos do partido, com críticas constantes e muito agressivas¹⁴⁷. A expulsão, por um lado, não explica isoladamente o processo de transformação em ferrenho anticomunista, que também passa por sua aproximação com grupos classicamente anticomunistas, como, por exemplo, certa intelectualidade católica conservadora¹⁴⁸. É inegável, contudo, que o modo pelo qual Lacerda constrói sua recusa ao ideário comunista é relevante para compreender a acrimônia que o político comunista construí perante seus antigos aliados. Adentramos, nesse caso, num terreno largamente analisado pela antropologia: a conversão¹⁴⁹.

Sem pretender nem mesmo sumariar o amplo debate, um dos seus eixos centrais é a convivência no convertido entre os dois sistemas de valores, ou seja, como ou o quanto do sistema aparentemente abandonado permanece na nova ordem de valores a qual se aderiu. No caso de Lacerda, a questão passaria pelos modos como a sua radical cisão não apenas com os valores, mas com os próprios círculos intelectuais comunistas, que ele há muito frequentava, condicionam o momento no qual ele elegerá esses valores e personagens como adversários centrais da sua prática política, se destacando como principal líder da forte cena anticomunista brasileira¹⁵⁰.

Há, por um lado, o esforço do jornalista - há algumas páginas relatado - para se retratar como externo ao circuito do poder, ponto que aproxima seus modos de adesão ao comunismo e ao anticomunismo. A linguagem extrema e agressiva, utilizada por Lacerda nos dois momentos, dá tons ainda mais dramáticos à mudança e o lado onde ele se coloca na arena pública confere sentido profundamente diverso às ações, mas perdura a imagem de um outsider que se faz ouvir por sua militância. Lacerda era comunista quando representava que o poder era dominado por forças oligárquica-burguesas e anticomunista quando argumentava que os comunistas, aliados ao caudilhismo fascistas, estavam na iminência de tomar por

¹⁴⁷ Os escritos de juventude de Lacerda foram analisados na inédita tese de PAIVA, 2010.

¹⁴⁸ “Foi aí que comecei a me aproximar do São Bento, a conversar com Dom Lourenço e a verificar que havia um outro horizonte, quer dizer, uma outra possibilidade espiritual da gente não se conformar com as injustiças sem precisar, ao mesmo caso, se adaptar a outro tipo de injustiça. Foi então que eu me converti e me casei no religioso...” (LACERDA 1977, p. 50).

¹⁴⁹ A bibliografia sobre conversão é, como dito, muito extensa. Dentre os bons textos que buscam estabelecer uma tipologia dos modos de conversão, podemos citar: BANAGGIA, 2009; MAFRA, 2000; VILAÇA, 2008.

¹⁵⁰ “O radicalismo de Brizola atraiu sobre si a ira dos anticomunistas, que identificaram no estancieiro gaúcho o mais provável candidato ao papel de ‘Fidel’ brasileiro (...) Do lado conservador, ressalte-se, Carlos Lacerda fazia papel semelhante ao do político gaúcho, só que com sinal trocado, ou seja, ocupando a outra ponta do espectro político. (...) O Governador carioca fazia ações provocativas contra a esquerda, que o considerava o representante maior da direita.” MOTTA, 2002, p. 252.

assalto o país. Parte da sua virulência no embate ao novo inimigo, o comunismo, é, nesse sentido, traço da figura pública que ele construiu e que antecede sua conversão. A agressividade e a virulência já existiam, o que muda é o alvo eleito em cada momento.

A transformação, na retórica político carioca, ganha, todavia, ares de iluminação, como se a maturidade e a reflexão o tivessem permitido sair do mundo das trevas do comunismo para o da verdade e da correção, sem, é claro, que o processo deixe de implicar dor e sofrimento¹⁵¹. Esse autorretrato está diretamente vinculado à visão moral do mundo cultivada por Lacerda, onde todas as decisões e personagens podem ser remetidas a critérios absolutos de bem e mal. Nada mais natural, portanto, que para se afirmar como novo homem e apagar os traços desse passado espúrio - mesmo que construído, segundo seu relato, com absoluta boa-fé¹⁵² - Lacerda se volte radicalmente contra os antigos aliados, de modo a claramente se distinguir deles.

Lacerda ganha destaque no campo do anticomunismo com uma série de artigos jornalísticos contra a aproximação entre Prestes e Getúlio. Contrariando as expectativas de parte do campo político, o “Cavaleiro da Esperança” não se aproxima dos liberais que se opuseram ao Estado Novo, conduta defendida por nomes como Caio Prado Junior¹⁵³, mas oferece seu apoio ao carrasco de sua esposa, com direito a intensa participação dos comunistas no “queremismo”¹⁵⁴. O movimento desperta a fúria de Lacerda. A campanha anticomunista ganha tons ainda mais fortes com o lançamento da candidatura de Iedo Fiúza à presidência. Lacerda interpreta a escolha do PCB como “um candidato diversionista, a fim de desviar votos de Eduardo Gomes e reforçar o apoio dos integralistas ao General Dutra”

¹⁵¹ “... eu compreendo porque muita gente, mesmo quando supera essa fase de esquerdismo juvenil, não larga aquilo, primeiro pelo temor intelectual de rever suas convicções; segundo pelo temor quase físico de ter que enfrentar esse tipo de boicote e de se tornar réprobo. Chega um momento em que você próprio se interroga. Do ponto de vista espiritual, é uma experiência terrível. (...) Sei bem o que é a dificuldade para romper com uma coisa dessas, porque é uma máquina totalitária, realmente, que se apossa da personalidade do indivíduo integralmente: não só intelectualmente mas até fisicamente. O rompimento importa numa disposição de sacrifício e renúncia, sei lá, quase de estoicismo” (LACERDA, 1977, p. 50).

¹⁵² “Até então eu era, digamos, perplexo, para ser exato. Não acreditava mais na solução comunista. Eu tinha sido levado para próximo do comunismo porque acreditava que era um regime libertador, mas fui me convencendo de que era uma ditadura, pior do que as outras porque muito mais organizada e portanto muito mais difícil de derrubar.” (LACERDA, 1977, p. 46)

¹⁵³ Sobre essa posição de Caio Prado, ver IUMATTI, 1998.

¹⁵⁴ O “queremismo” foi um movimento que defendia, em 1945, a permanência de Vargas à frente do poder Executivo. O ideal da mobilização era exposto pela frase “Queremos Getúlio!”, que dá título ao movimento. Antes e mesmo depois da derrubada de Vargas, com José Linhares assumindo a Presidência, o slogan convivia com outro mote, que demandava “A Constituinte com Vargas.” Isto é, a criação de um novo ordenamento jurídicos não impunha a saída de Getúlio, mas poderia conviver e até seria melhor com ele.

(LACERDA, 1945, p. 1) e imputa diversos crimes e práticas corruptas ao candidato comunista, a quem dá o apelido de “Rato Fiuza”¹⁵⁵.

Os ataques criticavam práticas de Fiúza quando prefeito de Petrópolis e até mesmo levantavam seu passado integralista, com o intuito de questionar a pureza programática do PCB. Em matéria de título “Prestes exhibe o Rato Fiúza”, publicada na capa do Diário Carioca, em 23/11/1945, Lacerda direciona contra o candidato comunista sua usual verve retórica, que lhe valeu o apelido de corvo. O subtítulo resume a linha: “Passado político: integralista. Passado administrativo: gasolina para a Quitandinha, trilhos e terrenos para o Sr. Filpo, fornecimentos para a sua secretária.” (LACERDA, 1945, p. 1)¹⁵⁶. A investida seria um dos primeiros momentos de destaque de uma longa jornada anticomunista, que elevaria Lacerda a ídolo de grande parte da classe média, de setores religiosos e das parcelas mais reacionárias das Forças Armadas.

O comunismo aparece no discurso lacerdista como uma patologia, que tende a se tornar uma epidemia¹⁵⁷. O vocabulário que o retrata tem viés sanitarista, a ressaltar, todo o tempo, caráter maléfico e insidioso da doença. Não se está diante apenas de um ator político concreto, mas de um “espírito totalitário, que em toda parte se infiltra, domina, empolga absorve, envenene, corrói para, finalmente, destruir, nas reservas morais de cada povo, as suas últimas resistências cívicas.” (LACERDA, 1982, p. 135). Se o ideário comunista era uma doença, que tinha inclusive enorme potencial para se alastrar, nada mais natural que a demanda imediata de uma ação médica, que curasse imediatamente esse estado anômalo. A defesa de uma intervenção cirúrgica na dinâmica política e social é, desse modo, parte central da retórica lacerdista. O bom político era aquele capaz de expurgar os malefícios que prejudicavam a saúde da coletividade. O sentido da sua defesa, em plena Câmara dos Deputados, da concentração de poderes no Executivo durante o Governo Café Filho era, segundo Lacerda, esforço que se justificava como sendo necessário para dotá-lo dos instrumentos necessários para tal intervenção sanitária em uma sociedade em

¹⁵⁵ Os artigos sobre Fiuza são depois reunidos em uma coletânea de título “Rato Fiuza” (LACERDA, 1946).

¹⁵⁶ O artigo segue em tom agressivo e irônico, marcas da linguagem, escrita e oral, de Lacerda: “Passeando o Sr. Yedo Fiuza pela coleira o Sr. Prestes vem de declarar em São Paulo que procurou um homem com experiência administrativa e sem passado político para fazê-lo candidato à Presidência da República. Esse homem, segundo o Sr. Prestes, é o Sr. Yedo Fiuza. Ora, o Sr. Yedo Fiúza tem passado política e a sua experiência administrativa está sujeita a um inquérito legal que, algum dia, deverá ser feito...” (LACERDA, 1945, p. 1).

¹⁵⁷ O tema, aliás, é comum ao imaginário anticomunista brasileiro, sobre o qual Rodrigo Patto destaca: “Essencialmente, o comunismo foi identificado à imagem do mal, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno (...)”, sendo que um desses tipos de representação retratava-o por meio de “referência associando a ação revolucionária a doenças e temas correlatos como peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer, etc. Este tema se fez presente no vocabulário anticomunista de modo muito constante ocorrendo pouca alteração de intensidade no decorrer do tempo.” (MOTTA, 2002, p. 47 e 53)

degenerescência: “...a minha ideia era a de que o país precisava ser saneado, saneado espiritual e psicologicamente. Não havia condições para uma eleição verdadeiramente democrática num país que depois de toda uma formação autoritária é sacudido por uma catástrofe dessa ordem.” (LACERDA, 1977, p. 148).

A retórica organicista, típica do conservadorismo (MANNHEIM, 1959), se destacava em uma visão de mundo que sem dúvida tinha alguns poucos traços conservadores - como o recurso a ideia de uma civilização cristã¹⁵⁸ - mas se afirmava, sobretudo como um discurso de inovação e transformação social, amparada, todavia, em instrumentos de caráter autoritário. O novo mundo que Lacerda pretendia construir passava pela sua virtude como ator político, capaz de identificar e planejar o melhor, e não demandava a conservação de princípios basilares da sociedade ou o retorno a um passado idílico, temas quase sempre presentes em discursos conservadores. Os bacharéis, nesse sentido, estão muito mais próximos de um conservadorismo que Lacerda¹⁵⁹.

Se, de acordo com a pena do político carioca, os autodeclarados comunistas tinham papel de destaque na propagação dessa doença, é inegável que ela os ultrapassava, muito maior o perigo do comunismo do que os próprios comunistas. O raciocínio abria possibilidade para a ampla ação política dos anticomunistas, já que a escolha de um inimigo incerto e fugidivo podia levar a expansão da relação de inimizade a um enorme número de indivíduos e grupos sociais. A acusação de simpatia com o comunismo se tornava arma poderosa contra os mais diversos adversários, mesmo aqueles que de nenhum modo simpatizavam com o comunismo. A lista de notórios anticomunistas aos quais foi imputada a posição de “alinhados” e “lacaios de Moscou” não é, alias, pequena e inclui diversos anticomunistas, com conhecida e declarada aversão ao marxismo, como o General Lott e o próprio Getúlio Vargas.

A retórica ganha força através da ideia, de grande impacto à época, de que todos aqueles que não atacavam o comunismo estavam, na verdade, simpatizando ou contribuindo com sua expansão e vitória. A metáfora bélica da “Guerra ao comunismo” colonizava muitos corações e mentes e impunha, de fato, a lógica da guerra e do inimigo, onde aqueles que não se colocam de um lado estão, sob a falsa aparência de neutralidade, contribuindo com o outro. Lacerda abraçava com vigor essa perspectiva, o que o levava até mesmo a cobrar mais enfática posição anticomunista da UDN. Segundo o então líder do partido, sem tomar um

¹⁵⁸ “...a UDN é e deve ser um partido cristão...” (LACERDA, 1964, p. 86)

¹⁵⁹ Os vínculos de Afonso Arinos com o conservadorismo são ressaltados por LATTMAN-WELTMAN, 2005.

evidente partido “arriscamos agora entregar-nos a um neutralismo que só interessa a Rússia e ao comunismo.” (LACERDA, 1982, p. 151).

Os udenistas, muitos deles, como Bilac Pinto, protagonistas do anticomunismo, apareciam aos olhos de Lacerda como excessivamente brandos ante a malfadada doutrina: “... a luta contra o comunismo não foi ainda encarada como um dever da UDN.” (LACERDA, 1964. P. 90) O fato prejudicava o próprio lugar do partido no campo das forças progressistas, já que se o fascismo e o comunismo, correntes próximas no cenário político brasileiro, representavam “as duas formas de reação”, segundo a lógica adversarial de Lacerda, era necessário que aqueles que recusavam o arcaico, como a UDN, se colocassem explicitamente contra tais ideologias: “uma posição anticomunista é a única que nos dá autoridade para termos, também, uma posição progressista.” (LACERDA, 1964. p. 50).

As ressonâncias geopolíticas dessa ojeriza ao comunismo eram claras em tempos de Guerra Fria¹⁶⁰. O lado anticomunista era o lado dos Estados Unidos, ao qual Lacerda sempre aderiu, seja no campo das relações políticas ou do discurso. O político fluminense era amigo de empresários de ótimo trânsito em terras norte-americanas, como Valentim Bouças¹⁶¹, próximo de entidades que recebiam financiamento do Governo dos E.U.A. e defensor, seja no parlamento ou na imprensa, de inúmeros acordos bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos. Ele sempre defendeu de modo enfático os profundos vínculos - históricos, políticos e culturais - entre os países, os quais não fariam da defesa dos interesses dos E.U.A uma afronta aos brasileiros. Na verdade, Lacerda defendia que o alinhamento com os norte-americanos era do melhor interesse nacional e estava em plena consonância com nossa civilização ocidental e cristã.

A escolha pelo lado dos norte-americanos não implicava apenas uma escolha utilitária por um lado, mas revelava uma verdadeira tomada de posição existencial. O adversário não era para Lacerda apenas um outro, com o qual se travava uma disputa momentânea, mas a própria negação da identidade do seu campo. A adesão ao oriente dos comunistas ou dos fascistas não era uma possibilidade a ser aventada, já que tal escolha jogaria por terra os próprios fundamentos da civilização cristã e ocidental ao qual pertencemos. A retórica da Guerra mais uma vez encontra o seu lugar. Os liberais tinham, portanto, o dever político e moral de tomar partido nesse mundo dicotômico, tendo em vista que estratégias de

¹⁶⁰ Sobre as ressonâncias da Guerra Fria na política interna brasileira ver GUIMARÃES, 2001 e REZNIK, 2004.

¹⁶¹ Grande empresário, com amplo leque de relações políticas, Valentim Bouças foi personagem importante do período entre 1930 e 1964. Próximo de Vargas, ele conhece Lacerda quando o jornalista trabalhava no Observador Econômico e Financeira, da sua propriedade. A indicação do nome de Bouças me foi dada por Werneck Vianna.

contemporização com forças totalitárias já causaram inúmeros prejuízos à humanidade, como a Segunda Guerra Mundial bem demonstra: “A expansão da ditadura russa, no mundo, não pode pois ser contida e de engodo recíproco. Essa foi a política de Munique, a política de Chamberlain, que entregou a Tchecoslováquia em nome da necessidade de salvar a paz.” (LACERDA, 1948a, P. 2)

Ante tal perspectiva soa completamente coerente o ódio que Lacerda destinava ao nacionalismo. Para o político carioca, ante o cenário de embate de civilizações¹⁶², que então se vivia, o nacionalismo nada mais era do que uma escapatória, que implicava a abstenção na defesa dos valores da civilização ocidental. Conduta que em geral revelava uma secreta afinidade pelo outro lado, o soviético. O nacionalismo, antigo e constante pilar do getulismo e do trabalhismo, adversários históricos de Lacerda, agora servia de guarida ao comunismo. O político fluminense não hesitava, por tais razões, em se declarar claramente antinacionalista: “Direi logo que não sou nacionalista e não creio que o seja a UDN, ou não estaria nesse partido. (..) Eu não coloco a Nação acima de tudo. (...) Considero o nacionalismo, isto é, a ideologia que visa colocar a Nação acima de tudo, uma noção totalitária” (LACERDA, 1964, p. 90). Lacerda tecia, à frente do governo da Guanabara, duros ataques contra os que atuavam no cenário público a partir de tal ideia:

O nacionalismo, que foi em certas partes do mundo uma reivindicação legítima de independência a conquistar, libertando-as da condição de colônias, aqui toma proporções de caricatura, de imitação servil. Há quem procure atribuir a pobreza do Brasil à riqueza dos Estados Unidos, o que é o mesmo que dizer que os Estados Unidos são ricos À custa da pobreza do Brasil. Ora, nem um argumento, nem um algarismo, nem um fato pode comprovar honradamente essa alegação. (LACERDA, 1964, p. 48) (...)O impulso de afirmação nacional (...) é uma coisa. O nacionalismo, outra bem diversa, apesar das ligações que tem com esse impulso e a exploração que dele se faz para objetivos bem diversos dos nossos, tais como o domínio do comunismo internacional com seus comandos em Moscou e Pequim. (LACERDA, 1964, p. 90)

O nacionalismo era, na verdade, a ideologia dos seus adversários, tanto identificado com os varguistas, e agora bandeira destacada do PTB, quanto com os comunistas, especialmente após a Declaração de Março de 1958 do PCB, quando o partido abandona as ideias de ruptura com a ordem e passa a defender uma via nacional de desenvolvimento capitalista, que se daria pela aliança entre o proletariado e os setores mais avançados da burguesia nacional¹⁶³. Lacerda, por outro lado, não via nada de excepcional na via brasileira para o desenvolvimento, que em nada se distinguiria dos países ocidentais desenvolvidos. Os

¹⁶² A ideia de um “Choque de Civilizações”, hoje tão identificada com Samuel Huntington, era parte central da retórica da política externa norte-americana em tempos de Guerra Fria e acabava plenamente encampada por Lacerda.

¹⁶³ Sobre a Declaração de Março de 1958 ver: VIANNA, 1989; e BRANDÃO, 1997.

discursos sobre a excepcionalidade nacional não passariam de desculpas para ocultar nossa inserção na civilização cristã ocidental, com a qual deveríamos nos alinhar e de onde emanam os bons exemplos, como é o caso do constantemente citado caso americano. A América, para Lacerda, surge, todavia, mais próxima da nação líder do ocidente, do que da pátria do capitalismo, já que o político fluminense tinha expressa desconfiança ante os discursos que buscavam compreender e justificar ações políticas a partir da Economia. O olhar com atenção ao mundo do interesse surgia, distintamente, como marca do “...pré-marxismo das elites confusas do Brasil...” (LACERDA, 1964, p. 151), que ele a todo custo buscava combater:

...arriscamos agora entregar-nos a um neutralismo que só interessa a Rússia e ao comunismo, porque nos recusamos a considerar os problemas econômicos como uma decorrência, e não como fundamento, da estrutura moral da civilização cristã... nosso capital ideológica, ou seja, a conceituação da vida social como um conjunto de atos, de ações e interações, que não se subordinam a uma infraestrutura econômica, como, em verdade, não se subordinam a infraestrutura alguma: que são uma composição de interesses, de sentimentos, de impulsos, de ideais, que, no seu conjunto, nas suas próprias contradições, nas suas negações e afirmações e sínteses são, afinal, aquilo que se pode chamar ‘o patrimônio espiritual de uma civilização’.

(LACERDA, 1964, p. 151-152)

A proximidade entre Lacerda e as elites claramente identificadas com a organização do país a partir do mercado, como udenista Herbert Levy e o já citado Bouças, é bem demonstrada pelas contribuições do capital estrangeiro às suas candidaturas¹⁶⁴. As crenças e visões de mundo do político fluminense não passavam, todavia, por uma perspectiva que tivesse no mercado e no interesse suas forças motrizes. Para Lacerda, o grande meio de organização do mundo não era a Economia, mas a Política. Se muitas vezes o político carioca defendia soluções que flertavam com o liberalismo econômico, as motivações passavam antes pela firme defesa do alinhamento com os Estados Unidos, que tinha no livre mercado elemento central do seu imaginário, e pelas imposições da conjuntura, que não permitiam grande defesa do Estado quando este estava quase sempre ocupado por alguns dos seus maiores adversários.

A maior, e única, experiência de Lacerda à frente do poder Executivo - o mandato como Governador da Guanabara entre 1960 e 1965¹⁶⁵ - demonstra, por sua vez, seu gosto por

¹⁶⁴ Merece destaque nesse sentido a obra de DREIFUSS, 2006, que lista Lacerda dentre os beneficiados da rede IPES-IBAD.

¹⁶⁵ A melhor obra sobre o governo Lacerda é o livro de Marly Motta (MOTTA, 2000), que aborda em seus dois primeiros capítulos, com especial atenção no segundo, o período de Lacerda à frente da Guanabara. Os textos são extraídos de sua mais extensa tese de doutorado (MOTTA, 1997). Mais recentemente, foi publicada em livro a tese de Maurício Perez (PEREZ, 2007), que infelizmente peca pelo excessivo envolvimento com personagem,

soluções centralistas, consonantes, aliás, com a concessão de maiores poderes ao Governo Café Filho, por ele defendidos nos idos de 1955. O Governo Lacerda foi marcado por um Estado atuante e interventor nas dinâmicas sociais, muito distante da defesa do Estado mínimo identificada com certo discurso liberal. Durante os cinco anos em que esteve à frente do Palácio Guanabara, Lacerda se distinguiu por obras que transformaram a cidade do Rio - como o Aterro do Flamengo e a Estação de tratamento de água do Guandu - mas se viu todo o tempo confrontado com as acusações de seríssimos crimes contra as classes mais pobres, que vão desde remoções ilegais de favelas até assassinato sistemático de moradores de rua¹⁶⁶. As avaliações costumam ser unânimes, entretanto, ao reconhecer o forte atividade estatal na gestão, seja para caracterizá-lo criticamente como autoritário ou para louvá-lo como eficiente.

O próprio Lacerda se esforça para construir, desde a campanha, a imagem de um grande realizador e administrador público, de modo a contestar a ideia de que sua vocação se restringiria às tribunas da oposição. Durante o pleito, aliás, o jornalista busca distinguir do discurso de Sergio Magalhães, centrado em grandes temas, como o subdesenvolvimento e imperialismo, com constantes referências às necessidades mais imediatas do Rio. O cultor maior da visão da Guanabara como “estado-capital”¹⁶⁷ - perspectiva consonante com sua intenção de tomar o cargo de Governador como grande degrau em sua trajetória rumo à Presidência da República- recorre às questões locais para viabilizar sua vitória¹⁶⁸. Durante sua administração, o discurso não foi diferente. Se, por um lado, o político carioca exerceu mandato com forte acento personalista, “chamando a si a responsabilidade das decisões e fazendo-se presente no contato direto com a população” (MOTTA, 2000, p. 56), o Governador buscava, por outro lado, mostrar à população nacional que “estava empenhado em transformar a Guanabara em modelo de administração eficiente, calcada em critérios técnicos e impessoais, a ser copiado pelo resto do país.” (MOTTA, 2000, p. 83). O mais célebre tribuno nacional se esmerava em “defender a ideia de que a administração deveria ser

tornando o texto quase uma apologia do, segundo sua perspectiva, injustiçado governante. A ampla pesquisa sobre dados referentes ao governo justifica, todavia, a leitura.

¹⁶⁶ Sobre esse aspecto, boas referências são VALLADARES, 1980 e FISCHER, 2008.

¹⁶⁷ O termo é de Marly Motta, que defende que após a mudança da capital o antigo Distrito Federal se via dividido entre a aspiração de permanecer como grande palco do país, a Belacap, e a preocupação com questões locais mais prementes. Lacerda seria o grande personagem dessa aspiração nacional dos cariocas, ao passo que Chagas Freitas, também jornalista e grande líder local da Guanabara e do futuro estado do Rio, do qual seria Governador, representaria a hegemonia dos interesses locais. (MOTTA, 2000)

¹⁶⁸ “Não por acaso, o ponto chave da estratégia de campanha vitoriosa de Carlos Lacerda foi justamente construir uma relação de identidade com a Guanabara. Daí seu esforço em provar que sua preocupação central como governador residiria no enfrentamento dos problemas da ‘Guanabara nascente’, como ele costumava dizer. Esse seria, aliás, um dos principais argumentos por ele esgrimidos contra Sérgio Magalhães, acusado por Lacerda de se preocupar demais com o ‘imperialismo norte-americano’ e de menos com a água que faltava nas torneiras cariocas.” (MOTTA, 2000, pág. 43)

uma área neutra, infensa às pressões políticas e ideológicas” (MOTTA, 2000, p. 83), de modo a “firmar uma imagem de governante para onde convergiriam o político – carismático, de oratória engajada (...) – e o administrador,- amante das decisões técnicas, que colocava a razão acima da emoção” (MOTTA, 2000, p. 83). Refletindo sobre a bases do um hipotético, e almejado, mandato presidencial, Lacerda expõe com eloquência e clareza essa perspectiva:

Os debates sobre o comunismo e o capitalismo, nacionalismo e entreguismo, esquerda, centro e direita estão superados. Apenas provocam irritação e inquietações em torno de opções tolas e inócuas, prejudica a visão objetiva dos problemas e retardam as soluções (...) Os problemas brasileiros são bastante conhecidos. Todos tem solução. Resolvem-se apenas com boa administração. Essa é a grande, a única, a verdadeira reforma de base que o país reclama. (LACERDA, [196-].

Todo o esforço de construção dessa perspectiva não impediu, todavia, que Lacerda transformasse o novo Rio em privilegiado palanque nacional, já que a “estadualização não era ... sinônimo de provincianização” (MOTTA, 2000, p. 44). A vocação nacional permanecia na interessada visão de Lacerda, que via na antiga capital o único lugar com vocação nacional no país. A infante Brasília não podia competir com a tradição carioca, que não se via enfraquecida com a nova condição, mas libertada do duro peso que, durante tantos anos se viu obrigada, a carregar:

Não somos uma capital decaída, mas uma cidade libertada. Os que saíram com saudade sabem que o Rio é uma cidade insubstituível, uma cidade em que todos os brasileiros, ontem, hoje, sempre, estarão como em sua casa. Sabem esses brasileiros que somos uma região sem regionalismos. Pensamos nossos problemas em termos mundiais, além de continentais, e continentais, além de nacionais. (...) Nossos heróis são nacionais. (..) Pensaram que nos abandonando interiorizavam a civilização, mas foi aqui que a deixaram. Porque somos a síntese do Brasil, porque somos a porta do Brasil com o mundo, e somos do mundo a vera imagem que ele faz de nós. (LACERDA, 1964, p. 98)

As duas grandes representações de Lacerda - como “demolidor de presidentes” e “construtor de estado”¹⁶⁹ - se afastam, todavia, do modelo mais identificado com o liberalismo econômico, que atribui ao Estado apenas a responsabilidade de criar, através da regulação, um clima favorável ao empreendimento individual e atuar em situações excepcionais. Próximo e apoiado por parcela significativa do grande capital internacional com negócios no Brasil, Lacerda não atribuía - ao menos não explicitamente - a esses atores o protagonismo na arena pública, mas defendia, mesmo que fosse para beneficia-los, um Estado destacado na organização da sociedade. A própria definição da “vocação liberal”, definida em coluna para o Correio da Manhã, renega explicitamente uma direta vinculação entre o liberalismo político e a economia política liberal: “O que aqui chamo liberal – diga-se de passagem – não é o

¹⁶⁹ As duas facetas de Lacerda são identificadas por MOTTA, 2005.

liberal da economia política nem qualquer outra modalidade que a palavra procure exprimir no jogo do raciocínio político. É precisamente a acepção clássica do amigo da liberdade...” (LACERDA, 1948d, p. 2)

Uma interpretação possível pode atribuir tal postura ao diagnóstico lacerdista sobre a época, de modo que a forte atuação estatal nada mais seria do que uma resposta às condições emergências que então vigiam. O próprio diagnóstico do político carioca sobre o país revelava um discurso afeito às soluções de força. Como já apontado anteriormente, diversos elementos do léxico de Lacerda possuem evidentes afinidades não apenas com certa tradição autoritária brasileira, que se faz presente em alguns dos seus clássicos *topos*¹⁷⁰, mas com um ideário claramente reacionário. O mesmo Carl Schmitt que nos permitiu caracterizar o político carioca como um “crítico liberal” da política da sua época revela afinidades com os discursos e ações do político fluminense. Lacerda provavelmente não leu o jurista alemão, que não é citado como fonte de inspiração em nenhuma das suas obras e discursos, e dentre seus conceitos utilizava expressamente apenas o de exceção, cujo uso excede em muito as referências a Schmitt. É possível apontar, todavia, algumas coincidências entre a reflexão e a prática política lacerdista e o sistema teórico do alemão, como a organização do campo político a partir do inimigo e constante recurso ao conceito de exceção¹⁷¹¹⁷².

A demanda por uma forma forte parece ultrapassar os limites da conjuntura na visão de mundo de Lacerda. A organização social mais adequada aos novos tempos passaria por um Estado liderado por um eficiente líder moral, responsável pelas grandes decisões políticas, o que resguardaria aos cidadãos, conjunto composto sobretudo pelas classes médias, a possibilidade de bem se preocupar com seus afazeres privados e necessidades. Caberia aos membros da polis apenas a capacidade de, racional e conscientemente, escolher os mais adequados líderes. Deve-se ressaltar, ademais, que a polis não se confunde com o demos, como bem demonstram os radicais ataques de Lacerda contra o voto dos analfabetos¹⁷³¹⁷⁴,

¹⁷⁰ Como a já citada distinção entre “país legal” e país real”.

¹⁷¹ Schmitt desenvolve tais conceitos sobretudo em SCHMITT, 2009, e SCHMITT, 2006. Sobre o pensamento de Schmitt uma ótima referência é FERREIRA, 2004 e CASTELLO BRANCO, 2011. .

¹⁷² A sequência dos parágrafos pode sugerir um vínculo entre o lugar menor do mercado na visão de mundo de Lacerda e sua afeição com Schmitt. Essa não é, entretanto, a intenção do trabalho, tendo em visto, sobretudo a existência de alguns trabalhos que defendem o argumento de que o forte Estado de Schmitt pode conviver pacificamente com certo liberalismo econômico. Nesse linha, a partir de sugestão de Ingbord Maus, argumenta BERCOVICI, 2004.

¹⁷³ “Não vejo democracia em dar voto a quem esteja capacitado para votar e o que se vai fazer é aquilo que sempre se fez nos regimes totalitários: a depravação do instrumento democrático para, precisamente, impedir o seu fortalecimento. No regime em que defendemos o voto vale porque é consciente e porque é honrado (...) É voto livre, mas livre porque honrado, e não libertino porque desonestamente apurado. É o voto, em suma, que eleva o cidadão, que o melhora, que faz progredir a Pátria pelo progresso da consciência política de seus filhos, e não a faz degradar-se até a última baixeza, explorando as emoções dos incautos e a última ilusão que resta a um

classificados por Lacerda um “novo golpe” (LACERDA, 1982, p. 94), “imoral e inconstitucional” (LACERDA, 1982, p. 296), pois contrariariam a “obrigação do Estado de fornecer educação” (LACERDA, 1982, p. 296).

O político carioca desenha um modelo de sociedade com traços profundamente antidemocráticos, mas perfeitamente condizente com certo liberalismo. Benjamin Constant, por exemplo, se sentiria confortável com a organização que lega ao partícipes do governo o controle da cena política e confere aos muitos apenas a liberdade dos modernos, restrita ao campo do interesse individual¹⁷⁵¹⁷⁶. Crítico liberal da política na oposição, Lacerda também se aproxima da gramática liberal quando à frente do poder. Nesse cenário, aliás, a tão criticada conciliação tem o seu lugar. Uma vez expurgados os elementos que prejudicavam a boa ordem, a política adversarial de Lacerda dá lugar a tranquila convivência entre aqueles que concordam sobre os elementos fundamentais da ordem pública e obedecem ao líder moral.

2.4 Sobre elites e classe médias

Se o caráter deletério do caudilhismo e do comunismo explica parte da crise, outra parcela decorre do estado rebaixado das elites nacionais. A incapacidade daqueles que deveriam guiar e organizar o país é responsável pelo processo de desagregação da ordem. Fascismo, caudilhismo e comunismo seriam, nesse sentido, não apenas causa da crise, mas também consequência dela: “Se existe aqui algum perigo comunista, ele será decorrente da inação e da inorganização dos demais partidos, muito mais do que da existência do Partido Comunista.” (LACERDA, 2000c, p. 138). A inegável contribuição dessas ideologias para o caos que governava o país não podia esconder, segundo Lacerda, a existência de certo vazio que os antecedia e permitia atuar. Faltavam, de fato, partidos nacionais bem organizados no

povo que anseia por libertar-se e a quem se pretende impor agora um colete de aço, o sufocante colete da fraude eleitoral, consagrada em lei.” (LACERDA, 1982, p. 337)

¹⁷⁴ “É esta ignorância que pretende, neste momento, consagrar, reconhecendo como fato consumado aquela mancha que envergonha, que macula a Nação brasileira, e diante da qual, em vez de corar de pejo, ruborizam-se de alegria alvorçada os defensores do voto do analfabeto. Sr. Presidente, uma nação que não se peja de manter o analfabetismo e que pretende constituir-lo em razão para sobre ele fundar uma democracia, é uma nação que renega e destrói a própria fonte da democracia, que é a educação popular autêntica.” (LACERDA, 1982, p. 355)

¹⁷⁵ Sobre esse argumento de Constant ver CONSTANT, 1985.

¹⁷⁶ Guita Grin Debert, por exemplo, define a organização da sociedade para Lacerda em termos perfeitamente condizentes com o modelo de Constant: “Em Lacerda, povo é, sobretudo, o conjunto de indivíduos que pagam impostos e por isso devem exigir que a máquina estatal funcione devidamente. O Estado, quando em mãos de um chefe de bravura moral, transforma-se no lugar da justiça entre os cidadãos, no espaço que permite que eles coexistam pacificamente apesar de suas diferenças.” (DEBERT, 1979, p. 167)

país. Lacerda já levantava a questão, que lhe acompanhou ao longo da carreira política, nos primeiros momentos da UDN:

O que urge fazer nesse país é a organização de verdadeiros partidos democráticos, com estrutura orgânica, vida própria, participação cotidiana e direta do povo, programas tão firmes em suas linhas gerais quanto móveis e dúcteis em suas aplicações a cada nova situação. Assim – e só assim – se cobrirá o imenso vazio que medeia do ajuntamento governista à rigidez córnea do agrupamento comunista. Então o povo terá para onde dirigir as suas reivindicações, pois estará dotado de um instrumento político adequado, sem a fluidez dos corrilhos mais ou menos caudilhescos do governo ditatorial-congressional e sem precisar abrigar-se sob o manto de chumbo do fanatismo da ‘linha-justa’. (LACERDA, 2000c, p. 139)

A própria UDN ainda não preenchia bem essa lacuna, limitada por suas indefinições e excessivas concessões ao status quo getulista¹⁷⁷. Lacerda, aliás, sempre adotou postura crítica perante o partido, o qual acusava, na maior parte das vezes, por três motivos: a pouca definição ideológica, a complacência com os adversários e o excessivo formalismo. O último ponto se destina, como já exposto, especificamente aos bacharéis, assim como o segundo tem por objeto os “chapas-brancas”, não à toa os dois grupos que mais diretamente colidiam com o político carioca na política interna udenista. A primeira crítica, por sua vez, expõe, ao apontar para excessiva heterogeneidade do partido, a difícil inserção do político na UDN, onde ele, paradoxalmente, se tornava cada vez mais importante. Anos mais tarde, em seu “Depoimento”, Lacerda retoma suas críticas ao partido, ao recordar das relações entre a “Tribuna da Imprensa” e a UDN:

Eu queria evitar muito que a Tribuna fosse um órgão da UDN, até porque isso era impossível; a UDN não podia ter um órgão – a UDN era uma maçaroca de tendências, as mais diversas impossíveis de exprimir num só jornal. Sobretudo porque esse jornal exprimia muito mais as minhas tendências do que as tendências da UDN. Quer dizer, sempre me senti na UDN – e com isso não estou renegando os excelentes companheiros que tive lá, nem renegando a própria UDN como partido, mas sempre me senti meio como uma excrescência na UDN, mesmo porque tenho muita pouca vocação para política como exercício assim de habilidades e de astúcias. Acho que se perde muito tempo com a política nos sentido do meio, e não no sentido de fim, e a política como meio me interessa muito pouco, o que me interessa é o fim. (LACERDA, 1977, p. 109)¹⁷⁸

A reforma da UDN passa, por um lado, pelo já abordado combate ao bacharelismo, mas também requer o firme ataque aos adesistas ou “chapas-brancas”¹⁷⁹, que se aproveitavam da fúria dos verdadeiros opositores, como Lacerda, para conseguir vantagens pessoais. A

¹⁷⁷ “Reconheçamos lisamente que a UDN ainda não é esse partido. E muito menos há de vir a sê-lo a Esquerda Democrática...” (LACERDA, 2000c, p. 139)

¹⁷⁸ A distância temporal entre as duas citações demonstra como Lacerda não restringiu a crítica aos primeiros anos da UDN, quando está ainda estabelecendo suas primeiras bases, mas a manteve durante toda a existência da instituição.

¹⁷⁹ “...UDN (...) tinha uma bancada chamada de ‘chapa branca’ formada por gente que procurava se aproximar de todos os governos e precisava nos usar, a nós opositores de verdade, para se valorizar junto a esses governos.” (LACERDA, 1977, p. 121.)

adesão contrariava, ademais, a própria perspectiva lacerdista da política, que a concebe a partir de um registro adversarial. O oposicionismo intransigente seria fundamental para o interesse público, o qual acaba, por sua vez, solapado pelo reiterado recurso às conciliações: “Oposição organizada, combativa e vigilante, nunca fez mal a ninguém. Adesão sim” (LACERDA, 2000g, p. 57). Tão perverso, entretanto, quanto aquele que militava com as hostes adversárias era o que temia tomar um lado, já que “os indiferentes não se distinguem dos trãnsfugas”¹⁸⁰.

Por isso a acrimônia de Lacerda em relação à “Bossa Nova da UDN”¹⁸¹, grupo que emerge na década de 1960 com o intuito de defender certos temas caros às esquerdas da época, apoiando parte das Reformas de Base e outras políticas de caráter semelhante¹⁸². Em tempos de guerra, não podia ser tolerada a condescendência com o inimigo, ainda mais quando ele se encontra no poder, uma vez que tal postura não apenas fortalece o oponente como revela fraqueza e divisões nas suas tropas. A oposição sistemática, efetivamente exercida por Lacerda, por vezes acabava renegada em seu discurso - em claro exercício retórico para assumir posição identificada aos grandes interesses públicos - mas ainda piores,

¹⁸⁰ Deve-se ressaltar que a crítica ao adesismo não era idiosincrasia de Lacerda, mas tema comum a toda a UDN, talvez ainda mais destacado nas palavras do político carioca pelos seu estilo de atuação pública. Nesse sentido, vale citar discurso na Câmara do Presidente da UDN Mineira, Alberto Deodato: “Conspirar, Sr. Presidente, eu o disse, pois tenho minha vida política cheia de conspirações. Conspirei em 1930, contra o governo de Minas Gerais, o que me valeu cadeia, o incêndio e o empastelamento do meu jornal. Conspirei em 1932, ao lado dos bravos paulistas constitucionistas. Conspirei de 1937 a 1945, assinando o Manifesto dos Mineiros e percorrendo toda a Minas, acendendo a tocha da libertação em todas as abas dos morros, em todas as cabanas das várzeas. Aderir, Sr. Presidente, não faz parte absolutamente do meu imaginário político. Aderir é um pobre verbo anfíbio, que serve à terra e ao mar; bifronte, que serve a Deus e ao diabo; é um verbo hermafrodita que serve aos dois sexos; é ambíguo, que serve às virtudes mais altas e aos vícios mais degradantes. Aderir, diz o dicionário, é colar, é sair da posição em que se está para outra oposta àquela em que se encontra; é renunciar a atitude própria por outra adversa; é seguir rumo diferente daquele em que vinha. Isto é semântica. Há, porém, outro aderir; é o aderir injurioso, o calculado, o canalha, o da renúncia da estrada cívica para o apoio ao poderoso; que derrama a cornucópia das graças, que guinda às posições, que abre os gabinetes às sinecuras de parentes, afilhados e amantes; que dá as empreitadas, que distribui cartórios, que escancara o Banco do Brasil às negociatas, que jorra as correntes de Pactolo das autarquias, miseráveis vinténs do operário, para a corrupção da imprensa e do eleitorado. Este aderir, eu não o conheço. Nunca o fiz na juventude, quando o calor da ambição podia cristar as virtudes do civismo. Nunca fiz, por palavras, por escritos ou por atos. Apontem-me um só na minha vida pública ou privada.” (DEODATO, 1953)

¹⁸¹ “É nesta Convenção (de Vitória, em 1961) que surge publicamente o grupo da “Bossa Nova”, defendendo uma nova linha para o partido, ostensivamente oposta à dos lacerdistas e da “Banda de Música”. Esta linha, identificada como de ‘centro esquerda’, reclamava sua inspiração nos programas de desenvolvimento com justiça social da Doutrina Social da Igreja. Em termos concretos a ‘Bossa Nova’ surgiu como uma frente de apoio aos projetos reformistas do governo, considerados ‘nacionalistas’ ou de ‘interesse popular’ (...) Os principais inspiradores da ‘Bossa Nova’ – oriundos do ‘movimento renovador’, articulado em fins de 1959 em defesa da candidatura de Jânio Quadros – eram José Aparecido, José Sarney, Clóvis Ferros Costa e João Seixas Dória.” (BENEVIDES, 1981, p. 115)

¹⁸² “A omissão ou incompetência dos outros partidos, inclusive a UDN, tem grande parte de responsabilidade nesse panorama. Parece haver quem pense que para ter transito no meio operário é bom ter alguns comunistas no partido. Ora, a verdade é exatamente o oposto. Pois quando um operário quer ser comunista, ele sabe onde encontrar o Partido Comunista, não precisa da Bossa Nova da UDN, nem da Ala não-sei-de-que do PSD, nem dos Canarinhos do PDC.” (LACERDA, 1964, p. 51).

aos seus olhos, eram os que sob o signo de evitá-la acabavam por recair no vício do adesismo: “Nada mais odioso e infecundo do que a oposição sistemática, feita pelo prazer de brilhar enquanto se sacrificam as grandes linhas de uma política construtiva. Mas, se for possível, algo existe ainda mais odioso: é a conciliação que começa por palavrões e acaba por palavrinhas” (LACERDA, 2000g, p. 56).

Passa também por essa ojeriza à conciliação e ao nacionalismo a duríssima batalha que Lacerda empreendeu contra a Política Externa Independente, iniciada em um Governo que o próprio jornalista ajudou a eleger e em parte capitaneada pelo bacharel udenista Afonso Arinos¹⁸³. O então Governador da Guanabara não mediu esforços e recursos para atacar a nova diretriz diplomática brasileira, seja por meio de agressivos escritos na Tribuna de Imprensa ou de fortes discursos internos e externos à UDN. A independência não passaria de uma desculpa para “falar grosso com os Estados Unidos e fino com a Rússia”, negando, portanto, as diretrizes mais adequadas a nossa condição e lugar no mundo.

Da minha parte, devo dizer que não sendo nacionalista não temo o imperialismo que a competência e a honradez podem enfrentar. (...) Devo dizer ainda eu não estou de acordo com a política de falar grosso com os Estados Unidos e fino com a Rússia. Aplaudo uma política independente para o Brasil, mas de uma independência que leve o Brasil a dizer ao mundo o que o mundo gostará de ouvir do Brasil, isto é, que somos uma nação que não tem ódio a nenhuma nação e, por isto mesmo, não apoiamos a campanha de ódio contra os Estados Unidos capitaneada pela Rússia. Somos uma nação anticomunista e isso devemos dizer claramente. (LACERDA, 1964, p. 95)

O episódio marca outro momento de rusga entre Lacerda e os bacharéis, sempre retratados em sua pena como formalistas, avessos à dureza dos embates políticos e algo descolados do mundo que os cercava. Em retrato cheio de mágoas em suas memórias, Arinos retrata os duros embates com Lacerda, que marcaram seu período à frente do Itamaraty: “...foi, seguramente, a mais triste herança que o sectarismo eloquente de Carlos Lacerda deixou (...) Foi ele quem mais contribuiu para incutir no meio militar a ideia de que a chamada Política externa independente (...) facilitava a implantação do comunismo no Brasil.” (FRANCO, 1968, p. 27)¹⁸⁴

¹⁸³ Arinos foi chanceler em dois momentos. Durante o primeiro ano do Governo Jânio Quadros e ao longo do primeiro ano do Governo João Goulart.

¹⁸⁴ Comentando a reação da imprensa a oposição do Brasil quanto a exclusão de Cuba da OEA, Arinos volta a dar destaque a Lacerda: “No Rio apenas o Jornal do Brasil e o Correio da Manhã, em lúcidos editoriais, interpretaram corretamente a conduta do governo. Os demais jornais atacaram-na francamente, considerando-a dúbia e mal-intencionada. O Globo (...) criticou com vigor a minha exposição. Carlos Lacerda, então em franca identidade de vistas com este vespertino, deitou entrevista, atacando diretamente a mim e, muito de passagem, ao Presidente. Foi mais longe: em entrevista, gravada em vídeo-tape para a Columbia Broadcasting System, afirmou que era a favor de uma intervenção militar direta em Cuba(...) O Congresso revidou os destemperos do governador da Guanabara. Recebi mensagens de solidariedade de vários deputados, inclusive udenistas. Meu

Parte dos udenistas em muitos momentos cultivou um secreto fascínio pelo PSD, ele sempre tão próximo das prebendas estatais, o que os levava a eventuais tentativas de aproximação e esforços de construção para a construção de uma “conciliação nacional”, amparada em um grande centro político, composto por PSD e UDN, que controlaria os possíveis excessos das esquerdas. Lacerda contestou esta tendência, liderada por grandes líderes udenistas como Juracy Magalhães¹⁸⁵ e Octávio Mangabeira, desde dos seus primeiros tempos, com pesados ataques na imprensa e claro apoio àqueles, como Virgílio de Melo Franco, que contestavam tal linha. O embate começa com o apoio udenista ao Governo Dutra¹⁸⁶¹⁸⁷, quando do acordo interpartidário, mas se estende por quase todo o período, com o político carioca a fustigar os udenistas que compunham, apoiavam ou aceitavam cargos em governos adversários.

Os problemas da UDN decorreriam, segundo Lacerda, da tibieza da elite nacional, que se mostra incapaz de cumprir seu papel social e histórico. A política não poderia prescindir de elites esclarecidas, que devem interpretar em meio ao turbilhão de paixões que caracterizam as massas o melhor interesses de todos. As muitas perspectivas que ordenam o mundo podem e devem ser selecionados através dos melhores, que precisam ocupar lugar privilegiado no Estado. Em crônica dos tempos do Correio da Manhã, Lacerda afirma:

Pois nada é mais contrário à verdade e aos interesses do povo do que negar a necessidade e o valor de uma elite esclarecida, capaz de atender à recomendação de Rousseau: aprenda o ignorante com o sábio e o sábio com o ignorante. Uma elite que sinta, viva e lúcida, a presença do povo em seus pensamentos, é indispensável a todo propósito progressista. (...) Intelectuais e políticos, não à margem do povo, mas deste recebendo inspiração e estímulo direto, numa troca permanente de impressões, precisam agora modelar as forças democráticas que saem dessa campanha. Inorganizadas ainda, mas já vitoriosas. (LACERDA, 2000g, p. 35)

A verdadeira democracia não requer apenas o voto, que pode desastrosamente selecionar os mais vis, mas precisa garantir qualidade a esse processo eletivo. O povo, para

filho Afonso, vice-líder da bancada udenista na Assembleia Estadual renunciou ao posto. Lacerda (que festejara a invasão de Cuba em delirantes palavras escritas e faladas) voltou a carga em agressivo artigo, na Tribuna de Imprensa (...) Estava aberto o caminho da submissão da nossa política exterior, hoje tão malsinado por Carlos Lacerda, que foi o principal responsável por ela.” (FRANCO, 1968, p. 101)

¹⁸⁵ Para a perspectiva dos que disputavam com Lacerda dentro da UDN ver: MAGALHAES, 1982.

¹⁸⁶ “Quanto UDN, poderá ser esse Partido Socialista se, no próprio processo de sua transformação em um partido popular organizado, souber livrar-se dos elementos meramente eleitoralistas que a infestam, dos constantes adesistas que nela se disfarçam e se insinuam ao menor aceno do sr. Dutra, e firmar, pública e claramente, a sua posição de partido popular de resistência democrática, de fidelidade aos ideais republicanos, da intransigência com que defenderá os direitos cívicos, as liberdades e aspirações dos cidadãos mobilizados pela campanha de Eduardo Gomes.” (LACERDA 2000c, p. 139)

¹⁸⁷ “Há que se mobilizar e comover a consciência pública – e isso não se faz piscando ao sr. Dutra um olho cauteloso e grotesco. A UDN ainda é, sobretudo, um movimento de opinião. E um movimento de opinião não se sustenta nem cresce por meio de conchavos e omissões, mas sim pela vigilância implacável e cotidiana...” (LACERDA, 2000f, p. 149)

tanto, deve ser capaz de escolher os melhores, já que é a qualidade dos eleitos um dos fatores que distingue a boa democracia das suas versões mais imperfeitas: “A democracia exige a formação de uma elite dirigente, porque ela é ou deve ser o governo dos melhores, escolhido pela maioria. Ela exige que a maioria seja capaz de escolher os mais capazes.” (LACERDA, 1964, p. 21).

As raízes da crise brasileira passam justamente pela ausência dessas verdadeiras elites, fato que é motivo e sintoma das mazelas nacionais. A minoridade do demos e seus limites, educacionais e intelectuais, o tornam presa fácil a líderes demagógicos mal-intencionados, sem qualquer compromisso com a democracia. O povo ainda opera no âmbito das necessidades, enquanto que o progresso nacional precisa de atores que ajam a partir dos parâmetros da razão. Há, entretanto, certo estrato social que, distintamente da ampla maioria da população se mostra capaz de ascender ao nível cognitivo demandado pela democracia: as classes médias. Terreno mais fértil para construção dos verdadeiros partidos democráticos, esses estratos encontram-se em parte desassistidos no cenário político, consequência da falta de partidos democráticos no Brasil:

Essas são realmente o mais vasto campo de ação para um partido democrático no Brasil, no momento e ainda por bastante tempo. Para começar, não dispõe de um partido. Não tem um órgão pelo qual se exprimam politicamente, manifestem seus desejos, exprimam sua concepção de vida, da organização do Estado, da luta por seus interesses. (...) Este é realmente o homem no qual deve-se busca o padrão do ‘homem-comum’, pois já atingiu um certo nível de conhecimento através do qual pode estabelecer ligação entre o fato político e os seus interesses cotidianos – a casa, a comida, a escola, o transporte etc (E aqui me refiro em termos de Brasil...) Pois bem: precisamente esse homem comum está desprovido de uma arma de defesa dos seus interesses materiais, culturais, morais e cívicos – isto é, aquilo que propriamente se pode chamar um partido político. (LACERDA, 2000h, p. 226)

O “homem-comum” da verdadeira democracia não se encontraria no povo, esse ainda incapaz de “estabelecer ligação entre o fato político e os seus interesses cotidianos”, mas nas classes médias, que por serem capazes de racionalmente superar o regime das necessidades e interesses mais básicos se mostram aptas a ação política. Em demonstração exemplar de uma argumentação demofóbica, Lacerda elege o homem da classe média como o verdadeiro esteio da democracia em terras brasileiras. Não sem razão o próprio político carioca tinha nos estratos médios da sociedade sua principal base de apoio política. Gláucio Soares, em texto sobre as bases sociais do lacerdismo no Estado da Guanabara (SOARES, 1965), demonstra como o fascínio de Lacerda e o apoio às suas ideias crescem nos estratos médios. Isabel Picaluga, por sua vez, expõe como na disputada eleição de 1960 para o Governo do Estado o udenista - que venceu Sérgio Magalhães, candidato de corte nacionalista que concorria pela

chapa PTB-PSB, por estreita margem de votos¹⁸⁸ – foi sufragado por uma eleitorado de origem na classes médias urbanas, ganhando de forma consagradora nas áreas nobres da cidade e perdendo no “sertão carioca”.

A UDN, por sua vez, era também conhecida e se afirmava, dentre outros termos, como “o partido das classes médias”¹⁸⁹. Prado Kelly, um dos mais destacados bacharéis udenistas, ressaltava, em discurso na Convenção Nacional do partido, em 1948, que “a UDN é um partido de classe média e, como tal, é o partido da ordem jurídica, da estabilidade democrática, da liberdade política, da liberdade individual” (KELLY, 1948). No mesmo sentido, o programa de 1957 do partido não se furtava a constatar a “insubstituível função estabilizadora das classes médias”¹⁹⁰. Se o epíteto expõe aspecto relevante do udenismo, ele se mostra, contudo, em tensão com outras facetas do mesmo. Primeiro pelo caráter extremamente heterogêneo do partido, que abrigava ao lado dos citados homens da classe médias grande número de líderes de origem rural e de homens pertencentes à elites empresariais, que fugiam ao perfil da classe social descrita. Merece também atenção a grande semelhança de “origem social”, “formação escolar” e “trajetória ocupacional” entre os parlamentares da UDN e do PSD, bem demonstrada por Sérgio Miceli, que atribui as distinções entre pessedistas e udenistas às “diferentes modalidades de inserção desses

¹⁸⁸ Lacerda venceu por apenas 23.145 votos, que respondiam por 2,3% do eleitorado. Para tanto, foi sem dúvida fundamental a divisão dos votos mais populares entre a candidatura do petebista Sérgio Magalhães e a ascendente candidatura do ex-udenista e líder popular da Baixada Fluminense Tenório Cavalcanti, que tem votação expressiva nas zonas mais pobres, tirando muitos votos do candidato petebista. Gláucio A. D. Soares resalta, em artigo já citado sobre “As bases ideológicas do lacerdismo”, que assim como a candidatura udenista, a de Tenório também teria forte caráter de classe, só que vinculado às camadas de menor poder aquisitivo. O resultado desse pleito, somado à derrota na eleições de 1962, reforçam a ideia de que Lacerda teria grande dificuldade de, com sua figura e discurso, ultrapassar os 35% do eleitorado carioca, dependendo, portanto, da divisão das hostes da esquerda para vencer. Lacerda tem votações impressionantes nos bairros mais ricos, como no 5º distrito, que incluía Copacabana e Leme, onde alcança 54.149 dos 95.591 votos; no 4º distrito, referente a Santa Teresa, Glória, Laranjeira e Flamengo, onde amalha 35.990 dos 73.334 votos; e no 7º distrito, onde se inseriam Tijuca, Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, com 45.498 dos 95.013 votos. Nos bairros de menor poder aquisitivo, o cenário, todavia, se inverte. Nos bairros de Pavuna e Madureira, 12ª região, Lacerda obtém apenas 17.748 votos de um total de 92.806, amargando um longínquo terceiro lugar, mesmo caso dos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Realengo, onde ele alcança 20.1179 votos de um total de 97.925. (PICALUGA, 1980, p. 177)

¹⁸⁹ “...a UDN pode ser considerada ‘partido das classes médias’ no sentido de que era o único partido que se dirigia diretamente às classes médias – nos programas, nos discursos, na imprensa, nos meios militares – sobretudo através das denúncias de ‘proletarização’ e da corrupção administrativa. Era o partido que se proclamava herdeiro dos movimentos liberais das classes médias na história brasileira. Mas, em termos de defesa dos interesses econômicos a UDN expressava, também, e sobretudo, os interesses dos proprietários de terra (em nada diferindo do PSD, por exemplo) e da indústria aliada ao capital estrangeiro. Pela origem social dos seus representantes parlamentares não há, igualmente, uma especial identificação do partido com os setores médios; a UDN tem, no Congresso, mais proprietários de terras do que o PSD, e este tem mais funcionários públicos do que aquela.” (BENEVIDES, 1981, p. 217)

¹⁹⁰ “...não sendo um partido de classe, pois luta pelo bem-estar de todo o povo e pelo direito dos fracos, a UDN sustenta a necessidade de preservar as classes médias com sua insubstituível função estabilizadora.” (UDN, 1957).

representantes no espaço da classe dirigente” (MICELI, 1997). As concepções de mundo e o estilo de argumentação expõe, entretanto, perfeitamente porque o partido era tão intrinsecamente vinculado no imaginário político da época às classes médias, as quais, de fato, lhe reservavam grande apoio. Lacerda, em seu posterior depoimento, destaca:

A UDN era notadamente um partido representativo da classe média, o que não quer dizer que lá não houvesse empresário ou operário, mas era predominantemente o partido da classe média, partido que se batia pela moralização dos costumes políticos e que era uma projeção, no tempo, do que fora o Tenentismo das antigas revoluções. Um partido, enfim, ‘ruibarbosiano’, no que tudo isso quer dizer de retórica, de eloquência, de ideologia liberal (LACERDA, 1977, p. 153).

2.5 A moral, as Forças Armadas e as subversões

O vínculo com as classe médias trazia o tema da moralidade para o centro do cenário político. A “moralização dos costumes políticos” se afirma, desse modo, como uma das mais recorrentes e importantes demandas da UDN e do lacerdismo, em esquema argumentativo onde a moral surge como verdadeiro fundamento da sociedade, que dá sentido a todas as outras esferas da vida. Em tom próximo, mesmo que distinto, dos bacharéis, a economia ocupa, no discurso de Lacerda, um lugar completamente dependente dos valores públicos da moralidade, o que conforma um liberalismo pouco afeito a direta organização do mundo pelo interesse: “Defendemos o primado do princípio moral, porque ele condiciona a própria vida econômica.” (LACERDA, 1982, p. 171).

A afinidade entre classes médias e indignação moral é sugerida por autores como Svend Ranulf (RANULF, 1964), que analisa diversos cenários de ascensão social de baixas classes médias e os vincula a emergência de uma retórica de indignação moral. No caso brasileiro, é inevitável pensar no próprio processo de esgotamento da ordem política da Primeira República, que teve nas classes médias motor relevante, com destaque, mesmo que de modo algum solitário, para o surgimento do tenentismo¹⁹¹. Nascido dentre as fileiras da jovem oficialidade militar, o movimento dos tenentes¹⁹² tem contribuição fundamental para a construção de todo o quadro político do pós-1945, com a participação das suas principais lideranças em quase todos os principais eventos políticos nacionais.

¹⁹¹ O fim da Primeira República não pode ser compreendido sem a devida atenção aos dissídios intraelites, assim como às fortes pressões advindas das camadas populares, tão bem expostas nas Greves Gerais de 1917 e 1919. Sobre os temas: FAUSTO, 1976; GOMES, 2005; e BATALHA, 2000.

¹⁹² Sobre o tenentismo, uma boa referência é PRESTES, 1999. Também é interessante a leitura da quase contemporânea análise de SANTA ROSA, 1976.

A trajetória dos antigos tenentes não é, todavia, nada uniforme. Enquanto alguns, como João Alberto, permanecem no aliados de Vargas, como nos idos da Revolução de 1930, e outro, caso de Prestes, que já recusara o acordo naquela época, torna-se líder do PCB, muitos protagonistas do movimento acabam por ingressar na UDN. O partido, aliás, eleva a principal símbolo e escolhe duas vezes como candidato à Presidência da República um dos maiores nomes do tenentismo, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Durante os seus 20 anos de existência, a UDN seria também chamada de “o partido do Brigadeiro”. O tenentismo udenista, entretanto, não se reduzia ao brigadeiro, pois o partido também recorreu a um antigo tenente para recorrer a terceira eleição presidencial da República de 1946, o General Juarez Távora, que então pertencia ao Partido Democrata Cristão (PDC), completando um quadro no qual a UDN apoiou candidatos militares, com histórico tenentista, em 3 das 4 eleições realizadas no interregno democrático. Sem falar na grande liderança que Juraci Magalhães, outro egresso do tenentismo, exerceu ao longo de toda a trajetória do partido, o qual ele chegou a presidir em 1947, e na proximidade dos udenistas com Cordeiro de Farias.

Sem querer reduzir a complexa questão da herança tenentista a um simples vínculo com a UDN, deve-se reconhecer, por outro lado, as claras afinidade entre os discursos tenentista e udenista, tanto no caso dos bacharéis quanto do lacerdistas. A proximidade é extremamente clara em dois pontos: no elogio ao militarismo¹⁹³ e na ênfase moral do discurso. A crítica dos tenentes à ordem da Primeira República recorria a um léxico de forte carga moral, já que ao mesmo tempo que demandava novas instituições ressaltava todo o tempo a má qualidade dos homens públicos e a constante corrupção que assolava o país.

O discurso moral que ressoava dos jovens militares era, todavia, muito mais próximo do que mais tarde teria em Lacerda seu principal representante do que do construído pelos bacharéis. A diferença está, mais uma vez, na valorização de certo passado nacional, já que enquanto a moral para os bacharéis passava, em maior ou menor grau, pela retomada de diretrizes e princípios sabiamente construídos pelas gerações passadas, o político carioca e o tenentismo viam nela um instrumento para reordenar radicalmente o mundo de então, tendo por parâmetros apenas a ação e o julgamento individual e não qualquer tipo de experiência acumulada.

O tenentes viam na moral um instrumento de reconstrução do mundo corrompido no qual eles viviam. Virgínio Santa Rosa aponta como após a vitória Revolução de 1930 se perde a “homogeneidade das forças que se haviam coligado” (SANTA ROSA, 1976, p. 55), uma

¹⁹³ O militarismo será tratado nas próximas páginas.

vez perdido o “sentimento de vingança que as unia e consolidava” (SANTA ROSA, 1976, p. 55). Em meio a cisão geral se distinguem “duas correntes extremas antagônicas” (SANTA ROSA, 1976, p. 55). Uma, representada pelas oligarquias que romperam o antigo pacto oligárquico vigente, queria “reduzir ao mínimo as inevitáveis conquistas revolucionárias” (SANTA ROSA, 1976, p. 57) e “anular todas as aspirações, desviando-as para o terreno exclusivamente político” (SANTA ROSA, 1976, p. 57), de modo que “não fosse ultrapassado o limitadíssimo programa da Aliança Liberal” (SANTA ROSA, 1976, p. 57). As mudanças se limitariam às instituições, restritas ao rebaixado reformismo do “liberalismo indígena”. Os tenentes, por sua vez, queriam mais, pois “sonhavam e desejavam abertamente uma transformação completa nos quadros da vida brasileira” (SANTA ROSA, 1976, p. 58). Eles queriam uma verdadeira revolução e “as revoluções não podem possuir programas” (SANTA ROSA, 1976, p. 58), já que “todo movimento armado é um ato de força, fruto da violência, que surge inesperadamente na vida social.” (SANTA ROSA, 1976, p. 58). A crítica moral era para os tenentes um instrumento de refundar através da ação política as práticas e rotinas da sociedade brasileira, sem que o novo precisasse tergiversar com o arcaico.

Lacerda percebe o papel da moral em chave muito semelhante. Toda a radicalidade presente tanto no discurso como na ação pública do político carioca se ampara, de fato, em um retrato moral do mundo, onde todos os atores e fatos são tomados em termos de bem e mal absoluto. É relevante nesse caso esclarecer que Lacerda não se ampara em uma Ética, que analisa os eventos na singularidade do seu contexto, mas em uma Moral, onde as avaliações são remetidas a uma transcendente escala de valores¹⁹⁴. Tal organização moral no mundo dá coerência à perspectiva adversarial da política, realizada e defendida por Lacerda, já que retratados por essas lentes os inimigos não surgem com as vestes de oponentes de momento, a divergirem por questões conjunturais, mas aparecem como verdadeira representação do mal absoluto, contra o qual todas as armas e recursos são justificados. O varguismo, o comunismo, o caudilhismo, a Rússia, todos emergem como encarnação e razão de todos os males que afligem o país, de modo que a única conduta adequada é lutar contra eles até seu efetivo aniquilamento. A típica tolerância liberal¹⁹⁵ não pode ser aplicada a tais figuras, pois não se está diante de discordâncias de momento, mas de verdadeiras oposições existenciais. A regra não se aplica, de modo que é necessário, aos olhos de Lacerda, o recurso à exceção, aos

¹⁹⁴ Sobre a diferença entre Ética e Moral, à propósito do pensamento de Spinoza, Gilles Deleuze destaca: “A Ética, isto é, uma tipologia dos modos de existência imanentes, substitui a Moral, a qual relaciona sempre a existência de valores transcendentos. (...) A oposição dos valores (Bem/Mal) é substituída pela diferença qualitativa dos modos de existência (bom/mau)” (DELEUZE, 2002, p. 29)

¹⁹⁵ Um bom exemplo do lugar da tolerância no pensamento liberal é LOCKE, 1974.

golpes e a tudo o que esteja disponível no campo de batalha. Por isso a omissão e o adesismo não podem ser aceitos e devem ser combatidos como pecados capitais, já que não se está diante de discordâncias eventuais, mas da escolha entre bem e mal, da opção entre lados inconciliáveis:

Pois o divisor é este: amigos da liberdade, ou liberais, de um lado. Amigos da onça, do outro; da onça totalitária. Comunistas, quemistas, ditatorialistas de qualquer gênero ou patente ou posição, integralistas, cherêtas, mandões, provocadores, palpiteiros, são todos amigos da onça. (LACERDA, 1948d, p. 2)

Hélio Jaguaribe expõe com precisão esse movimento em texto que mesmo escrito no calor dos acontecimentos, em 1954, é até hoje um dos mais interessantes esforços de interpretação do lacerdismo¹⁹⁶: “Todos os problemas nacionais foram transferidos para o plano moral. E nesse plano, polarizados em termos de mal e de bem absolutos.” (JAGUARIBE, 1981, p. 31). O sociólogo ressalta que não se está diante do moralismo filosófico, preocupado com “problemas axiológicos e gnosiológicos” (JAGUARIBE, 1981, p. 32), mas do “moralismo político, chamado a optar em condições concretas” (JAGUARIBE, 1981, p. 32), de modo que “o bem e o mal é coisa que, em abstrato, interessa pouco.” (JAGUARIBE, 1981, p. 32). Lacerda não se perde em elucubrações de valores transcendentais, já que, para o moralista político, “as definições do bem e do mal, em concreto, se fazem, quanto à forma, segundo as crenças vigentes e, quanto conteúdo, segundo os interesses da classe, dos grupos e das pessoas.” (JAGUARIBE, 1981, p. 32).

A distinção de Jaguaribe entre os moralismos ao menos torna mais complexa, se é que não invalida, a usual oposição entre o Lacerda moralista e o camaleão, que muda suas opiniões cada conjuntura¹⁹⁷. Não estamos diante de duas faces inconciliáveis do mesmo personagem, já que o moralismo lacerdista não tem por medida princípios imutáveis, mas se transmuta ao sabor das conjunturas. Os ditames morais continuam a organizar o mundo, mas eles mudam com a própria realidade por eles ordenada. O que permanece é o olhar para o mundo, a distinguir pessoas e opções entre lados dicotômicos e organizados segundo um bem e um mal absolutos, não o conteúdo que o preenche. O moralismo perdura como perspectiva amparado em uma “concepção idealista do mundo, segundo a qual a vontade é o fundamento

¹⁹⁶ Mesmo que, no texto, o objeto de análise mais direto não seja Lacerda, mas a campanha moralizadora comandada pelo “corvo” contra o jornal Última Hora, o único da grande imprensa que apoiava Vargas. Deve-se ressaltar que Samuel Wainer, proprietário e editor do jornal, foi em outros tempos chefe e amigo pessoal de Lacerda.

¹⁹⁷ As alusões a incoerência de Lacerda, sempre a trocar de opiniões ante um amplo número de assuntos, é mote constante do seus adversários, com reiterada presença na imprensa e nos debates parlamentares. Um bom exemplo é esse aparte do Deputado Fernando Ferrari ao discurso do próprio Lacerda: “‘‘Toda a Câmara o conhece. Nada mais versátil no Brasil que a pessoa e a alma de V. Ex.^a.’’” (LACERDA, 1982, p. 125)

do ser, razão pela qual as relações sociais dependeriam das decisões individuais dos dirigentes.” (JAGUARIBE, 1981, p. 36). As análises desse tipo abordam sobretudo intenções individuais, em perspectiva simplista do mundo. O moralismo, ironicamente, aproxima Lacerda do mal que ele tanto atribuía a seus mais ferrenhos adversários: o personalismo. As limitações da perspectiva lacerdista não decorrem da ausência de ideias ou grupos sociais, que sem dúvida estão presentes no discurso do político carioca, mas do papel subordinado em relação aos indivíduos que as representam. O confronto entre Eduardo Gomes e Getúlio Vargas, por exemplo, tem todas as suas nuances reduzidas ao embate entre um líder honrado e um caudilho vil.

Como consequência desse caminho de valorização da vontade, ocorre a “transposição de todas as coisas para o plano moral e seu julgamento em termos de bem e de mal” (LACERDA, 1982, p. 36), assim como, “por outro lado, a recíproca de que toda visão moral das ações humanas se deve processar em termos moralistas, ou seja, em termos de bem e mal absolutos” (LACERDA, 1982, p. 36). A narrativa perde sua complexidade e se revela incapaz de explicitar as implicações mais amplas dos fenômenos que aborda:

O que empresta ao moralismo a sua fisionomia particular, porém, é o fato de implicar, essencialmente, no desconhecimento das motivações reais que conduziram a determinada opção. As ações são apresentadas como praticadas por serem boas em si mesmas e em função do bem absoluto e não porque atendem os interesses do agente. Daí a necessidade de transportar todas as coisas para o plano moral, uma vez que, supostamente todas as opções seriam uma escolha entre o bem e o mal. (LACERDA, 1982, p. 32)

Nesse cenário, soa natural a intervenção de um poder superior, capaz de impor a ordem e afastar os elementos que, com sua influência negativa, a subvertem. O papel se enquadra perfeitamente na ideia de líder político, tal como delineada por Lacerda, mas também pode ser exercido pelos segmentos mais esclarecidos do Exército, em mais um ponto de convergência entre o lacerdismo e o tenentismo. Para o jornalista, a defesa de uma postura apolítica das Forças Armadas desconhece não apenas a História nacional, marcada por um inegável protagonismo militar, como as condições políticas brasileiras, que pela fragilidade dos partidos e grupos de opinião demandam um contingente militar ativo. Não se poderia comparar a realidade brasileira, atravessada por ditaduras, com a de nações que desconhecem há séculos interrupções da institucionalidade jurídica.

Cabe aos militares, desse modo, não apenas a defesa do Brasil ante os perigos externos, mas também o combate contra as mazelas internas, que precisam ser expurgadas para a manutenção da ordem. Em tempos de infiltração comunista, onde as lutas se davam não apenas entre nações, mas também no interior dos países - sobretudo nos subdesenvolvidos,

mais propensos a influência desses falaciosos argumentos – negar essa necessidade revela indesculpável ignorância, extremamente favorável aos objetivos ditatoriais dos comunistas, ou má-fé:

...chefes das Forças Armadas, a quem incumbe não apenas a defesa externa – cumpre salientar sempre isso – mas também a defesa interior do Brasil. Tenho aqui ouvido dizer-se ser preciso que os militares dispam a farda para opinarem sobre os assuntos internos da Nação. Desde quando, em que época, em que momento da História nacional essa exigência foi feita? Num país sem partidos verdadeiros, num país sem partidos que correspondam de fato às correntes da opinião nacional, num país em que a opinião nacional, no momento em que se desencadeou e pode opinar e decidir, foi desviada por um traumatismo e tem sido conduzida não pela razão, mas pelas emissões sucessivas de cada crise, de cada momento, de cada paixão, de cada facção, neste país assim constituído é grotesco se venha trazer o exemplo daquelas nações em que, aí sim, o Exército é mudo, porque há séculos não existem ali ditaduras. (LACERDA, 1982, p. 33-34)

A prática política de Lacerda seguiu fielmente essas ideias. Se, como já destacado algumas linhas atrás – e reforçado por nomes como Afonso Arinos¹⁹⁸ e o próprio político carioca¹⁹⁹ - a UDN sempre teve forte caráter militar, Lacerda ainda avançava mais nesse campo do que seus já militarescos correligionários²⁰⁰²⁰¹. O político carioca atuava fortemente no interior das Forças Armadas, angariando apoios que lhe permitissem se aproveitar do prestígio, da força e da influência dos militares. Exemplos não faltam, como quando da sua participação na “República do Galeão” e no incentivo às ações golpistas de segmentos da três Armas em 1961 e 1964, o que tornava comum, nesse cenário, encontrar militares que se intitulavam lacerdistas, como Castello Branco, primeiro ditador do pós-1964.

Depois de várias comparações entre Lacerda e os tenentes, cabe ao menos uma distinção relevante. O sentido da pregação moral e dos vínculos com a classe média eram completamente distintos no tenentismo e no lacerdismo. O primeiro movimento surgiu em um cenário político extremamente limitado, com as instituições completamente dominadas por uma oligarquia restrita, que excluía até mesmo as classe médias urbanas. Em seu contexto

¹⁹⁸ Ver capítulo 1.

¹⁹⁹“... a UDN. Surgiu como uma conspiração. No começo ela era uma conspiração, não era um partido. (...) por essa ou por aquela razão, começou a UDN a ser um estuário, uma espécie de put-pourri de todos os descontentes com a ditadura, com o governo do Getúlio. Era um saco de gatos realmente. (...) Nessa confusão começou a UDN. Primeiro como uma conspiração política e depois como uma conspiração militar em torno do Brigadeiro Eduardo Gomes.” (LACERDA, 1977, p. 30)

²⁰⁰ No sentido da militarização da UDN, é expressivo o depoimento de José Bonifácio ao Estado de São Paulo em 13/03/1980: “Nós, da UDN, nunca tiramos os pés do quartel. Atravessamos todas as lutas com o pé no quartel, almoçando e jantando com generais, almirantes e brigadeiros. E esses oposicionistas bobocas de hoje, a primeira coisa que fazem é xingar os militares. Não conhecem a realidade brasileira.” (BONIFÁCIO, Apud BENEVIDES, 1981, p. 137)

²⁰¹ “Assim, a relação da UDN com as Forças Armadas não deve ser vista apenas em termos do apego às candidaturas militares para a Presidência da República e à intervenção ‘salvadora’, mas sobretudo pela ótica de uma certa concepção de nação, de segurança e de ‘moralidade’ (onde certamente o udenismo se acomodava) que certamente se consubstanciaria no arcabouço ideológico de 1964.” (BENEVIDES, 1981, pág. 142-143.)

inicial, o tenentismo é, portanto, um esforço de inclusão, mesmo que limitado pela demofobia, que relegava ao povo o papel de massa a ser dirigida²⁰²²⁰³. O lacerdismo, por outro lado, se volta contra o claro processo de inclusão das massas urbanas na dinâmica política institucional. A semelhança entre as ideias - seja no desprezo pelas massas populares, no elogio das classes médias ou na defesa de um protagonismo político das Forças Armadas - oculta os sentidos distintos que elas ecoam em suas respectivas conjunturas.

De volta a Lacerda, é necessário ressaltar que a referida busca pela ordenação moral do mundo enfrentava duas grandes ameaças: a corrupção e a subversão. Os dois termos, que tem por contraconceito a ideia de ordem, identificam os adversários de Lacerda. Durante as décadas de 1940 e 1950, Lacerda e os udenistas recorriam fundamentalmente à ideia de corrupção para atacar seu principal adversário: o varguismo. A corrupção dos que estavam no poder explicava boa parte das mazelas nacionais e se colocava como principal obstáculo para a superação da crise que assolava o país. Lacerda via os corruptos como personagens imorais por natureza e instinto, que precisavam ser expurgados do jogo político por uma incompatibilidade moral com ele, casos de Getúlio, Ademar, Goes Monteiro, Ugo Borghi e outros. A corrupção era a causa e consequência do predomínio de ideologias reacionárias no Brasil, com destaque para o fascismo caudilhistas e para os arremedos de comunismo.

A atenção cada vez maior destinada ao perigo comunista, eco da Guerra Fria e do falecimento daquele que concentrava boa parte das energias udenistas, faz, todavia, com que o termo corrupção ganhe um concorrente, que acabará por ocupar grande parte do seu lugar: a subversão. O perigo não mais estaria na deterioração da sociedade de então, ideia sugerida pelo termo corrupção, mas na substituição da dinâmica social vigente por outra, de caráter ainda mais autoritário e, nesse caso, subordinado a uma potência imperialista estrangeira. Trata-se, na verdade, de distintos estágios de um mesmo processo, que se inicia com o cenário de corrupção e desordem, propício para o avanço do comunismo. Lacerda, quando deputado, já alertava para a “... desagregação política e moral através da coabitação, da condescendência e a complacência com a corrupção, que é o fermento dentro do qual o comunismo se expande triunfa.” (LACERDA, 1982, p. 50). Posteriormente, o perigo se torna ainda mais grave com a emergência do perigo da subversão. O político fluminense passa então a falar fluentemente a

²⁰² “A atitude dos tenentes em relação às massas populares é antes de tudo apresentada como uma ação tutelar, justificada pela impotência das massas de se rebelarem eficazmente contra o poder estabelecido: só o Exército teria condições desejáveis para abater esse poder.” (PINHEIRO, 1997, p. 21)

²⁰³ Deve-se ressaltar, contudo, que o próprio tenentismo ganha posteriormente sentidos muito diversos, como bem pontua CARVALHO, 2005.

linguagem da Doutrina de Segurança Nacional²⁰⁴ – também presente em outros udenistas, bacharéis modernizantes, como na denúncia de “Guerra Revolucionária” do, então Presidente da UDN, Bilac Pinto- importada através da Escola Superior de Guerra.

Maria Victoria Benevides destaca a relevância do tema da moralidade administrativa para a UDN com o exemplo da Convenção Nacional de 1953, que elege como “ponto principal da ação política o combate aos prevaricadores” e lega temas relacionados ao bem estar do trabalhador a um longínquo quinto lugar da lista de prioridades (BENEVIDES, 1981, p.215). O evento demonstra como o “combate à corrupção sempre foi a principal arma da UDN, só superada pelo combate ao comunismo no início dos anos 1960.” (BENEVIDES, 1981, p. 215). A mudança de ênfase fundamenta a própria ordenação da história udenista para a autora²⁰⁵.

A transformação se vincula ao processo de progressivo fortalecimento de Lacerda dentro do partido, que tem como marco relevante a Convenção de Vitória, de 1961, de modo que o udenismo passa a ser cada vez mais identificado com o lacerdismo²⁰⁶. Fortalecido nas urnas e no debate público, agora com o sonoro púlpito da Guanabara à sua disposição, o Governador se afirmava cada vez mais como o grande nome udenista, atraindo para seu grupo os setores mais radicais da “Banda de Música”, de onde saíam dois presidentes do partido: Herbert Levy, homem próximo aos grupos financeiros paulistas, eleito em 1961, e Bilac Pinto, bacharel modernizante que radicaliza cada vez mais a retórica anticomunismo e acaba vitorioso na eleição de 1963.

O anticomunismo não era exclusividade de Lacerda ou da UDN, mas ninguém no cenário político da época melhor encarnava as vestimentas de inimigo do ideário comunista do que o político fluminense. A imagem de antigo pagão agora convertido ao anticomunismo inflama as multidões. Por outro lado, a proximidade com os setores mais reacionários da

²⁰⁴ Sobre o tema ver REZNIK, 2004.

²⁰⁵ “Em termos gerais seria possível resumir a história da UDN enquanto partido de oposição (relevem-se os efêmeros momentos no poder) em 3 fases, intimamente relacionadas, porém distintas quanto ao objeto da luta política, o ‘inimigo privilegiado’: a fase de oposição sistemática a Getúlio e seus seguidores (contra a política social e a intervenção na economia); a fase das campanhas pela moralização administrativa, em oposição aos interesses preponderantes dos adversários PSD e PTB (e que culminaria com o apoio a Jânio Quadros); a fase de combate a ‘infiltração comunista.’” (BENEVIDES, 1981, p. 278)

²⁰⁶ É a convenção onde um fortalecido Governador Lacerda impinge a derrota ao recém-formado grupo da Bossa Nova: “A Convenção de Vitória seria marcada, apesar da boa acolhida dada à ‘Bossa-Nova’, pela mensagem anticomunista e antinacionalista de Carlos Lacerda. Em reforço à posição lacerdistas, Herbert Levy e Ernani Sátiro, tradicionais membros da “Banda de Música”, são eleitos, respectivamente presidente vice-presidente do partido, alertando ambos para o perigo do ‘comunismo disfarçado’ no programa da Bossa-Nova. A UDN carioca e lacerdistas passa a desfrutar de uma posição privilegiada no partido” (BENEVIDES, 1981, p. 115). Isabel Picaluga argumenta no mesmo sentido em relação a um progressivo destaque da seção carioca do partido, sobretudo após o início da década de 1960. (PICALUGA, 1980)

Igreja e das Forças Armadas aumenta sua popularidade e dá segurança às cada vez mais usuais investidas golpistas, assim como a feroz perseguição às esquerdas, empreendida no Governo da Guanabara, propaga a imagem de governante com pulso firme para combater as subversões. O tribuno se torna líder e parece talhado para seguir a frente da Guerra que se delineava no horizonte. Tudo corre bem até o primeiro de abril, quando os militares, contrariando as experiências semelhantes mais recentes, parecem não estar mais dispostos a continuar a reboque das veleidades civis. A intenção condena o possível líder do Golpe, já escolhido como candidato da UDN à Presidência, em 1965, ao fundo da cena. Logo ele estaria cassado, assim como se encontrariam extintos os partidos e o cenário que o levaram aos holofotes. Ironia do destino, um dos protagonistas do fim da República de 1946 acaba soterrado por seus escombros.

3. O Petróleo é nosso? – O liberalismo econômico da UDN

“Calma, filha. É cedo ainda. No casamento,
às vezes, as coisas demoram a engrenar,
mas engrenam! Calma! Calma que o
petróleo é nosso! Aliás, seu! Você chega lá,
vai ver.”

(RODRIGUES, Nelson, A vida como ela é)

“Ontem era um sonho
Hoje é real
O Brasil será mais forte
Com ouro negro nacional
Olhai, oh! brasileiros para o chão
E veja o tesouro da nossa nação
Nós herdeiros unidos em ver nossa voz
Em nome dos grandes heróis
Nessa epopéia varonil
Salve o petróleo
Que assegura um futuro melhor para o Brasil
Monteiro Lobato, Arthur Bernardes
São na verdade
Os dias da glória do nosso Brasil
Contra a ingratidão
O tempo que é mãe da verdade
Consegue provar que eles tinham razão”
(Aurinho da Ilha e Didi, Epopéia do
Petróleo, União da Ilha 1956)

3.1- O pós-guerra, o desenvolvimento e o planejamento

A história é irreduzível às ideias, mas também incompreensível sem elas. Se a complexidade de um contexto sem dúvida ultrapassa em muito a reconstrução de seu cenário

intelectual, não há como deixar de lado as formas através do quais os atores do período, assim como aqueles que os sucederam, compreenderam a trajetória do país, da qual tomaram parte como protagonistas ou intérpretes. Algumas épocas, por outro lado, se tornam de tal modo tributárias de certos temas que passa a ser quase inevitável abordá-los em sua reconstrução histórica. Um bom exemplo é o conceito de desenvolvimento, mote central do debate público do pós-1945. As visões de mundo inconciliáveis da Guerra Fria²⁰⁷, que se delineava no horizonte, encontravam na ideia um ponto de aparente concórdia, mesmo que uma análise mais detida vá identificar, sem maior esforço, relevantes diferenças em relação aos usos e fins desse ideal desenvolvimentista e do principal instrumento para sua consecução: o planejamento²⁰⁸.

Os arautos do desenvolvimento davam, quase sempre, maior destaque ao campo da economia, lugar privilegiado para transformação dos demais aspectos da vida social²⁰⁹. Havia, como bem destaca Cesar Guimarães, a crença de que o “crescimento econômico acelerado seria a chance da redução das desigualdades intra e internacionais” (GUIMARAES, 2001, p. 157), remédio suficiente para superar as mais diversas mazelas. A ênfase na retórica econômica não deve, todavia, levar os observadores do período à crença de que se está diante de conceito restrito ao mundo da economia. É ampla a bibliografia que revela os fundamentos e pressupostos políticos, sociais e antropológicos de conceitos centrais da ciência econômica,²¹⁰ como, por exemplo, o de mercado, em que pese o constante esforço de muitos em ressaltar sua suposta neutralidade axiológica. A ideia de “desenvolvimento” não foge,

²⁰⁷ Um bom relato sobre a Guerra Fria pode ser encontrado em COHEN, 1995. Vale também mencionar a já clássica análise de HOBBSWAN, 1995.

²⁰⁸ “O pós-guerra, contudo, não é apenas a Guerra Fria. Nele se explicita um conjunto de ideias-força que anima a política de velhos e novos Estados. Assim, o termo ‘desenvolvimento’ penetra no vocabulário econômico, político, jornalístico e empolga estadistas, de particular nas novas nações. O crescimento acelerado seria a chave da redução de desigualdades intra e internacionais. É verdade que os caminhos para o desenvolvimento são diversos, há fórmulas opostas – capitalismo, socialismo – mas uma segunda ideia-força, a de planejamento, plano programa, parece amenizar – parece...- as diferenças.” (GUIMARÃES, 2001, p. 157)

²⁰⁹ Em sua análise sobre o conceito de desenvolvimento Bielschowsky destaca que, com a exceção dos socialistas, as preocupações com redistribuição de renda somente passaram ao primeiro plano do discurso dos desenvolvimentistas na década de 1960. Somente então, com as crises que assolavam o país no campo econômico e político, o otimismo em torno da industrialização, que muitos desenvolvimentistas resolveria grande parte das mazelas e desigualdade sociais e regionais, dá lugar à defesa de que reformas substanciais eram necessárias para que o país continuasse a se desenvolver. Esse processo marcaria o fim do próprio desenvolvimentismo, tomado como critério fundamental para organização do debate econômico brasileiro: “...as correntes de pensamento passariam a caracterizar-se não mais pela posição pura e simples da estruturação de um parque industrial, mas pela posição que assumiam no que diz respeito à interação e crescimento de distribuição de renda. Daí em diante, os economistas reformistas manteriam, até fins dos anos 60, a crença de que a única via economicamente viável de desenvolvimento era a melhora da distribuição de renda” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 410)

²¹⁰ Além da óbvia referência a Marx, são bons exemplos obras como: POLAYNI, 2000, e ROSANVALLON, 2002.

como era de se esperar, desse cenário. Os diversos discursos desenvolvimentistas²¹¹ estão diretamente vinculados à crescente presença das massas no cenário público, fato que colocava novas questões para o Estado e a classe política. Mais do que uma doutrina econômica, o desenvolvimentismo é um projeto de país, que busca responder aos fenômenos que transformavam a fisionomia do Brasil de então.

Renato Lessa constrói interessante argumento nesse sentido quando sugere a interdependência entre as ideias de desenvolvimento e representação política, de modo que “planos de desenvolvimento” seriam “experimentos que modificam potencialmente a estrutura de pressões do demos sobre o sistema de poder, na medida em que alteram suas identidades básicas” (LESSA, 2010, p. 51). Mais do que a modificação de indicadores econômicos, o desenvolvimento seria marcado por processos que “alteram a forma de organização da sociedade, afetando a configuração das identidades coletivas, os valores sociais e a estrutura mais geral de interesses.” (LESSA, 2010, p. 51)²¹². Com o olhar voltado à História brasileira, Lessa conclui: “não é outra a impressão que resulta da observação a respeito do processo de desenvolvimento brasileiro dos anos 1950 e de sua capacidade de afetar a estrutura básica da sociedade.” (LESSA, 2010, p. 51) Interessado em demonstrar esse ponto, ele passa a análise daquele que foi um dos que mais longe levaram o conceito de desenvolvimento, Álvaro Vieira Pinto²¹³, para quem o desenvolvimento constituía a única opção viável para escapar do pauperismo e alcançar o progresso²¹⁴.

Não poucas vezes percebiam a conjuntura de então como uma escolha entre o desenvolvimento e a barbárie. Professor da Faculdade Nacional de Filosofia (FENEFI) e um dos grandes líderes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), principal polo de estudos multidisciplinares sobre o conceito de desenvolvimento, Vieira Pinto propunha um olhar mais amplo para o conceito. O esforço não se restringia, entretanto, ao ISEB. Dentre os “desenvolvimentistas nacionalistas”, para usar a terminologia de Bielschowsky, como Celso

²¹¹ É ponto comum na bibliografia o reconhecimento de que sob o rótulo do “desenvolvimentismo” abrigam-se uma relativa diversidade de discursos. Bielschowsky, por exemplo, distingue três correntes desenvolvimentistas: a do setor privado, a do setor público não-nacionalista e a do setor público nacionalista (BIELSCHOWSKY, 2004)

²¹² O mote de um conceito amplo de desenvolvimento é reivindicado no debate contemporâneo, por exemplo, em BRESSER PEREIRA, 1989.

²¹³ Sobre o pensamento de Vieira Pinto ver: CORTES, 2003.

²¹⁴ “...ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará à medida que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso, ou, se o não fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo, que nos conduzirá à condição das grandes massas asiáticas. Partimos, pois, deste dado absolutamente primordial: que o Brasil é, antes de tudo, um corpo em crescimento. Tal crescimento motiva e determina toda uma série de condições, cada uma das quais, por sua vez, é fator de outros aspectos...” (BILAC PINTO, 1960, p. 15)

Furtado²¹⁵ e Romulo Almeida²¹⁶, era claro como a gramática da Economia servia à construção de um determinado projeto político. O mesmo se percebia em penas mais moderadas, classificados pelo mesmo Bielschowsky como “desenvolvimentistas do setor privado” e “desenvolvimentistas não-nacionalistas”²¹⁷.

O desenvolvimentismo pode ser interpretado, nesse sentido, como uma visão de mundo que responde ao novo país que se delineava no horizonte, onde os limites do cenário político foram consideravelmente expandidos - mesmo com a exclusão de milhões de analfabetos – e agora comportavam toda uma série de personagens tradicionalmente externos a essa seara. Trata-se, afinal, de mais um esforço de construção da ordem na história brasileira²¹⁸. O passado não parecia dar maiores sugestões. A recuperação de um *laissez-faire* semelhante ao da Primeira República era incapaz de conquistar um papel hegemônico - mesmo que representado por relevantes personagens do debate público nacional, como Eugenio Gudín e Otávio Gouvêa de Bulhões²¹⁹ - já que a muitos soava como inapropriado para ordenar o complexo país que emergira após 1930. A manutenção de uma rígida ordenação corporativa, por sua vez, já demonstrava seus limites aos observadores mais atentos, que percebiam como o constante fortalecimento das massas trabalhadoras, cada mais hábeis na tarefa de dobrar a dura estrutura trabalhista-sindical, colocava em questão os fundamentos do corporativismo. A realidade impunha às elites políticas a busca de novas respostas, que fossem capazes de dialogar com o renovado mundo do pós-guerra. A solução não podia passar pela permanência da ordem autocrática do Estado Novo, incompatível com os novos tempos que celebravam a vitória da “liberdade na guerra”, mas a ampla maioria do espectro político via como necessária, por outro lado, a conjugação da velha linguagem do protagonismo estatal, fundamental para a manutenção de certas rotinas. Nesse cenário, o liberalismo retornava do seu ocaso, posterior a Primeira Grande Guerra e a crise de 1929²²⁰, mas assumia forma distinta, a declamar de forma mais tímida que outrora os encantos do mercado. Se a ordem competitiva ainda vivia no coração do ideário, é inegável que as marcas ocasionadas pelas crises recentes sugeriam uma inevitável prudência.

²¹⁵ A obra de Celso Furtado é tema de ampla bibliografia. Em termos parecidos com os abordados nesse texto, podemos destacar: RICUPERO, 2005; OLIVEIRA, 2003 e CEPEDA, 2003.

²¹⁶ Sobre Romulo Almeida ver: BARBOSA; KOURY, 2012.

²¹⁷ Roberto Simonsen e João Paulo de Almeida Magalhães são expoentes do primeiro grupo, Roberto Campos e Lucas Lopes do segundo.

²¹⁸ A ideia de “Construção da Ordem” faz referência a conhecida obra de CARVALHO, 1980. Ótima análise de processo semelhante em momento histórico diverso se encontra em LESSA, 1999.

²¹⁹ O lugar desse liberalismo na época merecerá análise mais detida depois.

²²⁰ Sobre a crise do ideário liberal nesse momento ver HOBBSAWN, 1995.

O esforço representado pelo desenvolvimentismo era, contudo, não apenas múltiplo, como ultrapassava em muito as fronteiras nacionais. A maior parte do mundo buscava reagir às radicais transformações do pós-guerra, mesmo que de modo heterogêneo no domínio econômico, e o planejamento se tornava a regra, em movimento inspirado nos ecos tardios do sucesso keynesiano, nas intervenções fundamentais à dinâmica da guerra e na ampla influência do modelo soviético, então reconhecido como um dos protagonistas da grande vitória²²¹. Outrora visto por muitos como incompatível com a liberdade e oposto à política, o planejamento alcança amplo prestígio e hegemonia. Aos olhos da época, a política e a liberdade não se oporiam, como em outros momentos, à administração e ao planejamento, mas seriam perfeitamente complementares, em crença que tem em Karl Mannheim o seu principal arauto no campo intelectual²²²²²³²²⁴.

O desenvolvimentismo é, nesse sentido, a manifestação nacional de fenômeno mais amplo, que busca através da ação estatal no campo da economia a superação de mazelas históricas e chagas da Grande Guerra. Sob essa perspectiva, os conflitos sociais também seriam moderados pela ação mediadora do Estado, que poderia até mesmo ter evitado a Guerra recém-terminada, a qual seria mais facilmente evitada em uma ordem global que caminhasse para a “convergência das nações em termos de bem-estar” (GUIMARÃES, 2001, p. 158). O ideário inspira grande parte dos processos de descolonização na África e na Ásia, muitos deles apoiados pelos Estados Unidos, e pauta “o conjunto de políticas sociais que já se esboça na Europa – e a que se resolveu chamar de socialdemocracia” (GUIMARÃES, 2001, p. 158), que “reduziria a desigualdade entre os indivíduos e as classes” (GUIMARÃES, 2001, p. 158). O “desenvolvimento” seria, nessa perspectiva, a versão latino-americana de tal

²²¹ “Às intervenções estatais dos anos 30 e da guerra em todos os países, ao sucesso do que veio a ser conhecido como keynesianismo vem somar-se o prestígio da economia planejada da vitoriosa União Soviética – um experimento antes tido por inviável.” (GUIMARÃES, 2001, p. 157)

²²² “Para começar, no plano teórico mais geral as noções de ‘política’ e ‘planejamento’, tal como foram formuladas pelos autores clássicos, pareciam ser antinômicas. Com efeito, haveria decisão política toda vez que, enfrentando alternativas, a opção pudesse criar algo ‘novo’ (...) Terá sido Mannheim, talvez, o primeiro teórico a sistematizar os problemas novos que surgiram com a ‘planificação democrática’: como conciliar a liberdade individual, a representatividade legítima dos grupos de interesse, a multiplicidade dos objetivos, com a planificação? Nesta linha produziu-se a revolução copernicana do pensamento político com respeito ao planejamento; começou a desfazer-se a oposição entre política e administração.” (CARDOSO, 1973, p. 162-163)

²²³ O livro mais relevante de Mannheim nesse campo de reflexão é MANNHEIM, 1972.

²²⁴ Deve-se destacar, todavia, que apesar do claro protagonismo de Mannheim ele não estava sozinho nesse campo. O planejamento não era ideia periférica do debate público, mas tema central. Um bom exemplo é a enfática defesa do Estado planejador realizada por autor central do debate político da segunda metade do século XX, como Robert Dahl. (DAHL, LINDBLOM, 1971, p. 22-23).

movimento, a conformar um tipo de “socialdemocracia dos povos periféricos”²²⁵, na precisa expressão de Cesar Guimarães²²⁶.

O relativo consenso em torno das ideias de desenvolvimento e planejamento não pode ofuscar, todavia, tanto as disputas em torno dos conceitos, atravessados por importantes divergências, quanto os personagens que destoavam da tendência então dominante, entusiastas de outros caminhos. O desenvolvimento, por vezes formulado como meio e outras como fim, encontra diversas formulações em meio ao debate público. Identificá-lo à construção de uma “ordem burguesa” (SANTOS, 2002) - denominador comum do debate da época na versão de Wanderley Guilherme dos Santos - é opção que, apesar dos seus méritos, aumenta em muito o risco de perder de vista importantes diferenças, que implicam em distintos projetos de país, e de tomar alianças episódicas como afinidades estruturais. A “ordem burguesa” almejada pelo PCB ou mesmo pelo PTB, por exemplo, é em muitos sentidos diversa da imaginada pelo PSD.

A ideia de ‘planejamento’, por sua vez, também abrigava relevantes dissonâncias. Havia, como bem demonstra a célebre polêmica entre Simonsen e Gudin²²⁷, divergência sobre a própria necessidade de planejar, mas os embates não se restringiam a questão da aceitação ou recusa, uma vez que o próprio conceito estava em disputa. O ideal cepalino de “planejamento integral”, defendido pelos “desenvolvimentistas nacionalistas”, implica pressupostos políticos diversos do modelo de planejamento “seccional” ou “setorial”²²⁸, advogado política e intelectualmente por Roberto Campos e aplicado no Plano de Metas de Juscelino²²⁹. As divergências ajudam a explicar não apenas as questões do período - como as diferenças entre Kubitschek, Vargas e Goulart - quanto são centrais para compreender a sorte do ideal desenvolvimentista e do planejamento depois do Golpe de 1964²³⁰.

As críticas à força do desenvolvimentismo saíam usualmente das penas de liberais como Gudin e Bulhões - este mais moderado que seu mestre -, que se manifestavam no

²²⁵ “O ‘desenvolvimento’ será a socialdemocracia dos povos periféricos” (GUIMARAES, 2001, p. 158).

²²⁶ O olhar dos principais atores intelectuais do campo estava também voltado para a postura americana na reconstrução da Europa. As demandas por mais investimentos dos E.U.A. na América Latina e a expectativa em torno do célebre “ponto 4” do discurso de Truman são bons exemplos. Sobre o tema ver: BIELSCHOWSKY, 2004 e CAMPOS, 1994.

²²⁷ Os textos da polêmica foram reunidos em: SIMONSEN, GUDIN, 2010.

²²⁸ Sobre a divergência entre os modelos de planejamento, que, de fato, revelam duas visões distintas sobre a atuação do Estado, ver BIELSCHOWSKY, 2004

²²⁹ Sobre o Governo JK uma boa referência é BENEVIDES, 1976. Já quanto ao “Plano de Metas”, é fundamental a leitura de LAFER, 2002.

²³⁰ A ideia de uma única tradição desenvolvimentista, que começaria na República de 1946, passaria pela Ditadura, com destaque para o Governo Geisel, e alcançaria os debates contemporâneos é discurso comum, que não apenas dificulta a compreensão do desenvolvimentismo como atrapalha uma melhor interpretação dos períodos mencionados.

debate público sobretudo a partir do discurso econômico. Em consonância com o pensamento neoclássico, esses intelectuais defendiam o mercado como instrumento mais eficiente na alocação de recursos e atribuíam a intervenções políticas descabidas boa parte dos problemas econômicos do país. A maior parte das mazelas nacionais decorreria não da falta, mas do excesso de atividade por parte do Estado. Exemplar nesse sentido é o discurso de posse de Gudin à frente do Ministério da Fazenda do Governo Café Filho:

...o governo do Presidente Café Filho(...) não se apresenta à Nação como um governo de realizações e empreendimentos. Entende, ao contrário, que o mal estar econômico de que justamente se queixam todas as classes sociais provém do excesso de iniciativas e empreendimentos em quase todos os setores do sistema econômico nacional... (GUDIN, 1961).

O subdesenvolvimento não demandaria uma ampla revisão do pensamento econômico, já que mesmo se tendo em vista as diferenças de estrutura entre os países, que exigiam políticas econômicas diversas, era inegável que a teoria econômica era uma só (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 46). Tanto em países desenvolvidos quanto nas nações subdesenvolvidas, o mercado se impunha, aos olhos de Gudin, como mecanismo mais eficiente para alocação de recursos e produção de riquezas. A debilidade da iniciativa privada não serve de desculpa, uma vez que a hipertrofia estatal somente tende a agravar essa fraqueza, em nada contribuindo para saná-la.

O planejamento foi, como era esperado, radicalmente combatido por esses intelectuais liberais²³¹, como bem demonstram os célebres embates de Gudin com Roberto Simonsen e Raul Prebisch. Havia, por certo, o recurso ao argumento da eficiência, amparado na ideia de que nenhuma politização da economia seria tão eficaz quanto o mercado. O planejamento, todavia, também era retratado como prática perniciosa, organizada pelos mesmos princípios do socialismo e, justamente por isso, visto como possível passagem para a plena implantação de um sistema comunizante em terras brasileiras, do qual o consenso em torno de um Estado planejador e a proliferação de estatais eram fortes indícios. Ele se vinculava, nesses termos, a um ideal “coletivista” e antiliberal, que conduz quase que necessariamente à ditadura e ao totalitarismo. É significativo que um bem informado Gudin recorra já em 1945 ao “Caminho da Servidão” de Hayek, livro de cabeceira de muitas gerações de liberais e duro ataque ao Estado, publicado apenas um ano antes²³².

²³¹ Sobretudo por Gudin, já que Bulhões, mesmo crítico, era mais tolerante em relação a formas mais moderadas de planejamento, como o seccional, no que concordava com Roberto Campos.

²³² “Para a filosofia liberal, o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade dos fatores de produção; é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços. Para a filosofia coletivista, o ideal é um plano perfeito imposto por uma autoridade onipotente. Para a filosofia liberal, o sistema econômico é o caminho da democracia. Para a filosofia coletivista, é o Estado

O entusiasmo com o planejamento no debate brasileiro decorreria, segundo o economista carioca, das mistificações em torno do New Deal, na verdade uma política malsucedida, da cópia das também negativas experiências totalitárias europeias e da influência do comunismo, única experiência exitosa de planejamento – este um argumento pouco usual na pena de liberais - mas impossível de ser reproduzida sobre outras condições políticas e sociais²³³.

A recepção das ideias econômicas nas arenas político-institucionais não era, todavia, simples. Para além das usuais mediações entre as formulações intelectuais e a prática política, havia o peculiar lugar do discurso econômico, que estava distante do prestígio inabalável que ganharia algumas décadas depois e se encontrava pulverizado entre muitos personagens – como bacharéis e engenheiros-, já que a figura do economista ganhava tons ainda imprecisos num cenário em que eram escassos os cursos de graduação especializada. A época, entretanto, era de transição, marcada pela crescente importância dos argumentos econômicos e da própria figura do economista. Se ainda estava distante da grande hegemonia posterior, é inegável que a Economia crescia em prestígio em relação a um passado próximo e passava a ocupar lugar fundamental na esfera pública²³⁴. Pode-se mesmo falar, analogamente a formulação de Antônio Candido na Formação da Literatura brasileira²³⁵, que estamos diante do período de formação do Pensamento econômico brasileiro, a partir da crescente densidade da discussão econômica e da clara construção de uma complexa rede de autores e leitores. Os atores que assumia a persona de economistas, por sua vez, também ganhavam crescente espaço no debate intelectual e no Estado, com tal destaque justificado por sua expertise técnica na “Ciência Econômica”²³⁶. É como técnicos²³⁷ do Estado ou de instituições de pesquisa²³⁸ que

totalitário. A diferença entre as duas filosofias é radical e irreconciliável. O coletivismo serve-se do poder do Estado para administrar a produção e o consumo; o liberalismo utiliza esse poder para preservar e favorecer a liberdade das trocas, que é o princípio essencial de seu modo de produção (...) Razão tem Hayek ao escrever que ‘o estadista democrático que se meter a planificar a vida econômica será logo defrontado pela alternativa de assumir poderes ditatoriais ou abandonar seus planos’” (SIMONSEN, GUDIN, 2010, p. 70)

²³³ “A mística da planificação é, portanto, uma derivada genética da experiência fracassada e abandonada do New Deal americano, das ditaduras italiana e alemã que levaram o mundo à catástrofe, e dos Planos Quinquenais da Rússia, que nenhuma aplicação podem ter a outros países.” (SIMONSEN, GUDIN, 2010, p. 74)

²³⁴ O contraste entre a escassa institucionalização das faculdades de economia e a importância do debate econômico, assim como sua influência nas elites políticas e sociais, é bem ressaltada por Bielschowsky: “O que surpreende, relativamente a um período em que as faculdades de economia apenas começavam a existir, é a intensidade que ganhou o debate entre os economistas e a clareza com que as elites políticas e intelectuais gradativamente passaram a aperceber-se do processo econômico em curso.” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 433)

²³⁵ Antônio Candido argumento que apenas na segunda metade do século XIX se pode falar de fato na Formação de uma literatura brasileira, entendida enquanto uma rede relativamente autônoma de autores, leitores e editores. (CANDIDO, 2006)

²³⁶ Em seu estudo sobre a Petrobrás Cohn afirmará, falando sobre a década de 1950, que “essa época configurava a emergência ao primeiro plano da dimensão propriamente política dos problemas econômicos e sociais básicos”

figuras como Gudin, Roberto Campos, Celso Furtado e Romulo Almeida se afirmam no cenário público e exercem fundamental influência para os rumos do país.

O momento, todavia, ainda dava enorme destaque a outras formas de discurso sobre a economia, que conviviam e disputavam o debate público. Os bacharéis, por exemplo, especialmente os catedráticos de disciplinas vinculadas às finanças públicas, traziam outros argumentos e perspectivas, que mesmo muitas vezes menos elaborados e sistemático que os dos expoentes do Pensamento Econômico, acima citados, se beneficiavam de uma mais eficiente articulação política. Um fato fundamental nesse eventual embate era que mesmo alocados em relevantes órgãos estatais e internacionais – como a ONU, o BNDE, a Assessoria Econômica da Presidência, a Comissão Mista Brasil-EUA, dentre outros – os economistas não tinham grande influência dentro dos partidos políticos, instituições fundamentais para a disputa pelo poder²³⁹. É claro que eles desenvolveram certa proximidade e afinidade com determinados partidos, aos quais eram muitas vezes mesmo filiados, mas isso não os tornava personagens centrais no processo decisórios. Havia, ademais, mesmo as limitações da construção das suas personas públicas: afinal está-se diante de economistas, não de políticos. Desse modo, ainda que influentes para os rumos do cenário político, os economistas dependiam de disputas nas quais eles tinham menor influência e acabavam limitados na capacidade de transformar suas formulações intelectuais em políticas públicas²⁴⁰, assim como se viam muitas vezes suplantados por políticos, quando os temas econômicos ultrapassavam o debate restrito dos especialistas e alcançavam as grandes arenas públicas.

O cenário, acima descrito em breves palavras, ajuda a explicar alguns desencontros, pouco evidentes à primeira vista, entre os ideários econômicos e as ideologias políticas que, à primeira vista, poderiam lhes parecer mais próximas. Um exemplo é a distância que por vezes se percebia entre o liberalismo no debate econômico, representado por Gudin e Bulhões, e o principal partido liberal da época: a União Democrática Nacional (UDN). As dissonâncias se revelam, sobretudo, no campo intelectual, com uma análise mais apurada a revelar duas

(COHN, 1968, p. 86). Cabe destacar que não se trata da primeira menção aos problemas no cenário político ou intelectual, mas da sua emergência ao centro do debate público.

²³⁷ Sobre a identidade e a relevância desses técnicos são referências os trabalhos de SOLA, 1998; MARTINS, 1976.

²³⁸ A Universidade ainda era secundária nesse debate, mesmo considerado o papel fundamental de Gudin e Bulhões na organização do curso de economia da Universidade do Brasil e na consolidação da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²³⁹ “...a ligação dos economistas com os partidos era das mais remotas.” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 9)

²⁴⁰ Os depoimentos de personagens distantes no cenário político de então confirmam essa tensão entre os políticos e os economistas. Sobre isso ver ALMEIDA, 1988; CAMPOS, 1994

distintas vertentes liberais, mas esses tipos de discurso não deixam de influenciar a posição dos atores em importantes questões do debate público.

Gudin era extremamente vinculado à UDN no cenário político, sendo inclusive levado ao cargo de Ministro da Fazenda num dos poucos momentos em que os udenistas estiveram à frente do Executivo nacional: o Governo Café Filho. Ele e Otávio Bulhões também foram convidados, em 1947, pela comissão executiva do Diretório Nacional (BENEVIDES, 1981, p. 204), e em 1951, por dois dos mais influentes formuladores da política econômica udenista – Aliomar Baleeiro e Bilac Pinto²⁴¹ - para prestar consultoria ao partido. O economista estava, no mais das vezes, próximo de grandes posições políticas dos udenistas, como a defesa da derrubada, na lei ou na marra, dos presidentes eleitos Getúlio Vargas, em 1954, e João Goulart, em 1964. As divergências surgiam, entretanto, em momentos importantes, com destaque para a questão econômica que mais fortemente mobilizou a opinião pública ao longo da República de 1946: o monopólio do petróleo²⁴².

A distância é muitas vezes explicada pelas escolhas pragmáticas que caracterizam o mundo da política e obrigam os atores a renegarem princípios e crenças, seja pela busca de interesses ou pelas imposições daquilo que Weber chamou de “ética da responsabilidade” (WEBER, 2000). A UDN, por essa perspectiva, teria traído seu credo liberal ao tomar posição favorável ao monopólio do petróleo. O presente capítulo argumentará, todavia, que, sem desconsiderar as razões relacionadas a dimensão do interesse, pode-se identificar nas visões de mundo dos udenistas que estiveram à frente desse movimento, no seu liberalismo, fundamentos relevantes para tal questão. As divergências entre Gudín e os udenistas não se fundariam apenas na oposição entre o intelectual público coerente, fiel às suas ideias, e os políticos profissionais motivados pelos jogos do poder, mas estariam fundadas em diferentes visões de mundo, em distintos liberalismos. A análise também permite melhor compreender o lugar da UDN em meio a uma vaga desenvolvimentista que atingia seu ápice nos anos 1950²⁴³.

²⁴¹ Em carta enviada à Gudín em 08/05/1951, Aliomar Baleeiro escreve: “Conversei sobre sua carta com o dep. Bilac Pinto (...) Ele e eu queremos pedir-lhe a paciência de nos reservar meia hora para ouvirmos sua doura opinião acerca de alguns problemas nacionais” (BALEEIRO, 1951).

²⁴² Gudín e Baleeiro frequentemente demonstravam discordâncias em suas correspondências, mesmo que, segundo Gudín, as divergências se atenassem a questões mais superficiais: “Nós divergimos é no julgamento de valores, ‘value judgements’, não nos princípios” (GUDÍN, 1961).

²⁴³ Essa é interpretação de BIELSCHOWSKY, 2004, p. 250.

3.2- A economia política dos bacharéis

Os primeiros capítulos já expuseram a ampla heterogeneidade existente na UDN. No caso do ideário econômico não é diferente. O partido abrigava distintas perspectivas acerca da organização e do funcionamento do mundo da economia. Maria Victoria Benevides vê em tal diversidade a ausência de uma diretriz econômica mais forte do partido:

O exame da política econômica da UDN revela, talvez com maior nitidez, a inconsistência programática e as contradições partidárias. A posição do partido resultava, muitas vezes, do esforço ou interesse isolado de um udenista que encampava uma questão específica (...) A UDN não defendia um 'modelo econômico' pois seu programa era fundamentalmente inspirado pelos aspectos políticos de cada questão, negligenciando os aspectos técnicos da realidade econômica financeira (BENEVIDES, 1981, p. 196)

O campo econômico revelaria de forma privilegiada, na visão de Benevides, as ambiguidades e contradições que marcam o liberalismo udenista e são por ela expostas em seu importante livro. O assunto também desvela as mazelas do bacharelismo, outro tema da sua obra, que impediria, com seu gosto pelas ideias gerais, o aprofundamento na expertise técnica fundamental para a adequada compreensão das dinâmicas econômicas: “É nesse campo que a influência do bacharelismo se fará mais decisiva; os professores de finanças da UDN também se apresentariam marcados pelo juridicismo, por orientação teórica muitas vezes desvinculada das questões eminentemente práticas” (BENEVIDES, 1981, p. 196).

A autora aponta, com grande pertinência, que os grandes protagonistas da atuação udenista nos temas econômicos, formuladores dos programas partidários e representantes do partido nos embates públicos, não eram os economistas, no sentido contemporâneo da expressão, mas “os titulares das Faculdades de Direito (cadeiras de Economia Política e Ciências das Finanças)” (BENEVIDES, 1981, p. 197). Em virtude da sua origem, na perspectiva de Benevides, os atores não escapariam dos males do bacharelismo, que se faziam ainda mais exacerbados num terreno em que os bacharéis desconheciam os debates mais modernos. Nesse cenário, personagens como Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro, centrais para o presente capítulo, acabavam enredados em velhos preconceitos inspirados pelo “ensino excessivamente verbalista nas Faculdades de Direito” (BENEVIDES, 1981, p. 197) e

limitados por uma “concepção machesteriana da economia e das finanças – sem ter ainda recebido o influxo das ideias keynesianas” (BENEVIDES, 1981, p. 197)²⁴⁴.

O presente capítulo seguirá, todavia, caminho diverso. Onde Maria Victoria Benevides vê uma série de pressupostos arcaicos submetidos à lógica contingente da utilidade, com a economia completamente dominada pelos imperativos da política mais imediata, creio ser possível identificar uma maior racionalidade. A chave para tal tarefa está justamente no bacharelismo por ela apontado, que desvela os fundamentos de uma visão de mundo mais coerente no campo econômico. Para tanto, deve-se olhar para o lugar da economia no liberalismo dos bacharéis, tema já explorado no primeiro capítulo. Não se trata, como é evidente, de uma plena coerência, esta mais adequada aos esforços teóricos do que aos partidos políticos, mas sim de uma prática que não se resume à sequência desordenada de ações individuais.

O liberalismo conservador - marca de bacharéis como Arinos, Milton Campos e Prado Kelly - não via o indivíduo moderno, guiado pela busca dos seus interesses, como base da organização social²⁴⁵. O utilitarismo cedia lugar a busca da ordem harmônica, organizada com base em valores qualitativamente superiores. A organização social e política era construída a partir do Estado, que tinha no direito elemento privilegiado para essa tarefa, e não do mercado, com seu mecanismo de transformar os vícios privados do indivíduo utilitário em virtudes públicas. O interesse não seria o mais importante critério de organização do mundo social e deveria ser submetido a razões maiores, aos moldes do “interesse bem compreendido” de Tocqueville²⁴⁶. As virtudes públicas dependeriam da boa qualidade dos homens, em chave de claro teor aristocrático, não de mecanismos impessoais de produção de regularidades. Justamente por isso, para os bacharéis, a presença de verdadeiros líderes, os “estadistas” na terminologia de Arinos, era fundamental para o bom andamento da sociedade, que padeceria quando submetida aos falsos governantes, os caudilhos. A justificava para essa opção se fundava em visões de mundo com aspirações de universalidade, como se percebe na firme crítica de Milton Campos a um mundo desencantado, que reduz tudo ao quantitativo e ao puro

²⁴⁴ Posição semelhante é exposta por Wanderley Guilherme dos Santos, em seu conhecido texto sobre o liberalismo brasileiro: “os liberais doutrinários, no Brasil, apegavam-se a um programa econômico já bastante ultrapassado.” (SANTOS, 1998, p. 40)

²⁴⁵ Como a exposição do perfil ideológico dos bacharéis já foi longamente desenvolvida no primeiro capítulo, inclusive com recurso a muitas citações dos udenistas, o presente capítulo fará, por economia, apenas uma breve retomada da questão em seus pontos iniciais. A preocupação central, que ficará clara nas próximas páginas, será na análise das posições do partido em relação a temas centrais do debate econômico e, mais precisamente, em relação ao tema do petróleo.

²⁴⁶ O conceito é desenvolvido em TOCQUEVILLE, 2001. Para um comentário sobre o tema ver JASMIN, 2008.

interesse²⁴⁷, mas também se amparava em análises sobre as especificidades da formação nacional brasileira, que seguia caminhos distantes do mercado, em percurso distinto do americano, como frequentemente argumentava Arinos²⁴⁸.

O liberalismo modernizante, por sua vez, típico de bacharéis como Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro, adotava perspectiva similar ante a relação entre o mercado e o Estado, mas assumia tom menos aristocrático e saudosista. A exclusiva direção da economia pelo mercado não se adequava aos novos tempos, que muitas vezes atribuíam ao Estado, sobretudo em questões relevantes, o protagonismo na direção da sociedade. Como ponto comum ante a vertente liberal conservadora, permanece a perspectiva politizada da economia, que deveria se sujeita aos ditames mais amplos e profundos do interesse geral.

Maria Victoria Benevides identifica com precisão a submissão da economia à política no discurso e na prática política dos bacharéis, mas não percebe o caráter mais sistemático da construção e a coerência de tal perspectiva com o liberalismo por eles propagado. Mais do que a “ausência de um modelo econômico”, se desenhava uma concepção econômica que recusava ao mundo da economia a autonomia que o debate econômico muitas vezes a atribuía e que, com o tempo, se mostrou cada vez mais hegemônica. Os bacharéis de fato se mostravam, por vezes, distantes da bibliografia especializada mais contemporânea - mesmo que a conhecessem, como se mostrará mais à frente - e formavam suas concepções da economia a partir de uma literatura de origem frequentemente jurídica, com fortíssima presença do direito público francês e, sobretudo no caso dos modernizantes, norte-americano. Tal escolha, entretanto, não se fundava apenas na dificuldade da velha formação jurídica em conjugar os verbos mais contemporâneos, pois também expressava uma visão de mundo, marcada pela recusa da centralidade do mercado e do indivíduo moderno, centros de outros discursos liberais, e pelo elogio de uma concepção politizada da economia.

A distância entre o liberalismo dos bacharéis e o de Gudin e Bulhões, liberais de corte neoclássico, não se funda apenas nos interesses ocasionais dos personagens, mas revela distintos ideários liberais. O liberalismo econômico de Gudin, que defendia princípios

²⁴⁷ “Porque não será republicano considerarmos a Pátria uma sociedade anônima, o governo uma gerência, a política um negócio e a imprensa uma empresa. Pátria, governo, política e imprensa são aspectos da vida pública, e a vida pública não amealha recompensas nem capitaliza os juros da sua benemerência” (CAMPOS, 1972, pág. 110)

²⁴⁸ “Ocorre, porém, Sr. Presidente, que a nossa formação e a nossa conjuntura atual são particularmente diversas das que se verificam na grande república do norte. Os EUA são, por excelência, uma nação capitalista, uma nação que surgiu com o capitalismo, em função do capitalismo e por causa do capitalismo. (...) O Brasil, com uma formação completa diversa, Sr. Presidente, está ainda longe de ser um país capitalista. (...) A verdade é que os usos mais fecundos do nosso passado demonstram, Sr. presidente, que melhor andou gerida a coisa pública nos setores entregues aos problemas financeiros e econômicos, quando os gestores dessa coisa pública não eram pessoalmente os representantes (...) das grandes forças econômicas da empresa privada.” (FRANCO, 1953).

econômicos universais e via no mercado o instrumento mais eficiente de organização do mundo social, se mostrava bem distante das ideias de figuras como Arinos, Bilac Pinto e Baleeiro, que davam ao Estado um inegável protagonismo para, pela via do direito, determinar os melhores caminhos para a dinâmica social e argumentavam em favor da especificidade do caso brasileiro, que não podia demandar os mesmo remédios e soluções de países com formação completamente diversa.

Havia, por certo, outras linguagens liberais na UDN, muitas delas mais afeitas ao mundo do mercado. Podemos tanto citar personagens como Clemente Mariani, Herbert Levy e Magalhães Pinto, que atuavam frequentemente como representantes da burguesia, como até mesmo apontar Carlos Lacerda, que apesar da defesa da centralidade da ação política era, por razões que serão expostas mais à frente, mais aberto ao caminho do interesse. Os próprios bacharéis, em suas diversas matizes, não eram críticos radicais da lógica do capital ou refratários ao mercado, mas apenas defendiam que ao invés de dotar o mundo da economia e seus agentes da última palavra, estas deveriam passar pelos crivo da expertise política dos bacharéis e estadistas. Não se trata, nesse sentido, de contradição frente a posição muitas vezes favorável da UDN perante o capital estrangeiro, presente tanto no forte apoio a polêmica Instrução 113 da SUMOC²⁴⁹, decretada por Gudin quando do seu período à frente do Ministério da Fazenda, quanto nas fortes críticas endereçadas a Lei da Remessa de Lucros, sancionada por João Goulart em 1962²⁵⁰. O capital estrangeiro era não apenas desejado, segundo os bacharéis, mas sempre necessário, desde que limitado pelos imperativos da Razão de Estado.

O partido, por outro lado, também não trai seus ideais quando opta, em algumas questões, por posições que contrariam a banca, como no significativo caso do Monopólio do Petróleo. É evidente que, nesse e em outros embates, motivos de ordem pragmática, impostos pela lógica do enfrentamento político, convivem ao lado de crenças e concepções mais arraigadas e longevas. Como já dito, o cálculo utilitário é parte fundamental da dinâmica política. A escolha dos udenistas não destoa, entretanto, dos fundamentos do seu liberalismo,

²⁴⁹ A instrução 113, fonte de grande polêmica, permitiu a importação de equipamentos por empresas estrangeiras sem cobertura cambial, o que, para os defensores de um modelo de desenvolvimento pela via da substituição de importações, reduziria o já escasso estoque brasileiro de dólares e prejudicaria a já limitada capacidade de importar equipamentos das empresas nacionais. Para Gudin e Bulhões, por sua vez, as antigas restrições às importações aumentavam ainda mais a escassez de dólares, ao desestimular o investimento estrangeiro no Brasil, e contribuíam para a tibiaza do empresariado nacional, sempre dependente do Estado. Sobre o debate ver BIELSCHOWSKY, 2004, e DRAIBE, 1985.

²⁵⁰ A lei de 1962 é mais um capítulo do longo debate em torno da remessa de lucros, já problematizada por Vargas em sua famosa mensagem presidencial de 1951. Toda a questão, como no caso da Instrução 113, passava pelo tratamento a ser dispendido ao capital estrangeiro e pelas prováveis consequências de uma postura mais rígida ou flexível, com os liberais a advogarem a segunda posição e os nacionalistas a primeira.

já que as concepções de mundo dos bacharéis eram, em muitos sentidos, coerentes com a decisão do partido. Mais do que uma traição ou um falso liberalismo, estamos diante de uma diferente linguagem liberal. A própria Maria Victoria Benevides aponta precisamente como vários documentos programáticos e de campanha dos primeiros anos do partido admitiam e defendiam em muitos pontos a intervenção do Estado no domínio econômico, percepção que conflita com sua anterior menção a “concepção manchesteriana da economia e das finanças” que marcaria os bacharéis.

O “Manifesto dos Mineiros”, principal documento fundador do partido na mitologia udenista, já afirmava, mesmo em tempos de autoritarismo e da ampla predominância de Vargas no aparelho estatal, que a “democracia por nós preconizada não é mesma do tempo do liberalismo burguês.” (FRANCO 1946, p. 109). Para os udenistas mineiros, quase todos bacharéis, “o tempo do liberalismo passivo já findou” (FRANCO, 1946, p. 109), de modo que a época demanda a “democratização da economia” (FRANCO, 1946, p. 109). O Primeiro Programa do partido segue na mesma toada, com a defesa da ação estatal para “promover e estimular a industrialização” e a afirmação de que “as indústrias estratégicas ficarão a cargo do Estado” (UDN, 1945). O desenvolvimento e o planejamento, marcas da época, também comparecem, com a previsão de intervenções diretas e indiretas do Estado na economia “para a elaboração, ouvidas as classes interessadas, dos planos que favoreçam o desenvolvimento dos diversos setores da economia” (UDN, 1945).

Nem só nos primeiros anos, todavia, os udenistas se mostraram elogiosos da ação estatal na economia. Vários bacharéis se manifestaram de modo favorável a uso do planejamento e à ideia de um Estado interventor, em tom bem distinto do liberalismo de Gudin, que via no planejamento estatal o início da implantação do comunismo. Afonso Arinos, por exemplo, declarava diretamente, em artigo no Digesto Econômico, que “...nas sociedades modernas o intervencionismo estatal é absolutamente inevitável” (FRANCO, 1961b, p. 123), uma vez que “o plano econômico-social do Governo deverá tornar-se(...) uma das características inseparáveis da moderna democracia, pois, hoje, dificilmente serão atendidos os complexos problemas do povo sem que a ação governativa seja precedida de um plano de conjunto” (FRANCO, 1961b, p. 124). As mudanças vivenciadas pelo mundo desde o término da Primeira Guerra Mundial impõem, segundo o bacharel, novas fórmulas e soluções políticas, que ultrapassem antigas crenças, como a oposição entre planejamento e democracia, esta, por sua vez, uma consequência de outra arcaica concepção, que vincula a democracia ao liberalismo econômico. O raciocínio equivocado confunde, sem o perceber, componentes

constitutivos do ideário democrático com resquícios contingentes de formações históricas já superadas:

...há certos fundamentos da doutrina democrática que servirão sempre de alicerce à construção da democracia, mas outros existem que correspondem não aos aspectos doutrinários da democracia, ao que ela tem de autêntico, de permanente, de irredutível à marcha da História, mas que correspondem somente às condições econômicas de períodos históricos já transpostos. (...) proponho designar os fundamentos transitórios da democracia clássica, dependentes de condições econômicas desaparecidas, com o nome de elemento liberal da economia, adotando a fecunda sugestão de Hans Kelsen, segundo a qual a democracia moderna pode não ter nada de liberal no sentido econômico. (FRANCO, 1961b, p. 124)

A democracia contemporânea não apenas admite, aos olhos do bacharel conservador, uma intervenção estatal mais forte, mas a exige. O próprio êxito da democracia enquanto forma de governo demandaria o recurso às modernas técnicas de planejamento, sendo esta “a mais séria de todas as questões governativas do Estado Moderno” ((FRANCO, 1961b, p. 311). Arinos é, nesse sentido, peremptório ao afirmar que: “a democracia atual não prescinde do planejamento, por menos que o aceitem aqueles que confundem democracia com liberalismo. O planejamento democrático tornou-se mesmo elemento inseparável do êxito da democracia como forma de governo.” (FRANCO, 1961b, p. 311) Não sem razão, este tem sido o caminho pelas principais democracias do Ocidente, fiéis representantes, da “cultura ocidental, no que tem de mais puro e de mais alto” (FRANCO, 1961b, p. 124). Nesse sentido, por exemplo, caminha “a ciência e a prática políticas da Grã-Bretanha” (FRANCO, 1961b, p. 124), que “vem-se orientando num sentido oposto, isto é, no sentido de demonstrar a perfeita compatibilidade entre a técnica da liberdade política, coração da democracia, e um maciço antiliberalismo econômico, que parece ser o traço marcante do nosso tempo” (FRANCO, 1961b, p. 124). Os liberais econômicos mais empedernidos surgem no discurso do bacharel mineiro como verdadeiras relíquias, pouco ajustadas ao espírito do novo tempo. Até mesmo sua existência deve ser reiterada para os leitores mais incrédulos:

Os economistas liberais – ainda hoje os há e alguns de irrecusável mérito – opõe frequentemente ao planejamento, considerando-o forma de ditadura. Porém, os políticos e os juristas democráticos não participam mais dessa radical opinião. Hoje se tem por assentado (...) que, preservadas a regras básicas da liberdade democrática, a política intervencionista do Estado não é incompatível com o regime. E o planejamento é a forma superior e sistemática do intervencionismo. (FRANCO, 1961b, p. 180)²⁵¹

²⁵¹ Arinos repete o assunto em suas memórias, ao descrever aquele que considera seu mais relevante discurso de 1953: “O primeiro assunto que abordei foi a necessidade de um planejamento global, que estimulasse o desenvolvimento econômico e estancasse a inflação. Note-se bem que isso era dito em 1953. Contraditando alguns inamovíveis liberais (...) sustentei, com apoio de vários atores modernos, a perfeita compatibilidade entre o planejamento econômico e a moderna democracia.” (FRANCO, 1965, p. 251)

Distintamente de Gudin, que reiterava as crítica de neoliberais, como Hayek, a Roosevelt, Arinos tecia enormes elogios ao longo presidente americano – dedicando-lhe, inclusive, um dos seus discursos-homenagens da tribuna parlamentar - consonante com a admiração que boa parte do partido também demonstrava, tendo inclusive citado o presidente norte-americano no Programa da Campanha de 1945, como exemplo de que “a liberdade que protege o homem do terror do Estado nada tem a ver, não é causa nem efeito obrigatório, do liberalismo econômico, com o qual chegou a ser confundido” (BENEVIDES, 1981, p. 199)²⁵². Roosevelt surgia, nas palavras de bacharel e no programa de 1945, como símbolo das elites sensíveis às necessidades das classe populares e, justamente por isso, capazes de desempenhar seu papel de estadistas em um tempo de profundas mudanças²⁵³. Nesse sentido, declarava Arinos, inspirado em discurso do ex-presidente americano sobre as liberdades do homem: “Hoje a intervenção do Estado é aceita não só como inevitável, mas também como indispensável, porque se verificou que não há liberdade sem garantias mínimas de igualdade” (FRANCO, 1965, p. 190)

Com seu liberalismo conservador de fortes tons oitocentistas, inspirado por figuras como Nabuco e Tocqueville²⁵⁴, Arinos demonstrava como o passar dos tempos pode dar feições modernas a ideias que, alguns anos antes, soavam antiquadas. Como exposto de maneira genial no “Pierre Menard: autor de Dom Quixote”, de Borges (BORGES, 1998), as obras ganhavam novos sentidos com o passar dos tempos e sugeriam significados antes imprevisíveis. A desconfiança de tons aristocráticos perante o desencantamento do mundo produzido pelo capitalismo, que reduzia tudo ao equivalente comum da mercadoria, soava arcaica em tempos de pujança do livre mercado, mas agora, passada a crise de 1929 e as mazelas de mais uma guerra mundial, demonstrava afinidades com ideias mais contemporâneas, como o keynesianismo e o desenvolvimentismo cepalino, que em meio ao seu mar de diferenças compartilhavam da mesma crítica à pretensão de plena eficiência do mercado. O planejamento, último grito da modernidade para muito dos pensadores da época, não soava estranho aos ouvidos de alguém que reclamava integrar a antiga linhagem do liberalismo ibérico brasileiro, de forte corte conservador. Saltava à vista as semelhanças,

²⁵² Roosevelt era, curiosamente, muitas vezes elogiado por Vargas, como aponta NETO, 2013.

²⁵³ “Roosevelt – disse eu – era o povo aliado às elites. Era a elite intelectual, moral e social da grande República, cumprindo a histórica missão de trabalhar para o bem das massa populares. (...) condensava o que havia de mais puro na linhagem aristocrática de sua pátria. (...) todas essas qualidades, que possuía em grau elevado, faziam dele o símbolo da democracia, porque esta é a possibilidade junção das elites com o povo, a possibilidade de junção das forças das populares com os homens que têm de realizar a estrutura superior do Estado.” (FRANCO, 1965, p. 97)

²⁵⁴ Um bom exemplo do elogio de Arinos aos dois pensadores está em “O Humanismo de Nabuco”, publicado em FRANCO, 1961b.

como o papel de destaque atribuído ao Estado para organizar as demandas sociais e apontar os rumos mais adequadas para o mundo social. Claro que o instrumento podia descambar para terrenos perigosos na visão de Arinos, como os devaneios soviético pregados por alguns insensatos avisavam, mas nesse caso o problema era do excesso de liberdade concedido às massas e da baixa qualidade das elites que então ocupavam o poder, não do antigo afã interventor do Estado. Bastava, ao menos em um primeiro momento, o aviso de que “naturalmente o planejamento democrático difere muito do ditatorial.” (FRANCO, 1961b, p. 180).

A defesa de uma especificidade brasileira também aproximava o bacharel dos modernos economistas cepalinos, como Prebisch e Furtado, que apontavam a necessária adaptação de teorias centrais quando da sua recepção em contextos periféricos como o brasileiro²⁵⁵. O olhar para o local, que marcava o bacharel conservador, o levava a um terreno mais próximo dos desenvolvimentistas e deixava-o distante da companhia de um inflexível Gudín, que postulava a existência de uma única teoria econômica, já que eram universais o mercado e o indivíduo liberal, e pensava ser desnecessária qualquer inflexão para a análise da periferia.

Arinos, por certo, era um dos mais elogiosos desse novo papel do Estado, mas ele não estava de nenhum modo sozinho. Aliomar Baleeiro, bacharel modernizante que em diversos momentos defendeu políticas mais próximas ao campo do liberalismo econômico, não poucas vezes destaca em sua obra a necessidade de um papel ativo do aparato estatal, fato que surge como evidência incontestável dos novos tempos, marcados pela “intervenção crescente do Estado, em quase todos os ramos da atividade humana” (BALEEIRO, 1970, p. 3). O fenômeno atinge até mesmo, segundo texto de 1955 do autor, as nações mais identificadas com o liberalismo econômico e o capitalismo: “Nos países mais individualistas – Inglaterra e Estados Unidos por exemplo - não só se agigantam as despesas públicas, drenando para elas parte cada vez mais considerável da renda nacional, senão também se hipertrofia a competência dos poderes públicos...” (BALEEIRO, 1955, p. 55). Recorrendo a organização cronológica típica dos manuais jurídicos, que costuma começar com as formas mais arcaicas e precárias para, ao fim, atingir os institutos elaborados, Baleeiro opõe o Estado gendarme do liberalismo econômico, cujos pressupostos políticos são claramente expostos ao longo do

²⁵⁵ Em relação ao pensamento de Celso Furtado essa questão é bem destacada por RICUPERO, 2005.

texto,²⁵⁶ às incontornáveis inovações promovidas por Keynes nas Ciências Econômicas, marcas de um novo tempo:

Os progressos das ciências econômicas, sobretudo depois do impulso que lhes imprimiu a teoria geral de Keynes, refletiram-se na Política Fiscal e esta, por sua vez, revolucionou a concepção da atividade financeira, segundo os preceitos dos financistas clássicos. Ao invés das ‘finanças neutras da tradição’, com seu código de omissão e parcimônia tão ao gosto das opiniões individualistas, entendem hoje alguns que maiores benefícios a coletividade colherá de ‘finanças funcionais’, isto é, a atividade financeira orientada no sentido de influir sobre a conjuntura econômica. Destarte, o setor público – a ‘economia pública’ não se encolhe numa vizinhança pacífica e tímida junto às lindes da economia privada. A benefício desta é que deve invadi-la, para modifica-la, como elemento compensador nos desequilíbrios cíclicos. (BALEEIRO, 1955, p. 44)

O campo intelectual reflete e influencia os novos papéis e conceitos de Estado, de modo que “ao Estado gendarme sucede o Estado de serviços públicos e de bem-estar geral, o welfare state.” (BALEEIRO, 1955, p. 170), forma política marcada pelo predomínio do planejamento, quase uma unanimidade à época: “A planificação passou a ter o encanto das palavras mágicas. Sonha-se com uma época em que não se reproduza jamais o paradoxo da miséria na abundância, ou do subconsumo no auge da superprodução” (BALEEIRO, 1960, p. 409). Não é mais possível olhar as relações entre o aparato estatal, o direito e a economia do mesmo modo, mas se deve reconhecer as imposições dos novos tempos.

A identificação de transformações nas esferas econômica e jurídica não importam, entretanto, a negação do seu caráter político. Para Baleeiro, a economia e o direito são inseparáveis da política, que se mostra fundamental tanto para compreender quanto para atuar em meio a esses campos. Não sem motivo o jurista inicia seus três livros destinados a servirem de manuais nos cursos de direito – “Limitações constitucionais ao poder de tributar”, “Introdução à Ciência das Finanças” e “Direito Tributário” – com advertências sobre o caráter inapelavelmente político desses campos. A política dá sentido e direção à complexidade do mundo social, que não opera mecanicamente, mas pelo constante afluxo da ação humana. O ato político não se dá, todavia, em meio ao vácuo ou toma a sociedade como massa informada, mas, distintamente, se torna mais eficiente à medida em que percebe os contornos e caminhos mais profícuos, tendo-se em vista os interesses do ator. A insistência no formalismo jurídico e

²⁵⁶ “Já os fisiocratas e os clássicos Adam Smith, Ricardo, Say e seus continuadores acreditavam sinceramente que a ação do Estado deveria restringir-se ao mínimo indispensável (...) Do conjunto de observações e ideias sobre os fatos financeiros, extraíam uma política que aconselhava ao governo os critérios da prudente gestão das empresas privadas inspiradas no propósito do lucro de modo geral, recomendavam como regra pacífica o equilíbrio orçamentário. As despesas deveriam ser as menores possíveis e não mereciam apreciável espaço nos tratados. O melhor governo seria o que governasse menos, a melhor despesa a menor possível (...) Essa concepção tradicional é designada como a das finanças neutras. Não é menos política por isso: deixando a sociedade como estava, a atividade financeira obedecia a uma política eminentemente conservadora.” (BALEEIRO, 1955, p. 37-38)

nos princípios imutáveis não são marcas dos estadistas, que se distinguem, justamente, pela capacidade de contornar situações aparentemente adversas e optar pelas melhores soluções, mesmo que muitas vezes contrariamente às suas crenças abstratas.

Baleeiro escreve um livro em defesa da atuação de Rui Barbosa à frente do Ministério da Fazenda do Governo Provisório (BALEEIRO, 1952) tendo por argumento central a ideia de que apesar de seus amplos conhecimentos no campo da economia, usualmente subestimados pela historiografia do período, Rui foi, acima de tudo, alguém que colocou a política em primeiro lugar. Sua criticada política inflacionária se justifica, nesse sentido, como uma forma de manter a ordem republicana recém-instaurada, que talvez não sobrevivesse em um cenário de contenção de gastos e despesas.

Rui Barbosa (...) ainda que houvesse desdobrado a sua espantosa capacidade de trabalho sobre os diversos problemas específicos da pasta, em verdade a dirigia com profundo sentido político, que serve de medida de coordenação entre as várias medidas características de sua rápida passagem pelo poder. (...) O problema econômico e financeiro, embora o estudasse profundamente à luz doutrinária, equacionou-se, pra ele, em termos políticos: qual a solução admissível com o mínimo de inconveniências no momento em que, pela força, novo regime se implantara, provavelmente sem apoio de toda ou da maior parte da opinião pública. Os dados do problema não poderiam ser fixados em algarismos e representações gráficas, embora – diga-se de passagem – Rui houvesse tomado providências eficientes, desde 1889, para conhecimento tanto quanto possível exato da situação financeira e instituisse todo um sistema para extensão- e aperfeiçoamento das estatísticas do tesouro (BALEEIRO, 1952, p. 74-76)

O Rui político soube colocar os interesses do país acima das suas convicções²⁵⁷ e agir como verdadeiro estadista: “A capacidade de transigir de Rui, nessa fase, mostra que o estadista contrasta vivamente com a rigidez e a inflexibilidade do combatente na defesa dos direitos e liberdade individuais” (BALEEIRO, 1952, p. 100). Este é o modelo de Baleeiro, que vê no direito e na economia instrumentos da ação político, meios, não fins: “Ora, a valorização da justiça ou injustiça na atual distribuição da propriedade não pode ser resolvida cientificamente. É um julgamento ético e político...”²⁵⁸ Nada mais distante do do perfil do político udenista que a ideia de um baluarte do “bacharelismo”, ignorante das maiores novidades da ciência econômica. As menções e reflexões em torno de Keynes, Hayek e Von Mises ao longo da década²⁵⁹ de 1950 mostram que ele estava atento ao debate econômico

²⁵⁷ “É nesse quadro que Rui, de porta-estandarte do federalismo na luta áspera contra a coroa vacilante sobre a cabeça do velho monarca, passa, no Governo provisório, ao papel de defensor da União contra a exageração de franquias pretendidas pelos Estados.” (BALEEIRO, 1952, p. 77)

²⁵⁸ Idem, Limitações constitucionais ao poder de tributar, pág. 409.

²⁵⁹ A afirmação Maria Victoria Benevides de que os bacharéis udenistas desconheciam os últimos debates teóricos no campo da economia, especialmente a contribuição de Keynes (“sem ter ainda recebido o influxo das ideias keynesianas”) se mostra especialmente imprecisa no caso de Baleeiro. O bacharel baiano discute em muitas páginas e em mais de uma obra a contribuição de Keynes, já na década de 1950. Bons exemplos estão no

contemporâneo, mesmo que, é claro, não manejasse o mesmo arsenal técnico e estatístico que os economistas. Mais do que um desconhecimento do debate econômico, se delineia em Baleeiro o exemplo de uma distinta concepção da economia, francamente politizada e que, por isso mesmo, repele o naturalismo que cerca os argumentos de certo liberalismo econômico mais ortodoxo²⁶⁰.

A construção dessa concepção política da economia se faz presente tanto na submissão das suas convicções econômicas aos sabores mais voláteis das conjunturas, quanto à defesa de um papel mais forte do Estado em situações que o demandem. Baleeiro, como bacharel modernizante, tinha uma relação ainda mais afável que Arinos com os mecanismos de mercado, já que mesmo reivindicando uma tradição liberal brasileira, conhecida pelas artes da composição e da construção institucional por meio da política, ele desempenhou um papel extremamente ativo na modernização do direito brasileiro, buscando afastá-lo do verbalismo jurista e torna-lo apto a atuar perante o moderno mundo da economia. Não à toa o bacharel foi autor de uma proposta de reforma do ensino jurídico, apresentada na Câmara dos Deputados (VENANCIO FILHO, 2004, p. 313-314), e um dos pioneiros na introdução de disciplinas como Direito Tributário e Direito Financeiro ainda nos quadros de cursos de ciências jurídicas fortemente marcados pelo beletismo coimbrão tardio e pela ampla predominância do Direito Privado em detrimento do Direito Público²⁶¹. O recurso ao Direito Público francês²⁶², amplamente hegemônico no Brasil até a Revolução de 1930, convive com um contato cada vez maior com um Direito Público norte-americano extremamente preocupado com as novas formas econômicas que despontavam no horizonte. Nesse sentido, seu liberalismo não possui o mesmo tom oitocentista que de o Arinos, mesmo que o último também tenha refletido sobre as novas relações entre o direito e a economia²⁶³.

capítulo X de BALEEIRO, 1955, e no capítulo de XVIII de BALEEIRO, 1960. A menção a Hayek, que se destacava no debate público apenas alguns anos antes, é também significativa.

²⁶⁰ Sobre o naturalismo de certo liberalismo econômico ver KERVEGAN, 2004.

²⁶¹ Baleeiro comenta isso na introdução ao seu Direito Tributário: BALEEIRO, 1970.

²⁶² Sobre a relação entre os bacharéis udenistas e o Direito Público francês, com especial destaque para o lugar que Baleeiro e Bilac Pinto ocupam nesse movimento, se mostra especialmente pertinente o elogio de Afonso Arinos a um mais velho bacharel da UDN, Odilon Braga: “Odilon Braga era propugnador da tradição do Direito Administrativo francês, direito cujo contato perdemos com a República e que, por isto, a muitos juristas modernos se afigura um direito atrasado, quando é apenas um direito afastado, porque ainda hoje a renovação, a vida desse direito na França é um dos espetáculos da Ciência jurídica moderna. Basta falar da ação do Conselho de Estado. E Odilon Braga buscava integrar os princípios e as tradições do Direito Público e administrativo francês na solução dos nossos problemas atuais da economia e da administração. Por isto é que eu digo que a sua orientação poderia parecer, até um certo ponto, retrógrada ou passadista, mas assim não era; ela era um processo da escola da nova corrente de pensamento de que nos encontramos afastados para o encontro de instrumentos e de soluções que mais convenham a nossa conjuntura nacional” (FRANCO, 1961b, p. 388-389)

²⁶³ O texto central desse esforço é “A crise do direito e o direito da crise”, publicado em FRANCO, 1961b.

A defesa eventual de ações mais fortes do Estado não se mostra, desse modo, dissonante das suas concepções teóricas ou mesmo do seu discurso como homem público. Se o mercado, para Baleeiro, era um mecanismo eficiente de alocação de recursos sociais, em nenhum momento o bacharel baiano submete o Estado e a razão política aos seus desígnios, mas, distintamente, sempre se mostra disposto a limitar por meio da ação política os eventuais excessos da lógica mercantil. A reflexão vale para o debate em torno da Campanha do Petróleo, mas também se faz presente em outros momentos, como a crítica, feita em plena década de 1950, ao caráter regressista do sistema tributário brasileiro²⁶⁴, seguida pelo reconhecimento de que as contribuições dos tributos à redução da desigualdade se mostravam necessárias em um mundo marcado pelo aumento da demanda por igualdade, herança das experiências socialistas²⁶⁵. O feroz anticomunismo de Baleeiro convivia com um forte esforço de realismo político.

Bilac Pinto, autor da emenda que estabeleceu o monopólio estatal do petróleo, seguia caminhos bem semelhantes aos de Baleeiro, irmanado em um mesmo liberalismo modernizante. Aproximava-os uma concepção quase idêntica do papel do direito, da economia e das suas relações com a política, o que convivia ao lado, nos dois casos, com uma verve retórica de grande agressividade e forte tom anticomunista, responsável por levar os dois bacharéis a postos de destaque na “banda de música” udenista. O bacharel mineiro também desempenhou papel relevante na modernização do debate jurídico nacional, seja nas cátedras que ocupou ou, já mais velho, à frente da Editora Forense.

Os temas dos seus artigos publicados ao longo das décadas de 1940 e 1950 coincidem com as preocupações e com muitas das respostas de Baleeiro, o que sem dúvida revela um sinal de convivência nos mesmo ciclos político-intelectuais e aponta para o clima da época. O reconhecimento de uma significativa ampliação das áreas de atuação do Estado figura, por exemplo, já nas primeiras páginas dos seus “Estudos de Direito Público”, onde Bilac destaca como marca do tempo a emergência de “múltiplas formas de intervenção do Estado no domínio econômico e social, que, por sua vez, vem determinando o progressivo crescimento das dimensões da administração pública e vem multiplicando a ação regulamentar desta sobre todos os tipos de atividades individuais” (BILAC PINTO, 1953, p. 2). Trata-se, afinal, de uma

²⁶⁴ Ver cap. 18 de BALEEIRO, 1960.

²⁶⁵ “Politicamente, numa época em que parte considerável da Humanidade já optou pela abolição da propriedade privada dos meios de produção, parece óbvio que a difusão mais larga e equitativa dos bens e das rendas constituirá o processo seguro de o regime capitalista dissolver as aspirações e ressentimentos em fermentação contra a sua existência. A redistribuição financeira, irrigando a vasta superfície humana pelos canais da despesa com que os impostos bombearam, talvez represente a solução oportunistica do problema social.” (BALEEIRO, 1960, p. 417)

característica imanente ao próprio Estado Moderno, que tende a ampliar sua ação em prol do bem geral: “A principal característica do Estado Moderno, em todos os meridianos políticos do mundo civilizado, é a incoercível tendência para ampliar e diversificar a sua intervenção no domínio econômico e na ordem social, com o fim de assegurar o bem-estar geral” (FRANCO, 1953).

Os exemplos levantados no campo da política comparada - nas grandes pátrias do liberalismo econômico e do capitalismo, a Inglaterra e os Estados Unidos – reforçam o argumento e buscam demonstrar inequivocamente como as radicais transformações institucionais e intelectuais impostas pela ampliação do Estado ganharam o caráter de fato quase incontestável. O trecho a seguir, acerca das consequências dessas mutações para as práticas do governo, demonstram bem como, na visão de Bilac Pinto, todos os meandros das instituições democráticas passaram por profundas modificações ante essa nova realidade:

A Inglaterra e os Estados Unidos, com efeito, tendo sofrido com intensidade sem igual o impacto da industrialização e da concentração econômica, tiveram que atender às profundas e variadas repercussões dessas causas primárias no plano de governo. Dentre essas repercussões cumpre assinalar a intervenção do Estado na ordem econômica e no domínio social, que passou a constituir um dos mais indeclináveis e imperativos deveres do Estado. A nova política intervencionista foi um rude teste a que se submeteu a eficiência do Governo. A estrutura orgânica e funcional do Estado, modelada no pressuposto do quadro econômico e social do *laissez-faire*, teria, necessariamente, que se manifestar inadequada para atender aos novos tipos de atuação que dele se reclamava. As funções do Estado, além de terem se ampliado sensivelmente, assumiram aspectos novos. A legislação cresceu em volume e em complexidade pois teve que descer até os detalhes das mais diferentes técnicas. A atividade jurisdicional relacionada com os modernos problemas sociais e econômicos, para não redundar em denegação de justiça, teve que se flexibilizar pela supressão do formalismo forense, tornando-se mais econômica, mais rápida e mais bem aparelhada para a formulação de standards jurídicos. (BILAC PINTO, 1953, p. 250-251)

Como consequência dessa nova feição estatal ocorre uma grande ampliação do campo do direito administrativo, de onde surge, naturalmente, a “importância que esse ramo do direito vem assumindo, contemporaneamente, nos regimes democráticos” (BILAC PINTO, 1953, p. 2). As referências intelectuais são em muito semelhantes às de Baleeiro, com a forte presença do Direito Público francês convivendo com o crescente interesse pelas novas perspectivas do direito norte-americano²⁶⁶. Bilac revela, entretanto, um aspecto interessante dessa influência, ao ressaltar o caráter não-escrito do direito administrativo francês (BILAC PINTO, 1953, p. 8), o que aumenta as possibilidades de ação dos juristas, e destacar o papel

²⁶⁶ “Até hoje os juristas brasileiros, salvo raras exceções, tem seguido, no estudo da matéria, unicamente o rastro luminoso do direito francês. (...)Acontece, porém, que a influência francesa já não é exclusiva, embora tenha sido predominante, podendo-se identificar, ao lado dela, como fonte subsidiária do nosso direito administrativo, o direito norte-americano” (BILAC PINTO 1953, pág. 7)

do Conselho de Estado, um órgão eminentemente político, na sua construção. A tradição francesa teria, desse modo, uma grande afinidade com a concepção politizada de direito encampada por Bilac e Baleeiro.

Ainda no campo do direito administrativo e das respostas institucionais à nova configuração do Estado, o bacharel mineiro escreveu o seu mais influente texto jurídico - “O declínio das sociedades de economia mista e o advento das modernas empresas públicas” - onde Bilac pensa não apenas como acadêmico no campo do direito, mas justifica, a partir dessa reflexão, sua conduta no caso do monopólio estatal do petróleo²⁶⁷. O texto se inicia com outra constatação sobre a nova natureza do Estado, agora retratada como “fato histórico universal”:

Um dos aspectos mais característicos da evolução do Estado moderno é, sem dúvida, o da progressiva ampliação da área ocupada pelos serviços públicos(...) Apesar dos clamores levantados, o aumento das dimensões do Estado é um fato histórico de caráter universal, visto que ocorre em todos os países do mundo. (BILAC PINTO, 1953b, p. 1)

O decantado aumento das dimensões estatais não se fundou, entretanto, em plano formulado e pré-estabelecido, mas “teve caráter fragmentário e se foi operando por considerações de oportunidade prática, no curso das vicissitudes de uma longa história.” (BILAC PINTO, 1953b, p. 2). A nova realidade decorre, segundo o bacharel mineiro, antes da necessidade de responder às transformações do mundo do que vitória prática de uma “imposição doutrinária”. Os bacharéis revelam, mais uma vez, seu caráter plástico, mais preocupados com as respostas adequadas às contingências políticas - fundamentais para a realização dos valores maiores aos quais eles se vinculam - do que presos aos esquemas lógico-formais típicos dos juristas²⁶⁸.

As modificações dos institutos jurídicos devem, do mesmo modo, responder aos novos tempos, marcados pelas “atividades de natureza industrial ou comercial” que passaram para a competência do Estado. O direito desempenha papel fundamental na urgente modernização do Estado brasileiro. Nesse cenário, após uma exposição dos modos de interação entre o poder público e o capital privado, marcada pela crítica subsequente aos modelos da concessão e da sociedade de economia mista, Bilac Pinto conclui pela superioridade da moderna empresa pública. Distintamente da concessão, antigo instrumento ainda preso a velhos dogmas liberais, e da sociedade de economia mista, que acabava todo o tempo limitada pelos constantes confrontos entre os interesses públicos e privados, a empresa pública conseguia conciliar a

²⁶⁷ O texto é fruto de uma conferência de 1952 na Fundação Getúlio Vargas.

²⁶⁸ Para a distinção entre bacharéis e juristas ver cap. 1.

eficiência da empresa privada com a manutenção dos valores públicos mais relevantes. Trata-se, em poucas palavras, de uma empresa que se organiza à moda das corporações privadas, seja em relação à cultura gerencial ou aos direitos trabalhistas, mas que tem por acionista único o Estado. Aliomar Baleeiro, em mais uma semelhança, também elogia tal solução institucional: “As empresas públicas modernas, em consequência, diferem muito das antigas, porque, ao invés de fontes de receitas, são instrumentos de intervenção governamental para realização daqueles novos fins cometidos pelo Estado ou que este assumiu.” (BALEEIRO, 1955, p. 170)

O novo Estado interventor precisava, segundo os bacharéis, de eficientes instrumentos para cumprir suas difíceis funções, tarefa à qual se prestava perfeitamente o novo modelo de empresa pública. O pioneirismo no esforço de implantação desse instituto no Brasil - não obstante algumas semelhanças com instituições já existentes, como Caixas Econômicas- surge na proposta do próprio Deputado Bilac Pinto para a criação da Empresa Nacional do Petróleo (ENAPE), que regularia, no substitutivo udenista que instituía o monopólio, a exploração estatal do petróleo:

A mais importante tentativa de criação de uma empresa pública, entre nós, foi a que resultou do substitutivo apresentado pela União Democrática Nacional ao projeto da Petrobrás. Por esse substitutivo era instituído o monopólio estatal do petróleo, sendo que a sua pesquisa, exploração e refinação seria exercida pela Empresa Nacional do Petróleo (ENAPE), que estava moldada nos melhores exemplos de empresas públicas, pela adoção da flexibilidade e de todas as demais técnicas das empresas privadas. (BALEEIRO, 1955, p. 13)

A proposta udenista, segundo a pena de Bilac, não flerta com valores do campo adversário, getulista, que se caracteriza pela hipertrofia de caráter quase autoritário do aparato estatal, mas pretenderia implantar modernos padrões de gestão pública, – “um progresso significativo na arte da administração pública” (BALEEIRO, 1955, p. 15) - adequando o arcaico Estado brasileiro aos valores e práticas mais avançados do mundo público. Se Estado não pode ser mais tomado como necessariamente inepto²⁶⁹, como alguns argumentavam em outros tempos, o mesmo não se aplica ao aparato estatal brasileiro, ainda assolado, aos olhos udenistas, pela série de vícios descritos em tom nada ameno nas tribunas parlamentares e nas páginas da grande imprensa.

A argumentação algo extensa em torno do flerte do bacharéis com um Estado ativo, o que não dá ao caso do monopólio do petróleo qualquer feição de anomalia, e a distância que

²⁶⁹ “Com efeito, a empresa pública representa uma réplica à acusação de que o Governo é tão deficientemente organizado e tão rigidamente burocratizado que a exploração pelo Estado de um empreendimento econômico é inevitavelmente ineficiente” (BALEEIRO, 1955, pág. 15)

seu liberalismo guardava de linguagens liberais mais entusiasmadas com o mercado, como a do liberalismo econômico de Gudin e Bulhões, não implica, todavia, na ideia de um radical estatismo por parte dos udenistas ou em qualquer recusa radical ao mundo mercantil. Seria possível também elencar alguns discursos virulentos dos udenistas em sentido diverso, a defender que os limites impostos pelos governos adversários ao capital estrangeiro tinham tintas autoritárias, usualmente de tons vermelhos. Aliás, as disputas em torno do capital estrangeiro se colocam entre os mais duros embates a envolverem udenistas na arena pública, como demonstra a constante divisão do partido em torno do tema, um dos que mais fracionavam o partido.²⁷⁰

A forte campanha contra a Lei Malaia²⁷¹²⁷², a franca defesa da polêmica Instrução 113 da SUMOC, promulgada por Gudin, a violenta reação à Lei de Remessa de Lucros, de Goulart; não são poucos os momentos em que a defesa do capital estrangeiro, visto pelos udenistas como fundamental para a o desenvolvimento do país, emergiu como plataforma central do partido. Se, por um lado, a UDN se dividia em relação ao tema - com o campo nacionalista representado por personagens emblemáticos como Gabriel Passos - era mais comum, entretanto, ver parlamentares udenistas à frente da argumentação antinacionalista. Muito corriqueiras eram, por exemplo, as críticas ao protecionismo, que segundo os udenistas beneficiava injustamente certos segmentos da indústria nacional²⁷³. O próprio programa do partido, de 1945, não se furta a fazer menção expressa à importância dos recursos estrangeiros, inclusive com a sempre lembrada menção ao “aproveitamento de nossas reservas inexploradas” (UDN, 1945): “Apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juros.”

²⁷⁰ Sobre a divisão da UDN em relação ao capital estrangeiro, Wanderley Guilherme aponta: “Para o PSD e a UDN, a questão do capital estrangeiro teve efeito explosivo, caindo ambos para os seus mais baixos índices de unidade partidária, a UDN, na realidade, quase partindo-se ao meio” (SANTOS, 2003) Ver também BENEVIDES, 1981, p. 205-206

²⁷¹ A Lei Malaia, apelido dado, pelas feições do seu autor, Agamenon Magalhães, à lei antitruste promulgada em 1944, previa fortes restrições ao capital estrangeiro e foi tachada de autoritária e fortemente combatida pelos udenistas, sendo, afinal, revogada menos de um ano depois do início da sua vigência, em 1945.

²⁷² A UDN não poupou sua mais virulenta retórica nas crítica a iniciativa do governo. Nas palavras de Octávio Mangabeira, nem mesmo o nazi-fascismo teria ido tão longe: “Uma lei de tais proporções, envolvendo ou atingindo toda a economia brasileira, caiu do céu por descuido. A nação foi surpreendida com o aparecimento do monstro. Isso nunca se deu no mundo. Desafio que me citem um país na superfície da terra onde o governo se tenha permitido desafiar o povo até o ponto de expedir por conta própria um decreto, com força de lei, de tamanha envergadura, envolvendo de modo tão profundo todos os interesses da nação. Nem na Alemanha de Hitler, nem na Itália de Mussolini, tal jamais aconteceu.” (MANGABEIRA, 1946, g. 301).

²⁷³ “As considerações de ordem econômica, certas ou errôneas, sinceras ou maliciosas, sempre serviram de pretexto a iniquidades fiscais. As tarifas aduaneiras protecionistas são o exemplo mais flagrante e universal destas práticas.” (BALEIRO, 1960, p.382.)

(UDN, 1945). Como bem destaca Maria Victoria Benevides, a defesa de um tratamento igualitário entre capital nacional e estrangeiro seria uma marca constante do partido (BENEVIDES, 1981, p. 198), mesmo que, por outro lado, a posição sempre tenha enfrentado, como já dito acima, fortes resistências internas.

As flutuações de posição respondem, como é natural, aos sabores da dinâmica política, que impõe o sacrifício de convicções, mas não se restringem a isso. É claro que o papel de eterna oposição - enquanto que, na feliz expressão de Maria Victoria Benevides, “O Estado era Getúlio Vargas” (BENEVIDES, 1981, p. 197) - condiciona certas posições antiestatistas, do mesmo modo que o interesse em vitórias pontuais pode levar a adesões a ideologia estranhas ao mundo liberal. Não creio, todavia, como já foi colocado, que as variações impliquem uma ausência de “modelo econômico”, tal como sugerido pela própria Benevides, mas antes a construção de um modelo que não se identifica, mesmo que eventualmente possa concordar, com o liberalismo econômico mais ortodoxo do período.

Olhando para o pensamento econômico brasileiro da época, organizado por Bielschowsky entre uma ortodoxia liberal, uma corrente socialista e três variantes do desenvolvimentismo - separados tanto pelo papel do Estado quanto pela origem de atuação dos seus intelectuais (BIELSCHOWSKY, 2004)- os bacharéis udenistas se mostram mais próximos, mesmo que com diversas ressalvas, de uma das variantes do desenvolvimentismo, a do setor público não nacionalista, do que a corrente intitulada pelo autor de “pensamento neoliberal”. Aproxima-os, sobretudo, a perspectiva sobre o papel do Estado na economia. O conceito que dá nome a essa corrente - a qual tem como principal nome Roberto Campos, mas também enquadra nomes importantes como, Lucas Lopes e Glycon de Paiva - precisa, entretanto, ser antes debatido.

Bielschowsky cunha o termo inspirado em conceito de desenvolvimentismo quase que exclusivamente econômico que, como ele várias vezes ressalta, “é definido como a ideologia de superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 431). O contraponto constante é a proposta neoliberal, com o socialismo frequentemente tomado como posição menor no campo das ideias econômicas do período, por sua menos articulada reflexão sobre os temas da Economia²⁷⁴. O cenário desenhado é constituído por matizes sem dúvida inspiradas na década em que Bielschowsky escreveu e publicou sua tese - os anos 1980, quando se podia falar em

²⁷⁴ A aparente contradição do PCB, que ao mesmo tempo que se filiava a uma visão de mundo de forte tom economicista, e com frequentes alusões a importância de refletir sobre o “concreto”, refletia escassamente sobre o “modo de produção brasileiro”, sugerida pelo texto de Bielschowsky, encontra uma ótima análise em BRANDÃO, 1997.

uma campo econômico dividido entre ortodoxos (liberais), heterodoxos (desenvolvimentistas) e marxistas (socialistas) - quando, como o autor mostra com muita propriedade, as correntes mostravam então influência e argumentos muitas vezes diversos²⁷⁵. A grande questão do livro é, nesse sentido, compreender as razões pelas quais um campo desenvolvimentista que se mostrava tão amplo nos anos 1950 e 1960, de modo que é possível falar em um “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, acabou reduzido nas décadas seguintes. O desafio, para tanto, não é explicar a posição de desenvolvimentistas genuínos, como os nacionalistas Celso Furtado e Rômulo Almeida, mas compreender porque futuros liberais, então congregados nos grupos que Bielschowsky intitulará “desenvolvimentistas não-nacionalistas” e “desenvolvimentistas do setor privado”, abraçavam com entusiasmo algumas teses desenvolvimentistas.

A questão se mostra claramente nas páginas finais do livro, quando o autor especula que na década de 1960 “a crise do desenvolvimento estava dando lugar a um novo ciclo ideológico no pensamento econômico - abortado pelo golpe de 1964 – ou seja, um ciclo ‘reformista’, ou talvez um ciclo de ‘desenvolvimentismo reformista’” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 428). A principal consequência dessa transformação é que “o ‘conceito de desenvolvimentismo’ começa a perder a propriedade de explicar os argumentos dos economistas” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 428), de modo que a anterior “conceituação das correntes do pensamento econômico começa a perder sua validade, isto é, sua força explicativa” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 428). Bielschowsky então sugere novos conceitos para organizar o debate, de modo a “distinguir os economistas segundo três posições: conservadora, reformista e revolucionária” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 428). A grande diferença em relação ao “ciclo ideológico do desenvolvimentismo passa, justamente, pela mudança de posição dos “desenvolvimentistas não-nacionalistas” e “desenvolvimentistas do setor privado”, que se mostram extremamente próximos dos neoliberais.

Antes desta transformação, entretanto, olhando sobretudo para o discurso econômico, fazia mais sentido, aos olhos de Bielschowsky, tratar de figuras como Roberto Campos como desenvolvimentistas, mesmo que de uma vertente mais moderada – a “ala direita da posição desenvolvimentista (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 105)- que taxá-lo de liberal. A criteriosa análise por ele empreendida do autor que, em alguns anos, se tornaria um dos mais célebre representantes do liberalismo econômico brasileiro justifica a opção:

²⁷⁵ Um ótimo exemplo dado por Bielschowsky é a distinta concepção que ganhava, à época, a polêmica entre estruturalistas e monetaristas, o que dava ao uso desses termos no debate brasileiro distinta formulação em relação a outros contextos.

Campos estava, naquela época, longe de ser um economista ‘ortodoxo’, ou seja, de pensar de acordo com os postulados liberais ou neoliberais. No início dos anos 50, sua defesa da industrialização com apoio do Estado e de planejamento colocava-o em franca confrontação com a essência da ortodoxia liberal e o identificava com a nata da heterodoxia teórica do subdesenvolvimento, isto é, com autores como Prebisch, Nurkse, Singer, Lewis e outros. Além disso, mesmo quando se consideram as análises que fez, antes de 1964, da questão que mais contribuiu para a formação da sua análise de economista ortodoxo – isto é, mesmo quando se examina sua posição frente a problemas monetários e cambiais – essa imagem mostra-se imperfeita. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 105)²⁷⁶

Nesse momento, a aliança com os “desenvolvimentistas nacionalistas” se mostrava natural, pois “pouco havia nos discursos de Campos de 1952 que não pudesse merecer o aplauso dos nacionalistas” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 344). Já “na segunda metade dos anos 1950, quando (..) a industrialização com apoio estatal já aparecia como um fato consumado”, o cenário do debate econômico passa a privilegiar outros aspectos, que progressivamente afastam Campos da companhia dos nacionalistas e o aproximam da ortodoxia liberal²⁷⁷. A distância se consolida a partir da recessão do início dos anos 1960²⁷⁸, responsável pelo fortalecimento do debate sobre questões redistributivas até então relegadas a segundo plano pelos desenvolvimentistas, que se mostravam confiantes nas benesses da industrialização como remédio para todos os males. Consolidada a industrialização e decadente o crescimento pela via da substituição de importações, passava ao primeiro plano não a questão do crescimento, mas como iam ser divididos os recursos em tempos de escassez. Temas como a estabilização monetária e o lugar do capital estrangeiro, que já antes dividiam o campo desenvolvimentista de Bielschowsky, ganham grande importância e reconfiguram a organização do debate econômico.

Com os desenvolvimentistas ‘não nacionalistas’ ocorria uma crescente aproximação com a posição dos neoliberais, sem que abandonasse, porém, os seus princípios básicos. É fácil entender. Naquele momento de auge do desenvolvimentismo, a questão de o país dever ou não industrializar-se, ou caber ou não o planejamento da industrialização, deixara de ter a relevância do passado. Campos podia, por exemplo, ignorar a oposição de Gudin a políticas de industrialização, assim como este podia perdoar a inclinação pró-planejamento de Campos – pois, afinal, o planejamento da industrialização já era fato consumado – e os dois unir-se na defesa da estabilização monetária e do capital estrangeiro. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 409-410)

²⁷⁶ Bielschowsky ressalta ainda que “a ênfase do próprio Campos em estabilidade monetária é historicamente datada: ocorreu na segunda metade dos anos 1950, quando o BNDE e os grupos consultivos estavam em intensa atividade, e a industrialização com apoio estatal já aparecia como um fato consumado.” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 330)

²⁷⁷ Campos, que tece enfáticos elogios à interpretação de Bielschowsky, o que, por certo não a torna necessariamente válida, dedica boas páginas de suas memórias a esse caminho rumo ao liberalismo.

²⁷⁸ Sobre a situação da economia brasileira no período ver: ABREU, 1990.

Nesses novos tempos, sob a ótica do debate adotada por Bielschowsky, já seria possível ver Campos como liberal, o que ganha força com as transformações do seu próprio pensamento no pós-1964. Para a ótica da presente tese, que vê o liberalismo não como uma doutrina econômica, mas como uma visão de mundo, o autor dos anos 1940 e da primeira metade dos anos 1950 já é, mesmo antes das transformações na conjuntura e em seu pensamento, um liberal, assim como outros protagonistas do desenvolvimentismo “não nacionalista”. Se no campo da Economia o elogio ao planejamento e à intervenção estatal, mesmo que suplementar ao Estado, já afasta para alguns os autores do campo liberal, o mesmo não se dá no debate da história e da teoria política. O problemático uso de definições pela negação, - tal como presente no termo “não nacionalista” - quase sempre imprecisas, pode ser, nesse caso, com ganho substituído pela identificação de um outro tipo de liberalismo, um pouco menos otimista em relação a plena eficiência do mercado, mas ainda assim identificado com diversos pressupostos da visão liberal do mundo.

Mesmo que por razões distintas do presente trabalho, já que amparadas em uma obscura distinção entre os nacionalismos “de fins” e “de meios”, o próprio Campos faz boa ressalva ao conceito, propondo uma opção mais interessante sob o ponto de vista dessa pesquisa: “liberal desenvolvimentistas”²⁷⁹. O ponto, bem exposto pelo novo conceito, é demonstrar como a força da vaga desenvolvimentista foi capaz de mobilizar mesmo liberais mais moderados, que não viam na conjuntura de então alternativas a uma intensa atuação do Estado, mesmo que, é bom ressaltar, conjugada a forte participação da iniciativa privada, inclusive do capital estrangeiro. A presente perspectiva faz desse primeiro Roberto Campos, como já dito algumas páginas antes, o economista que mais se aproximava da perspectiva dos bacharéis udenistas.

O economista se mostrava à época distante de uma ortodoxia de corte manchesteriano, já que admitia a necessidade da intervenção estatal para superar os severos obstáculos enfrentados pelo desenvolvimento brasileiro. O planejamento, palavra da moda, era instrumento fundamental para a tarefa, sobretudo para superar aquilo que Campos chamava de “pontos de estrangulamento”, setores fundamentais da economia que por seu escasso desenvolvimento técnico, falta de investimento ou de capital humano adequado impediam o desenvolvimento de todas as demais áreas. O Estado deveria se preocupar, sobretudo, com

²⁷⁹ “A análise de Bielschowsky é substancialmente acurada, conquanto se possa acusar de inadequada a expressão “desenvolvimentismo não-nacionalista”. Todos nós considerávamos, como eu costumava dizer, nacionalistas de fins, porém não necessariamente de meios. A fórmula ideal, que eu costumava pregar, era o nacionalismo de fins, o internacionalismo de meios e o supra-nacionalismo de mercado. A expressão ‘liberal-desenvolvimentistas’ teria sido talvez a verbiagem mais acurada.” (CAMPOS, 1994, p. 168)

esses setores críticos, os quais teriam seus problemas identificados e solucionados pelo esforço de planejamento²⁸⁰.

O plano econômico para Campos não apenas se mostra muito menos ambicioso que a ideia cepalina de um planejamento integral da economia, que o economista tratava como impraticável, mas também emergia, à moda de Roberto Simonsen, como simples instrumento técnico, desprovido de maior semântica política ou ideológica²⁸¹. A importância do Estado não deveria em nenhum momento usurpar a ação fundamental da iniciativa privada, pouco importa se nacional ou estrangeira, já que, aos olhos de Campos, a origem do capital é problema secundário.

Os bacharéis udenistas, especialmente os modernizantes, adotam postura bem próxima a Campos ao longo da década de 1950. As opiniões são especialmente parecidas nas duas questões mais relevantes do debate econômico da época: o papel do Estado na economia e o tratamento do capital estrangeiro. A influência do discurso desenvolvimentista e das críticas acumuladas, já há algumas décadas, sobre o *laissez-faire*, os levava a ressaltar a necessária atuação do Estado no mundo político e econômico, diretamente vinculados a uma tradição nacional que sempre buscou conciliar princípios liberais ao protagonismo do Estado. Se esses bacharéis recusavam no mais das vezes um liberalismo econômico ortodoxo, eles, por outro lado, em nenhum momento negavam o papel fundamental da iniciativa privada em seu arranjo político-econômico e recusavam, quase sempre, as defesas mais arraigadas do nacionalismo. A UDN, como já mencionado algumas páginas antes, sempre ressaltou em seus programas a indistinção entre o capital nacional e o estrangeiro²⁸², assim como se mostrou frequentemente crítica do protecionismo. Pensando no quadro ideológico desenhado por Bielschowsky, nada mais coerente do que enquadrá-los no grupo dos “desenvolvimentistas não-nacionalistas”, tratados na presente tese como “liberal-desenvolvimentistas”.

As diferenças são tão ou mais eloquentes que as semelhanças. Distintamente da visão politizada da economia dos bacharéis, Campos construía um discurso de fortes tons tecnocráticos, onde predominava a linguagem da economia e a política desempenhava um frequente papel de ruído, a desestabilizar com sua retórica ideológica os precisos arrazoados

²⁸⁰ A teoria tem grande semelhanças, como bem ressalta o próprio Campos e Bielschowsky, com a que seria desenvolvida por HIRSCHMAN, 1960.

²⁸¹ Anos mais tarde, em suas triunfalistas memórias, redigidas logo após a Queda do Muro, Campos assim descreve sua visão dos planos à época: “Bem interpretado – dizia eu – o planejamento é um instrumento neutro, que pode tanto inviabilizar a economia de mercado (pelo planejamento socialista) como auxiliá-lo (pela clara definição de áreas próprias e áreas impróprias de intervenção governamental).” (CAMPOS, 1994)

²⁸² Apesar da divisão nas votações, fato também já ressaltado a partir de Maria Victoria Benevides (BENEVIDES, 1981).

econômicos. Enquanto os bacharéis udenistas representam o claro esforço de modernizar longevas linhagens brasileiras, acomodando-as as imposições dos novos tempos, Campos emerge como a imagem do moderno economista, que tanto prestígio teria nas décadas seguintes. Nesse sentido, a guinada que logo se iniciaria em seu pensamento, com a rejeição das suas influências keynesianas em prol de uma maior aproximação com Hayek, é perfeitamente condizente com sua construção enquanto ator político, muito mais confortável em um ideário que subjuga o político ao econômico²⁸³. Em meio a diferenças tão significativas, o leitor pode questionar as razões da comparação. Os motivos, que são muitos, aparecem a seguir.

A proximidade entre Roberto Campos e os bacharéis expõe o lugar do liberalismo no debate de época e revela as dificuldades que o conceito de mercado então encontrava, quando mesmo partidários das afinidades entre o liberalismo político e o liberalismo econômico, ponto que Campos já então defendia, faziam ressalvas à onipotência do mercado. O cotejo também demonstra como a posição mais ortodoxa de Gudin e Bulhões não era a única vertente liberal disponível no debate econômico da época, mas convivia com versões liberais mais flexíveis, que nutriam outras perspectivas sobre o lugar do Estado. Se o período registra um grande aumento da densidade do debate econômico, os bacharéis demonstram que mesmo falando de um lugar que, no fundo, relativiza a própria autonomia desse campo, não adotam argumentos e perspectivas arcaicas, mas dialogam, mesmo que com distintos pressupostos, em consonância com alguns dos grandes intelectuais do cenário econômico. O exercício, por fim, destaca um evento curioso: o partido que melhor caracterizava a oposição ao longo da República de 1946, estando à frente do poder apenas por curtíssimos períodos²⁸⁴, se mostra afinado no campo intelectual com o economista que esteve mais próximo da política econômica efetivamente realizada no período²⁸⁵. A questão, que pode lançar interessante luz

²⁸³ Campos adota em suas memórias - que, como já dito, estão profundamente atravessadas pelo clima apoteótico do capitalismo liberal com a Queda do Muro - tom extremamente cauteloso para falar das suas relações com Gudin e Bulhões na década de 1960. Ao mesmo tempo em que ele reconhece as diferenças de então, e com isso reforça a interpretação de Bielschowsky, ele se mostra profundamente elogios e próximo de Gudin, a quem trata por grande mestre e mentor. É inegável, contudo, que a posterior conversão de Campos ao mesmo credo neoliberal do decano economista condiciona todo o tom do relato.

²⁸⁴ A UDN se afirmou como partido hegemônico no Poder Executivo Federal apenas durante os curtos governos Café Filho e Jânio Quadros. Mesmo assim, deve-se ressaltar, nenhum dos dois ocupantes do Poder Executivo era um udenista 'puro sangue', mas, distintamente, personagens até mesmo filiados a outros partidos.

²⁸⁵ "Campos destaca-se nos anos 50 como um pensador certeiro. Foi, sem dúvida, o economista da nova ordem do Brasil, que passava da velha estrutura agrário-exportadora à nova estrutura de economia industrial internacionalizada. Campos apostou na industrialização pela via da internacionalização de capitais e do apoio do Estado - e ganhou. De todos os economistas brasileiros mais ativos, foi aquele cujo projeto desenvolvimentista esteve mais próximo da política de investimentos efetivamente realizada." (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 105)

sobre a UDN e o período, será analisada a partir da postura do partido ante a questão do monopólio estatal do petróleo.

3.3 – O caso do petróleo: o liberalismo e a questão nacional

O debate em torno do petróleo condensa boa parte das mais ferrenhas disputas da República de 1946. Discute-se, a partir da querela em torno do seu modo de exploração, temas como os limites da ação do Estado e do capital, a participação popular na cena política, o lugar dos militares nessa nova ordem institucional, dentre outros. O caso também expõe os limites de dois ideários que, partes de um substantivo composto de frequente uso nas análises do período – o nacional-desenvolvimentismo – possuem, todavia, dinâmicas próprias e peculiaridades que devem ser ressaltadas para a melhor compreensão da época. Cesar Guimarães é preciso ao apontar a questão:

Das ideias-força que empolgam o mundo do pós-guerra, a descolonização, em termos gerais, e o desenvolvimento (algo) planejado impõem certo consenso aos contendores da bipolaridade. Na realidade, como já observado, ambos acorrem a acudir as nações emergentes, numa competição em que o poder econômico americano bem pode desdenhar do seu rival. Não é o que acontece com o nacionalismo – já definido em termos de uma economia planejada ‘além da conta’ e de uma política externa independente. Nessas circunstâncias, a experiência corre o risco de ser ‘contida’ pelos Estados Unidos por todos os meios a ser dispor (...) O nacionalismo divide; a descolonização e o desenvolvimento (já sinônimo de industrialismo) não o fazem, ou o fazem com bem menos intensidade. Talvez não seja impróprio considerar de maneira mais precisa e definir com maior rigor analítico, no período em apreço, o que pertence à noção e à prática do nacionalismo e o que configura o desenvolvimentismo. Expressões como nacional-desenvolvimentismo já contribuíram para notáveis estudos – as referências comporiam não pequena biblioteca -, mas podem diluir diferenças cruciais, pois o nacionalismo econômico e políticas externas autônoma esbarram no limite do aceitável pelo contendor mais importante da Guerra Fria – é uma questão de *sua* segurança nacional (GUIMARAES, 2001, p. 159-160)

O ‘desenvolvimento’ se torna hegemônico, com a exceção das resistências dos liberais de praxe, entusiasmando até mesmo futuros protagonistas do liberalismo econômico brasileiro e merecendo amplo apoio internacional. O nacionalismo, por sua vez, ganha feições ameaçadoras tanto para as elites receosas da perda do seu lugar, caso dos bacharéis udenistas,

mas não apenas deles, como para o mais influente ator geopolítico para a América Latina, os E.U.A.²⁸⁶.

Ante os olhos norte-americanos, as veleidades autonomistas do nacionalismo implicavam interesses diversos dos “ocidentais”, o que implicava em adesão ao outro campo: a União Soviética. Os tempos eram difíceis mesmo para os cidadãos americanos, que em 1952 enfrentavam a fúria do Senador Mccarthy²⁸⁷, disposto a demonstrar, de todos os modos, que os que não aderiam entusiasticamente aos ‘valores americanos’ estavam, na verdade, do outro lado. As ambiguidades da ideia de nacionalismo à época, ao mesmo tempo identificado com o “Eixo” derrotado na recente guerra e com os esforços de descolonização e defesa nacional, tornavam-no ainda mais propício a funcionais “mal-entendidos”²⁸⁸. O léxico sanitário que retratava o comunismo – descrito pelas ideias de infestação, infiltração e contaminação²⁸⁹ - fazia, por sua vez, ainda mais fluidas as sempre difíceis distinções entre a política interna e a internacional.

O nacionalismo não assustava, todavia, apenas no âmbito externo, mas também surgia internamente como grande fonte de tensão e, justamente por isso, fundamental critério de distinção no mundo político. As razões estão, em parte, no sinuoso movimento político de Vargas, que ciente das transformações no clima da época, hostil às feições mais explícitas do Estado Novo, inicia, como precisamente destaca Werneck Vianna, uma “tentativa de canalizar em seu proveito as pressões democratizadoras” (VIANNA, 1999, p. 307) e busca “assumir a direção da liberalização do regime” (VIANNA, 1999, p. 307). Isolado pelos seus antigos aliados da classe dominante, Vargas “proporá um novo sentido para a mobilização das classes subalternas” (VIANNA, 1999, p. 309). Nesse momento, “ao invés de procurar orientá-las para

²⁸⁶ Cesar Guimarães aponta bem os riscos do uso genérico do conceito de contexto, que não dá conta para a efetiva atuação dos grandes atores nos cenários internacional e interno: “A política brasileiro não foi condicionada por um ‘contexto’, a Guerra Fria, como se essa fosse uma espécie de diáfano pano de fundo ou pior, a reificação de um ator político; a Guerra Fria é ‘contexto’ ou conjuntura histórica que envolve atores políticos – Estados, blocos – e suas ações dentro e fora de suas imediatas áreas de influência. No caso brasileiro, o ator-chave é percebido na política externa americana para com o Brasil, cujas variações respondem por importantes diferenças entre o segundo Governo Vargas e o Governo Kubitschek e pelo lugar do nacionalismo em cada um deles.” (GUIMARAES, 2001, p. 161)

²⁸⁷ Deve-se ressaltar que foi discutida no Congresso Brasileiro proposta diretamente inspirada no Senador Mccarthy, o chamado Projeto Dario de Barros (projeto 163-A de 1952) que propunha a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a infiltração comunista no Brasil, com especial atenção às Forças Armadas. O processo mereceu parecer contrário da Comissão de Segurança Nacional não pelo caráter despropositado do tema, mas porque o Poder Executivo estaria melhor equipado para a tarefa. (CONGRESSO NACIONAL, 1952)

²⁸⁸ “No pós-guerra, o entendimento do nacionalismo é extremamente complicado pela variação de seus sentidos num momento de acelerada mudança histórica. Os aliados derrotaram justamente os nacionalismos racistas e imperialistas do nazi-fascismo. O termo é marcado, conota práticas desumanas derrotadas pela civilização(..) Contudo, e também no imediato pós-guerra, o termo reaparece referindo-se à descolonização, às novas nacionalidades e às práticas defensivas de economias fragilizadas.” (GUIMARÃES, 2001, p. 160)

²⁸⁹ O aspecto é ressaltado por MOTTA, 2002.

dentro do aparato estatal (...) com o objetivo de mantê-las sob controle, perceberá no movimento operário e sindical o melhor aliado para a defesa das suas posições.” (VIANNA, 1999, p. 309).

O léxico utilizado para tal empreitada será o nacionalismo, já largamente utilizado pelo gaúcho à época do Estado Novo. A linguagem, todavia, assume novas feições nesses outros tempos, agora fortemente vinculada ao apelo à participação popular, que associa as questões da soberania e do desenvolvimento econômico (GUIMARAES, 2001, p. 164). O discurso nacional ultrapassa a abstração da semiótica estadonovista²⁹⁰ e fala em tom mais explicitamente político às massas urbanas, surgindo como único modo de contornar o isolamento político do antigo ditador. A inovação não será vista com bons olhos por seus antigos aliados e Vargas, em seu famoso discurso no Senado, atribuirá sua queda à “Questão nacional”²⁹¹.

Os esforços se revelam vãos em um primeiro momento, derrotado política e militarmente o “queremismo”, mas demonstram sua força no imaginário popular com o estrondosa votação de Vargas para a eleição presidencial de 1950. O ditador retornará presidente e buscará conciliar com a imagem de líder nacionalista sua decantada qualidade de composição e negociação. A historiografia do Segundo Governo Vargas caminha cada vez mais no sentido de reconhecê-lo, na esteia do influente trabalho de Maria Celina D’Araújo (D’AUARUJO, 1992)²⁹², enquanto constante esforço de composição entre forças diversas, como bem demonstram suas heterodoxas composições ministeriais. Mesmo coadjuvado pelo retorno do afã conciliador, a linguagem nacionalista não será tolerada pelas elites políticas de então, merecendo uma variada coleção de epítetos negativos aos olhos dos críticos, como peronismo e comunismo. Distantes da aposta em um liberalismo de corte americano, que pressuporia a liberação da terra e do mercado de trabalho²⁹³, e inaptos na tarefa de propor outras formas de controle das massas urbanas, os udenistas abraçam a ordem corporativa quando seu criador em terras brasileiras se mostrava cada vez mais afastado delas, como bem expõe Werneck Vianna:

²⁹⁰ Sobre o tema ver SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984.

²⁹¹ Sobre o discurso, Joao Almino destaca: “Dois anos depois, falando ao Congresso, Vargas dirá que sua queda não se devia à questão da democracia, mas à questão nacional. Na realidade, Vargas tem razão. Não por ter sido esta a questão que criou um conflito básico que tenha levado à queda; mas porque indiretamente foi a partir desta questão, com a aprovação da “Lei Malaia” e as discussões que se seguiram, que se realizou a nova rearticulação política de Vargas, que, trazendo ao cenário ativo a classe trabalhadora, fazia tremer aqueles que primeiro havia proposto a abertura do regime, os liberais identificados com a burguesia, desejosos de realizar a democratização pelo alto e sem a participação popular.” (ALMINO, 1980, p. 64)

²⁹² No mesmo sentido, argumenta em relação a política econômica VIANNA, 1990; FONSECA, 2009, 2011.

²⁹³ As ideias são de Werneck Vianna e se encontram amplamente desenvolvidas em VIANNA, 2004.

...o liberalismo de seus adversários não poderá coexistir com uma classe operária isenta dos mecanismos institucionais de controle previstos na CLT. A própria condição do novo pacto liberal será expressa na lei, nas instituições e na prática política - pela possibilidade de se manter os assalariados, e a classe operária em particular, dentro de canais sobre a jurisdição do Estado. (VIANNA, p. 310-311).

Inapta para “realizar sua vocação de classe num mercado de trabalho livre” (VIANNA, p. 315), a burguesia nacional não dispõe do “controle político-ideológico das demais classes e camadas sociais” (VIANNA, p. 315), o que condiciona “o pluralismo liberal em política” (VIANNA, p. 315). à existência de um mercado de trabalho e de sindicatos “alinhados em e por instituições corporativas e semicorporativas” (VIANNA, p. 315). Ante esse cenário, em razão do seu discurso e da reação de seus adversários, assim como das alternativas por eles propostas, não resta dúvida de que Vargas se coloca à esquerda do espectro político²⁹⁴. Comentando o célebre discurso de Vargas quando do anúncio do aumento de 100% do salário mínimo, em 1954²⁹⁵, Cesar Guimarães explicita as razões e consequências desse “lugar” de Vargas no cenário político de então, muitas vezes ofuscado pelas leituras que compreendem toda a atuação do ex-ditador pela chave do populismo²⁹⁶: “Demagogia banal, tática perigosa de político acuado, radicalização verbal irrelevante de ‘1º de maio’, pode-se lançar um sem número de motivos para as palavras do velho ditador. Difícil é suprimi-las. Ademais, que importância tem os motivos e as intenções diante das consequências?” (GUIMARAES, 2001, p. 166). Para além das intenções ou cálculos, o gaúcho, amparado em nacionalismo de forte caráter popular, se colocava no campo progressista da época. Por isso o lado conservador do 29 de outubro²⁹⁷, como bem destaca Werneck Vianna²⁹⁸, e reacionário do 24 de agosto.

Os militares desempenham papel central nesse enredo. Protagonistas da implantação do Estado Novo e do seu fim, eles operam em dois níveis na República de 1946. Deve se ressaltar, primeiramente, a função análoga ao Poder Moderador desempenhada pelas Forças Armadas, que durante todo o tempo requer para si a definição dos limites do ordenamento

²⁹⁴ “O Segundo Governo Vargas apresentou-se discursivamente como portador de um nacionalismo de caráter popular que alarmou os adversários e, afinal, seus aliados de centro (na vida partidária, o PSD). Insisto, talvez excessivamente, que esse nacionalismo (econômico e apontando para uma política externa mais autônoma) está à esquerda do espectro ideológico exatamente porque requer o apelo à participação política das massas.” (GUIMARÃES, 2001, p. 166).

²⁹⁵ “E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses como influir nos próprios destinos da nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituis a maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo.” (VARGAS apud SILVA, 1976, p. 137)

²⁹⁶ O conceito merecerá uma mais detida discussão no capítulo 4.

²⁹⁷ As ressalvas ante o 29 de outubro se justificam pelo fato de que, adversários à parte, não se pode ler apenas negativamente o fim, mesmo que formal, de um regime de exceção como o Estado Novo.

²⁹⁸ “O 29 de outubro significava que as classes econômica e socialmente dominantes não admitiam a interferência dos “de baixo”, na concepção do plano geral do sistema da ordem” (VIANNA, 1999, p. 315)

jurídico e a avaliação última da sua legitimidade²⁹⁹³⁰⁰. Há, todavia, outra face do Exército no pós-1945. Mais distantes do centro do aparato estatal, onde estiveram ao longo do Estado Novo, eles perdem postos burocráticos importantes e passam a atuar com maior ênfase na periferia do sistema, inclusive recorrendo a mobilizações sociais, tática que não eram posta em prática desde os longínquos tempos do tenentismo³⁰¹

Se o Exército sempre esteve atravessado por tensões e discordâncias, essas mudanças tornam as dissensões ainda mais explícitas e intensas. O Clube Militar ocupa, nesse processo, lugar privilegiado enquanto espaço de exposição dos lados em disputa, seja em suas disputadas eleições ou como fórum dos debates que dividiam a oficialidade³⁰². A divisão se organizava, segundo Antônio Carlos Peixoto, entre cosmopolitas e nacionalistas (PEIXOTO, 1980), tendo o ideário nacional como eixo. Merecem especial destaque dois acirrados pleitos onde os dois grupos se enfrentaram, com a vitória dos nacionalistas liderados pelo General Estillac Leal, que seria Ministro da Guerra de Vargas, em 1950, e a revanche dos cosmopolitas, em 1952, com o General Cannonbert da Fonseca.

As disputas não ecoavam apenas nos quartéis, mas mobilizavam toda a sociedade e tinham grande relevância para as decisões político-partidárias, já que funcionavam como verdadeiro termômetro das posições do Exército. José Murilo chega mesmo a afirmar que “O General Estillac Leal foi lançado candidato à presidência do Clube Militar como uma espécie de teste da viabilidade militar da candidatura do ex-ditador” (CARVALHO, 2005, p. 112). Os ecos das disputas política militares não param nessa eleição. A mobilização que deu a vitória

²⁹⁹ O tema merece aprofundada análise em COELHO, 2000.

³⁰⁰ Wanderley Guilherme dos Santos destaca como o lugar ocupado pelo Exército na conjuntura brasileira deve ser explicada pela relativa tibieza da burguesia brasileira, que demonstra “desinteresse (...) por três pilares mais importantes para a constituição de uma sociedade liberal, a saber a organização militar, o sistema educacional e a burocracia pública.” (SANTOS, 1998, pág. 57).

³⁰¹ A mudança no lugar dos militares é bem exposta por Luciano Martins: “O deslocamento da burocracia militar é ainda mais claro e, ademais, acentuado por sua divisão. De fiadores do Estado Novo os militares se veem degradados ao lugar de grupo de pressão. A presença de um general (Dutra) na Presidência da República não é suficiente para ocultar o fato – bem que ele serve de qualquer forma a desdramatizá-lo – que os militares são também obrigados a procurar alianças fora do universo burocrático e de recorrer à prática da mobilização popular. A luta entre facções torna esse movimento mais dinâmico, ao mesmo tempo que ele serve para encobrir aquilo que há de essencial nele: os esforços dos militares para encontrar os recursos políticos de troca necessários para manter sua posição no sistema de decisões.” (tradução nossa) “Le déplacement de la bureaucratie militaire est encore plus net et, de plus, accentue par sa division. DE garants de l’Estado Novo les militaires se voient dégradés au rang du group de pression. La présence d’un general (Dutra) à la Présidence de la République n’est pas suffisante pour desguiser le fait – bien que il serve em quelque sorte à le dedramatiser – que les militaires sont eux aussin obligés de chercher des alliances hors de l’univers bureaucratique et de faire appel à la pratique de la mobilisation populaire. La lutte entre factions rend ce mouvement plus dynamique, em même temps qu’elle sert a voiler ce qu’il y a d’essencial em lui: l’effort des militaires pour trouver les ressources politiques de “rechange” nécessaires au maintien de leur position dans le système de décisions.” (MARTINS, 1976, p. 331-332)

³⁰² Sobre o papel do Clube Militar à época, a referência é PEIXOTO, 1980. José Murilo de Carvalho também ressalta aspecto semelhante em CARVALHO, 2005, p. 113.

dos cosmopolitas em 1952 também está diretamente relacionada com o crescimento de sentimento antinacionalista na oficialidade, que deságua no Manifesto dos Coronéis - organizado por Golbery Couto e Silva, em 1953, para atacar, à pretexto do aumento de 100% do salário mínimo articulado por Jango, as articulações populares do nacionalismo varguista - e no golpe de agosto de 1954, frustrado apenas pelo suicídio de Vargas. A questão do petróleo, que ocupou espaço privilegiado nas disputas militares, é um ótimo caminho para compreender as mudanças no papel dos militares após o Estado Novo, já que expressa o novo lugar da Forças Armadas no Estado e sua clara vinculação a amplas manifestações populares.

O tema do petróleo começou a frequentar os debates públicos no início do século XX, mas apenas na década de 1930, com a promulgação do Código de Minas³⁰³ e a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938, a questão alcançou maior relevância dentre as preocupações governamentais. A criação de um órgão público como o CNP, diretamente vinculado à Presidência, expõe a crescente relevância do tema, resposta aos novos tempos que então se delineavam no horizonte³⁰⁴. A conduta tradicionalmente omissa do Estado brasileiro em relação ao petróleo não era, todavia, mais possível, devido a dois novos fatores: a proximidade de uma nova guerra mundial e o amplo impulso industrializante na economia brasileiro. Os dois processos estavam diretamente vinculados, com a guerra a aumentar o custo do petróleo e a industrialização a elevar a demanda brasileira do combustível fóssil, combinação responsável pela desestabilização da balança comercial do país. Agir se tornava imperativo e o CNP foi um claro sintoma dessa transformação (COHN, 1968, p. 39). O processo de criação do órgão, com o protagonismo do outrora tenente Juarez Távora e do General Horta Barbosa, já demonstra como desde os primeiros momentos esteve presente um intenso protagonismo militar no debate sobre o petróleo, cuja exploração era tratada, em seus discursos, como verdadeira questão de segurança nacional.

³⁰³ O Código, promulgado em 1934, desvinculou a propriedade do solo da do subsolo e submeteu a jazidas minerais nele contidas a propriedade da União, que precisava agora autorizar qualquer exploração particular.

³⁰⁴ De acordo com Gabriel Cohn, a criação do órgão público, diretamente vinculado à Presidência da República, é fortemente influenciado pelos debates anteriormente acumulados, principalmente a partir de 1936, quando o escritor e intelectual público Monteiro Lobato tece fortes críticas ao modo pelo qual a questão do petróleo vinha sendo conduzida. Segundo Lobato, o monopólio público do petróleo, determinado pelo Código de Minas, e a inépcia administrativa do Estado perante o tema adequavam-se perfeitamente aos interesses das grandes multinacionais do petróleo, como a Standard Oil, que pela momentânea superprodução e pelo desejo de resguardar um amplo mercado consumidor, como o Brasil, não almejavam a exploração do nosso petróleo. A saída era a liberação da pesquisa e lavra para todos os interessados, o que permitiria um mais claro resguardo dos interesses nacionais. O governo reage às acusações através do General Juarez Távora, ministro da Agricultura, que prenuncia a enorme relevância dos militares para o tema, e dois anos depois, com o poder central ainda mais fortalecido pelo Golpe de 1937 cria, sob o comando de outro militar extremamente ativo no debate, o General Horta Babosa, o CNP. O monopólio estatal permanecia, mesmo com algumas críticas, e agora era reforçado pela a maior concentração de poder no executivo. Sobre o debate ver: COHN, 1968, p. 19-38.

A partir de meados da década de 1940 se inicia um ciclo de ampla movimentação política, com emergência de fortes pressões a favor da exploração privada das reservas petrolíferas brasileiras³⁰⁵. A Constituinte é palco de intensos debates entre os integrantes da corrente nacionalista e os defensores do capital internacional. A vaga formulação do artigo 119, parágrafo 1º- ao determinar que “as autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou sociedades organizadas no Brasil” – apenas expõe a divisão política que ali tinha vez. A incapacidade de qualquer imposição definitiva pelos dois lados recai em um intenso combate, que perdura até 1952 e tem no projeto do Estatuto de Petróleo, de 1948, e na Campanha do Petróleo, iniciada em 1947, dois relevantes marcos.

O Estatuto do Petróleo, relatado pelo udenista Odilon Braga, ex-ministro da Agricultura e parte constante dos debates sobre o combustível fóssil, aproveitava as possibilidades abertas pela Constituição de 1946 para acabar com o monopólio estatal da exploração do petróleo, permitindo a lavra e pesquisa por empresas estrangeiras. O texto legal reflete as mudanças no Conselho Nacional de Petróleo, outrora presidido pelo nacionalista Horta Barbosa e agora sob chefia do Coronel João Carlos Barreto, entusiasta da abertura às multinacionais do setor. As enormes semelhanças entre a exposição de motivos nº 2.558, de 1945, e o projeto de Estatuto expõe com clareza a nova orientação do CNP no debate.

A UDN então se mostrava majoritariamente favorável a participação do capital privado, estrangeiro e nacional, na exploração das reservas minerais, como inclusive prenuncia trecho do seu Programa, promulgado alguns anos antes, no qual defende que é necessário “apelar para capital estrangeiro necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas.” (FRANCO, 1946, p. 321). Os esforços são liderados pelo deputado Odilon Braga, relator do Estatuto e histórico líder udenista, e pelo General Juarez Távora, que mesmo não filiado à UDN é extremamente próximo ao partido, que o apoiaria como candidato à Presidência alguns anos depois. Anos antes, enquanto ministros do Governo Vargas, os dois defenderam a solução estatista do Código de Minas, mas naquele momento o contexto surgia com distinta feição. O internacionalismo do imediato pós-guerra tornava o liberalismo econômico mais forte do que o seria alguns anos depois, quando a torrente desenvolvimentista, que ainda se anunciava de forma mais moderada, se mostraria mais intensa³⁰⁶.

³⁰⁵ O fato encontra suas razões não apenas na política interna, mas também precisa ser analisado a partir da conjuntura internacional. Daniel Yergin aponta que após Segunda Guerra Mundial acelerou-se o uso da matriz energética do petróleo, que rapidamente substituiu o carvão como fonte principal de energia. (YERGIN, 2011)

³⁰⁶ A interpretação é de Bielschowsky (2004), que vê no período entre 1945 e 1947 um equilíbrio de forças entre os discursos liberal e desenvolvimentista.

Especial destaque tiveram as conferências de Juarez Távora³⁰⁷ no Clube Militar, onde ele desenvolveu ampla argumentação pelo papel necessário do capital estrangeiro na exploração do petróleo³⁰⁸. A questão era exemplarmente tratada a partir dos dois principais argumentos dos cosmopolitas: a insuficiência do capital nacional ante a enorme dimensão da tarefa³⁰⁹ e as nefastas consequências da tradicional imobilidade do Estado brasileiro para a segurança nacional. Merece destaque a abordagem do antigo tenente para a ideia de “segurança nacional”, que tanta relevância teria até 1964, sobretudo a partir da criação da Escola Superior de Guerra (ESG), onde Távora teve direto envolvimento. A segurança nacional era vista não como tema vinculado à sorte de países isolados, mas enquanto questão ocidental, que afetaria o destino de todo o mundo civilizado, ao qual o Brasil deveria se mostrar solidário³¹⁰. Távora critica o “exclusivismo egoísta” (TÁVORA, 1955) dos que somente olham para os limites das nossas fronteiras e desconhecem os processos geopolíticos mais amplos nos quais o país se insere. Tal tipo de “radicalismo nacionalista” prejudicaria não apenas o futuro da economia nacional, mas a própria segurança do país enquanto membro do bloco ocidental³¹¹, tudo isso por receios excessivos, fundados em um olhar unidimensional para a questão³¹². Não haveria, nesse sentido, uma contradição entre o desenvolvimento da economia nacional e a adesão a esse bloco ocidental, mas uma perfeita e necessária complementariedade entre as duas dimensões, o que justificaria a abertura das reservas

³⁰⁷ Uma boa exposição da perspectiva de Juarez Távora está em CARVALHO, 2005.

³⁰⁸ As conferências foram reunidas no livro: TÁVORA, 1955. Távora também discute o tema em outras obras, como TÁVORA, 1956. Os eventos, todavia, merecem menção curiosamente discreta em suas memórias (TÁVORA, 1976, p. 205-206). Mesmo sendo um personagem extremamente relevante do século XX brasileiro, com participação decisiva em muitos momentos, era de se esperar que Távora dedicasse mais atenção a uma questão tão relevante, onde o militar desempenhou papel tão fundamental.

³⁰⁹ Távora resume assim a questão em conferência da década de 1950, logo em seguida a criação da Petrobrás: “A aceleração imediata do desenvolvimento de nossa indústria petrolífera, sobretudo em seu aspecto básico de produção primária, deveria, a meu ver, ser tentada, estimulando-se a cooperação da iniciativa e do capital privado, nacionais e estrangeiros, em concorrência com o Estado, pelo menos até se atenuar, satisfatoriamente, o grande equilíbrio ora existente entre produção e consumo. Com a adoção, desde já, do monopólio estatal, para toda atividade petrolífera nacional, receio, com boas razões, que não alcançaremos, tão cedo, nossa autossuficiência em petróleo e que, em consequência, sejamos levados a sacrificar, desnecessariamente, às exigências de um nacionalismo exagerado, o atual ritmo de desenvolvimento econômico-social do país.” (TÁVORA, 1956, pág. 249)

³¹⁰ Sobre o conceito de segurança nacional ver REZNIK, 2004.

³¹¹ “Os nossos irmãos do continente – especialmente os norte-americanos, dispendo de amplos recursos e interessados, como nós mesmos, nesse reforço da segurança continental – devem ajudar-nos em nossas necessidades iniciais, proporcionando-nos, sem preocupações de imperialismo ou de monopólio, os capitais, os equipamentos de que necessitamos, para cumprir, com oportunidade e eficiência, a tarefa nacional e continental que nos cabe” (TÁVORA, 1955, p. 23)

³¹² “Sem discutir o mérito desse radicalismo nacionalista, podemos concluir, numa afirmação preliminar, que o Congresso não parece ter levado em consideração a urgência imposta à solução do problema petrolífero, de um lado, pela escassez de energia que já tolhe e ameaça asfixiar nosso desenvolvimento econômico, e, de outro lado, por imperativos inelutáveis da própria segurança nacional. Parece ter-se impressionado mais com aspectos extrínsecos do problema, ligados a receios pânticos de açambarcamento de nosso petróleo pelos trustes internacionais” (TÁVORA, 1956, p. 255)

petrolíferas brasileiras ao capital estrangeiro. Luciano Martins expõe com grande precisão o cerne do argumento de Távora:

A evolução é clara: do objetivo inicial ou exclusivo de reforçar a ‘economia nacional’ se passa a um segundo objetivo simultâneo (a defesa ‘do mundo civilizado’) e esse último acaba por recair sobre o primeiro, já que Juarez defende a necessidade de responder aos interesses dos Estados Unidos. Mais exatamente: os dois objetivos não são percebidos como contraditórios, pois que Juarez já pensa em termos de uma integração do Brasil a ‘estratégia global’ dos Estados Unidos. Integração que ganha aqui uma expressão geopolítica: o que Horta Barbosa chamava ‘campos petrolíferos nacionais’, Juarez nomeia ‘campos americanos’ ou ‘do continente’.³¹³ (MARTINS, 1976, p. 323)

Távora será o porta-voz exemplar dessa perspectiva nas Forças Armadas, onde terá a seu lado numerosas figuras, como Cannonbert e Golbery Couto e Silva, expoentes da vitoriosa chapa da Cruzada Democrática³¹⁴, mas também encontrará companheiros em outros locais, como dentre os economistas, onde liberais e liberais-desenvolvimentistas, como Roberto Campos³¹⁵, farão firme campanha contra o monopólio. Articulados no debate intelectual e no campo político, os defensores de um modelo de exploração através do capital estrangeiro quase triunfam em 1948 e permanecem articulados em batalhas posteriores, mas acabam ultrapassados pela enorme mobilização que cerca o tema.

Não é nenhum exagero afirmar que a campanha “O Petróleo é nosso!”³¹⁶ representa um dos mais relevantes capítulos da história das grandes manifestações populares no Brasil. O fenômeno, por outro lado, testa os próprios limites da República de 1946 e em certo sentido dá concretude, ao lado do apoteótico retorno de Vargas³¹⁷, aos fundamentos populares até então restritos às abstrações das cláusulas constitucionais. Se a nova ordem se inicia conjugando os tradicionais verbos autoritários do Estado Novo em relação às classes populares, ela progressivamente vê que o acúmulo de lutas e os efeitos de um amplo sufrágio eleitoral, mesmo que ainda restritivo, acabam por ultrapassar os limites impostos por cima.

³¹³ “L’evolution est Claire: de l’objectif initial ou exclusif de renforcement de ‘l’economie nationale’ on passe à une deuxième objectif simultané (la défense ‘du monde civilise’) e ce dernier finit par l’emporter sur le premier, car Juarez, défend la nécessité de faire place aux intérêts des Etats-Unis. Plus exactement: les deux objectifs ne sont pas perçus comme contradictoires, car Juarez pense déjà en termes d’intégration du Brésil à la ‘strategie globale’ des Etats-Unis. Integration que prend déjà ici une expression. ‘géopolitique’: ce que Horta Barboza appellait ‘champs pétroliers nationaux’, Juarez les nome ‘champs américains’ ou ‘du continent’”(MARTINS, 1976, p. 323)

³¹⁴ A referência é às eleições de 1952 no Clube Militar.

³¹⁵ Anos depois, em suas memórias, Campos assim retrata sua posição à época: “a presença do Estado, para ser eficaz, não precisa ser monopolística pois ele dispõe de imenso poder regulatório que pode ser utilizado para temperar, com motivação social, a dinâmica do lucro privado. (...) Parecia-nos, a mim e ao Glycon, muito mais inteligente deixar que, com recursos estrangeiros, se desenvolvesse mais rapidamente o potencial petrolífero...” (CAMPOS, 1994, p. 198-199)

³¹⁶ A principal instituição da campanha é o Centro de Estudos de Defesa do Petróleo (CEPDEN)

³¹⁷ A ideia é de Cesar Guimaraes que vê na eleição do antigo ditador a consolidação da nova ordem democrática.

Nascida em meio ao duro Governo Dutra- muito mais repressivo em relação às manifestações operárias que o Vargas dos últimos anos do Estado Novo³¹⁸ – a campanha resiste às violentas perseguições policiais³¹⁹, que a retratavam como simples expressão do comunismo, e se afirma como decisiva força política nos tempos mais amenos do Segundo Governo Vargas.

A Petrobrás será a mais forte expressão do desenvolvimentismo e do nacionalismo de corte popular, capaz de agregar em uma só frente militares nacionalistas, comunistas, estudantes e operários. Trata-se, de fato, do primeiro experimento do que seriam as grandes frentes de esquerda da década de 1960, mas, construída num momento em que seus futuros adversários ainda não gozavam da organização que demonstrariam anos depois, menos influentes nas Forças Armadas e no empresariado³²⁰. Rômulo Almeida, o célebre líder da Assessoria Econômica³²¹ e um dos protagonistas do projeto varguista, expõe bem o clima da época, ao distinguir os casos do Petróleo e da eletricidade: “Eu acho que no caso da Petrobrás já havia um mito. Havia uma mitologia, um negócio, um movimento popular, emocional, desencadeado. Com militares, com Arthur Bernardes, com todo mundo. Além do motor, da capacidade de mobilização pessoal dos comunistas” (ALMEID, 1988, p. 44)

A conduta de Vargas ao longo do Segundo Governo ganhará tom conciliador, em estilo que ele bem domina e nos moldes impostos pela difícil conjuntura da época. Ao mesmo tempo em que dialoga e mobiliza com as massas urbanas, tenta conciliar com as elites assustadas e com os interesses externos, sobretudo americanos, contrariados. O rumor das ruas chegava nítido ao Palácio do Catete e pautava políticas importantes do governo, mas lá encontrava, quase sempre, formulações mais amenas. Vargas se colocava à esquerda nas disputas da época, mas ainda buscava dar formas mais conciliatórias ao clima agitado dos movimentos populares. O mesmo presidente que nomeia um incontestado líder nacionalista para o Ministério da Guerra, Estillac Leal, firmava acordo militar em 1952 com os Estados Unidos, acenando para os cosmopolitas e desagradando os nacionalistas mais exaltados, como o próprio Estillac, que renuncia do seu posto. O caso da Petrobrás expressaria, de acordo com a maior parte da bibliografia sobre o tema (COHN, 1968, D'ARAÚJO, 1992; MARTINS,

³¹⁸ Para a adesão de Dutra às práticas corporativas estadonovistas e sua distinção em relação ao fim do Estado Novo ver: VIANNA, 1999, ALMINO, 1980.

³¹⁹ Os comunistas de fato tiveram grande protagonismo no movimento, naquele que foi a principal atuação pública do PCB em tempos de negação da política institucional. Sobre os comunistas e o período ver BRANDÃO, 1997. Sobre a repressão a Campanha do Petróleo e a perseguição aos comunistas na época ver: REZNIK, 2004.

³²⁰ O tema será tratado no próximo capítulo, mas já se adverte que não se trata de superestimar a organização da direita nos anos 1960, mas apenas de uma comparação com seu estado da arte na década de 1950.

³²¹ A Assessoria econômica de Vargas merece uma ampla bibliografia. Dentre os muitos títulos, podemos destacar: GOMES, DIAS, 1994 e LIMA, 2013.

1976), esse esforço de conciliação, expresso na tensão entre a mensagem presidencial, claramente afinada com um nacionalismo popular³²², e a abertura ao capital externo, mais ao feitio dos opositores da Campanha do Petróleo. Uma análise mais próxima do evento, todavia, se impõe.

A tensão entre projeto e mensagem não foi identificada por posterior esforço historiográfico, mas esteve presente na percepção dos atores da época, mesmo naqueles próximos a Vargas e distantes tanto da oposição udenista quanto da linha oposicionista que os comunistas sustentavam à época. Esse é o caso de Eusébio Rocha, deputado petebista que propõe projeto de tom mais nacionalista, no qual prevê que somente pessoas jurídicas de direito público interno seriam acionistas da Petrobrás, vedado o acesso ao capital privado, externo e interno. Dentre as justificativas da sua iniciativa legislativa, que modifica o projeto da base governista a qual pertence, o deputado inclui: “O enfraquecimento da posição do Estado pela contribuição do capital privado, nacional ou não” (ROCHA, 1952), o qual estaria “em contraste flagrante com a tradição do Chefe do Governo e com a sua palavra expressa na Mensagem” (ROCHA, 1952). Depois de citar trecho de tom extremamente nacionalista da mensagem de Vargas, Eusébio conclui que, com seu projeto, “o Estado Brasileiro, na forma dos desejos do Sr. Presidente da República, poderá assumir de forma direta e exclusiva a política petrolífera nacional com todas as vantagens, realçadas por S.Ex^a.” (ROCHA, 1952). Sua iniciativa seria, em suma, mais adequada à mensagem presidencial, à tradição varguista e ao lugar que o presidente ocupava no cenário político de então.

A mensagem, de fato, recorria sem grande temor à gramática do nacionalismo de corte popular, linguagem preferencial da Campanha do Petróleo. Depois de um início onde se ressaltava a relevância da questão, com o petróleo retratado como elemento fundamental para industrialização do país e, portanto, para seu desenvolvimento³²³, o discurso recorre a diversos

³²² Deve-se ressaltar, aliás, que ao longo da campanha à Presidência Vargas assume tom fortemente nacionalista sobre o tema: “... somos contrários, sim, à entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas ao controle de companhias estrangeiras, geral a serviço do capital cosmopolita ... o que constitui alicerce de nossa soberania não pode ser entregue a interesses estranhos.” (VARGAS, 1951, p. 303).

³²³ “A análise da situação internacional e de todo o problema do suprimento regular de derivados do petróleo de que dependem o desenvolvimento econômico e a segurança da Nação, levou o Governo a concluir que se impõe um grande esforço no sentido de acelerar e ampliar os empreendimentos nacionais nesse setor de atividade. (...) Ao Poder Executivo afigurou-se imperioso, em face dos interesses nacionais apelar para os recursos financeiros e humanos da Nação com o fim de reduzir, em prazo relativamente curto, o grau de dependência em que se encontra o país quanto ao seu suprimento de derivados do petróleo. (...) O crescimento das importações de derivados de petróleo processa--se, aliás, quanto à volume e valor, em ritmo mais acelerado que o das outras mercadorias que adquirimos no exterior, A percentagem das divisas dispendidas com a sua cobertura tende a aumentar, no tempo, de forma a causar apreensões em relação à regularidade futura de suprimento, ao país, de tais produtos (...) Somente a produção interna em volumes compatíveis com o consumo permitirá assegurar o desenvolvimento da economia nacional naquilo que dependa de combustíveis líquidos. Para esse fim torna-se

topos retóricos do nacionalismo. O protagonismo popular merece destaque, já que se trata da “tarefa da conquista do petróleo pelo nosso povo, sob a direção do Governo nacional” (VARGAS, 1952). O combustível líquido é representado como “fator básico para a emancipação econômica e o bem-estar social do nosso povo” (VARGAS, 1952), que “influirá decisivamente na posição internacional do Brasil.” (VARGAS 1952).

As marcas do desenvolvimentismo da Assessoria Econômica da Presidência, com sua forte influência cepalina, se fazem presentes na relativamente longa explicação sobre a “deterioração dos termos de troca” e sobre como as inversões, através de impostos, no petróleo impediriam o gasto de capital em “artigos de consumo suntuário ou em atividades virtualmente improdutivas para o bem-estar coletivo” (VARGAS, 1952), o que reduziria, pela perspectiva dessa corrente, os efeitos inflacionários à curto prazo.

O texto, por fim, elege como maior ameaça a implantação de um hipotético monopólio privado que viesse a transformar as riquezas nacionais em vantagens particulares: “o real perigo a evitar seria o de que, através da participação do capital privado, agissem grupos monopolísticos de fonte estrangeira ou mesmo nacional” (VARGAS, 1952). O projeto, todavia, antes de abrir uma porta para essa possibilidade seria munido de todas as armas para afastá-la. Em nenhum momento da mensagem surge o papel fundamental da iniciativa privada no campo, ao moldes dos principais defensores de um projeto “cosmopolita”, como Juarez Távora e Roberto Campos. Necessário para o desenvolvimento, o capital privado é benéfico na indústria do petróleo, tendo-se em vista tendência monopolista: “O Governo e o povo brasileiro desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do país, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo do petróleo” (VARGAS, 1952). A opção pelo modelo da sociedade de economia mista emergia do texto redigido pela Assessoria Econômica como uma solução “fiel, pois, ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo” (VARGAS, 1952), que em nenhum momento flerta com os perigos do capital estrangeiro, já que se trata de uma “empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacionais”, a qual evita, por meio da lei³²⁴, quaisquer riscos nesse sentido.

indispensável adotar medidas econômicas de amplitude correspondente à extensão e a complexidade do problema.” (VARGAS, 1952).

³²⁴ “O real perigo a evitar seria o de que, através da participação do capital privado, agissem grupos monopolísticos de fonte estrangeira ou mesmo nacional. Tal possibilidade foi, no entanto, tecnicamente anulada no projeto, seja pelo sistema de limitação na subscrição de ações com voto, seja pela limitação de diretores eleitos pelo capital privado, bem como através da escolha, pelo Presidente da República, do presidente da Sociedade, com direito a veto, e dos demais diretores executivos, e ainda pela necessidade de decreto para homologar qualquer reforma de estatutos; sem mencionar a esmagadora maioria dos poderes públicos no capital social, o próprio controle inicial da sua totalidade, e, finalmente, enorme difusão da parcela do capital, percentualmente limitada, em poder do público.” (VARGAS, 1952).

O nacionalismo do discurso pode ser visto como apenas instrumental e atribuído ao decantado cálculo político varguista, que sem dúvida se fez presente na questão, mas não se esgota nesse ponto. Para tanto, a questão deve ser analisada sem levar em conta seus posteriores desdobramentos, com a apresentação do substitutivo udenista. O projeto varguista ganha sentido quando lido à luz do Estatuto do Petróleo, como momento de inversão da tendência privatizante que, mesmo frustrada, pautara anteriormente o debate nacional³²⁵. O sentido da ação varguista não destoa dos clamores das ruas, apenas os dá formulação mais moderada e, deve-se ressaltar, não divergente do sentido geral da sua política econômica, que nunca foi completamente refratária à presença de capital privado³²⁶. Não sem razão, Vargas entregou ao setor mais nacionalista do seu governo³²⁷, a Assessoria Econômica, a responsabilidade do projeto.

O depoimento de Jesus Soares Pereira, técnico à frente do projeto na Assessoria, insiste algumas vezes na coerência entre mensagem e projeto, amparado na ideia de que os entraves aos capital estrangeiro criariam, na prática, um monopólio de fato³²⁸ e de que a legislação então vigente já garantia o protagonismo do Estado no campo³²⁹. Se o passar dos anos— o depoimento é de 1975 — e as pesadas acusações dos adversários podem ter reforçado as certezas de Soares, é inegável, por outro lado, que sua trajetória francamente nacionalista e seu discurso são fontes relevantes para compreensão da questão. A perspectiva de uma opção entreguista por parte do presidente passa, sobretudo, por um olhar marcado pelo movimento posterior da oposição udenista, que reforçou as insatisfações dos grupos nacionalistas mais exaltados e deu distinta aparência às afirmações de Vargas. A opção varguista, quando comparada ao projeto de mais fortes tons nacionalistas do partido antinacionalista por excelência, a UDN, ganhou feições excessivamente amenas e moderadas, algo inaceitável numa questão que dividia e exaltava os ânimos do país.

³²⁵ O argumento e a proposta de leitura são de Gabriel Cohn: “Tratava-se, nesse projeto, e em flagrante contraste com aquele anterior, do Estatuto, de inverter as tendências que se vinham manifestando desde o final da guerra no setor de petróleo, e retomar a orientação nacionalista. O projeto, tal como foi apresentado e com o apoio que lhe dava a Mensagem presidencial, consagrava essa mudança de rumo, e o fazia tendo plena consciência dos obstáculos que encontraria à concretização dos seus propósitos.” (COHN, 1968, p. 139)

³²⁶ O debate sobre a política econômica varguista ultrapassa os limites do trabalho. Deve-se ressaltar, todavia, que é comum às diversas interpretações do tema - mesmo as divergentes entre si, como as de FONSECA, 2009, 2011, e VIANNA, 1990 – o reconhecimento de que o Governo nunca se fechou completamente ao capital privado ou estrangeiro.

³²⁷ Na interpretação de Maria Celina D’Araújo, a Assessoria Econômica seria sem dúvida a mais nacionalista das “três instâncias de poder”, que coexistia no governo (D’ARAÚJO, 1992, pág. 131)

³²⁸ “se o projeto do Executivo não previa um monopólio de jure, a ser executado pela Petrobrás, visava a um monopólio de fato, pois outra não poderia ser a consequência prática do programa traçado para a empresa.” (PEREIRA, 1975, p. 99)

³²⁹ “Achávamos que a legislação vigente assegurava a diretriz nacionalista, caso não fossem feitas concessões a empresas organizadas no Brasil para pesquisa” (PEREIRA, 1975, p. 92)

Os udenistas protagonizaram a grande reviravolta da questão, com destaque para os bacharéis modernizantes. O substitutivo Bilac Pinto, apresentado em junho de 1952, não apenas se distanciava das teses encampadas poucos anos antes, quando do Estatuto do Petróleo, por notórios udenistas, casos de Odilon Braga e Juarez Távora, como assumia posição francamente nacionalista, em consonância com os setores mais exaltados da Campanha do Petróleo. A surpresa do movimento e a trajetória do partido fizeram com que a maior parte bibliografia, e mesmo dos atores de então, vissem na defesa do monopólio por Bilac Pinto um clássico caso de oportunismo político, que demonstrava cabalmente a impostura do liberalismo udenista, antes um artifício retórico para o público que um fiel guia para a ação³³⁰. O caso, todavia, assume contornos mais complexos.

A exposição de Bilac acerca da mensagem presidencial se inicia com uma declaração da similaridade de objetivos entre os governo e a oposição³³¹. A discordância não passa pelos fins, mas pelos meios, os quais, por sua vez, são apresentados não radical diversos, aos moldes do tom mais corriqueiro da banda de música nos idos de 1952, mas como simples perspectiva distinta nos campos da técnica e da economia: “Estando de acordo com o governo no que toca os objetivos que tem em mira desejamos dar-lhe a nossa colaboração, do ponto de vista técnico e econômico, e, ainda, no que concerne aos interesses fundamentais da segurança nacional.” (BILAC PINTO, 1952). O líder udenista assume tons de estadista, não de incendiário tribuno da oposição

O registro não é inédito. A UDN sempre se debateu entre duas almas: uma primeira marcada pela a oposição virulenta, talvez sua face mais conhecida, e outra que se destaca desejo de uma união nacional sob sua guarda. Cada vez mais pálida no decorrer da República de 1946, a alma da união nacional se fez presente de forma decisiva em muitos momentos. Ela, por exemplo, guia a conduta do partido no apoio ao governo Dutra, quando Virgílio de Melo Franco se vê derrotado em sua proposta de oposição independente e o partido adere ao

³³⁰ O movimento despertou fortes críticas em setores da imprensa costumavam lhes ser simpáticos como os jornais “O Globo” e “O Jornal”, esse último de Assis Chateaubriand.

³³¹ “Sr. Presidente, senhores deputados, por honrosa delegação do líder da UDN venho à tribuna para expor o ponto de vista do nosso partido a respeito da Mensagem presidencial relativa a exploração do petróleo. Estamos de pleno acordo com o Governo, no que concerne os objetivos que tem em vista e especialmente sobre os seguintes pontos.

1º O problema do petróleo não comporta solução definitiva à base exclusiva da importação da matéria prima em bruto, para ser refinada no país.

2º Somente a produção interna, em valores compatíveis com o consumo, permitirá assegurar desenvolvimento da economia nacional, naquilo que dependa dos combustíveis líquidos.

3º Concessão de recursos compatíveis com o montante do empreendimento, nas suas diversas fases (BILAC PINTO, 1952).”

adversário da véspera, a partir das articulações lideradas por Octávio Mangabeira e Juracy Magalhães.

O mesmo sentimento impele os udenistas para a defesa de candidaturas de “união nacional”, expressamente perseguidas para as eleições de 1950, mas não limitadas a esse contexto. Pode-se mesmo dizer que todos os candidatos presidenciais udenistas tinham certa áurea suprapartidária, mesmo quando fortemente identificados com o partido, como é o caso de Eduardo Gomes. Por isso a frequente escolha de militares, com duas candidaturas do Brigadeiro e uma de Juarez Távora, e aproximação de um político que recorria a práticas política mais identificadas, aos menos segundo os olhos e a retórica udenista³³², com o campo oposto, caso de Jânio Quadros, e que, com isso, poderia angariar apoio em setores não identificados com o partido.

Especialmente no caso dos militares, as campanhas ganhavam ares de cruzada³³³ e os candidatos feições heroicas. Em prefácio às memórias de Juarez Távora, redigido alguns anos após o fim do partido, Afonso Arinos recupera as construções udenistas de outrora: “Com as figuras(...)de Juarez Távora e Eduardo Gomes encerrou-se, pelo menos pelo futuro previsível, um ciclo no entanto rico da História Militar Brasileira – o ciclo do heroísmo. Juarez e Eduardo serão, provavelmente, os últimos heróis brasileiros no campo política-militar” (FRANCO, 1976b, p. xii). Não trata, todavia, de heroísmo externo à história, mas uma expressão individual que se torna heroica justamente pela capacidade de condensar grandes movimentos históricos: “a elevação do homem a símbolo, ou expressão viva dos valores sociais e morais coletivos dominantes na sua época, e nada tem a ver com a mitificação ou a deificação” (FRANCO, 1976b, p. xii).

Os movimentos de união nacional são, ao mesmo tempo, esforços de acessar um poder central que sempre fugia das mãos udenistas e tentativas de evitar a radicalização das classes populares, risco inerente quando do aberto confronto partidário em regimes de sufrágio amplo. O caso do petróleo é mais um movimento nesse sentido. A defesa do monopólio aproximava a UDN dos oficiais e das altas patentes militares - como bem argumentou Luciano Martins³³⁴ - que não obstante a resistência de alguns segmentos relevantes, eram

³³² O governo Jânio Quadros ainda merece análise historiográfica mais detalhada, esforço que ultrapassa os limites desse trabalho. Para o presente argumento, importa, sobretudo, atentar para o fato de como as práticas e a retórica de Jânio apareciam aos olhos de muitos udenistas e para o modo pelo qual os udenistas retratavam o campo getulista.

³³³ O relato inicial de Virgílio de Melo Franco em seu livro sobre a primeira campanha do período é exemplar nesse sentido: FRANCO, 1946.

³³⁴ Segundo Martins, sondagens do deputado Lima de Figueiredo, presidente da Comissão de Segurança Nacional, apontavam que 80% dos oficiais eram favoráveis ao monopólio. (MARTINS, 1976, p. 346.)

majoritariamente favoráveis ao controle integral do petróleo pelo Estado, por razões de segurança nacional, e não viam essa medida como contraditória com outras posições antinacionalistas. A ação, por sua vez, tirava das mãos dos setores nacionalistas sua principal e mais popular bandeira, favorecendo, com isso, os líderes militares cosmopolitas mais afinados com os udenistas.

O recurso à gramática do nacionalismo permitia, por outro lado, aproximar a UDN do movimento popular que então ocupava as ruas, afastando-o de Vargas, que adotara postura mais conciliatória na questão do petróleo. Assim como ocorreria em alguns anos - com a aproximação de Jânio e através de atividades como os “caminhões do povo”, organizados por Lacerda – a UDN procurava se aproximar das massas e afastar, com isso, a pecha de “elitista” que tantos prejuízos trazia nas eleições³³⁵. Era, afinal, necessário criar um “povo udenista”. Esse povo, entretanto, não podia circular livremente no mundo político-social, mas precisava ser submetido a lógica da razão de Estado udenista, organizado pelos ditames do direito³³⁶. O esforço de tomar a bandeira do nacionalismo de Vargas passa também pelo temor dos desdobramentos de uma mobilização ainda mais intensa das classe populares, a partir da questão do petróleo, em cenário onde eles integrariam as hostes do seu fiel inimigo³³⁷. O cálculo político, indiscutivelmente presente, não se confronta, todavia, com as ideias dos bacharéis. Se o processo é marcado pelas incontornáveis modulações que a política impõe às ideias, é inegável, por outro lado, que as ações udenistas também encontram seus fundamentos nos estilos de pensamento do partido.

O inegável protagonismo dos bacharéis na questão do petróleo legou a Lacerda um lugar modesto no debate sobre o tema. Mesmo menos central que de costume, o jornalista nunca deixou, todavia, de se manifestar vivamente sobre o assunto, com posições que sofreram alguma variação ao longo do período³³⁸. Primeiramente, Lacerda assumiu posição de forte defesa do capital estrangeiro, como era comum a sua militância antinacionalista, com forte defesa do projeto do Estatuto do Petróleo e elogios às conferências de Juarez Távora no

³³⁵ Caso exemplar é enorme repercussão do caso dos “marmiteiros” na eleição de 1945, tão lamentada pelos udenistas em seus diversos registros memorialísticos. Ugo Borghi supostamente inventara, segundo os udenistas, uma declaração do brigadeiro dizendo que não precisava do voto dos marmiteiros. No imaginário do partido, a versão não foi devidamente combatida e se alastrou, contribuindo decisivamente para a derrota. Sobre o caso ver BENEVIDES, 1981 e LACERDA, 1977.

³³⁶ O ponto é exemplarmente exposto em VIANNA, 1999.

³³⁷ Luciano Martins destaca a representação do Petróleo como “questão social” nos discursos de Aliomar Baleeiro e aponta para um possível temor de que o modo de financiamento da sociedade de economia mista, que concedia ações aos donos de automóveis, pudesse se tornar um ativo valioso de Vargas perante a classe média, prejudicando o eleitorado udenista. (MARTINS, 1976, p. 339-349)

³³⁸ Sobre a posição de Lacerda na questão do petróleo é extremamente útil, e ajudou bastante a organização do presente argumento, o texto de CARVALHO, 2013.

Clube Militar³³⁹. O campo adversário é, como de praxe, desvalorizado como simplesmente demagógico, preocupado apenas com as próprias vantagens políticas e incapaz de apresentar proposta concreta para tão relevante questão. Em coluna escrita para defender linha a posição de antigo tenente, Lacerda destaca:

A confusão é a única regra da vida nacional. A mentira, o método adotado. No petróleo (...) o que prevalece não é o raciocínio, mas o berro. Não são as necessidades fundamentais do povo que contam e sim as suas mais superficiais aspirações (...) não se procura sequer responder às perguntas formuladas pelo General Juarez Távora, as quais podem ser assim resumidas, nesse ponto: que solução melhor do que a nossa os senhores apresentam? Monopólio do Estado, disseram. Com que roupa, não disseram (...) O que é grave é que o futuro de uma grande nação esteja entregue a essa raça de gente, que faz da demagogia um propósito, da ambição uma lança e do servilismo um escudo. (LACERDA, 1947, p. 2).

A clareza da linha lacerdista, um contumaz crítico das soluções nacionalistas, dá lugar a uma ambígua posição no início da década de 1950, quando se delineava a nova posição liderada pelos bacharéis. As críticas ao projeto varguista por seu caráter entreguista convivem com elogios ao capital estrangeiro, entremeados de ponderações flutuantes em relação a ação da UDN, ao mesmo tempo em que o jornalista continuava com seus usuais ataques à excessiva volatilidade da conduta udenista³⁴⁰. A “Fórmula Vargas” para o petróleo era retratada como “híbrida” (LACERDA, 1951b, p. 4), de modo que dava “Petróleo para o truste com dinheiro do povo” (LACERDA, 1951a, p. 4). A crítica se volta contra as meias medidas adotadas pelo projeto de Vargas, mais perniciosas que a escolha de uma posição mais “lenta” e “precária” do monopólio e certamente desvantajosas ante o caminho da colaboração controlada com o capital estrangeiro. O jornalista seguia sua linha de oposição radical ao varguismo, que era imediatamente identificado como o inimigo a ser combatido, por todos os meios, no espectro político.

Lacerda, por outro lado, continuava a advogar a importância do capital estrangeiro no setor: “éramos – e somos – a favor da participação do capital estrangeiro na pesquisa e exploração do petróleo no Brasil” (LACERDA, 1951a, p. 4), o que o levava mesmo a questionar a diretriz udenista³⁴¹, que, a seu ver, atuava apenas impulsionada pela simples discordância ante o governo. O capital estrangeiro não deveria ser repellido, como defendia

³³⁹ Dulles aponta a proximidade entre as posições de Lacerda e Távora: DULLES, 2000, p. 103.

³⁴⁰ O capítulo 2 trata das críticas que Lacerda tecia a UDN, procurando de um lado se mostrar independente do partido e de outro se distinguir tanto de bacharéis quanto de chapas brancas.

³⁴¹ “No entanto, só porque o projeto permite a pessoas jurídicas estrangeiras serem acionistas da companhia Vargas, dizemos, por espírito de oposição que ele abre a porta aos grupos estrangeiros da indústria petrolífera. Haverá incongruência nisto?” (LACERDA, 1951a, p. 4)

lógica sectária dos comunistas e getulistas, e sim submetido a uma “política vigilante mas corajosa” (LACERDA, 1951a, p. 4).

A Campanha “O Petróleo é Nosso” merecia, por sua vez, a usual ironia de Lacerda, sendo retratada como empreendimento de bem-intencionados, mas equivocados, nacionalistas e do Partido Comunista. O título do artigo é sintomático: “Petróleo de Ninguém” (LACERDA, 1952, p. 4). Lacerda retorna, então, aos elogios ao Estatuto do Petróleo, que “traduzia uma política de prudência e ao mesmo tempo, ou por isso mesmo, de urgência para a instituição da indústria petrolífera no Brasil” (LACERDA, 1952, p. 4) e “previa todas as soluções possíveis.” (LACERDA, 1952, p. 4). O argumento é deixado para atacar a UDN, que teria sido mais uma vítima da demagogia nacionalista, que o jornalista tanto gostava de criticar: “...graças à desfiguração do problema pela demagogia, a confusão é tamanha que vemos a UDN oferecer ao país o espetáculo da sua capitulação, apostando a tese do ‘Petróleo é nosso’. Essa posição de tardia e inútil caça à popularidade nem sequer é coerente.” (LACERDA, 1952, p. 4).

O movimento de Lacerda provavelmente passa pelo embate interno à UDN, onde um jovem jornalista busca se distinguir como o mais coerente dos udenistas, infenso aos encantos do poder³⁴² e mesmo da popularidade. Lacerda não raramente se colocava contra projetos com grande apoio popular, como a construção do Maracanã (LACERDA, 1947, p. 4) ou o próprio monopólio, com o intuito de se distinguir como único suficientemente corajoso para ser o mensageiro da verdade que todos temem dizer. Não pode ser também desprezada a próxima relação que o deputado desenvolveu com influentes vozes do capital estrangeiro no Brasil. Lacerda, nesse sentido, muitas vezes atuava como representante desses interesses, claramente contrários ao monopólio, no debate público, emprestando a eles a grande credibilidade que ele então gozava como jornalista.

É inegável, por outro lado, que a linha adotada pelo político carioca tinha grande coerência com seu discurso mais característico, sempre crítico do nacionalismo. Lacerda adotava posições diversas no terreno da intervenção estatal na economia, onde, por vezes, saía em defesa de soluções de forte acento neoclássico e, por outras, encampava ações com marcado protagonismo estatal, distantes, nesse sentido, da ortodoxia do liberalismo econômico. Ante o argumento nacional, entretanto, o jornalista sempre se mostrou

³⁴² Lacerda já havia renunciado, em 1947, da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, para onde fora eleito como vereador mais votado, em protesto contra a limitação dos poderes da Casa. A decisão começa a construir a imagem de um político que não se importa com cargos, mas com realizações. Sobre o tema ver DULLES, 2000.

extremamente crítico, quase sempre vinculando o discurso nacionalista às mais abjetas formas políticas em seu imaginário: o getulismo e o comunismo.

Anos mais tarde, já líder da UDN na Câmara dos Deputados, o discurso de Lacerda assume outra feição. A Petrobrás é a conquista a ser defendida da espúria ação de grupos internacionais no governo. Se em outros tempos a colaboração com o capital estrangeiro era desejável, a conjuntura de então tornava esse salutar remédio um perigoso veneno, tendo-se em vista a corrupção e completa ausência de patriotismo dos que governavam o país.

E, embora no passado houvesse eu admitido, dentro de critérios rigorosamente patrióticos, no meu entender (...) a possibilidade de colaboração com o capital estrangeiro para compensar o tempo perdido (...) hoje verificamos que a ação dos grupos internacionais se infiltra, se insinua, se impõe até mesmo dentro dos círculos governamentais, por tal modo que a nossa posição, neste momento, não é apenas a posição do líder de um partido que tem uma linha inamovível a esse respeito. É também uma posição pessoal, pois não recuaremos da linha de defesa intransigente da Petrobrás. (LACERDA, 1982, p. 221)

A inflexão passa, mesmo que secundariamente, pelo novo lugar ocupado pelo político carioca, agora não mais um jornalista com vínculos partidários, mas um representante do maior partido de oposição no Parlamento. Mais relevante, contudo, é a conjuntura que então se desenhava. Vargas deu lugar a JK, representante de um projeto que dava muito maior importância ao capital internacional, com a vitória ideológica dos desenvolvimentistas não-nacionalistas, para usar o termo de Bielschowsky, ou, no conceito aqui usado, dos liberais-desenvolvimentistas, Roberto Campos e Lucas Lopes à frente. O planejamento era setorial, muito distante das pregações cepalinas, cabendo ao Estado organizar a entrada do capital privado, que precisava vir em grandes quantidades, e atuar apenas excepcionalmente no domínio econômico. Entre a Petrobrás e Brasília há, como bem destaca Cesar Guimarães, uma “longa distância” (GUIMARÃES, 2001). Lacerda, nesse contexto, renegava sua linha tradicional para fustigar um adversário prioritário, com o predomínio do cálculo político sobre a coerência ideológica.

3.4 A Petrobrás e os liberais

As análises clássicas sobre a criação da Petrobrás³⁴³ tendem a retratar a posição udenista a partir de uma narrativa que, apesar dos seus méritos, possui claros aspectos problemáticos, o que, todavia, não a impediu de se tornar amplamente hegemônica no tema. Primeiramente há a acusação de que a posição da UDN seria “apenas política”, o que implicaria um abandono das premissas econômicas mais caras ao partido ou mesmo a demonstração de que o partido não teria maior apreço aos seus princípios. Essas crenças no campo econômico, por sua vez, são quase sempre retratadas como a adesão a um liberalismo de fortes tons ortodoxos, que, na teoria, sempre veria em chave negativa a participação do Estado na economia. A posição do partido no caso demonstraria, portanto, a impostura do seu liberalismo, mero adorno retórico, passível de ser reduzido a um reflexo do campo ao qual se opunha: o populista³⁴⁴.

A argumentação do presente capítulo segue rumo diverso. Primeiramente, com base no capítulo 1 da tese e na segunda parte desse terceiro capítulo, se buscou demonstrar que o liberalismo dos bacharéis, os grandes protagonistas no caso da Petrobrás, não recusava a participação do Estado na economia, mas antes a demandava em diversos casos e a ela recorria com alguma frequência. Se o capital estrangeiro não era visto com desconfiança, ele, por outro lado, devia se submeter aos desígnios últimos da política. Distintamente do liberalismo econômico mais ortodoxo, advogado por um nome como Gudin, o mundo público da política não emergia como derivação de uma suposta física dos interesses (VIANNA, 2000), mas prevalecia ante tal dinâmica, em uma concepção profundamente politizada da economia. Em termos de Raymundo Faoro, pode-se dizer que os liberais udenistas eram partidários de um “capitalismo politicamente orientado” (FAORO, 2000). Nesse sentido, a sempre lembrada declaração de Aliomar Baleeiro sobre o caráter político da proposta udenista não entra em confronto com o liberalismo dos bacharéis, mas antes o reafirma.

O olhar sobre a enorme relevância dos técnicos para o debate da época, tema de ampla e qualificada bibliografia, foi fundamental para a melhor compreensão do período. Deve-se ressaltar, entretanto, que demasiada atenção a esses personagens por vezes reforça - seja através do discurso dos próprios técnicos, como Rômulo Almeida e Jesus Soares, ou pela análise dos intérpretes - uma distinção entre técnica e política que, mesmo incorporada à retórica do projeto udenista, destoa da visão de mundo dos bacharéis. O liberalismo de Bilac, Arinos e Baleeiro não relegava os temas do mundo econômico à expertise da técnica, mas os

³⁴³ Tomamos como principais exemplos os trabalhos de COHN, 1968; MARTINS, 1976; PEREIRA, 1975 e ALMEIDA, 1988. Os livros clássicos de Maria Victória Benevides (1981) e de Maria Celina D’Araujo (1992) seguem linha quase idêntica na questão.

³⁴⁴ Essa posição é extremamente clara na obra de DULCI, 1986.

submetia aos desígnios da política, o que não importa dizer, por outro lado, que a especificidade do mundo da economia fosse estranho ou desinteressante aos olhos udenistas. Dizer, como destaca Cohn, que “o problema assumia dimensões puramente políticas” (COHN, 1968, p. 153) ou que estava em jogo “o político em confronto com o técnico” (COHN, 1968, p. 154) prejudica a compreensão não apenas dos meandros da ação udenista, mas da própria linha de ação de Vargas e da sua Assessoria Econômica. A citação de um discurso parlamentar de Baleeiro escolhido por Cohn para demonstrar o “caráter estritamente político, formulável de modo ideológico” da posição udenista expõe, vista por outros olhos, a perspectiva econômica dos bacharéis:

Nossa função é a mais nobre que existe em uma sociedade civilizada; somos políticos e temos que fazer a política do país. O país é dividido em grupos, interesses, em aspirações opostas, e nosso dever dentro da realidade, dentro da inevitabilidade desses interesses opostos, é achar fórmulas que congreguem todos os interesses nacionais numa solução imediata, uma para cada dia. (BALEEIRO apud COHN, 1968, p. 156)

A flutuação de respostas ao sabor da conjuntura não importa o pouco apreço pelas ideias, mas sua contínua aclimação a realidade política. Se a linha de ação dos bacharéis udenista destoa, muitas vezes, dos manuais liberais não resta dúvida, por outro lado, que o seu liberalismo é relevante para entender os caminhos do partido e da época. É evidente que as decisões de Vargas determinaram o cálculo udenista e que em outros tempos as soluções poderiam ser distintas, como afirma Baleeiro em discurso de 18 de junho de 1952 (BALEEIRO, 1952b), tomado por Luciano Martins³⁴⁵ como exemplo, ao lado do reconhecimento do caráter político, da incoerência udenista. O reconhecimento da relevância das conjunturas não implica, entretanto, no lugar secundário das ideias.

O partido de Odilon Braga e Juarez Távora, entusiasta do projeto do Estatuto do Petróleo, evidentemente adotava linha diversa com o substitutivo de 1952, da mesma forma que o mais destacado representante partidário do antinacionalismo no cenário político brasileiro fazia estranha figura ao abraçar ideais mais afeitos aos seus adversários. A resposta está nas imposições da conjuntura, mas também na feição das ideias. A intervenção do Estado encontrava lugar no repertório liberal udenista, sobretudo dos bacharéis, assim como a reivindicação de um discurso nacional não era estranha às hostes do partido, mesmo que, muitas vezes, eles pudessem conviver com defesas do capital estrangeiro e com discursos

³⁴⁵“O mesmo deputado disse ainda que se o Governo fosse diferente a entrega do petróleo aos trustes seria admissível, mas na ocasião a melhor solução era a estatização” (“Le même député dira ensuite que ‘si le Gouvernement était différent’, la ‘remise du pétrole aux trusts’ serait admissible, mais en l’occurrence, la ‘meilleure solution’ était l’étatisation”) (MARTINS, 1976, p. 344-345)

manifestamente antiliberais. A centralidade da política na visão de mundo dos atores, presente não apenas enquanto prática mas na própria constituição dos campos nos quais eles se aventuravam - no sentido de que a economia não era política apenas em meio ao jogo parlamentar, mas era ontologicamente política - é fundamental para explicar esses difíceis itinerários.

O leitor pode argumentar que esse argumento recai na completa desvalorização das ideias, plenamente submetidas ao mundo da contingência, mas tal ponto não condiz com a realidade, nem mesmo deriva necessariamente do raciocínio. As ideias são submetidas às conjunturas, mas também definem como os atores agem e compreendem esses cenários. Os discursos, por outro lado, não se dobram completamente às variações do mundo social, mas em diversas vezes com eles se defrontam. A UDN abraçou, pelo próprio feitio do seu liberalismo e da sua trajetória, certo discurso nacional na questão do petróleo, mas não seria capaz, outra vez por sua perspectiva do mundo, de recorrer a outras gramáticas nacionais, mais próximas da mobilização das massas.

A afirmação da importância das ideias é também uma recusa, mesmo que parcial, à chave explicativa da ambiguidade, que organiza ótimos trabalhos sobre o período, mas se encontra extremamente vinculada à perspectiva mais geral do populismo, que submete toda a República de 1946 a uma exigência de coerência das formas – sejam classes, partidos ou personas públicas – que outros contextos, tomados como exemplos, não resistiriam. Há, decerto, ambiguidades, mas resta identificar o quanto elas não decorre da trajetória das formas intelectuais em meio ao mundo da vida. Também cabe perguntar se não é mais interessante, em certos casos, atentar não para a ausência de formas em comparação a um resultado esperado, mas para as permanências e continuidades que se desvelam em meio a esses cenários.

4. O liberalismo em tempos de crise (1961-1964)

“A verdade, meu amor, mora num poço
É Pilatos lá na Bíblia quem os diz
Que também faleceu por ter pescoço
O autor da guilhotina de Paris”
(ROSA, Noel, Positivismo)

4.1 A UDN e as interpretações do Golpe

As interpretações do Golpe de 1964 constroem uma ampla bibliografia, que até mesmo permite, ante sua frequência e volume, contar a partir desse peculiar ponto de vista uma história do debate intelectual e da própria sociedade brasileira no pós-1964³⁴⁶. O acúmulo de leituras já possibilita, por outro lado, a construção de grandes balanços sobre a historiografia do evento³⁴⁷, sinal da consolidação de consistentes perspectivas e debates. O presente capítulo não pretende, ante esse cenário, reinventar a pólvora ou assumir tom polemista com toda a produção intelectual, mas busca, jogando luz sobre determinado canto do palco, sugerir aspectos por vezes pouco valorizados nas obras mais recentes.

A UDN frequenta, com lugares distintos, quase todas as narrativas sobre o Golpe. A presença é não apenas justificada, mas incontornável, ante a importância dos udenistas no contexto, onde se destacavam como principal partido de oposição ao presidente deposto, João Goulart, e o seu constante flerte com soluções semelhantes a que se concretizou em 1964. As análises, todavia, frequentemente deixam de lado aspectos extremamente relevantes da atuação udenista, assim como alguns dos fundamentos mais longevos das decisões do partido, que não apenas sugeririam novas questões para relevantes eventos da história brasileira como ajudariam a compreender os caminhos dessa experiência política³⁴⁸.

³⁴⁶ O tema merecerá tratamento mais detido nas Considerações Finais dessa tese. Como exemplo parcial desse esforço podemos citar a visão de Werneck Vianna sobre as Ciências Sociais brasileiras na década de 1970 (VIANNA, 2011) e a leitura de Paulo Arantes sobre o significado contemporâneo de 1964 (ARANTES, 2015)

³⁴⁷ Um bom panorama sobre a historiografia é realizado por FICO, 2004. Para uma outra perspectiva, fortemente crítica de algumas tendências contemporâneas dessa mesma historiografia ver: MATTOS, 2008 e MELO, 2013.

³⁴⁸ As páginas que se seguem, onde se faz uma brevíssima incursão no lugar que algumas das mais relevantes interpretações do golpe concedem a UDN, não se pretende como uma adequada ‘revisão bibliográfica’, que não somente já tem sido realizada em textos como nos citados na nota 2, como demandaria, para ser realizada com uma sofisticada reprodução dos argumentos de tão distintos e relevantes autores, um espaço e esforço bem maior

As interpretações vinculadas à tradição populista, como as conhecidas leituras de Weffort e Ianni (WEFFORT, 2003, IANNI, 1968), concedem escasso protagonismo à UDN, em cenário onde os udenistas aparecem como simples reflexos do ideário que dava o tom da época: o populismo³⁴⁹. A emergência de massas sem a mediação da consciência de classe e a conciliação entre as elites produziram não apenas a relação típica do populismo, entre massas manipuladas e líder carismático, - marca da nossa “pobre revolução, comparada ao modelo europeu” (WEFFORT, 2003, p. 22) - como levariam os opositores desse modelo, os liberais, a um “liberalismo que perdeu o sentido”, incapaz de representar, como em outros contextos, a burguesia. A UDN é retratada por Weffort como portadora de um falso ideário liberal³⁵⁰, mero recurso retórico para resistir à vaga populista, cujas ideias não tinham maior relevância para sua atuação política e, justamente por isso, não mereciam aprofundada análise. Opositores das forças populistas, os udenistas eram personagens da mesma trama, tão dependentes da ordem de então quanto seus adversários, cujas práticas, aliás, esses liberais imitariam em busca do poder. O partido surge como símbolo de uma época próxima do seu ocaso – que “só poderia estar concluída com o seu próprio desmascaramento” (WEFFORT, 2003, p. 47) - a qual acabaria por soterrá-los enquanto atores políticos.

As perspectivas que valorizam os efeitos da conjuntura internacional no golpe, como as relevantes, e diversas entre si, análises de Dreifuss (DREIFUSS, 2006) e Moniz Bandeira (MONIZ BANDEIRA, 2001), retratam, por sua vez, os udenistas como diretos representantes dos interesses internacionais, sem maior reflexão sobre suas ideias e discursos. A incontornável relevância das intervenções norte-americanas na política brasileira, sem dúvida centrais, ofusca, por outro lado, as distinções internas da coalizão que apoiou o golpe. Os udenistas são adequadamente retratados como parte de um lado da disputa que dividia o país, mas não tem, para além da ojeriza ao lado adversário, expostos os motivos que os leva a assumirem esse lugar.

Dreifuss ainda reforça o caráter de classe do golpe, em importante leitura de corte marxista, que nada tem, ao contrário de algumas sugestões, de economicista. Nesse campo, ele tem a companhia de Jacob Gorender (GORENDER, 1987), ante o qual, entretanto, nutre significativas discordâncias, mais preocupado o antigo membro do PCB e do PCBR com o

que, em razão do seu objeto, o concedido por esse trabalho. O percurso, entretanto, é necessário para justificar e enquadrar o esforço realizado no presente capítulo.

³⁴⁹ Essa perspectiva também se faz presente no trabalho de Octávio Dulci (1986).

³⁵⁰ “Esse solene desprezo pelas massas, esta incapacidade de entender um fato político adverso, são compreensíveis vindo de uma camada social decadente, cujo liberalismo perdeu o sentido e cuja única alternativa é torna-se caudatária dos interesses mais reacionários. Para esta camada social, em geral representada pela UDN, uma democracia com participação de massas nada pode significar.” (WEFFORT, 2003, p. 24).

tipo de controle coercitivo ante as classes populares, enquanto o cientista político uruguaio salientava o esforço de tomada de poder pela burguesia multinacional-associada, que não via seus interesses suficientemente acolhidos no Estado³⁵¹. A ênfase nos limites do modelo econômico típico da República de 1946 e na sua importância para o golpe - essa sim uma perspectiva que privilegia o mundo da economia, mais próxima de Gorender que de Dreyfuss - é, por sua vez, o principal argumento de artigo Fernando Henrique Cardoso, publicado em famoso livro de Alfred Stepan (CARDOSO, 1973)³⁵², e do já clássico trabalho de Maria da Conceição Tavares³⁵³. Em todos esses textos, a UDN acaba simplesmente retratada como partido representante de diversas frações de classe insatisfeitas com os dividendos que então lhe concedia o sistema vigente, sem maior atenção tanto à conduta das diversas vertentes que compunham o partido, quanto às construções intelectuais que fundamentam os caminhos de então.

A busca pelas razões do fim da República de 1946 motiva, por sua vez, toda uma bibliografia construída ao longo do final dos anos 1960 e dos anos 1970, que investiga na história brasileira motivos para as reiteradas soluções autoritárias ao longo da trajetória nacional³⁵⁴. Mesmo que muitas das obras não abordem diretamente o Golpe de 1964, o evento é a sombra que inspira as reflexões de autores como Florestan Fernandes (FERNANDES, 1975), Luiz Werneck Vianna (VIANNA, 1999{1976}), Otávio Velho (VELHO, 1976), Elisa Reis (REIS, 1980), Simon Schwartzmann (SCHWATZMANN, 1975), dentre outros. Os trabalhos em regra empreendem uma sociologia histórica fortemente influenciada por Barrington Moore (MOORE, 2010 {1966}), que reflete sobre o caráter da modernização brasileira, por quase todos retratada como de corte conservador, o que não apenas justificaria o golpe mas condicionaria os caminhos para sair da dura rotina de autoritarismos. A UDN e o seu liberalismo merecem análise mais detalhada nos trabalhos de Florestan Fernandes e Werneck Vianna, em esforço que contribui decisivamente para uma melhor compreensão do período. Nessas análises, o liberalismo udenista não surge como simples reflexo de outro campo, de modo que suas ideias são analisadas como parte central tanto dos caminhos dos atores políticos, quanto de muitos dos impasses da conjuntura política de então. Falta,

³⁵¹ É Carlos Fico que sugere essa distinção entre os autores (FICO, 2004.)

³⁵² Deve-se ressaltar que Fernando Henrique constrói análise mais sofisticada em obras anteriores, como CARDOSO, 1964.

³⁵³ Disponível na coletânea TAVARES, 2000.

³⁵⁴ O argumento delineado a seguir é diretamente tributário de curso oferecido no primeiro semestre de 2010, no antigo IUPERJ, pelo professor Werneck Vianna. Ele expõe o argumento em VIANNA, 2011.

entretanto, maior reflexão sobre as vertentes liberais que, pela força dos interesses e das circunstâncias, conviviam dentro do mesmo campo político.

Nesse mesmo contexto, Wanderley Guilherme dos Santos recorre a argumentos de outra origem, onde a grande razão do golpe passa a ser atribuída à reduzida eficácia do sistema político, acometido por uma crise de paralisia decisória que impede o seu normal funcionamento. A dispersão de recursos de poder e a radicalização de posições ideológicas esvaziam o centro político e impedem a produção de leis e decisões que o país demandava, aproximando os atores do recurso a soluções externas às instituições. O ponto é argumentado com fartas evidências empíricas, que tanto buscam comprovar a paralisia – como a análise da produção legislativa em comparação com anos precedentes – quanto compreender suas causas, fundadas na fragmentação partidária, na volatilidade das coligações e na rotatividade nos cargos públicos.

O autor busca se distinguir das análises anteriores pela especial atenção à questão política, que estaria, na sua perspectiva, ausente das interpretações correntes sobre o golpe, quase todas amparadas em “costumeiras variáveis sociais e econômicas”³⁵⁵³⁵⁶. As variáveis políticas permitiriam explicar “a crise em si, independente das características mais estruturais da sociedade brasileira” (SANTOS, 2003, p. 171), já que o olhar para tendências mais amplas, “precisamente por serem macro e seculares (...) não podem ser tomados como suficientes para a compreensão de uma crise específica em um momento singular.” (SANTOS, 2003, p. 171)³⁵⁷. O autor pretende, por outro lado, desmistificar teses estabelecidas da análise política, como a do conflito entre Executivo e Legislativo³⁵⁸, a da centralidade da aliança PSD-PTB para a sustentação dos governos, assim como para a crise do regime³⁵⁹, e a do caráter central da “frenética mobilização política” para o desenlace golpista³⁶⁰.

A relevante análise de Wanderley Guilherme, central para a melhor compreensão do período, encontra, todavia, alguns limites, diretamente ligados a sua maior virtude. O

³⁵⁵ “é necessário incorporar ao diagnóstico predominante na literatura variáveis de natureza política, além das costumeiras variáveis sociais e econômicas.” (SANTOS, 2003, p. 170)

³⁵⁶ Deve-se ressaltar que, no afã de se distinguir da bibliografia, Wanderley menospreza o papel da política em outras análises clássicas do período.

³⁵⁷ A adoção de critérios excessivamente amplos não permitiria, segundo Wanderley, identificar o momento de emergência do golpe, que poderia, sob essa perspectiva, ter se dado em tempos anteriores ou posteriores: “Os mesmo parâmetros poderiam ser usados para explicar outra crise, a de 1954, por exemplo, ou até mesmo o período relativamente estável do mandato de Kubitschek” (SANTOS, 2003, p. 171)

³⁵⁸ Nesse ponto o alvo de Wanderley, mesmo não citado, parecem ser as interpretações de Weffort sobre o tema, especialmente seu texto de 1963, publicado posteriormente em seu livro clássico. (WEFFORT, 1972, WEFFORT, 2003)

³⁵⁹ As críticas, nesse caso, provavelmente se voltam contra a argumentação de LAFER, 2002.

³⁶⁰ “Mais importante do que a mobilização, foi a fragmentação e a radicalização, que dilaceraram o sistema partidário e subverteram as coligações parlamentares.” (SANTOS, 2003, p. 333). Aqui o alvo é de novo Weffort.

principal passa pela excessiva valorização da dinâmica política, sem dúvida central, mas que acaba por assumir o papel de causa suficiente, relegando as dinâmicas econômicas e sociais subjacentes a simples pano de fundo da cena principal, sem maior influência nos resultados imediatos do golpe. A radicalização pertinentemente identificada pelo autor acaba retratada em chave excessivamente voluntarista, sem maior atenção aos interesses e às representações de mundo que atravessavam o momento e influíam de modo determinante nas escolhas dos atores. O lugar do liberalismo nesse cenário de radicalização ideológica recebe, por sua vez, análise alhures, em seu texto “A práxis liberal do Brasil”. A importante constatação do caráter “subversivo” (SANTOS, 1998, p. 41) da UDN e de certa continuidade entre os ideais do partido e as ideias liberais no pré-1930 requer, entretanto, análise mais detalhada, que identifique as mudanças que ocorreram e distinga as diversas posições dentro do campo liberal, centrais para entender as escolhas do partido ao longo da República de 1946.

O lugar da ação política, mas dessa vez com foco nos militares, foi também o centro da análise de importante pesquisa no CPDOC-FGV, que publicou dois livros com a organização de Gláucio Soares, Celso Castro e Maria Celina D’Araujo³⁶¹. O amplo material bibliográfico recolhido sem dúvida contribui para a melhor compreensão do evento, mas algumas interpretações desdobradas do projeto, como a realizada por Gláucio Soares³⁶²³⁶³, recaem no encantamento produzido pelas fontes, ao tomar a perspectiva dos militares como olhar privilegiado sobre o desenrolar dos eventos. Se é evidente que os protagonistas do lado vitorioso devem ser ouvidos, se mostra, por outro lado, extremamente problemática a ideia de que os próprios atores são os melhores intérpretes dos seus atos e crenças. Em cenário onde os militares tomam o centro do palco, resta aos civis envolvidos, como os udenistas, papel secundário.

Nas últimas décadas, uma ampla produção, em chave que se pretende crítica às explicações de corte estrutural do Golpe, passou a centrar suas análises nas decisões e

³⁶¹ Há outros livros sobre aspectos da ditadura militar, mas, especificamente sobre o golpe, tratam D’ARAUJO, CASTRO, SOARES, 1994 e D’ARAUJO, CASTRO, SOARES, 2012.

³⁶² “A distância social, psicológica e ideológica que tradicionalmente separa os intelectuais, particularmente os cientistas sociais, dos militares tem feito com que muitas análises do comportamento militar sejam feitas sem pesquisa, sem entrevistas, sem acesso a fontes documentais e testemunhais. Com isso, perde-se a indispensável função de correção do dado (...) O economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente militar: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independente do apoio que estas lhe prestaram. O fato de o golpe ter sido dado pelos militares e o regime que se gerou ter sido dirigido pelas forças armadas e exercido em nome delas definiu a estratégia ideal da pesquisa: entrevistar os militares” (SOARES, 1994, pág. 27)

³⁶³ Marcelo Badaró Mattos assim comenta a interpretação de Gláucio: “A análise se faz quase que exclusivamente a partir do discurso dos militares, tomando aqueles depoimentos como dados tratáveis até mesmo quantitativamente. Contrapõem-se assim, as memórias dos golpistas com as análises acadêmicas sobre o golpe, e conclui-se pela correção das primeiras” (MATTOS, 2008, p. 1.)

escolhas dos principais atores envolvidos no evento. Os acontecimentos de 1964 não deveriam ser tomados enquanto fatos necessários, mas como produto de ações contingentes, dentre um universo de possibilidades posto pelas condições econômicas e sociais, que levaram, mas poderiam não fazê-lo, ao desfecho que todos conhecem. A Ciência Política de corte behaviorista é, como no trabalho de Wanderley, mais uma vez o campo teórico privilegiado para olhar o episódio e influencia fortemente a recente produção da História Política brasileira.

Central nessa guinada é o trabalho de Argelina Figueiredo, que busca reconstruir “as possibilidades que estavam abertas à ação política naquele contexto histórico específico” (FIGUEIREDO, 1993, p. 22) e as “oportunidades perdidas” para contestar interpretações deterministas, que atribuem o Golpe a “uma toda poderosa conspiração direitista contra o regime anterior” (FIGUEIREDO, 1993, p. 22) ou o veem como “consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos” (FIGUEIREDO, 1993, p. 22). A autora recusa, nesse percurso, dois tipos de abordagens: a “estrutural”, onde ela enquadra interpretações que apontam para a “inevitabilidade de uma resultado autoritário” (FIGUEIREDO, 1993, p. 23), seja por causas econômicas, como seria o caso de Fernando Henrique Cardoso, ou políticas, como na perspectiva de Wanderley Guilherme dos Santos; e a “intencional ou orientada-para-o-ator”, que concentra suas análises em agentes específicos, diretos responsáveis pelo golpe, casos de Dreifuss e de Alfred Stepan (STEPAN, 1975). Argelina se propõe a percorrer um caminho alternativo, que se preocupa, segundo a formulação de Adam Przeworski à qual ela recorre, na “conduta estratégica de atores políticos em situações históricas concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas.” (FIGUEIREDO, 1993, p. 29).

O grande problema da abordagem é que ao evitar os reais riscos do determinismo, Argelina dá pouca atenção ao lugar de fala e ação dos atores, que acabam todos remetidos a uma situação de igualdade de escolhas que não condiz com a realidade. A chave do individualismo metodológico - que ela constrói não apenas através das formulações de Przeworsky, mas também a partir de Jon Elster³⁶⁴ e Juan Linz – acaba por isolar os atores dos vínculos políticos, sociais e intelectuais que o perpassam, mesmo com o esforço da autora em reconstruir as situações concretas de escolha, as quais acabam funcionando como estático pano-de-fundo para as decisões dos personagens. O procedimento ignora como as opções dos atores condicionam a própria estrutura de oportunidades, que não é de nenhum modo estática

³⁶⁴ Elster tem uma ampla e influente reflexão sobre o individualismo metodológico, como, por exemplo, em ELSTER, 1994.

ou predeterminada. Os momentos escolhidos se delineiam, nessa chave, enquanto situações isoladas, como se os compromissos políticos e intelectuais firmados pela acúmulo anterior de embates não assombrassem as escolhas futuras e os agentes pudessem, tal como numa partida de xadrez, pensar apenas no próximo lance.

Um bom exemplo é a análise sobre o parlamentarismo, quando Argelina Figueiredo argumenta que existia a oportunidade de “reformas moderadas sob o quadro democrático existente” (FIGUEIREDO, 1993, p. 201), a qual teria se perdido “porque a estratégia de solapar o novo arranjo institucional predominou sobre os esforços em direção às reformas.” (FIGUEIREDO, 1993, p. 31). Se analisado como momento isolado, o parlamentarismo pode demonstrar, de fato, uma coalizão reformista “intransigente”, contraponto perfeito ao “imediatismo das forças conservadoras”. O jogo, entretanto, não começa nesse momento, nem pode ser decomposto em escolhas sequenciais.

A ordem parlamentarista surge como uma invenção jurídica de forças conservadores, bacharéis udenistas e conservadores moderados do Exército à frente, para reduzir o poder do vice-presidente legitimamente eleito e, por consequência, das forças populares que ele representava. O arranjo, aliás, só foi obtido às custas de uma real ameaça de confronto armado, capitaneada do Palácio do Piratini por Leonel Brizola, já que boa parte das elites políticas, ministros das três armas e Carlos Lacerda à frente, defendiam pura e simplesmente o golpe, como ocorrera em algumas oportunidades na década anterior. Como já dito acima, as opções não são estáticas, mas dependem da postura dos atores em meio ao embate. Perante forças políticas que pregavam abertamente o golpe e conquistaram, a partir de ameaças públicas, parte dos poderes legalmente previstos, é irrazoável demandar uma postura moderada das esquerdas.

A escolha de momentos cruciais é estratégia eficiente para os que trabalham com amplo material empírico, mas o pesquisador não pode tomar os momentos isoladamente, sob pena de ignorar importantes determinantes do comportamento dos atores. As esquerdas de fato superestimaram suas possibilidades na conjuntura e acabaram golpeadas por esse exagerado otimismo - como inúmeros atores, de dentro e fora do campo, sugerem - mas soa excessivo responsabilizá-las por um desfecho que mesmo antes do processo de radicalização no seu campo já era abertamente defendido por alguns dos seus maiores adversários³⁶⁵. A equiparação dos atores, reunidos em uma abstrata “visão instrumental da democracia” (FIGUEIREDO, 1993, p. 202), que precisaria ser melhor qualificada – afinal qual era o lugar

³⁶⁵ A argumentação de Lacerda em prol do “Estado de Exceção”, reconstruída no segundo capítulo, antecipa um pouco os argumentos que serão tratados nas páginas a seguir.

da democracia para estes atores? - ignora as causas mais antigas do próprio cenário de instabilidade, que não precisam ser buscadas na infraestrutura social ou econômica, mas surgem da própria análise da dinâmica política. Talvez influencie nessa interpretação a ideia de um Governo Juscelino Kubitschek excessivamente estável³⁶⁶, que ignora os conflitos e as ameaças de ruptura da ordem democrática que marcaram diversos pontos do mandato e apenas permitem falar em uma estabilidade relativa, quando comparado o governo com os tumultuados períodos anterior e posterior, marcados por inúmeras ameaças e articulações de golpe, suicídios de presidentes, renúncias e contragolpes³⁶⁷.

A interpretação de Argelina Figueiredo foi extremamente influente para a recente produção de historiadores como Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis³⁶⁸³⁶⁹. A adequada recusa a uma tese determinista³⁷⁰ recai em formulações que privilegiam o campo da política, e nele as escolhas dos atores, com amplo recurso a fontes que questionam com ótimos argumentos versões estabelecidas³⁷¹. As obras se vinculam, entretanto, à tese da cientista política acima inventariada e abraçam a ideia de um amplo descrédito do ideário democrático. O mote da “radicalização das direitas e das esquerdas” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 15)³⁷² guia, por exemplo, o livro de Castro Gomes e Ferreira em seu esforço em mostrar “como, em diversas oportunidades, se os personagens históricos

³⁶⁶ A perspectiva é destacada pelos ótimos trabalhos de BENEVIDES, 1976, e LAFER, 2002.

³⁶⁷ “Os anos 1955-1960 aparecem como caso ‘atípico’ de estabilidade”, segundo a expressão de Maria Victória Benevides, apenas comparativamente. (BENEVIDES, 1976, p. 23)

³⁶⁸ Mesmo que esse último já antecipasse algumas das teses da cientista política, como a análise crítica sobre a esquerda, em alguns dos seus trabalhos da década de 1980.

³⁶⁹ A linha também influencia, mesmo que de forma menos elaborada, o primeiro livro da série de Elio Gaspari sobre a ditadura militar. O jornalista valoriza ainda mais, todavia, a contribuição de certas figuras individuais, como sua fonte Golbery, que ganham a representação de verdadeiros demiurgos do cenário político da época. (GASPARI, 2002)

³⁷⁰ “Por tal razão, aquilo que aconteceu ao final não tinha de forma alguma que acontecer. O golpe civil e militar de 1964 não estava contido na profunda crise política que abalou o Brasil em 1961. Tal golpe tampouco estava contido na crise política de 1954, que resultou no suicídio de Getúlio, como algumas vezes se aventa” (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 16)

³⁷¹ Como a ideia de que o Governo Jango foi um todo contínuo de crises, sem qualquer momento de composições e calmarias.

³⁷² Daniel Aarão Reis formula argumento semelhante nesse texto de 2004: “na medida mesmo em que a ditadura foi se tornando impopular, e que foi se mostrando insustentável a versão de que uma ditadura podia salvar, ou construir, uma democracia, e que a sociedade passou cada vez mais a aderir e a simpatizar com os valores democráticos, as versões da esquerda, também formuladas desde o momento seguinte a derrota, passaram a aparecer com mais vigor. Nesta memória, apagaram-se a radicalização e o confronto propostos pela maré reformista, sobretudo pelos setores mais radicais, desapareceu o ímpeto ofensivo que marcara o movimento pelas reformas de base, evaporou-se o reformismo revolucionário. Neste quadro, as esquerdas e Jango em particular ressurgiram como vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista. A ameaça revolucionária, alegariam desde sempre as esquerdas, inexistira na prática, não passara de infelizes declarações retóricas e metafóricas de um punhado de lideranças esquerdistas desavisadas, um fantasma, uma espécie de bicho-papão, habilmente explorados pelas direitas na manipulação deste profundo sentimento humano, que, posto a serviço da política, pode gerar, segundo as circunstâncias, uma tremenda energia: o medo. (...) Assim, as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas da memória.” (AARÃO REIS, 2004, p. 47)

tivessem se comportado de outra maneira, se tivessem adotado outras estratégias políticas, outra teria sido a história.” (FERREIRA, GOMES, 2004, p. 15).

O presente capítulo segue o mesmo caminho de valorizar a ação política, mas procura ressaltar como as ideias e concepções de mundo não apenas influem decisivamente nas escolhas políticas, claro que atravessadas e determinadas pelos ditames da conjuntura, como são fundamentais para delinear o próprio conjunto de oportunidades que se colocava diante dos atores. Mais do que diretamente dadas por um objetivo mundo político, os caminhos passavam pelo modo como os personagens percebiam o contexto onde estavam inseridos. A política e as visões de mundo não são, é claro, autônomas, sendo diretamente condicionadas pelas peculiares condições sociais e econômicas da época, mas essas condições não abordam os agentes de forma objetiva e direta, já que são necessariamente mediadas por suas visões do mundo.

O texto buscará expor o sentido de Golpe em meio a essas visões de mundo, em perspectiva que não o toma como produto construído por um cálculo utilitário de ocasião, mas procura ver o seu lugar em meio às ideias e a prática política da UDN, ou seja, de acordo com o seu liberalismo. As concepções políticas ajudam a explicar porque os representantes dos estilos liberais udenistas presentes nessa tese, os bacharéis e os lacerdistas, divergem nos idos de 1961, quando da disputa em torno da posse de Jango, mas demonstram crescente convergência à medida que o golpe se apresentava no horizonte. A proximidade sem dúvida aponta para concordâncias de fundo, mas também esconde dissonâncias, cujo levantamento é fundamental não apenas para melhor conhecer os atores em questão, como para entender as condições do momento. A aliança entre liberais tão distintos como Arinos e Lacerda mostra as semelhanças que subjazem às aparências, mas também expõe como as curvas do cenário político podem aproximar em alguns momentos atores diversos e guiados por motivos distintos.

O olhar para a UDN não pressupõe a autonomia do partido ou dos seus líderes, que mesmo inegavelmente centrais para o desenrolar da crise do regime não poderiam ter atuado sem o auxílio decisivo de outros atores, dentro e fora da política partidária. Há que se destacar, entretanto, o caráter muitas vezes lateral que se concede ao partido e ao campo no qual ele se insere nos estudos sobre o golpe e a própria República de 1946. Desde o paradigma populista até os mais recentes trabalhos dedicados a cena política, o partido muitas vezes é retratado no papel de coadjuvante em cenários onde teve lugar de protagonista, muitas vezes a dar o tom da conjuntura. Os esforços por inventariar os equívocos da esquerda, que

não foram poucos, por vezes ocultam a atuação da direita, que não apenas agia nas sombras, como bem expõe Dreyfuss, mas também gritava suas palavras de ordem contra o regime à plena luz do dia e do Parlamento. Como bem destaca Cesar Guimarães, tratando sobre os limites das teorias do populismo: “não é Vargas, nem o nacionalismo que dão o ‘tom da política brasileira’. É a direita que tem esse papel: tergiversa sobre a legitimidade do regime, veta, golpeia, encerra-o em 1964. Como não vê-lo!” (GUIMARAES, 2001, p. 165)³⁷³.

O acúmulo de análises sobre o golpe não mais permite análise unívocas, ciosas de encontrar apenas um grande movimento ou motivo para o evento, mas impõe sua compreensão enquanto fenômeno complexo e atravessado por causas de distintos tipos e matizes. Mesmo diante de um consolidado paradigma, ainda é possível, entretanto, chamar a atenção para alguns aspectos menos valorizados, que podem não apenas destacar elementos menos comentados, como jogar uma distinta luz para o todo. Com esse intuito, o trabalho refletirá sobre os motivos que distinguem a postura udenista em dois momentos centrais da República de 1946: a querela em torno da posse de João Goulart, em 1961, e o golpe militar de 1964. O mesmo partido que se encontrava cindido na primeira conjuntura, com bacharéis e lacerdistas em campos opostos quanto aos caminhos a seguir, se mostrou quase unânime nos idos de 1964. Para tanto, serão analisados os modos através dos quais os liberais udenistas interpretavam e respondiam às variações de conjuntura.

4.2 A UDN e as crises

A UDN nasce marcada pelo otimismo com os novos tempos iniciados com o fim do Estado Novo, quando o poder parecia destinado ao partido que, inspirado pelos ares liberais do pós-guerra, participou ativamente da queda do antigo ditador. As feições da recém-nascida República logo começaram a ganhar, entretanto, formas estranhas à sensibilidade udenista, seja pelo retorno de antigos fantasmas, que agora surgiam ainda mais assustadores, ou pela emergência de novas práticas, incômodas ao seu sistema de valores. A frustração se inicia

³⁷³ Não há aqui qualquer justificativa de um olhar privilegiado para o partido, apenas da sua relevância para compreender as conjunturas que estão sendo abordadas. No mais, como bem destaca o próprio Cesar, o campo da direita era bem mais vasto e amplo do que o partido: “Não se trata apenas nem principalmente da UDN, o partido do golpismo. É toda a grande imprensa, com a exceção de Última Hora, inaugurado com o apoio de Vargas. É parcela significativa da burguesia – faz-nos falta um bom número de estudos sobre a rede nacional de Associações Comerciais, já que abundam informações sobre as vacilações e ambiguidades dos industriais-, a burguesia nacional *stricto sensu*.” (GUIMARAES, 2001, p. 165)

com a inesperada derrota na primeira eleição, quando os udenistas se mostravam certos que o povo reconheceria seu recente heroísmo, e ganha tons dramáticos após o retorno do outrora derrotado inimigo, Vargas, nos braços do povo. Antes vista com olhos favoráveis, como a época de fundação de um novo país, mesmo que a inspiração viesse, muitas vezes, de antigos valores, a República de 1946 ganha tons lúgubres, retratada como momento de constante crise.

O diagnóstico une bacharéis e udenistas, além de outros personagens do partido³⁷⁴, mesmo que nem sempre motivados - como exposto nos dois primeiros capítulos - pelas mesmas questões, com importantes diferenças a aflorarem em meio às muitas semelhanças. Os bacharéis, conservadores e modernizantes, interpretavam a crise como responsabilidade de falsas elites, que antes estimulavam os maus humores das massas que buscavam, seguindo a tradição nacional de ordenação do mundo a partir de um direito politizado, guia-las rumo a ordem. Lacerda concordava com a responsabilização das elites, mas reforçava a influência dos ideários por ele reputados como autoritários – comunismo e fascismo – e apostava com muito maior ênfase no embate, seja por vias legais ou ilegais. Nesse sentido, enquanto o passado, devidamente interpretado, apontava, em maior ou menor grau, os caminhos do futuro na visão dos bacharéis, a tradição não passava, segundo o jornalista carioca, de um grande acúmulo de mazelas, que, com honrosas exceções como a de Rui Barbosa, carecia de maiores contribuições para o contemporâneo, que precisava ter os seus caminhos abertos a ferro e fogo por meio da ação política. As saídas também são diferentes, com os bacharéis, mesmo munidos de uma perspectiva usualmente instrumental da legalidade³⁷⁵, a defenderem soluções que, ao menos na aparência, transcorreriam dentro da ordem, enquanto que os lacerdistas se mostravam críticos do que seria o excessivo formalismo e o apreço pelas meias medidas dos juristas, descrentes de uma resolução que não passasse por uma grande ruptura. Em meio a essas diferenças, não resta dúvida, entretanto, que a ideia de um sistema político em crise, hegemônica entre a maioria dos atores políticos e intérpretes na década de 1960, já encontrava lugar no discurso udenista muitos anos antes.

A ideia de uma ordem em crise já assolara antes a jovem experiência democrática brasileira. Hélio Jaguaribe, em texto de 1953, identificava uma crise com quatro aspectos: “o

³⁷⁴ Caso de Otávio Mangabeira, relevante líder udenista que chegou a ser Presidente do partido e Governador da Bahia, que não raras vezes trata a situação nacional como marcada por profunda crise, a atingir os mais distintos aspectos da realidade: “Comparo a situação nacional à em que o país se encontraria se fosse invadido por um inimigo estrangeiro. Estamos, por assim dizer, em bancarrota; estamos no caos político; estamos no caos administrativo.” (MANGABEIRA, 1955)

³⁷⁵ A argumentação acerca da exigência implícita de uma maioria absoluta, construído após a eleição de 1950 e retomado em 1955, é um bom exemplo dessa conduta.

econômico, o social, o cultural e o político” (JAGUARIBE, 1981b, p. 129). Das “circunstâncias resulta um quadro extremamente sombrio, no plano das relações sociais” (JAGUARIBE, 1981b, p. 139), quando “divididas por crescente antagonismo, as classes não logram encontrar um projeto de convivência que lhes inspire confiança no futuro” (JAGUARIBE, 1981b, p. 139). A saída passa, segundo o então membro do IBESP, pela “socialização dos meios de produção”, uma solução para superar os limites econômicos, resolver as cisões sociais e modernizar o “Estado cartorial” brasileiro, que então se mostrava incapaz de responder aos impasses da conjuntura política. Descontadas as diferenças de pressupostos, Jaguaribe aponta caminho semelhante ao do Manifesto de Agosto do PCB³⁷⁶, que só via saída para os impasses da época através da fundação de uma nova ordem, com pressupostos bem distintos dos vigentes. Do campo liberal, um jovem jurista gaúcho, Raymundo Faoro, publicava em 1959 “Os Donos do Poder”, verdadeiro libelo contra o Estado brasileiro, cujos males remontariam ao século XIV português. O estilo rebuscado combinava com o fatalismo da conclusão, que apontava para a prisão do povo brasileiro em uma “viagem redonda” (FAORO, 2000), de onde a saída parecia impossível sem o recurso à ruptura (VIANNA, 2000). Anos mais tarde, o livro mereceria uma significativa ampliação, mas a crítica elegia, nas entrelinhas, outro alvo: a ditadura militar que sepultara, em 1964, o sistema que merecera as críticas precedentes de Faoro. Não faltam, enfim, exemplos anteriores de desenganos em relação à República de 1946. Os ares de 1960 trazem, entretanto, algumas novidades.

A constatação de sucessivas crises e da instabilidade da República de 1946, muitas vezes ampliadas para a própria História Republicana brasileira, são, de fato, temas corriqueiros em intérpretes das mais variadas matizes, mas é inegável que o discurso ganha forma diversa nos anos que antecederam seu fim. Vaticínios sobre a existência de uma grave crise e a dificuldade de se encontrar saídas no contexto de então inundam o debate público. As causas da crise não decorreriam, desta vez, de um personagem ou partido, como foi o caso dos eventos que antecederam o suicídio de Vargas, em 1954³⁷⁷, já que as reflexões apontam para um colapso da própria ordem política, que se encontraria eivada de vícios insanáveis. Formulações desse tipo partem não apenas de vozes à direita, mas também de atores à esquerda - como recente bibliografia tanto tem destacado - em diagnósticos que não se restringem, como nos exemplos anteriores, a intelectuais sem maior articulação com forças

³⁷⁶ Sobre o tema ver BRANDÃO, 1997 e VIANNA. 1989.

³⁷⁷ Maria Celina D'Araujo (1992) expõe com competência o processo de concentração da crise na figura de Vargas.

politicamente influentes na sociedade, casos de Jaguaribe e Faoro, mas ganham a voz de alguns dos principais atores políticos de então. A ruptura se torna inevitável aos olhos de muitos personagens do campo político, mesmo que seu caráter ainda aparecesse de forma incerta e que ela fosse aguardada com distintas expectativas: alguns a esperá-la ansiosamente, enquanto outros a encara-la temerosos. A ideia de esgotamento da ordem vigente era, por sua vez, muitas vezes remetida a períodos históricos anteriores ou retratada como reincidência na trajetória brasileira, em movimento que levava os atores a vasculharem outras quadras históricas em seu esforço de justificação. O tom dos diagnósticos não oculta, entretanto, que os olhos se voltavam para as questões do momento, com os impasses dos anos 1960 a motivarem a empreitada.

A surpreendente renúncia de Jânio Quadros, que há menos de um ano chegara à Presidência apoiado em ampla votação, e as tensões que envolveram a posse de Jango, que se concretiza apenas com uma mudança de regime, expõem claramente a dimensão das querelas e embates de um país que mudava em grande velocidade nas últimas décadas. O acirramento das tensões políticas e as demandas por protagonismo de atores usualmente excluídos das posições de liderança, como os trabalhadores urbanos e rurais, ressaltam aos olhos de muitos os limites e riscos que o regime político vivenciava e que, possivelmente, poderiam leva-lo ao seu fim.

Um bom exemplo dessa percepção se encontra no conhecido texto de Wanderley Guilherme dos Santos, publicado em 1962, onde ele afirma sem meias palavras: “Em agosto-setembro de 1961 houve a mais recente tentativa organizada para instalar no País uma ditadura de direita. De então para cá sucederam-se os atentados, as bombas e as ameaças, numa demonstração evidente de que a trama golpista permanece armada.” (SANTOS, 1988a, p. 95). O golpe passaria a ser, segundo o autor, estratégia privilegiada em virtude do “acúmulo de poder que vêm essas mesmas forças populares conquistando, nos quadros ‘legais’ vigentes, a ponto da minoria dominante sentir-se ameaçada nos seus privilégios” (SANTOS, 1988a, p. 107), em cenário onde o recurso à força “surge inevitavelmente como única alternativa para a minoria privilegiada, quando os quadros “legais” da ditadura outrora combatida, o Estado Novo, se tornam duvidosos ou ineficazes para a manutenção desses privilégios” (SANTOS, 1988a, p. 107).

Um ator, entretanto, já há alguns anos apostava na destruição da ordem político-jurídica vigente como única saída para o país: Carlos Lacerda. O tribuno udenista nunca tergiversou sobre seu gosto por soluções extremas, únicas medidas capazes de sanear os males

da ditadura e as mazelas da história nacional. O retorno do ditador não mais permitia a moderação dos bacharéis, que combinavam discursos virulentos com tentativas de contornar as dificuldades por dentro da ordem, mesmo que, deve-se ressaltar, esses personagens assumissem uma concepção muitas vezes instrumental da institucionalidade jurídica, marcada por cambalhotas hermenêuticas que flertavam com o golpismo³⁷⁸. A derrota udenista na primeira eleição à Presidência da República já mostrara para Lacerda os limites daquela ordem, uma vez que “se antes havia a esperança de reforma pela eleição, hoje sabemos todos que nem a eleição pode mais, por si mesma, livrar esse país dos resíduos fascistas que o envenenam e o corrompem.” (LACERDA, 2000f, p. 149). Ante uma ordem ilegítima, na visão do jornalista, porque construída com os escombros da ditadura e maculada com infiltrações comunistas, a obediência e a passividade não se justificariam, pois a atitude do verdadeiro estadista requereria medidas extremas, como as explicitamente defendidas por Lacerda em vários momentos da República de 1946. Os exemplos são muitos: o combate à posse de dois presidentes, Getúlio e Juscelino, e de um vice-presidente, Jango, legitimamente eleitos; a explícita defesa de um Estado de Exceção após o suicídio de Getúlio; a constante demanda por uma intervenção saneadora das Forças Armadas, único ator capaz de tirar o país do atoleiro em que se encontrava.

A concepção política de Lacerda, que sempre dividia o mundo entre polos opostos, amigos e inimigos, se adequada perfeitamente a polarização que marcou a República de 1946 e encontrou um ponto crítico nos anos 1960. As feições da época encontram no lacerdismo sua perfeita expressão. Não se pode perder de vista, nesse sentido, a enorme contribuição do próprio Lacerda para essa conjuntura, já que nenhum ator abraçou de forma tão plena uma prática política belicosa e contribuiu tão decisivamente para a formação desse cenário de amplo conflito, com suas constantes investidas contra a legitimidade dos adversários e do próprio sistema político. A própria ação política de Lacerda aproxima a cena política - ao inseri-la em um cenário de crise e embate entre grupos excludentes - de uma condição mais propícia para o protagonismo do político carioca. Como em uma “profecia que se cumpre por si mesma”³⁷⁹, a reiteração de certas crenças sobre o mundo produz efetivos resultados, mesmo distante de uma adequada representação dos processos sociais. Lacerda tanto alude à existência de uma crise e vaticina articulações golpistas dos seus adversários³⁸⁰ que acaba por

³⁷⁸ Um bom exemplo é a célebre tese da maioria absoluta, com a qual os bacharéis buscavam, sem qualquer amparo na Constituição, impedir a posse de Vargas.

³⁷⁹ A expressão faz evidente referência ao conceito de Merton (1970).

³⁸⁰ Seja através de pronunciamentos públicos ou do seu jornal “A Tribuna da Imprensa”, Lacerda costumeiramente denunciava articulações golpistas dos seus adversários. Um bom exemplo são as manchetes da

contribuir decisivamente - mesmo que, como é óbvio, com a ajuda de diversos outros atores e grupos políticos - para a consolidação de uma efetiva situação crítica, onde sua retórica inflamada ganha destaque. Não sem razão, ele expõe anos depois, em seu “Depoimento”, um gosto pelas situações extremas, quando efetivamente sentia a “grandeza do processo democrático”:

Não tenho nenhuma saudade da vida pública ‘democrática’. Tenho, sim certo orgulho daqueles momentos de crise, quando então a democracia funcionava e a opinião pública existia. Então aí a gente sentia a grandeza do processo democrático. Mas no momento em que não havia crises, a rotina da vida democrática era monótona, triste, melancólica, a um ponto quase exasperante. Havia a pobreza de ideias, a incultura, a falta de leitura, a falta de interesse pelos assuntos e pelos problemas. (LACERDA, 1977, p. 238)

A crescente influência de Lacerda no cenário político e dentro da UDN, exposta por sua tranquila indicação como candidato à Presidência da República pelos udenistas e pelo Partido Libertador (PL), passa é claro pelo acúmulo de relações e influência política - natural pelo espaço que ocupava em toda a mídia, com frequente presença nas rádios, na televisão e nos jornais, sem falar na posse da “Tribuna da Imprensa”-, mas não se esgota em sua *virtu*. A radicalização do cenário político favorece a persona do jornalista e lhe confere natural destaque. O recrudescimento das tensões políticas não decorre, entretanto, apenas do mandato errante e da surpreendente renúncia de Jânio Quadros. Os movimentos no cenário internacional são centrais para compreender relevantes fenômenos na conjuntura brasileira, motivados pela clara inflexão da política externa norte-americana para a América Latina. Se a conjuntura internacional não constitui causa suficiente para as transformações na política brasileira, ela é, por certo, elemento indispensável para compreender os movimentos da época.

Nesse sentido, o estudo do período requer atenção ao recrudescimento da Guerra Fria e, sobretudo, às consequências da Revolução Cubana para a ação do governo dos EUA na América Latina. Carlos Fico destaca uma significativa mudança na visão norte-americana da região em 1958, como consequência dos primeiros movimentos da Revolução Cubana e de uma desastrada visita do vice-presidente Nixon à América do Sul, que teria exposto um forte sentimento antiamericano na região. A declarada implantação de um regime comunista em Cuba, no ano de 1961, e a “Crise dos Mísseis” tornam a América Latina ainda mais relevante e reforçam, aos olhos do norte, a necessidade de uma efetiva intervenção nos caminhos do

Tribuna da Imprensa nos dias que a antecedem a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, (Um exemplo: “Lacerda fica para lutar contra trama golpista de Brasília”) e nos meses que antecedem o Golpe efetivamente realizado de 1964. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964, p. 1).

subcontinente, esta uma ação fundamental para evitar a emergência de uma “nova Cuba” (FICO, 2008; MONIZ BANDEIRA, 2001).

A conjuntura reforça a postura americanófila de Lacerda, que se assentava, para além do discurso, em consistente rede de relações com empresários e com a imprensa dos Estados Unidos. A divisão geopolítica mundial em duas grandes áreas de influência é replicada internamente na cena brasileira, onde o grau de adesão aos EUA, usualmente representado como verdadeira representação do Ocidente, é vetor fundamental para a organização do campo político, que se divide entre nacionalistas e antinacionalistas. Nesse contexto, a política se caracterizava como escolha entre caminhos excludentes e a adesão ao campo nacionalista era interpretado, sobretudo a partir de 1961, como recusa ao ocidente e, portanto, provável inserção nas hordas do adversário soviético, como tantas vezes argumentado por Lacerda³⁸¹. O confronto ganha, assim, tintas morais e o embate político se estrutura em termos de uma decisão absoluta, que não admite relativismos ou abstenções.

A constatação de uma crise insolúvel por meio das rotinas legais não se restringe, em Lacerda, a uma simples peça oratória, mas funciona como motor para a ação política, impulsionando sua trajetória de demolidor de presidentes e desestabilizador de regimes. A atuação do político carioca desvela, para utilizar a expressão de Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1998), a face mais “subversiva” do liberalismo udenista, que todo o tempo atuava para abalar as estruturas da República de 1946. A radical contestação às instituições vigentes nem sempre unia, entretanto, seus correligionários. Para além da usualmente destacada distinção entre os udenistas mais ideológicos e os fisiológicos, “chapas brancas”, e da nota sobre os efeitos do ideário nacionalista na UDN, com a emergência da “Bossa Nova”, há que se ressaltar a inconstância das alianças entre bacharéis e lacerdistas. Unidos em empreitadas de corte golpista, como na campanha contra Vargas, nos momentos que antecederam a posse de Juscelino, em 1955, e em 1964, os grupos udenistas também assumiram posições divergentes. Nesse sentido, se destaca a querela em torno da posse de Jango, quando os bacharéis, Afonso Arinos à frente, costuraram uma saída de aparente legalidade, o parlamentarismo, enquanto Lacerda não economizava ênfase na direta condenação da posse do vice-presidente eleito. Para compreender o período é fundamental

³⁸¹ “Da minha parte, devo dizer que não sendo nacionalista não temo o imperialismo que a competência e a honradez podem enfrentar. (...) Devo dizer ainda eu não estou de acordo com a política de falar grosso com os Estados Unidos e fino com a Rússia. Aplaudo uma política independente para o Brasil, mas de uma independência que leve o Brasil a dizer ao mundo o que o mundo gostará de ouvir do Brasil, isto é, que somos uma nação que não tem ódio a nenhuma nação e, por isto mesmo, não apoiamos a campanha de ódio contra os Estados Unidos capitaneada pela Rússia. Somos uma nação anticomunista e isso devemos dizer claramente...” (LACERDA, 1964, p.95)

investigar, como já dito anteriormente, porque personagens distintos no campo ideológico, como Milton Campos e Lacerda, encontram-se unidos no mesmo plano político partidário e se aliam em ataques à ordem. É importante, deste modo, fornecer uma explicação satisfatória dos encontros e desencontros desses representantes de diversas correntes liberais ou, em outros termos, entender porque os personagens que unanimemente apoiaram o Golpe de 1964 encontravam-se divididos em 1961.

4.3 A calma e a tormenta

A crise da década de 1960 é precedida por um período de calma. O momento de maior tranquilidade não se situa, entretanto, no Governo Kubitschek, mas no tempo transcorrido entre a eleição e os primeiros meses de mandato de Jânio Quadros. O mandato de Juscelino já mereceu ótimas análises³⁸², que se mostraram preocupadas em distingui-lo dos Governos que o antecederam - marcados por fins trágicos, renúncias inesperadas e violações à legalidade – e em expor as razões que levaram ao sucesso do presidente com menor número de votos no período a terminar regularmente seu mandato, realizar obras de grande vulto e alcançar bons indicadores econômicos. Maria Victoria Benevides explicita com competência os três principais fundamentos dessa experiência: a “política partidária”, amparada na aliança entre PSD e PTB³⁸³; a “política militar”, fundada na boa relação com as Forças Armadas, onde se destacava o papel do Marechal Lott; e a “política econômica”, que tinha no Plano de Metas eixo fundamental, verdadeiro núcleo da ação econômica do Governo³⁸⁴.

A autora identifica a existência de “crises profundas, no começo e no fim do período” (BENEVIDES, 1976, p. 47), mas ressalta que “isso não deve ser visto como um contra-argumento” (BENEVIDES, 1976, p. 47), pois “crises e conflitos não significam necessariamente instabilidade política” (BENEVIDES, 1976, p. 47). Benevides destaca, então, a “imagem de estabilidade do governo” (BENEVIDES, 1976, p. 47), que “não era evidentemente casual” (BENEVIDES, 1976, p. 47) e aponta, amparada em considerações anteriores, que “estabilidade política significa, de certo modo, a manutenção do regime

³⁸² Dentre alguns trabalhos, merecem destaque LAFER, 2002 e BENEVIDES, 1976.

³⁸³ Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 2003) questiona esse aspecto central da aliança PSD-PTB e ressalta a colaboração de amplos setores da oposição, inclusive da UDN, no Congresso.

³⁸⁴ O papel do Plano de Metas na estabilidade do Governo JK é bem delineado por Celso Lafer na obra acima citada.

vigente” (BENEVIDES, 1976, p. 47). Merece ser dito que a autora faz discussão mais aprofundada da ideia de estabilidade, recorrendo a distinção entre conceitos formais e operacionais e trabalhando com autores como Huntington, Lipset e Hélio Jaguaribe, mas é inegável que suas conclusões, expostas pela formulação acima citada, acabam por vincular a estabilidade das formas políticas à sua sobrevivência, o que submete a análise teórica aos ditames do transcorrido, em certo finalismo que enxerga os resultados últimos como único elemento relevante. Se é evidente que a conclusão do mandato é um dado fundamental para compreender a especificidade do Governo Juscelino, não se pode perder de vista os processos que transcorreram e marcaram o mandato, os quais são fundamentais para compreender não apenas os desdobramentos dos governos posteriores, mas a própria República de 1946. A ideia de um governo estável não passa apenas por seu sucesso em se encerrar no prazo previsto em lei, mas depende do modo como os atores mais relevantes do sistema política o caracterizaram e procederam perante ele.

Mais do que os ruidosos embates políticos, estes perfeitamente condizentes com períodos estáveis, destoa da definição de estabilidade a constante predisposição de relevantes atores políticos para questionar a legitimidade da eleição e do próprio governo. Para tanto, surgia como interpretação extremamente funcional a contínua representação- já alguma vezes mencionada nesse texto- do cenário político brasileiro como uma interminável crise, tema não apenas de lacerdistas e dos bacharéis, mas também de outras figuras do campos udenista³⁸⁵, como Otávio Mangabeira, que em 13 de maio de 1957, mais de um ano depois da posse de JK, assim retratava o Brasil de então: “Fala-se em crise moral, e ela, de fato, existe sob diversos aspectos; em crise econômica, e ela nos queima na carne; em crise financeira, e ela campeia, na União, nos estados e nos municípios; em crise social, crise de autoridade e de regime, crise militar e todas elas avultam” (MANGABERIA, 1978, p. 491). As divergências chegavam sem maiores mediações a vias não previstas pelas instituições vigentes, tudo isso sem o amparo de grandes mobilizações populares, que indicassem um generalizado desconforto com as rotinas legais. Os recursos por vezes recorriam à retórica da legalidade, como argumentações em torno da necessidade- ausente na Constituição- de uma “maioria absoluta” e tentativas de anulação dos votos dos comunistas, mas em outras ocasiões pregavam sem nenhuma timidez soluções extralegis, como o levante militar de Aragarças e a constante apologia golpista, que ia da defesa de um Estado de Exceção ao clamor pela

³⁸⁵ Outrora fundador e presidente do partido, Mangabeira estava nesse momento no Partido Libertador (PL), por razões da política baiana, sobretudo da sua disputa com o grupo do também udenista Juraci Magalhães. Sobre o tema, ver DANTAS NETO, 2006.

responsabilidade das Forças Armadas. Quando o maior partido de oposição, e segundo maior do Congresso, tem vários dos seus líderes envolvidos em saídas externas à Constituição e parte importante da imprensa, como o Estado de São Paulo, tece corriqueiros elogios a tal caminho, parece sem dúvida excessiva a ideia de estabilidade. Nesse sentido, merece menção carta de Carlos Lacerda a Fernando Cícero de Franca Veloso, enviada no dia 17 de julho de 1956, nos primeiros meses do Governo JK:

Não reconheço a legitimidade do Governo Kubitschek. É necessário tudo e tudo ao meu alcance farei para derrubá-lo antes que produza maiores desgraças para o Brasil – inclusive a venda do Brasil, que ele está negociando em Nova Iorque e em Washington com alguns homens de negócios associados nessa empreitada a pretexto de combater o comunismo. (SOUZA, COELHO, 2014, p. 59-60)

É evidente que a ideia da República de 1946 como uma crise generalizada, sempre ameaçada pela iminência de um golpe, é exagerada e dificulta a compreensão das idas e vindas do período, assim como não resta dúvida que, comparado a outros momentos, o Governo JK se mostrava de fato mais estável. Ocorreu, ademais, claro apoio legislativo de grande parte da bancada udenista, sobretudo nos projetos vinculados ao Plano de Metas (SANTOS, 2003). A constatação não deve levar, entretanto, à adoção dos extremos estabilidade-instabilidade, mas requer atenção à diversidade que habita o centro da escala política. Afinal, como já advertia Spinoza, “a paz não consiste na ausência de guerra” (SPINOZA, 2009).

A ideia de estabilidade do mandato de Juscelino ganha outra perspectiva quando comparada com os momentos que transcorreram entre a eleição e a posse de Jânio Quadros. Vitoriosa pela primeira vez nas urnas, mesmo que com um candidato externo às suas hostes, a UDN nunca esteve tão próxima de um governo. Ela já colaborara ativamente com outro, o Governo Dutra, e fora hegemônica no curto período do vice Café Filho à frente do poder, mas em nenhum dos dois momentos os mares estiveram tão tranquilos para a nau udenista. Quando do Governo Dutra, por exemplo, as vozes de Virgílio Melo Franco, que inclusive renunciou ao cargo de Secretário-Geral da UDN³⁸⁶, e de Carlos Lacerda prontamente se colocaram contra o acordo interpartidário com PSD e PR, que nunca deixou de enfrentar forte resistência no partido. O jornalista carioca, em artigo sintomaticamente intitulado “Bico Doce”, não se furtava, por exemplo, em caracterizar com duras palavras o “adesismo” udenista: “Afinal, a UDN vai ou não fazer um acordo com o Sr. Dutra? Se vai, digam logo que é pra denunciarmos esse gesto como traição à causa da democracia...” (LACERDA, 2000b, p. 213). O Governo Café Filho, por sua vez, conviveu com tal sorte de instabilidades e

³⁸⁶ Para os motivos e algumas correspondências que cercaram o evento ver FRANCO, 1947.

conflitos, e aqui o termo é preciso, que foi difícil para o partido atuar como efetivamente vitorioso, já que os ares do tempo se mostravam pouco afeitos à modorrenta rotina das instituições.

Jânio Quadros, entretanto, enfrentou situação radicalmente diversa, que o cenário de conflito, no mês que antecedeu sua saída, e os tumultuados desdobramentos da sua renúncia muitas vezes ofuscam. Eleito com a maior votação absoluta de um candidato à Presidência na República de 1946 e munido de forte apoio da imprensa, do empresariado, industrial e comercial, e do Exército, o político paulista foi até mesmo capaz de produzir cismas no grupo adversário, exemplificados no sucesso da célebre chapa extraoficial “Jan-Jan”, que defendia os votos em Quadros e Goulart. Influente em São Paulo, onde fora Prefeito da capital e Governador, Jânio agradava às classes médias com o tradicional discurso anticorrupção e se mostrava bem mais hábil que seu adversário Lott³⁸⁷ - marcado nos relatos memorialísticos de correligionários e oponentes como fina expressão da inabilidade eleitoral – para conjugar a gramática das massas trabalhadoras urbanas, tradicionais eleitoras do PTB e do PCB. A retórica azeitada vinha acompanhada de uma cuidadosa construção da figura pública, que ressoava positivamente em diversas classes sociais. O bacharel em direito pelo Largo do São Francisco e professor de português de tradicionais colégios paulistas encontrava situação mais favorável que a de todos os seus predecessores, talvez apenas superado por Dutra.

Os confrontos em torno da “Política Externa Independente” por certo marcaram um dos grandes cismas do governo Jânio, fundamental para compreender o forte ataque lacerdista ao seu mandato e responsável por importantes cisões na UDN. O início das discordâncias, porém, se efetiva apenas nos últimos dias do governo, quando a decisão de conduzir uma política externa terceiro-mundista³⁸⁸ ganha seu mais forte símbolo: a condecoração de Che Guevara. Antes do evento, mesmo a relação de Jânio com aquele se se mostrou seu mais duro adversário, Carlos Lacerda, transcorria com tranquilidade. Em carta, enviada em 24 de janeiro de 1961, ao recém-eleito presidente, Lacerda retrata a eleição de Jânio como expressão das “derradeiras energias do nosso povo” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 176), que, quando da ameaça de retirada da sua candidatura, se viu diante da “perda de um último motivo de crer numa solução relativamente tranquila (...) para a crise nacional” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 177). Esta imagem de última aposta para a salvação da República de 1946 por meios legais deu um caráter especial à figura de Jânio, cuja “candidatura polarizou essa e muitas outras

³⁸⁷ Para um perfil de Lott ver CARLONI, 2015.

³⁸⁸ Lacerda relata em seu “Depoimento” (1977) a forte admiração de Jânio pelo líder egípcio Nasser, cuja retrato ocupava lugar privilegiado em seu gabinete.

esperanças no coração de milhões de brasileiros” (LACERDA, 1977, p. 176). O editorial da Tribuna da Imprensa³⁸⁹- jornal ainda controlado à mão de ferro por seu dono³⁹⁰, então Governador da Guanabara- de 31 de julho de 1961, 26 dias antes da renúncia, que se consumou em 25 de agosto, tecia entusiasmados elogios aos primeiros seis meses do presidente:

Completa hoje seis meses que o Sr. Jânio Quadros assumiu a presidência da República. E o eleitorado que lhe deu uma vitória sem precedentes na história da nossa vida republicana vê confirmada as suas esperanças: o Sr. Jânio Quadros está realmente realizando um grande governo (...) um governo à altura das mais profundas e justas manifestações populares. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961f, p. 4)

Não estamos diante de uma exceção na linha do jornal. O editorial do dia 1º de julho afirmava que “o Sr. Jânio Quadros está governando o país, restaurando-o e saneando-o, desenvolvendo-o e enriquecendo-o” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961c, p. 4), enquanto que o referente ao dia 26 do mesmo mês chamava o plano de governo do presidente, e isso sem nenhum tom pejorativo, de “revolução quinquenal”. As baterias se voltavam, de fato, contra o Congresso, que era constantemente retratado como incapaz de responder ao dinamismo do Executivo e, conseqüentemente, a vontade do povo que o elegeu.

Temos, assim, uma opinião pública profundamente sensível ao espírito de reforma básica do país e um Poder Executivo que, integrado na vibração popular, reconhece a necessidade dessa modificação de estrutura (...) Mas para que esse esquema reformista se converta em realidade é necessário que se faça ouvir o poder constitucional encarregado de preceder à reforma e dá-la ao povo e ao governo. Esse Poder, o Legislativo, não se acha em sintonia com as reivindicações populares e os firmes propósitos do governo Jânio Quadros. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961q, p. 4).

A questão se via resumida no desafiador texto do dia 11 de julho: “o povo votou num programa. Vai ou não o Congresso deixar que o governo o realize?” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961g, p. 4). Não faltavam, por outro lado, menções à “lerdeza da Câmara” e à “atrofia do legislativo”, que davam o clima não apenas dos textos já citados, mas de manchetes do jornal e de outros editoriais³⁹¹. O Congresso era, inclusive, responsabilizado pelas possíveis conseqüências da sua irresponsável inação, já que as reformas de Jânio eram a única via alternativa ao comunismo: “ou este país se reforma para a democracia por meios

³⁸⁹ A dissertação de Marcio de Paiva Delgado analisa a atuação da Tribuna da Imprensa ao longo das crises da República de 1946. (DELGADO, 2006)

³⁹⁰ Lacerda venderia o jornal, assolado por uma crise financeira, meses depois, em outubro de 1961. A Tribuna manteria, entretanto, sob o comando do jornalista Hélio Fernandes, forte retórica e inclinação lacerdista.

³⁹¹ Os editoriais dos dias 11/07/1961 e 27/07/1961 são bons exemplos.

democráticos, ou acabará reformando-se para a democracia por quaisquer meios. Pois a alternativa é o domínio comunista” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961c, p. 4).

O jornal inicia, na esteira de Lacerda, outra posição a partir do dia 4 de agosto, quando a manchete já coloca o governo brasileiro como agente da sovietação da América – “Brasil, cabeça de ponte para sovietaizar América” - e reproduz tanto uma crítica entrevista do então Governador da Guanabara, onde ele declara que “A América chorará em vão se não se defender do comunismo” (LACERDA, 1961c, p. 5), quanto um duro discurso, que denuncia a “invasão russa na América” e sai em defesa da verdadeira “democracia”. Em que pese a clara crítica ao governo, as menções a Jânio Quadros ainda são laterais:

Aqui, agora, é o momento para dizer que a partir desse ponto não cedemos mais ao comunismo, nem para fazer negócios, nem para satisfazer interesses. Nem muito menos para consagrar vaidades e atender a conveniências obscuras. Já chegamos ao ponto em que o país corre perigo, exatamente porque está moralmente desarmado e politicamente desintegrado para servir de campo à invasão russa na América. Acredito na democracia e por isso mesmo abomino tudo aquilo que se serve do seu nome para destruí-la (LACERDA, 1961b, p. 5).

As edições seguintes seriam marcadas por um predominante silêncio sobre a questão, que não figurava como destaque na Tribuna, nem mereceu outras intervenções públicas explosivas de Lacerda, que parecia aguardar as consequências do seu primeiro movimento. O franco embate ganharia corpo apenas no dia 21 de agosto, após a polêmica condecoração de Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, realizada no dia 20 de agosto, e dias antes da renúncia de Jânio. A manchete de capa do jornal traz a ameaça de renúncia de Lacerda, que afirmava que “na defesa de suas convicções democráticas, era seu dever lutar e o faria, se fosse necessário abandonando sua posição oficial e indo para as ruas” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961n, p. 4), e identifica dentre as razões da crise “o fato de o governo Jânio Quadros, com sua política exterior, estar conduzindo o Brasil para a área do comunismo, permitindo um processo de infiltração que dia a dia enfraquece mais as nossas instituições democráticas.” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961n, p. 4), movimento que “culminou com a entrega da Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul a Che Guevara” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961n, p. 4). O editorial do dia, intitulado “Política externa: erros e perigos”, investe diretamente contra a figura do presidente, até o momento poupada de ataques pessoais, contrapondo a falsa moral presente “em qualquer ditador fascista” que caracterizava o seu governo, marcado por regulamentação de costumes, à verdadeira moral, agora desrespeitada pelas diretrizes da política externa:

Jânio Quadros praticou um ato que não é digno de seus propósitos nem de suas declaradas intenções de moralização. Mas é a continuação lógica de sua política exterior deplorável. A moralização de um governo não se mede pelo comprimento

dos maios de banho nem pelos pruridos de puritanismo de suas manifestações exteriores. Esses exageros de pudicícia qualquer ditador fascista os tem; e costumam preceder outras medidas. A moralização de um governo se faz pelo exemplo. E o exemplo que o sr. Jânio Quadros dá ao povo, neste momento, é deplorável. (...) Cumprir a lei é dar o exemplo, é moralizar no exato sentido da palavra. Pois o que faltava neste país era autoridade disposta a cumprir a lei, para que o povo aprenda a cumpri-la e respeita-la. O sr. Jânio Quadros desrespeitou a lei que criou a Ordem do Cruzeiro do Sul, conferindo, por súbito e desautorizado capricho pessoal, a grã-cruz dessa Ordem, fora da lei, a um aventureiro internacional. Distinguir entre o certo e o errado, entre o que convém e o que não convém, é moralizar, no verdadeiro sentido da palavra. Quando, pois, abusando do nome do povo e da autoridade que este lhe conferiu, o sr. Jânio Quadros condecora um bandido, ele desmoraliza a nação que lhe conferiu um mandato – mas não uma ditadura pessoal. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961n, p. 4)

O editorial vem acompanhado da transcrição de um discurso de Lacerda, proferido em um encontro de trabalhadores³⁹², que se destinava, sobretudo, ao questionamento da divisão entre direita e esquerda, já definitivamente superada: “pois situam-se aparentemente à esquerda as forças mais reacionárias do mundo, as forças que compunham o pior poder por essa doença da democracia, que é a demagogia” (LACERDA, 1961c, p. 6). O pronunciamento, com clara destinação a Jânio, chegava, por fim, à evidência da indistinção entre fascismo e comunismo (LACERDA, 1961c, p. 6).

Os próximos dias seguiriam caminho semelhante. Lacerda mantém a ameaça de renúncia no dia 22, quando recebe solidariedade pública do governador de Pernambuco, Cid Sampaio, e da Assembleia Legislativa do Estado. A questão carioca ganhava feições maiores e energia como prova da popularidade e da força nacional de Lacerda. A manchete do dia, por sua vez, dava destaque ao apoio dos comunistas a Jânio - “Crise é gravíssima: comunistas apoiam JQ” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961o, p. 4) -, os quais teriam feito com o apoio financeiro do Ministério do Trabalho e presença da Luís Carlos Prestes um ato de apoio à política externa do Presidente, que recebia também o suporte de outro arqui-inimigo de Lacerda, Leonel Brizola, o qual chegava ao Rio para falar em outra manifestação. Os arautos do PCB não seriam parte, entretanto, do povo, como buscava destacar a manchete do dia 23/08 - “Política externa de Jânio não tem apoio do povo” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961p, p. 4) -, que declarava: “O povo brasileiro, em sua imensa maioria, é contra a política que consiste em quebrar e comprometer as alianças do Brasil para lança-lo, em nome de uma suposta ‘independência’, ‘não conformismo’, ou outro eufemismo do gênero, na órbita da Rússia” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961p, p. 4)³⁹³. Era necessário, aos olhos lacerdistas,

³⁹² Trata-se do V Congresso Continental da Organização Regional dos Trabalhadores

³⁹³ O editorial do dia desenvolve de forma mais longa o argumento: “Como se mede a opinião da maioria num país razoavelmente democrático? Pelo resultado de suas eleições. O mais é pesquisa de opinião, sujeita a

distinguir a verdadeira vontade popular, que dessa vez, diversamente das outras, fora expressa pela adesão do povo às ideias na última eleição, da simples balbúrdia dos asseclas de Moscou, que se inspiravam na “monstruosa concepção de Fidel Castro, que imita Hitler em sua visão comunista ao dizer que é democrata porque governa segundo os uivos da multidão na praça pública” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961p, p. 4). Os argumentos em torno das motivações econômicas da política externa, usualmente mobilizados pelo governo, são, por sua vez, sumariamente descartados, já que “qualquer pessoa sabe que a política externa de uma nação não se faz apenas em torno de suas compras e vendas” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961o, p. 4).

A investida contra Jânio alcança seu auge nos últimos momentos do governo, quando Lacerda denuncia, em discurso de duas horas na televisão³⁹⁴, a existência de uma trama golpista, que lhe fora revelada em reunião com o Ministro da Justiça Pedroso Horta. Ele cogitara renunciar não pelas dificuldades pessoais, mas inconformado com o fato de que o governo que ajudara a eleger agora se envolvia “numa pequena, astuta, mas medíocre trama palaciana para resolver por meios ilegítimos, dificuldades que todos reconhecemos e que devemos resolver por meios legítimos” (LACERDA, 1964, p 328). O objetivo da articulação golpista seria o mesmo, aos olhos de Lacerda, da absurda política externa, que obedecia a nada mais que motivos pragmáticos: a criação de um governo fundado no poder pessoal do presidente. Após muito refletir, o Governador da Guanabara abandonara a ideia da renúncia “não para organizar qualquer força que se oponha ao Presidente da República, mas para contribuir na organização de uma força que ajude o Presidente da República a não se opor a si mesmo” (LACERDA, 1964, p. 330). O dever patriótico o levava à televisão, onde ele se via obrigado a “dizer estas coisas para salvar o nosso país, preservando-o” (LACERDA, 1964, p. 330). A edição da Tribuna que retomava os principais motes do discurso ainda circulava quando da inesperada renúncia de Jânio. Esta motivaria, por sua vez, mais um ataque a sede

brevidade de certas perguntas, à tendenciosidade de outras, assim por diante. Com todas as deficiências, o que constitui o processo democrático é a soma de votos. Pois bem, na eleição presidencial (...) Pois bem, o povo, por esmagadora maioria, desprezou a pecha, lançou aos céus o candidato que prometia tudo o que hoje o sr. Jânio Quadros procura fazer e votou no candidato ‘reacionário’, direitista (...) o povo brasileiro não é comunista (...) quem honestamente pode duvidar que se a maioria do povo quisesse uma política de aproximação do Brasil com a Rússia e o comunismo, não teria votado no senhor Jânio Quadros? Hoje, argumentam alguns, hoje o povo aplaude o Sr. Jânio Quadros. Aplaudem, sim, os seus adversários. Aplaudem os comunistas (...) Mas serão eles a maioria? Vejamos. Qual o estado que eles controlam? O Rio Grande do Sul – e assim mesmo olhe lá. E o Recife, com o dinheiro que o senhor Jânio Quadros deu ao prefeito comunista de lá. Somados na Câmara, vão a pouco mais de 40, em mais de 320 deputados. No Senado, nem a décima parte. A imprensa reflete (...) a tendência dominante da opinião de um povo (...) A condenação é esmagadora” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961o, p. 4)

³⁹⁴ O discurso foi integralmente publicado no livro “O Poder das Ideias” (LACERDA, 1964), sob o título “A crise de agosto – improvisado na televisão”.

do jornal, na rua do Lavradio 98, comandada por populares que responsabilizavam Lacerda pelo súbito fim do mandato de mais um presidente popular.

O ataque de Lacerda a Jânio representa, ao mesmo tempo, um embate com certa vertente dos bacharéis, que tinha em Afonso Arinos, primeiro chanceler responsável pela polêmica “Política Externa Independente”, seu melhor exemplar. Os conflitos entre os dois expoentes udenistas, antes afinados em grande parte das questões cruciais do período, expõe suas distintas concepções de política, que antes se encontravam ofuscadas pelos imperativos da conjuntura. As divergências deixarão marcas e farão com que os outrora aliados na política nacional e carioca – nesta, sobretudo, quando da emblemática eleição de Arinos para o Senado, derrotando Lutero Vargas – se façam próximos apenas nas imediações do golpe, para depois, quando da Ditadura, partilharem, isolados, o seu ostracismo. Nesses últimos momentos de Lacerda, já que Arinos ainda retornaria ao centro da arena pública quando da Constituinte, ele expõe em carta ao bacharel mineiro, escrita em 11/12/1975, a clara consciência dessa distância menos perceptível em meio aos tumultuados ares de outros tempos: “nossas divergências política eram bem maiores do que nossas convergências faziam supor. Ao primeiro afastamento elas explodiram.” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 79-80)

As questões de política internacional são fundamentais para a compreensão das principais clivagens da política brasileira à época. O conteúdo mais explícito oculta, entretanto, distinções fundas e incontornáveis, que mostram a importâncias das trajetórias e visões de mundo dos atores e impedem, como é evidente, que as escolhas de então sejam interpretadas como simples reflexos das volições dos grandes atores globais. As grandes questões que cindiam o mundo influíam, sem dúvida, nos rumos das questões domésticas, mas eram necessariamente filtradas pelo lugar, social e intelectual, de onde os principais personagens as percebiam.

Arinos interpretava a eleição de Jânio de forma semelhante a Lacerda, apontando como grande esperança e sopro renovador do combalido cenário político brasileiro. O professor paulista se mostrara como o único que podia salvar presidencialismo brasileiro, que tivera em Arinos um defensor, quando dos seus primeiros confrontos parlamentares com Raul Pilla, mas que depois encontrou no político mineiro severo crítico³⁹⁵. O regime presidencial, que funcionava bem nos Estados Unidos da América, aqui expunha seus problemas e evoluía para um “plebiscito demagógico entre falsos líderes populares que exploravam as paixões

³⁹⁵ As primeiras posições de Arinos e Pilla, presentes em seus votos e pareceres, assim como os motivos da posterior mudança do deputado mineiro, que consta da introdução ao volume, tema, aliás, que já foi explorado no capítulo 1, estão reunidos em FRANCO, PILLA 1999.

coletivas sem, de fato, representar os verdadeiros interesses do povo” (FRANCO, 1968, p. 56). Os motivos passavam pela franca incompatibilidade com o eleitorado brasileiro, que não demonstrava a “compreensão da responsabilidade inerente ao poder do sufrágio” (FRANCO, 1968, p. 56), de forma que o “ato de votar em um candidato à presidência significava um desabafo imediato, a oportunidade de um revido para as dificuldades da vida, ou (...) um anelo informulado de melhoria, mas melhoria particular e imediatista, desligada de qualquer visão mais geral ou distante” (FRANCO, 1968, p. 56). As elites, na visão de Arinos, se mostravam também inaptas para o sistema, incapazes de ocupar o lugar de liderança demandado aos verdadeiros estadistas. Desenhava-se, em descrição digna de Ortega e Gasset³⁹⁶, um cenário nefasto onde se organizam, “de um lado, elites desunidas, frequentemente rígidas em seu egoísmo reacionário; do outro, massas que se agrupavam atraídas apenas pelo carisma demagógico ou pelo benefício urgente” (FRANCO, 1968, p. 56). Nesse contexto, “Jânio surgiu como uma oportunidade única de mudança deste processo divisório, cujo desenvolvimento conduziria fatalmente – como conduziu depois a sua renúncia – ao impasse constitucional e à morte da democracia”, já que ele se mostrou, ao longo da República de 1946, o único capaz de unir elites e massas e aplacar o crescente conflito que se estabelecia entre essas duas partes da sociedade.

Jânio permitia, com sua capacidade de conciliação, a manutenção da nossa “tradição mundialmente louvada das mudanças brancas” (FRANCO, 2005, p. 61), graduais, tão ao gosto do projeto político de Arinos, que pertencia, segundo sua própria perspectiva, ao grupo dos “espíritos moderados”. A transformação precisa, como já exposto anteriormente, passar pela conciliação dos extremos da conservação e da mudança, da ordem e do movimento, evitando que se coloque abaixo a longa construção das elites brasileiras tanto pelos excessos da ânsia transformadora, que busca revolucionar rapidamente as estruturas, quanto pelo demasiado apreço a formas passadas, cuja manutenção levará ao ocaso do direito e à inevitável subversão da ordem. Arinos situava, à moda aristotélica, a virtude no exato meio entre os dois possíveis extremos.

Já senador e maduro pelos embates políticos que se acumulavam, Arinos abandona o tom inflamado dos tempos da “Banda de Música” da Câmara, quando, com alguma soberba, acreditava ter derrubado Vargas com a força do seu discurso (FRANCO, 1965, p. 344-346). Ele assume o discurso da moderação e pretende afirmar-se como o udenista que poderia conciliar tradição e modernidade, de modo a filtrar com os exemplos do passado os

³⁹⁶ Para um bom exemplo do pensamento do autor ver ORTEGA Y GASSET, 2006.

movimentos de transformação do presente. As reflexões nesse sentido são contemporâneas da sua ida pro Senado, afastando-se do lugar de destaque que era a liderança na Câmara Federal, e da sua crescente perda de influência no partido, tanto em face de Lacerda quanto diante dos bacharéis modernizantes e de outros udenistas. O tom moderado e conciliador é particularmente sensível em suas obras redigidas no período, entre sua escolha como chanceler e o golpe, como a coletânea de artigos “Evolução da Crise Brasileira” e “A Escalada”, segundo volume das suas memórias³⁹⁷³⁹⁸.

Jânio, nesse sentido, preserva os valores de ordem e retoma, sobretudo na Política Externa, a antiga linha de grandes homens brasileiros, como Afrânio de Melo Franco, pai ao qual Arinos dedicou extensa obra (FRANCO, 1976), e Rui Barbosa, os quais nunca quiseram tornar o Brasil um simples satélite das grandes potências, ao menos aos olhos do mais jovem Melo Franco, mas buscavam, sem maiores embates com as grandes nações, reservar um lugar especial para o país, dentro das possibilidades concretas, e demonstrar a pátria tradição de grandes homens que superavam, à moda das conhecidas reflexões de Nabuco³⁹⁹, seu limitado cenário de origem⁴⁰⁰. Enquanto personagem que compreendia sua atuação política à luz da tradição familiar na qual se enquadrava⁴⁰¹, Arinos não se contentava na construção de uma Política Externa que simplesmente replicasse os interesses americanos, ainda mais em face da

³⁹⁷ Arinos assim relata sua opção política em suas memórias: “A redução da minha atividade parlamentar se explicava pela situação de isolamento político em que me encontrei naquele ano. Não podia apoiar a ação demagógica e insensata do governo, mas não podia me filiar, tampouco, À linha reacionária e antidemocrática da oposição representada pelo lacerdismo, o militarismo ditatorial, os latifundiários, a Igreja conservadora, a imprensa ligada ao poder econômico e as correntes direitistas do Congresso; em suma, tudo aquilo que me repugnava. Entre o radicalismo demagógico e o radicalismo reacionário, procurei traçar uma linha de moderação e de progresso. Para isto recorri à imprensa, e o Jornal do Brasil abriu-me generosamente as suas colunas. De julho de 1963 até depois da revolução de 1964, escrevi para aquele matutino carioca...” (FRANCO, 1965, p. 261)

³⁹⁸ Textos posteriores, após seu ocaso político, - a ser superado apenas na década de 1980 – carregam, por sua vez um ar melancólico, especialmente presente em Planalto, o terceiro volume das memórias, todo ele redigido após 1965.

³⁹⁹ A referência é ao conhecido capítulo “Sentimento do Mundo”, do livro “Minha Formação”, onde Nabuco expõe a contradição entre sentimento e imaginação. O excerto mereceu célebres comentários, como a carta de Mario de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, onde o primeiro menciona a existência de uma “doença de Nabuco”. (Disponível na coletânea FROTA, 2002)

⁴⁰⁰ Arinos tinha uma clara ideia de que muitos grandes brasileiros, que nada deveriam a lideranças de outras partes do mundo, permaneciam secundários pelo lugar acanhado que o país ocupava no mundo. Nesse sentido, sua merecida notoriedade dependia do desenvolvimento do país: “Grandes homens em termos absolutos, homens de certo modo universais, Nabuco e Penedo não existem para os ingleses. Só passarão a assumir as dimensões humanas que merecem quando o Brasil, no futuro, atingir as suas próprias dimensões históricas.” (FRANCO, 1968, p. 119).

⁴⁰¹ Sobre o tema ver LATTMANN-WELTMANN, 2005. O mote, constantemente repetido em textos e discursos, de que ele era o sexto parlamentar da família é comentado com tom sarcástico por Aliomar Baleeiro em seu Diário (BALEEIRO, 1952c).

direção proposta por Jânio, que, como ele aponta algumas vezes em suas memórias⁴⁰², o permitia percorrer trajetória semelhante a do pai⁴⁰³.

Há que se destacar, ademais, que o liberalismo de Arinos não nutria grande entusiasmo pelos ideais utilitários e individualistas que, no mais das vezes, acompanhavam algumas adesões ao lado americano na Guerra Fria. O bacharel em nenhum momento se colocava ambigualmente ante o embate entre capitalismo e comunismo, assumindo expressamente o alinhamento “ocidental”, mas nem por isso esquecia seus senões em relação a direta aplicação do modelo americano no Brasil, que negaria toda a herança ibérica que Arinos tanto cultuava. A modernização era necessária, mas precisava passar pela acomodação dos valores passados, refratário o autor a qualquer recurso banal à ruptura.

A Política Externa independente também surgia aos olhos de Arinos, como demonstração da capacidade de Jânio de não apenas replicar as ideias e instituições da tradição, mas de identificar seu espírito e conseguir atualizá-lo. Nesse sentido, o presidente representaria não apenas as diretrizes de manutenção da antiga ordem, mas o esforço de adequá-la aos novos tempos, percebendo quais dos seus alicerces demandavam mudanças. O progresso do país não dependiam de uma irrestrita afirmação do bloco da ordem, mas do seu delicado equilíbrio com o do movimento. Em tom diverso de antigas condutas, o bacharel vê, em texto redigido em 1963, a eleição de Vargas como “o início do processo, ainda em curso, da transformação das bases da democracia representativa, entre nós” (FRANCO, 1965, p. 176). Anos mais tarde, o outrora adversário era visto como “uma face pioneira e turva da revolução social no Brasil moderno” (FRANCO, 1968, p. 77), que, entretanto, nunca teria conseguido angariar o apoio das elites - e aqui o texto segue sem nenhum traço de ironia - estas “naturalmente hostis aos processos antidemocráticos” (FRANCO, 1968, p. 77). As revoluções iniciadas por Vargas alcançariam um novo patamar com Jânio, cujo “reformismo legalista (...) chegou a representar, no momento da posse, um passo à frente no caminho aberto por Vargas; o passo na direção do encontro do progresso com a legalidade” (FRANCO, 1968, p. 77). Além da já mencionada capacidade de unir elites e povo - talvez uma das razões da inafastável ambiguidade que marca suas representações históricas⁴⁰⁴ - Jânio seria capaz de perceber “as reformas políticas necessárias à incorporação das mutações ao sistema

⁴⁰² São muitas as referências em FRANCO, 1968.

⁴⁰³ É necessário destacar que Arinos critica em suas memórias alguns excessos da política externa de Jango, sobretudo por alguma ausência de preparação e por certos arroubos retóricos antiamericanos, problemáticos na conjuntura que se avizinhava (Ver FRANCO, 1968, p. 139). A avaliação geral é, contudo, de que as diretrizes adotadas eram, mesmo quando imprecisamente implementadas, necessárias e adequadas.

⁴⁰⁴ Sobre a persona pública de Jânio ver BENEVIDES, 1981.

constitucional” (FRANCO, 1965, p. 176), já que “não encontrando vias de expressão nos quadros legais, as parcelas do povo que se sentem separadas das áreas de decisão começam a transbordar dos limites da representação” (FRANCO, 1965, p. 176), “inclusive de forma a por em risco o próprio regime” (FRANCO, 1965, p. 176). A mudança na política externa seria, portanto, uma dessas transformações imprescindíveis, sendo uma clara resposta às transformações que ocorriam na política interna brasileira:

Desde o início do governo, Jânio demonstrou forte empenho em proceder a uma abertura política e econômica das nossas relações internacionais. Estava convencido – e estava certo – de que tal abertura era o complemento externo indispensável à transformação que se operava – e que já se operara – na nossa situação interna, por tantas manifestações desordenadas de crescimento e progresso. Fixar uma prestigiosa fisionomia internacional e possibilitar ao país recursos de várias áreas, parecia ao Presidente condição necessária para a ordenação e a consolidação do nosso desenvolvimento interno. Creio que ninguém discute mais o acerto dessa opinião. (GRIFOS NOSSOS) (FRANCO, 1968, p. 141)

As críticas de Lacerda a essa diretriz expunham, na perspectiva de Arinos, o caráter faccioso e radical da sua conduta - incompatível com a postura do verdadeiro estadista- que tanto mal acarretava para o país. Refratário a “toda forma de fanatismo, seja de ideia seja de pessoas” (FRANCO, 2005 {1965}, p. 42), Arinos surgia, em seu relato, como alvo preferencial do extremado Lacerda, que, como radical, só percebia “duas formas de contato, a submissão ou a luta” e nutria a “ideia falsa, mas corrente entre os fanáticos e os que lhes são submissos (...) de que a moderação se confunde com tibieza, abandono, ceticismo ou capitulação” (FRANCO, 2005 {1965}, p. 42), quando, na verdade, “a moderação é, frequentemente, prova de força da alma” (FRANCO, 2005 {1965}, p. 43), ao passo que o “radicalismo (...) pode denotar debilidade histérica e descontrole da vontade” (FRANCO, 2005 {1965}, p. 43). O jornalista, ademais, não apenas encarnava a postura do clássico faccioso, mas possuía, segundo Arinos, um peculiar talento para atrair outros indivíduos com propensão ao fanatismo, habilidade na qual não tinha par mesmo quando comparado com os maiores líderes carismáticos do período:

Curioso esse destino de Carlos Lacerda. (...) Estranha figura intelectual e humana. Seu dom principal é o de despertar fanatismos. Para isso ninguém o supera no nosso tempo, nem Getúlio, nem Prestes, nem Jânio. Este atributo indiscutível lhe vem da eloquência: da oratória cálida, dramática, engraçada, opulenta, fascinante. Aos poucos o que me separou de Carlos Lacerda foi, exatamente, o dom que o faz sempre, centro das campanhas contrárias ao que ele é: este terrível dom de congregar fanáticos. Porque nada existe no mundo que repugne tanto a minha inteligência, como o fanatismo (FRANCO, 1965, p. 423)

Lacerda congregava algumas das características que mais destoavam da visão de mundo de Arinos, ao conciliar o culto da personalidade, celeiro de fanatismos, com o

entusiasmo ante as transformações bruscas, marcadas por uma radical cisão com a ordem precedente. Crítico do personalismo dos adversários, Lacerda não recusava o carisma das grandes lideranças, mas o percebia como parte integrante da dinâmica democrática, como expõe anos depois em seu “Depoimento”: “A ideia que se criou, devido ao nazismo e ao fascismo, de que carisma seja sinônimo de um fenômeno de mística autoritária, é absolutamente falsa. Não conheço nenhuma liderança democrática que não tenha carisma, que não tenha (...) um efeito carismático.” (LACERDA, 1977, p. 223). O lacerdismo, sob esse aspecto, não seria um fenômeno negativo, mas, em chave distinta, uma forma de inspirar um povo em difíceis condições – “um estado de espírito, digamos, reformador e honesto” (LACERDA, 1977, p. 223), segundo os termos do próprio Lacerda - em movimento que recorria ao carisma de forma semelhante ao “da campanha civilista de Rui Barbosa” (LACERDA, 1977, p. 223).

Lacerda, por certo, não media esforços para rotinizar esse carisma através de instituições, como o Clube da Lanterna, que ele posteriormente renegaria⁴⁰⁵, da grande imprensa e dos partidos políticos. A constituição de regularidades para essa ação carismática não exclui, entretanto, seu caráter disruptivo, como, aliás, já era previsto por Weber (WEBER, 2000). O novo precisava ser, no mais das vezes, retirado à fórceps, já que não nascia naturalmente da evolução das circunstâncias. Para Lacerda, o fetiche da legalidade, inerente aos bacharéis, os levaria às meias medidas e formalismos, que impediam não apenas uma adequada compreensão da realidade, a qual ultrapassava as previsões do direito, como trabalhavam contra o sucesso de uma verdadeira transformação na realidade brasileira. A conhecida postura de Lacerda em 1955, quando defendeu, sem meias medidas, um “Estado de Exceção” para evitar “outro golpe”, legitimado pelas eleições⁴⁰⁶⁴⁰⁷, expunha claramente sua ideia de que os fins deveriam preponderar sobre as formas, distintamente dos bacharéis,

⁴⁰⁵ “Amaral Neto (...) fez o tal Clube da Lanterna à minha revelia” (LACERDA, 1977, pág. 222)

⁴⁰⁶ “...neste país será indispensável, mais tarde ou mais cedo – e antes mais cedo do que mais tarde – a concessão de plenos poderes ao Executivo para que legisle(..) para dar autenticidade a democracia brasileira, para que a massa popular possa intervir no processo eleitoral sem as deformações a que é submetida pela miséria, de um lado, dos problemas sem solução legal e, de outro lado, pela propaganda e pela corrupção desenfreada; mais cedo ou mais tarde será indispensável – e antes cedo que tarde demais – conceder plenos poderes a fim de que o Poder Executivo possa legislar sobre aquilo que em causa própria não pode fazer a Legislação (protestos) uma lei que permita a criação e o funcionamento de Partidos autênticos no Brasil, para a criação de um corpo eleitoral expurgado dos vícios que atualmente o deformam, de tal modo que se acabem com os currais eleitorais e se dê ao voto a verdade sem a qual o voto é pior que a ausência dele porque a consagração da desonestidade. O que se faz no Brasil é recorrer ao voto para coonestar o arbítrio, a corrupção e a coação.” (LACERDA, 1982, p. 128-129)

⁴⁰⁷ A postura de Lacerda, assim como o lugar da ideia de “exceção” no seu pensamento e prática políticos é mais longamente tratado no capítulo 2.

excessivamente atentos aos ditames típicos dos rituais jurídicos⁴⁰⁸. Em sua correspondência ao longo do Governo Café Filho, em plena militância nos sentido da solução autoritária, Lacerda demandava ações enérgicas dos seus correligionários, como nessa carta, enviada em 30/11/1954, a seu futuro crítico Afonso Arinos:

Visto a distância, o panorama brasileiro parece o de uma ilha de loucos, uns mansos, outros furiosos, que encarceraram os homens de juízo e ficam na praia, agitando-se, a dar impressão de que são os seus únicos habitantes. A timidez dos homens de bem, no Brasil, é mais do que uma omissão; é um crime. Hesitar é próprio de quem quer escolher bem, Mas, como no caso presente, parece que o Governo Café pretende passar à história como o governo que, recebendo o Brasil à mão de ladrões execrados, o vai entregar a ladrões consagrados. Isto é mais grave precisamente porque ele tem nas mãos e no seu leal coração qualidade e condições para pôr o povo do seu lado. (SOUZA, COELHO, 2014, p. 145)

Pouco mais de um ano depois, em 27/02/1956, em seu curto autoexílio no exterior, o então deputado lamentava os erros da derrota, e tecia amplos ataques aos excessivos melindres de seus correligionários, que ao contrário dele, que não poupou esforços, “não quiseram perder nem mesmo a reputação de democratas para salvar a democracia” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 151), em postura que “reduz a oposição a um bate-boca que não interessa ao povo, ansioso por uma solução de fundo e não pela mera repetição do tipo de oposição que se fez a Vargas” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 153). A crítica aos bacharéis não era exclusividade de Lacerda. Em discurso onde identificava “as debilidades congênitas da nossa democracia nascente” (MANGABEIRA, 1978, p. 469), Otávio Mangabeira fazia verdadeira pregação contra o excessivo formalismo dos bacharéis:

Tenho uma queixa (...) dos bacharéis do Brasil, porque ainda nas horas mais graves e mais tremendas da nacionalidade, ficam eles preocupados com as fórmulas jurídicas, menos sensíveis às realidades. A legalidade, Srs. Deputados, que vem vigorando na República, disse e tenho repetido uma centena de vezes, é uma legalidade fragilíssima (...) A inexperiência política é o mal de que padece este País, que o levou ao desastre. (...) uma tese que tenho sustentado: ou se fazem revoluções ou não se fazem. Percamos, porém, a mania das revoluções legais ou das legalidades revolucionárias. (O mal do 24 de agosto foi fazer-se a revolução pela metade. (MANGABEIRA, 1978, p. 469)

Lacerda, entretanto, não apenas expunha, na tribunas e bastidores, seu despreço pelas “fórmulas jurídicas”, mas muitas vezes agia politicamente, em frequência cada vez maior ao longo da República de 1946, contra os meios e fins dos bacharéis. A consonância com figuras como Otávio Mangabeira - velha raposa que começou sua carreira política em meados da Primeira República – não pode ocultar a ação sistemática do jornalista carioca contra alvos

⁴⁰⁸ Lacerda formularia, anos depois, a mesma crítica aos bacharéis udenistas: “tenho muita pouca vocação para política como exercício assim de habilidades e de astúcias. Acho que se perde muito tempo com a política no sentido do meio, e não no sentido de fim, e a política como meio me interessa muito pouco, o que me interessa é o fim.” (LACERDA, 1977, p. 109)

que nem sempre aparecem de forma tão explícita, ou ao menos não se destacam tanto quanto os adversários de praxe.

As discordâncias, expostas durante o Governo Jânio, ganharão tons ainda mais nítidos após a renúncia do presidente, quando a UDN se divide em relação à posse de João Goulart. Os bacharéis - Arinos, Milton Campos e Adauto Cardoso à frente - defenderão a solução do parlamentarismo, enquanto que os lacerdistas outra vez trabalharão em um caminho fora da trilha da institucionalidade vigente, sem maiores preocupações com qualquer aparência de legalidade. Profundamente enraizadas na conjuntura, as soluções também expõe elementos da visão de política dos atores em questão.

Logo após o sobressalto do dia 25 de agosto, a primeira reação de Lacerda - envolvido na queda de mais um presidente, e dessa vez de um aliado- é naturalizar a posse de Jango, que seria “assunto exclusivo do Congresso” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961i, p. 4), que por certo garantiria que Goulart viesse a assumir “de acordo com a Constituição e a posse que lhe é assegurada por ela” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961i, p. 4). Dias depois, após a posição golpista exposta em nota pelos três ministros militares, o Governador da Guanabara começa a assumir outra postura. A Tribuna da Imprensa do dia 28/08/1961 reproduzia, sintomaticamente, editorial do jornal Estado de São Paulo, do udenista Júlio Mesquita Filho, que opunha, em raciocínio quase idêntico ao formulado por Lacerda em outras ocasiões, a “dialética jurídica” à “realidade dos fatos”, expressão que dá título ao texto. O país não poderia, outra vez, privilegiar as formalidades jurídicas ante os interesses nacionais, fato ainda mais dramático se considerado o caráter farsesco da legalidade que vigia ao menos desde o 11 de novembro, senão desde a eleição, apenas aparentemente legal, do ditador Vargas:

Dizíamos, no começo deste comentário, que passamos, desde o 11 de novembro, a viver sob governos de fato, já que desde então deixara de existir um verdadeiro regime constitucional. (...) A posse do sr. João Goulart colocar-nos-ia em face de um conflito irredutível entre ele próprio e a maioria da Nação, que a 3 de outubro último ele elegeu o homem que então considerava o legítimo representante da democracia brasileira. Em outras palavras: voltaríamos à situação em que o Brasil se viu quando, numa flagrante deturpação dos princípios que inspiraram a revolução de 29 de outubro de 1945, o ditador Getúlio Vargas, sob capa constitucional, voltou a subir as escadas do poder (...) O Brasil está farto de experiência e de ver desvirtuadas as suas mais legítimas aspirações. A maturidade política do seu povo exige que não se procure dar ao gravíssimo problema uma solução que, suscetível de satisfazer, embora, a dialética jurídica, desdenhe, por outro lado, a realidade dos fatos. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961c, p. 4)

Os “fatos” se tornavam cada vez mais imperativos e no dia seguinte, 29/08, enquanto a manchete da Tribuna clamava por ordem – “Dever de todos: ajudar a garantir liberdade e paz” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961g, p. 4) – o editorial retomava a máxima lacerdistas sobre a

encruzilhada crítica onde o país se encontrava, na qual só se apresentava dois caminhos: a democracia ou o comunismo⁴⁰⁹. Os cidadãos, segundo declaração de Lacerda replicada no jornal, tem o “dever de ajudar as Forças Armadas a garantir, para sempre, a liberdade e a paz” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961g, p. 4), ou seja, de apoiar as diretrizes das três Armas, que vedavam a posse do vice-presidente legitimamente eleito. Esse era o caminho da democracia. Qualquer discordância, ou mesmo a irresponsável passividade, apontava, pela ação ou omissão, no rumo do comunismo. As Forças Armadas, pela ótica do então governador, expuseram a questão que efetivamente importava, a qual não passava pelas formulas constitucionais ou pelas regras jurídicas da sucessão, mas decorria da grande decisão que torna todos os outros temas ou procedimentos secundários: a adesão ou não ao comunismo. A democracia, segundo Lacerda, não é definida positivamente, pela série de predicados, princípios ou práticas que a caracterizam – e sobre a qual as divergências formam significativa biblioteca – mas negativamente, já que o verdadeiro mandamento democrático é a recusa ao comunismo, este a grande ameaça a sua consecução. Democratas, nesse contexto, são todos aqueles que escolhem seu caminho e recusam a via do autoritarismo soviético que tem no vice-presidente, João Goulart, um símbolo. Os militares surgem no discurso como responsáveis pela garantia da ordem e defensores últimos da democracia, que depende, antes de tudo, da sua capacidade de defesa ante os comunistas.

A encruzilhada em que se encontra o Brasil não é a da constitucionalidade ou não da maneira pela qual se fará a sucessão no Executivo. É, isto sim, a da opção entre dois regimes políticos completamente antagônicos. Convencidos, com razões indiscutíveis, de que o passado do sr. João Goulart marcou-o como um homem capaz de usar a agitação engendrada pelo Partido Comunista para sua própria ascensão, que nunca se pejou de permitir e incentivar a infiltração comunista no país desde que ela servisse aos seus objetivos políticos, os chefes militares lembraram ao país as razões, ditadas pela segurança nacional – que a eles cabe guardar e defender – que desaconselhavam a sua posse. A intervenção das Forças Armadas nos acontecimentos foi clara e decisiva. É preciso defender a Democracia e ela não se defende entregando o governo aos seus inimigos. Numa demonstração do seu interesse numa solução democrática, no sentido mais profundo do conceito, para a crise brasileira, as Forças Armadas entregaram ao Congresso a resposta legal. (...) O Congresso tem duas atitudes a escolher, Uma conduz a estabilização do regime e à tranquilidade do país. A outra é a solução da omissão e do descaso pela coisa pública e levará o país a uma crise pela qual o Congresso será responsável. Este é um momento em que as divergências partidárias devem ser esquecidas e abandonados os interesses políticos (como o que está por trás da fórmula parlamentarista, cuja adoção representaria não mais do que a substituição da crise

⁴⁰⁹ “Hoje, mais do que nunca, os brasileiros estão diante de dois caminhos: a democracia e o comunismo. Esta é, portanto, uma hora de opção. As Forças Armadas, com a sua tradição de de democracia e liberdade, e fieis aos interesses supremos do Brasil e de seu povo, estão decididas a preservar a paz nos lares e nas ruas, e garantir que o Brasil siga o seu caminho e o seu destino de país livre. O dever do povo, portanto, é o de ajudar as Forças Armadas a garantir a liberdade e a paz entre irmãos (...) compete aos brasileiros o dever imperioso e inadiável de defender o Brasil. E só há uma forma de defendê-lo: não permitir, sob nenhum pretexto, que o comunismo continue a miná-lo” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961g, p. 4)

atual por uma série de crise menores, que acabaria por levar a uma completa desmoralização, primeiro as Forças Armadas e em seguida o legislativo e o regime). (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961a, p. 4)

Lacerda não se restringiu ao discurso em seu esforço para defender a democracia dos seus inimigos⁴¹⁰, mas implantou uma série de fortes restrições de direitos na Guanabara, que incluíam declarada censura à imprensa. Uma publicação na Tribuna da Imprensa de 29/08 indicava dez atitudes incoerentes com a postura de um bom cidadão, o título da seção era “Não: Receita de um bom cidadão” A lista expressa com perfeição o clima política do momento e algumas das principais as diretrizes do mandato de Lacerda. Dentre as dez condutas a serem evitadas, pode-se destacar os “mandamentos”: “6- não corra nas ruas à toa”, “7- não participe de grupinhos ou aglomerações”, “8- não discuta nas esquinas, principalmente política” e “10 – não seja curioso”. As justificativas para tais restrições, claramente contrárias aos princípios da Constituição de 1946, retomava o mote lacerdista do editorial do “Estado de São Paulo”, acima citado, opondo as exigências efetivas “dos fatos” aos vagos princípios da “dialética jurídica”. Em suas memórias, Afonso Arinos intitula a atuação de Lacerda como a implantação de uma “ditadura particular”:

Carlos Lacerda implantara, na Guanabara, severa censura à imprensa. Não podendo dominar a situação em Brasília, porque o Congresso reagira à imposição militar e marchava para a solução jurídica, tentava a sua ditadura particular no Estado que governava. Então, em 1961, o Rio, sob o governador udenista, atravessava dias semelhantes aos que conhecera quando do golpe de Lott, em 1955. (FRANCO, 1968, p. 178)

Questionado pelo então presidente da Associação Brasileira de Imprensa(ABI), Herbert Moses, em virtude da “imposição de censura prévia e confisco de edições de jornais” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 183), Lacerda lamenta ter sido necessário tomar tais atitudes, mas destaca que elas eram imprescindíveis, pois “desatendendo a apelos que fizemos para conter o noticiário nos limites que a gravidade da situação aconselhava alguns jornais transformaram-se em veículo de incitamento à subversão e à desordem” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 183). Outros jornais, ademais, “tornaram-se presa dos grupos comunistas que dominam o noticiário, torcendo fatos, deformando notícias e transformando (...) a informação em propaganda” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 184). Tolerável em tempos de paz, a conduta “não pode ser tolerada em tempo de guerra” e, não resta dúvida, que “nesses dez dias o Brasil esteve tecnicamente em guerra civil” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 184), de forma que foi preciso, assim, agir não contra a lei, nem mesmo à margem da lei, mas aplica-la sem as

⁴¹⁰ O tema é mote clássico do pensamento liberal em meados do século XX, como bem demonstram a ideias de Karl Popper (1945) em seu “Sociedade Aberta e seus inimigos”.

preliminares indispensáveis como o estado-de-sítio e a aplicação da lei de segurança nacional” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 184).

A realidade impunha, na argumentação de Lacerda, nova configuração ao direito - “tivemos- diz ele- uma situação de fato a enfrentar” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 184) – e não seriam os formalismos jurídicos que o impediriam de “defender a ordem pública ameaçada pela publicação de manifestos irresponsáveis, de agentes da subversão ou ‘idiotas úteis’” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 184), pois “o que se fez aqui, faz-se em todas as democracias do mundo, numa emergência como essa.” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 184). O “estado-de-sítio” se justificava pela situação “de fato”, justificada pela “declarada intervenção de um governo estrangeiro” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 184), a partir da qual os jornais se transformaram em “órgãos dos agentes do conflito contra as instituições democráticas” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 184). A luta pela liberdade de imprensa era, na verdade, a luta contra o comunismo, já que, diz Lacerda, “não acredito eu haja liberdade de imprensa a defender, no dia em que os comunistas dominarem o Brasil” (SOUZA, COELHO, 2014, p. 184).

A defesa de uma “liberdade restrita” de imprensa em situações excepcionais não se inicia, entretanto, apenas depois do momento em que Lacerda passa a atuar não apenas como jornalista, mas também enquanto político profissional; aquele que vive “da política”, para usar a terminologia de Weber (WEBER, 2000). Anos antes (LACERDA, 1950), nos idos de 1949, Lacerda já destacava em conferência sobre a “Missão da Imprensa”, os limites aos quais ela deveria se submeter: “A liberdade de imprensa está condicionada à própria finalidade da liberdade – que é o bem comum. (...) A liberdade comporta o debate para esclarecer a verdade, mas não o uso do debate para encobri-la pela confusão. (...) Não existe liberdade para ser cúmplice” (LACERDA, 1950, p. 58-59). A limitação do princípio da livre expressão por meio de um presumido conceito de bem comum⁴¹¹ ilumina as feições autoritárias do liberalismo de Lacerda.

⁴¹¹ Antevendo possíveis críticas sobre o descompasso entre a sua atuação jornalística e a lei de imprensa que defendia, Lacerda, em 1950, reconhece que nas circunstâncias de então poderia ser alvo da lei, mas afirma, todavia, que a implantação de uma “justa lei de imprensa” depende antes da transformação do país, com o afastamento de figuras, como Góis Monteiro, ligadas a ditadura que há alguns anos se extinguiu formalmente: “Sei que, nesse passo, podem dizer: nesse caso você advoga uma lei de imprensa que poderá vir a atingi-lo. Não duvido – e até concordo. Uma boa, certa, justa lei de imprensa provavelmente já teria me atingido. Ainda há pouco, no Senado, referindo-se aos malogrados processos do ministro da Marinha e do ex-comandante da Escola Naval, queixava-se amargamente da justiça o senador-general Góis Monteiro, teria ele, talvez, uma parte de razão. Mas acontece que uma justa, certa e boa lei de imprensa só poderá realmente existir e ter aplicação no país quando não for mais possível ao Sr. Góis Monteiro ser senador nem general” (LACERDA, 1990, p. 58)

A aplicação da lei “sem as preliminares indispensáveis”, assim como os argumentos da imposição dos fatos sobre o direito e da existência de uma extrema crise, que invalidaria as normas formuladas para situações de normalidade, são todas ideias diretamente vinculadas a uma gramática autoritária, extremamente influente entre os anos 1920 e 1940, que tem em Carl Schmitt seu mais sofisticado intelectual. A prova última da soberania, tal como Lacerda a retratou em 1961, a partir de feições próximas daquelas elaboradas pelo jurista alemão, seria a decisão sobre a validade das leis. Reforçando ainda mais as proximidades com Schmitt, merece destaque o argumento lacerdista que divide o país entre amigos e inimigos, democratas e comunistas. Em que pese a apropriação de certas ideias schmittianas, sobretudo contemporaneamente, por intelectuais progressistas e inegavelmente democráticos⁴¹², nesse caso, a simetria entre o pensamento político de Lacerda – assim como sua atuação enquanto Governador da Guanabara - e as ideias de Schmitt sugerem uma visão de mundo extremamente autoritária. Se não desenvolveu uma teoria política ou jurídica sistemática, à moda do jurista alemão ou dos “schmittianos de esquerda contemporâneas”, os traços de sistematicidade que se podem delinear em suas ideias políticas apontam para um conceito de democracia que até mesmo recusa algumas das definições mais formalistas, e minimalistas, do conceito⁴¹³. O divórcio com a democracia não implica, entretanto – como já foi argumentado no capítulo 2 – uma negação do liberalismo ou, ao menos, de todos os tipos de liberalismo.

Enquanto Lacerda apoiava a movimentação golpista dos militares, Arinos, há pouco acuado pelos pesados ataques do jornalista, via o momento como uma oportunidade para retomar o protagonismo do Congresso e, por que não, o seu destaque na condução da cena política. O bacharel se movimenta na cena política para construir uma saída ao impasse, que se aproximava, a cada dia, de uma solução pelas armas. A resistência de Leonel Brizola, amparado pelo 3º Exército⁴¹⁴, impedia a consecução de outro golpe “pelo telefone”⁴¹⁵⁴¹⁶ e dava tons vívidos à possibilidade de um confronto militar de amplas proporções.

⁴¹² Casos de Giorgio Agamben, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau.

⁴¹³ Como, por exemplo, a de SCHUMPETER, 1983.

⁴¹⁴ Há que se destacar que o Terceiro Exército, por sua localização na fronteira que possuía, aos olhos dos militares brasileiros, maior possibilidade de conflito, tinha um potencial bélico bem maior que os demais. O aspecto é bem destacado por GOMES; FERREIRA, 2014.

⁴¹⁵ Em pronunciamento na cadeia de rádios da Legalidade, Brizola afirmou, em famosa frase: “O golpe não será dado pelo telefone”. A referência expressa remete a tradição de golpes perpetrados não por embates bélicos, mas pela averiguação, após longas conferências telefônicas, de qual dos lados em conflito possuía o maior número de tropas.

⁴¹⁶ Para um bom relato dos fatos ver MARKUN; HAMILTON, 2001; e FERREIRA, 2013.

A solução então colocada por Arinos, bem ao gosto dos bacharéis, recorria à via do direito e da mudança institucional, que deveria impedir que o embate transbordasse os limites previstos e acabasse por produzir consequências inesperadas, as quais sempre podem assumir feição extremamente prejudicial aos interesses das elites governantes possuíam e dos grupos sociais a elas vinculados. A fórmula da vez era o parlamentarismo, caminho que buscava acalmar alguns dos ânimos mais exaltados, garantir uma aparência de legalidade e limitar os poderes de um dos seus principais adversários políticos, que, pela surpreendente renúncia do primeiro presidente eleito com o apoio dos udenistas, acabara chegando ao poder.

Outrora adversário da solução parlamentarista, quando travou famoso embate com seu aliado Raul Pilla, Arinos já havia aderido ao lado que antes renegara, reclamando publicamente a implantação do parlamentarismo no Brasil, em apostasia que tinha suas razões, segundo o político mineiro, no acúmulo de experiências como homem público e nos traumas causados pelos eventos de 1955⁴¹⁷⁴¹⁸. É importante destacar que, em sua argumentação, a mudança antes se deve às evidências oferecidas pelos fatos ao observador de bom senso e adequado repertório intelectual, do que às abstratas elucubrações no campo das ideias, estas mais próximas, nas suas categorias, do proceder do jurista⁴¹⁹ do que afeitas a um típico bacharel.

Uma vez ciente da renúncia de Jânio, Arinos recorre à expertise legal para evitar saídas extremas, já que, na sua percepção, retomada alguns anos depois em suas memórias, “consumada a renúncia o país afundaria rapidamente no caos, na anarquia e na guerra civil” (FRANCO, 1968, p. 170). A primeira saída proposta é a recusa, pelo Congresso, da renúncia de Jânio, caminho que, entretanto, não encontra maior acolhida nos presidentes das duas casas e principais líderes dos partidos. Logo depois, com base, segundo seu próprio relato, tanto em aspectos da conjuntura e das forças políticas de então, quanto em sua apologia do regime parlamentar, Arinos passa a defesa do parlamentarismo como único remédio capaz de superar os males que então assolavam a República brasileira. Ele logo toma a frente do projeto, tanto articulando-o nos bastidores⁴²⁰, como defendendo-o no plenário da Câmara.

⁴¹⁷ O vínculo entre a opção parlamentarista de Arinos e suas ideias políticas é melhor desenvolvido no primeiro capítulo.

⁴¹⁸ Os antigos pareceres e discursos do embate em torno da emenda parlamentarista e a exposição das razões da mudança de credo de Arinos, expostas na introdução do livro estão em FRANCO, PILLA, 1999

⁴¹⁹ Retomando as categorias do primeiro capítulo.

⁴²⁰ Como ele bem relata em suas memórias, que apontam, por exemplo, uma importantes conversas com líderes militares, como Cordeiro de Farias, e parlamentares, sobretudo pessedistas e udenistas. (FRANCO, 1968, p. 168-181).

Responsável pela redação da emenda, em cuja articulação nas coxias ele tivera papel central, Arinos faz dois importantes discursos em defesa da solução parlamentarista, nos dias 31/08/1961 e 02/09/1961, que expõem boa parte das razões aparentes da sua escolha. O orador inicia seu primeiro pronunciamento destacando as semelhanças entre a atual situação e os acontecimentos de 1955⁴²¹, sobre o que conclui que, distintamente de outros personagens, continua no mesmo lugar: “estou, então, como nos idos de 1955, e esta é a minha humilde satisfação” (FRANCO, 1961c). Arinos busca um lugar de fala onde possa figurar como verdadeiro legalista, a se distinguir dos que aderem a legalidade de ocasião, como seria o caso da ampla maioria dos seus adversários: PSD, PTB, lacerdistas e comunistas⁴²²⁴²³.

A emenda parlamentarista encontra as mais explícitas justificativas não nos problemas da conjuntura mais imediata, esta presente sobretudo nas entrelinhas, mas em teorizações de maior fôlego acerca da experiência democrática brasileira. Analisando a trajetória e os motivos da falência do presidencialismo entre nós, Arinos chega a duas principais razões para o desenrolar desse triste enredo.

A primeira é a falta de institucionalização do presidencialismo, pois, como Arinos destaca em seu segundo discurso, “faltou ao nosso presidencialismo a capacidade de criar os instrumentos de moderação de transação e de institucionalização do poder” (FRANCO, 1961d). Os motivos passam pela ausência de um poder análogo ao Judiciário no sistema americano, que lá se converteu na “peça chave do regime”, distintamente da realidade brasileira, onde os esforços de figuras como Rui Barbosa e Pedro Lessa não alcançaram igual sucesso (FRANCO, 1961d). Se “uma instituição presidencial nos faltou” (FRANCO, 1961d), pois “ficou transformada em caudilho, que não encontrou nunca óbices, razões, ponderações para sua ação personalista e irresponsável” (FRANCO, 1961d), as razões se encontram em grande parte na impossibilidade de tornar o Judiciário um “tipo de poder moderador” (FRANCO, 1961d), “chave da cúpula” (FRANCO, 1961d), que “faria com que ele não

⁴²¹ “não posso impedir que voltem a perpassar, nas cansadas retinas da minha memória, espetáculos semelhantes que vivi há alguns anos. A exibição de jornais censurados da tribuna da Câmara eu a fiz; o protesto contra a imposição militar, o respeito à decisão de mandatos legítimos, eu os formulei em novembro de 1955. Mas, senhor presidente, estou agora onde estiver, solidário com Vossa Excelência no protesto que, em nome do Congresso, emitiu pela restauração da liberdade de imprensa e solidário com a grande maioria do Congresso contra o impedimento do Vice-Presidente da República.” (FRANCO, 1961c)

⁴²² Polidamente ele declara, também buscando o lugar confortável de conciliador acima dos facciosismos, que não tem qualquer intenção de “revolver nesses debates paixões esmaecidas, cinzas que devem adormecer no esquecimento” (FRANCO, 1961c)

⁴²³ Em suas memórias o tom é semelhante: “De fato eu me opunha agora ao impedimento de Jango, como me opusera em 1955 aos de Carlos Luz e Café Filho. Só, que, naquele ano, Lacerda pensava como eu e, agora, contra; e agora petebistas e pessedistas me apoiavam, enquanto, em 1955, constituíam a maioria que votou o impedimento duplo...” (FRANCO, 1968, p. 178)

degenerasse no caudilhismo que sempre foi, sem dúvida, o seu destino no nosso país” (FRANCO, 1961d).

Arinos lamenta a extinção do Poder Moderador, chave da estabilidade da nossa ordem imperial, a qual ele dedicava calorosos elogios. As diversas construções da ordem que a República conheceu não foram capazes de recriar o engenhoso mecanismo que conciliava harmoniosamente, ausentes dos sobressaltos do presidencialismo, os dois princípios que nortearam a mudança de regime: a ordem e o progresso. O elogio de um poder que arbitre e resolve os embate entre facções do Estado expõe a concepção de política do bacharel, que remete às elites, as quais poderiam ser o Congresso ou o Judiciário, e aos estadistas a tarefa de refrear os excessos que marcam as paixões humanas, sobretudo na arena pública. Nos termos mais longamente expostos no primeiro capítulo, não é o interesse, à moda do mecanismo descrito por Hirschman (2002), mas a política que pode produzir estabilidade e refrear a desmedida das paixões.

O segundo motivo do decantado fracasso emerge quase que como consequência da primeira constatação, , mas traz uma nova premissa: a ideia de que o Congresso era única instituição que se mostrava capaz de realmente representar a vida nacional em sua complexidade, sem os simplismos ou arroubos emocionais que rebaixam a figura presidencial e trazem desordem ao país. Presidente e parlamento tem a sua autoridade fundada em dois tipos bem distintos de legitimidade e é justamente essa dicotomia, que na verdade aponta para duas distintas lógicas da ação política, que está na raiz dos constantes conflitos que marcam a República brasileira:

...no Brasil há duas origens para o poder político; o poder político está distribuído em dois ramos: o Presidente da República, cuja escolha, cuja eleição se processa cada vez mais e cada vez mais isso ocorrerá, com a ruptura de todas as organizações político-jurídicas previstas na Constituição, se elege arrastando uma inundação emotiva em todo o país e cada vez mais se elegerá dessa maneira, porque só poderá suscitar o voto da massa nacional, nas condições em que ela atualmente vota, o candidato que estiver em condições de despertar-lhe o fervor o entusiasmo por cima dos partidos, por cima da Justiça Eleitoral, por sobre o Congresso Nacional, por sobre as organizações que chamei há pouco político-constitucionais do nosso país. Ao mesmo tempo que tal se estabelece no Poder Executivo, o Poder Legislativo se recruta através da alquimia das eleições, alquimia que lançam mão todos os elementos sociológicos: os partidos, a política municipal, as forças de pressão, as aspirações de classe, as esperanças proletárias, os interesses econômicos e financeiros. E, então, temos assim um Presidente que cada vez mais representa um cesarismo plebiscitário e um Congresso que, cada vez mais, representa um equilíbrio entre todas as forças da opinião e dos interesses sociais. Teremos, fatalmente, sempre um Presidente contra o Congresso ou dele afastado. (FRANCO, 1961c).

A defesa da centralidade do Congresso na política brasileira de então, reclamada por Arinos ao longo da crise⁴²⁴, expunha a preferência por um determinado modelo de política e democracia, que via nos tumultos das massas um fator de ruído. Em sua crítica ao caráter emotivo e instintivo das multidões, o bacharel ecoa argumentos típicos da psicologia social do final do século XIX e início do XX⁴²⁵ - produzida por autores como Le Bon e Ortega y Gasset – que respondiam em chave negativa à progressiva massificação dos centros urbanos e do cenário político⁴²⁶⁴²⁷. A oposição entre a clareza do interesse dos indivíduos conscientes e os delírios das turbas aponta para a crítica à ampliação da esfera pública e para o elogio de uma política restrita a poucos, a qual vê com saudosismo os tempos de protagonismo dos notáveis, que não tinham que sofrer com a inconstância e os baixos prazeres das massas. Arinos lamenta na entrelinhas, em tom resignado mas saudoso, a melhor sorte de seu pai, Afrânio, e avó, Cesário Alvim, que puderam brilhar em cenários políticos, os parlamentos do Império e da Primeira República, onde os mais sofisticados argumentos tinham lugar e o brilho social era relevante, mesmo que não suficiente, para se chegar aos cumes do poder. Trata-se de mais uma expressão, clássica na ensaística latino-americano, do arielismo, que deplora as vantagens usufruídas por Caliban.

O parlamentarismo pode reduzir os males inerentes ao presidencialismo, dentre os quais se destaca sua direta associação com o carisma, esse privilegiado instrumento de interrupção de rotinas institucionais, como bem aponta Weber (WEBER, 2000). O excessivo personalismo, o espaço para a demagogia e o passionalismo em detrimento do pensamento, as sempre turbulentas sucessões, tudo rebaixava o regime presidencial ante o de gabinete. A constatação de Arinos não deixava margens à dúvida: “o regime falhou e temos de trocá-lo por um regime que substitua a crise militar pela crise parlamentar” (FRANCO, 1961c). Os sobressaltos das tentativas de golpe, bem e malsucedidos, e das tumultuadas eleições, que no fundo obedeciam, na perspectiva de Arinos, a mesma lógica dos golpes, deveriam dar lugar à tranquila sucessão de gabinetes, que conseguiria, finalmente, traduzir em termos puramente institucionais os movimentos que transbordavam para as ruas.

⁴²⁴ Já no dia 28/08/1961, segunda edição da Tribuna da Imprensa, já que havia uma única para os fins de semana, depois da renúncia, o jornal reproduz declaração de Arinos demandando uma solução para a crise que passasse pelo Congresso.

⁴²⁵ Para um bom panorama dessa produção ver LACLAU, 2013. Para uma bom exemplo ver ORTEGA Y GASSET, José, 2006.

⁴²⁶ Uma análise desse processo de massificação e expansão da cidadania está nos clássicos textos de MARSHALL, 1967, e BENDIX, 1996.

⁴²⁷ O tipo de parlamentarismo proposto por Arinos se aproxima do tipo que Bernard Manin intitula democracia parlamentar, identificada, segundo o autor francês, com a conjuntura inglesa do final do século XIX – MANIN, 2012.

Realista, o bacharel sabe que os tempos são outros, de modo que as massas constituem uma presença inerente à época, mas procura, através dos seus familiares recursos jurídicos, limitar a circulação dos novos ares, que então tumultuavam a cena política. A resposta às novas feições do mundo público já mobilizava os intelectuais brasileiros há algumas gerações, casos de Oliveira Viana, Francisco Campos⁴²⁸, Azevedo Amaral e até mesmo do último Rui Barbosa⁴²⁹. O próprio Arinos produz seus primeiros textos⁴³⁰ assombrado pelo tema, ao qual propõe solução próxima a autores de corte francamente autoritário. As reflexões dessa ensaística são fundamentais para entender os meandros do próprio projeto varguista, alvo do bacharel a partir da década de 1940, que tem na organização dessas massas que adentravam a arena pública um objetivo e sucesso fundamental.

Arinos constrói, com o parlamentarismo, uma nova proposta de organização da arena pública, que não tem como centro os sindicatos e a Justiça do Trabalho, mas os partidos políticos e o Congresso. O direito, manejado por atores virtuosos, é o meio para a construção de uma ordem que não se esgota no plano jurídico, em discurso que vê na ordem material uma consequência da boa ordenação jurídica: “a ordem é, antes de tudo, jurídica; e, desde que por intermédio de programas políticos adequados e sem infringir a Constituição tivéssemos conseguido restabelecer a ordem jurídica, a ordem material também seria restabelecida, como o está sendo hoje, em todo o país” (FRANCO, 1961d). A solução passava pela resistência a diversos extremismos, - de militares, golpistas e comunistas- que convergiam em seu natural desprezo pela ordem. A menção aos golpistas parece destinada diretamente a Lacerda, que lideraria e naturalmente tomaria parte “daqueles que não queriam solução, isto é daqueles que preconizavam e que aguardavam a solução do golpe que lhes pertencia, único compatível com seus baixos apetites e seus desprezíveis interesses políticos” (FRANCO, 1961d). Ao buscar uma “solução geral” (FRANCO, 1961d), que não colocava “o problema debaixo do interesse dos grupos, dos partidos, das pessoas ou das facções” (FRANCO, 1961d), resistindo a todos os que questionavam, por razões mesquinhas, a relevância das instituições representativas, o Congresso “transformou-se de fato num estuário de todas as esperanças do país” (FRANCO, 1961d).

A anterior conversão ao parlamentarismo não afasta a relevância da conjuntura para os movimentos de Arinos, como ele bem relata em suas memórias. Como “única saída fora da ditadura” (FRANCO, 1968, p. 173), na concepção do político mineiro - já que “sem guerra

⁴²⁸ A conferência que abre a coletânea “O Estado nacional”, “A Política e o nosso tempo”, é um belo exemplo da interpretações do pensamento político-social brasileiro sobre a entrada das massas na arena pública.

⁴²⁹ A referência é ao Rui da “Questão social e política no Brasil”, de 1919.

⁴³⁰ Caso do “Conceito da Civilização Brasileira”

civil, Jango não governaria com os poderes de presidente” (FRANCO, 1968, p. 175) - o bacharel percebe que a opção pode agregar os legalistas, que comporiam a maioria do Congresso: “a instalação do sistema parlamentar pelo Congresso não seria difícil (...) porque mesmo os adversários do regime de gabinete votaria por ele, à falta de outra solução legal” (FRANCO, 1968, p. 173). Mesmo na tribuna do Senado, quando traça uma crítica mais ampla ao presidencialismo, Arinos alude a conjuntura, cujo cenário de crise é representado como dupla oportunidade. Primeiro porque expunha o real feitio do presidencialismo, que “só apresenta suas crises culminantes nos momentos de convulsão militar” (FRANCO, 1961d) e somente nessas ocasiões expõe sua profunda vulnerabilidade. Depois, em razão da gravidade do momento, que impunha a mudança para o parlamentarismo como única salvação para a combalida República brasileira⁴³¹.

Todos aqueles que tiveram sensibilidade política, apesar das suas convicções presidencialistas (...) todos aqueles que tiveram suficiente sensibilidade política para compreender a alternativa dramática em que estava colocada a nação, verificaram que só poderíamos aplicar a solução jurídico política no momento de crise, porque é precisamente nos momentos de crise que se manifesta a vulnerabilidade, a fraqueza congênita do regime presidencialista. (...) Precedamos como um cirurgião que resolve fazer a sua laparotomia na hora da infecção aguda, na hora em que se aproxima a gangrena. Sabemos que essa intervenção é perigosa, mas é exatamente porque é mais perigosa que se torna necessária; é porque o doente está apresentando os aspectos finais de uma crise mortal (...)o regime presidencialista (FRANCO, 1961d).

O projeto por certo visava limitar o poder de um tradicional adversário, João Goulart, e impedir o crescente fortalecimento do PTB, partido que registrava o maior crescimento proporcional no número de deputado e que, com a Presidência nas mãos, provavelmente ganharia ainda maior força, sobretudo no campo, onde não gozava da mesma popularidade dos meios urbanos. Arinos, por outro lado, não pensava apenas nessa conquista mais imediata, mas via no parlamentarismo a possibilidade de recuperar o prestígio perdido dentro da própria UDN, que se tornava cada vez mais lacerdistas, e no próprio cenário político brasileiro, mais adequado o regime de gabinete a um veterano parlamentar como ele, muito mais afeito, por seus hábitos e retórica, às disputas dentro do Congresso do que ao contato com a grandes massas que marcavam as eleições presidenciais⁴³². Se era improvável sua

⁴³¹ A ideia da necessidade de uma crise para a implantação do parlamentarismo também está presente nas memórias de Arinos: “A votação, porém, com a maioria exigida pela Constituição, não era resultado a que se chegasse por meio dessa lenta infiltração de convicções, que penetra as almas devagar, como a chuva miúda e mansa empapa a terra. A mudança do voto majoritário exigia uma situação dramática, de crise, como aquela de 1961, comparável às enxurradas dos aguaceiros.” (FRANCO, 1965, p. 176)

⁴³² A grande experiência nesse sentido é, sem dúvida, sua eleição para o Senado, em 1958. O próprio Arinos, todavia, reconhece que a popularidade e o amplo engajamento de Lacerda foram fundamentais para a vitória.

chegada à presidência, não seria, por outro lado, difícil imaginá-lo como primeiro-ministro numa ordem parlamentarista.

No que tange a fórmula institucional apresentada, há que se destacar que Arinos construía engenhosamente uma proposta que andava na contramão de um movimento global de ampliação das atribuições do Executivo (SANTOS, 1998b), o qual buscava pela aumento do aparelho burocrático estatal responder às crescentes tarefas assumidas pelo poder público. Tudo isso em uma conjuntura na qual, ao menos quando comparada com outros momentos da vida brasileira, o Congresso já possuía amplo protagonismo, sendo o Executivo completamente vinculado a sua concordância para viabilizar as mais importantes tarefas estatais (SANTOS, 2003; AMORIM NETO, SANTOS, 2001). A constatação evidentemente não desabona o caminho escolhido por Arinos, mas reforça as dúvidas sobre seu sucesso.

O caráter restritivo do modelo passa, sobretudo, pelo lugar passivo conferido a maior parte dos cidadãos, que não apenas teriam uma participação completamente mediada por instituições e espaços que lhes era historicamente distante - a suposta equivalência de representações no parlamento nunca se realizara- como perderiam os meios de manifestação que construíram, subvertendo a lógica corporativa herdada do Estado Novo, através de árduas lutas políticas. Esse liberalismo, ademais, não toca em aspectos centrais para a constituição, segundo conceito de Werneck Vianna, de uma via americana (VIANNA, 2004), já que permaneceriam intocados, em tal perspectiva, o exclusivo agrário e mesmo as amplas limitações à participação eleitoral, com a vedação do voto ao enorme contingente de analfabetos.

Para além do seu caráter excludente, há a evidencia de que ela dificilmente se mostraria capaz de regular uma sociedade de caráter crescentemente complexo e marcada por uma inédita proliferação de interesses, que não mais se contentavam com uma participação apenas juridicamente presumida, restrita aos distantes salões modernistas do cerrado. Retomar velhas fórmulas do passado não aparecia, em época de tamanha efervescência, como solução adequada para os dilemas do momento. É claro que a má sorte do parlamentarismo - solução de ocasião com apenas aparente legalidade - não pode ser creditada apenas às feições institucionais do modelo ou às intenções do seu autor, tendo-se em vista sua grande rejeição como modelo definitivo para a arena política, já que contrariava tanto possíveis pretendentes à Presidência, com natural influência em seus partidos, quanto uma cultura presidencialista que já acumulava mais de 70 anos à época. A proposta de Arinos é, entretanto, sintomática de como um dos mais argutos interpretes do contexto político-social de então - percebendo tanto

mudanças de caráter mais amplo⁴³³, como movimentos mais próximos à conjuntura⁴³⁴- demonstrava limitado repertório quando se via na tarefa de propor novos rumos para o país. Ótimos analistas da arena política, os bacharéis conservadores se mostravam pouco hábeis na tarefa de, com suas ideias e percepções de mundo, apontar meios efetivos para a construção da sociedade que eles almejavam.

O posicionamento de Arinos influencia outros bacharéis, merecendo até mesmo o apoio de atores como Adauto Cardoso, tradicional aliado de Lacerda que, nesse contexto, se destacou como um dos mais entusiasmados defensores do parlamentarismo. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)⁴³⁵, então presidida por um dos mais destacados bacharéis udenistas, Prado Kelly, segue posição semelhante, defendendo em moção pública, divulgada em 29 de agosto de 1961⁴³⁶, uma solução de compromisso, infensa aos “extremismos da esquerda ou da direita” (MATTOS, 2013, p. 111). A OAB, que tradicionalmente reivindicava o dever de apontar as ameaças à ordem jurídica, repelia, à moda de Arinos, os extremos golpistas, mas concordava com a escaramuça jurídica que mudava as regras da sucessão, constitucionalmente previstas, após a eleição.

Firme em seu propósito de impedir a posse de Jango, Lacerda não poupa adjetivos para retratar a solução parlamentarista como descumprimento dos deveres do Congresso Nacional, que na tentativa de preservar uma falsa miragem de legalidade não escolheu um lado na encruzilhada na qual o país se encontrava, obrigado a escolher entre a democracia e o comunismo. Fiel ao seu estilo, que retrata a política como opção entre caminhos dicotômicos e excludentes, o parlamentarismo aparece como adesão ao campo oposto.

A linha editorial da Tribuna da Imprensa é mais uma vez exemplar nesse sentido. Segundo editorial do jornal, o Congresso ignorou as claras evidências de que “o drama fundamental do Brasil nos dias de hoje é o da opção entre democracia e comunismo” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961j, p. 4) e que “quanto mais tarde vier essa solução, pior será para o Brasil e para o seu destino de país livre e democrático” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961j, p. 4). A opção era a pior possível, com a farsesca costura de um

⁴³³ Um ótimo exemplo da percepção de Arinos sobre as transformações mais amplas no campo do direito e da política é sua conferência na Faculdade Nacional de Direito, “A crise do direito e o direito da crise”, disponível em FRANCO, 1961b. O texto foi analisado no capítulo 1.

⁴³⁴ Os textos mais claros dessa capacidade estão reunidos FRANCO, 1965 {2005}.

⁴³⁵ Sobre a atuação da OAB no período e o a disputa em torno do papel do advogado ver MATTOS, 2013.

⁴³⁶ “O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em face dos gravíssimos acontecimentos que a Nação testemunha, reafirma, ainda uma vez, sua fidelidade aos verdadeiros princípios da democracia, inscritos na Constituição, contra os extremismos da esquerda ou da direita, e apela para as autoridades e para as forças armadas, na esperança de que mantenham a ordem material, indispensável à segurança dos cidadãos, e a ordem jurídica, essencial às liberdades públicas.”(Ata de sessão do Conselho Federal 29 ago. 1961, apud MATTOS, 2013, p. 111. A nota foi publicada na Tribuna da Imprensa de 30 ago.1961)

“parlamentarismo equatorial”, que “não pode ser confundido com a reforma parlamentarista autêntica” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961l, p. 4) e “cujo alfaiate secreto é o Partido Comunista” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961l, p. 4), interessado em “dividir ainda mais a Nação” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961l, p. 4). Os já costumeiros ataques do jornal ao parlamento (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961l, p. 4) retornam, agora reforçados pela acusação de comunismo, que encontraria sua prova nas recentes escolhas e omissões dos deputados, como argumenta o editorial do dia 31/08/1961.

O Congresso Nacional, convocado para encontrar uma fórmula da harmonia e união nacional, que possibilitasse ao Brasil atravessar sua grave crise político-militar, não se mostrou a altura dos seus deveres e responsabilidades. Saído de ‘repouso remunerado’, e de seu esgoístico ócio às custas do sacrifício e dos dinheiros da Nação, ele se manifestou contra o impeachment do sr. João Goulart. Não é uma solução, e o que a Nação inteira está pedindo, em nome da própria manutenção das instituições e da democracia – que não podem estar à serviço dos que as traíram, as traem e continuarão a traí-la – é uma fórmula alta, que garanta a segurança interna e a projeção externa do Brasil, dentro dos postulados de paz e liberdade. Procedendo como procedeu o Congresso passou a pactuar com os locutores das rebeliões radiofônicas, os agitadores a serviço da sovietação do Brasil, os fomentadores de desordens e tumultos. Nesta hora de opção entre comunismo e democracia, o Congresso não soube optar nem soube escolher. (...) A atitude do Congresso e o desserviço por eles prestado à democracia vem documentar, por outro lado, quão funda é a infiltração comunista no Brasil, que se vale da ambição de uns e da fraqueza e omissão de outros para atingir os seus terríveis desígnios. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961l, p. 4)

O tom de guerra, fomentado pelas oposições binárias, persistiu nos próximos dias. A edição do final de semana, dos dias 02/09 e 03/09, transcreve editorial do “Estado de São Paulo” que consiste em uma manifesta ode à liderança e à importância de Lacerda. A voz do então Governador volta a ressoar no dia 04/09, em pronunciamento onde destaca o papel estratégico da Guanabara na luta que ocorria - “para a conquista do Brasil, e através dele da América do Sul, a Guanabara é uma peça essencial das forças conjugadas da confusão e do comunismo” (LACERDA, 1961b, p. 1) – e critica as despropositadas preocupações formalistas do Congresso, em outra franca crítica aos bacharéis: “Em vez de examinar a crise sob o aspecto da defesa da democracia e da segurança nacional, contra a ofensiva sub-reptícia do comunismo internacional em nossa Pátria, fixou-se a opinião pública nos aspectos formais da posse do vice-presidente eleito” (LACERDA, 1961b, p. 2).

O parlamentarismo não consagrava um pacto, mas antes expunha a fraqueza, na melhor das hipóteses, e a convivência, na pior, de relevantes setores da classe política perante o comunismo. A tranquilidade era apenas momentânea, já que se “aparentemente a crise foi superada (...), na realidade, ela permanece, e os dias vindouros haverão de demonstrar isso, de maneira inequívoca” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961q, p. 4). O país assistia, impávido, ao

“Totalitarismo em marcha”, título da coluna política de Stefan Baciu, publicada nesse dia na Tribuna. A saída conciliatória tinha consequências ainda mais nefastas que as percebidas em um primeiro momento, pois enfraquecia a única instituição que poderia fazer frente à expansão comunista: as Forças Armadas. Os militares adotaram o caminho da conciliação, mas não foram ouvidos e respeitados pelo Congresso, que com essa atitude desmoralizara⁴³⁷ a mais relevante instituição para a manutenção da ordem no país:

Os ministros militares chegaram ao extremo limite da conciliação, cedendo à caricatura de Parlamentarismo com o qual o Congresso golpeou a Constituição e o regime. Para entregar o poder a um homem que representa tudo o que há de pior, do contrabando à conspiração com os comunistas, da corrupção dos Institutos de Previdência ao conluio com os inimigos da liberdade e do Brasil, o Congresso golpeou a Constituição. Os chefes militares, no cumprimento do seu dever constitucional, advertiram o Congresso sobre a inconveniência da presença desse homem que acaba de atrelar o Brasil ao carro da China comunista. A desmoralização das Forças Armadas, pelos grupos de aventureiros e ‘idiotas úteis’ que colaboraram com o comunismo no seu esforço de domínio sobre o Brasil, significa a perda da última força organizada e capaz de resistir, com êxito, a essa pressão. (...) Não se trata, pois, de ‘direita’ ou ‘esquerda’ e sim de Democracia ou comunismo, e ainda mais, de segurança do Brasil ou de sua entrega à Rússia. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961c, p. 4)

Lacerda não se move em terreno desconhecido nos idos de 1961. O diagnóstico de uma crise insuperável nos limites da institucionalidade, as representações bélicas da realidade brasileira e o recurso às Forças Armadas já frequentam há muito seu repertório político e marcam a atuação do jornalista carioca em diversos momentos da República de 1946. O discurso lacerdista, por certo, assumiu inflexões e intensidades diversas, assim como respondeu às mudanças de conjuntura, mas, com a exceção de pequenos interregnos, como o início do Governo Jânio, frequentemente a oratória do político carioca retornava a essa zona de maior familiaridade.

O chamado aos militares e as práticas golpistas não eram táticas exclusivas de Lacerda, como os movimentos dos bacharéis udenistas na década de 1950 - não apenas documentados mas expressamente reconhecidos por um membro moderado da “banda de música”, como Arinos⁴³⁸ - bem demonstram. É inegável, entretanto, que o então Governador se destacava nesse cenário pela frequência, intensidade e clareza que marcavam seus clamores por soluções de exceção. O reconhecimento da relevância da ação lacerdista não implica,

⁴³⁷ O mote da desmoralização das Forças Armadas era replicado em outras partes do jornal, como na sintomática série de reportagens “Introdução à conquista do Brasil pelo comunismo internacional”, que vaticinava: “Com a desmoralização dos seus chefes, desafiados e vencidos por um demagogo irresponsável, no Sul, e contidos por uma poderosa campanha de jornais acéfalos, as Forças Armadas tão cedo não conseguirão recompor a perdida força moral.”

⁴³⁸ “dei minha colaboração – não posso negá-lo às tentativas udenistas de resolver a situação por meio de pressões militares” (FRANCO, 1965, p. 355)

todavia, em tomá-la como aspecto único ou mesmo preponderante da crise dos anos 1960, em conclusão absurda, que atribuiria a um ator individual a responsabilidade por fenômeno sociais de tamanha amplitude. A ampla bibliografia sobre o período, brevemente comentada na primeira parte desse capítulo, aponta inequivocamente para a complexa causalidade responsável pelos eventos, onde as perspectivas políticas aqui enfatizadas convivem, por exemplo, com uma acentuada crise econômica que assolava, em graus diferentes, todas as classes, já acostumadas às recentes marés favoráveis⁴³⁹.

Não resta dúvida, por outro lado, da clara e fundamental contribuição de Lacerda para o conhecido desfecho da experiência democrática de 1946, sendo ele personagem central para a boa compreensão do enredo que então se desenrolava. Com a exceção de curtos momentos, quando o poder lhe pareceu mais próximo, Lacerda esteve constantemente envolvido no questionamento público da legitimidade da ordem vigente, na desqualificação dos seus adversários como oponentes inidôneos e em diversas conspirações contra os padrões de legalidade. Confortável e mais influente em um cenário beligerante, a atuação política do udenista contribuía incisivamente para a construção desse lugar de conforto, em processo onde a reiteração de certa atitude, intelectual e prática, conformava as condições mais propícias para a sua rotinização. Como numa profecia que se cumpre por si mesma⁴⁴⁰, a reiteração de crenças não necessariamente verdadeiras, nesse caso um cenário de absoluta crise e falência das instituições, acabava por conferir maior plausibilidade ao próprio diagnóstico. A crítica não derivava logicamente de uma crise anterior, mas ajudava a construí-la⁴⁴¹. A definição desse cenário é ponto fundamental para compreender os movimentos políticos do período e explicam porque divergentes em 1961, os bacharéis se aproximariam de Lacerda nos idos de 1964.

4.4 O silêncio das dissonâncias

Objeto de ampla bibliografia historiográfica, sem falar na produção memorialística, os eventos de 1963 e 1964 não serão reconstruídos aqui em seu cenário mais vasto. Investiga-se,

⁴³⁹ Para um bom panorama do cenário econômico do período ver os capítulos adequados de ABREU, 1990.

⁴⁴⁰ Citar MERTON, R., “A profecia que se cumpre por si mesma”, In: Teoria e Estrutura.

⁴⁴¹ A referência evidente é o trabalho clássico de KOSELLECK, 1999.

de fato, as razões que levaram à pacificação das dissonâncias entre os udenistas, presentes em 1961, nas vésperas de 1964. O mesmo partido que se cindira na querela em torno da posse de Jango, e nos eventos que se sucedem a chegada ao poder do trabalhista gaúcho, estava agora unido no momento do golpe. A resposta, como já apontado, passa justamente pela interação entre ideias e conjuntura, em dinâmica onde as transformações no contexto conferiam novo tom às crenças e aproximavam personagens há pouco distantes.

Alguns momentos de uma trajetória nacional se destacam pela intensidade e velocidade das mudanças. Curtos períodos de tempo por vezes acumulam mudanças e promovem reviravoltas inalcançadas em intervalos mais longos. As causas certamente ultrapassam os marcos cronológicos mais estreitos do momento, irredutível a complexidade dos processos sociais às balizas mais evidentes do tempo, mas é inegável que uma sequência de transformações visíveis e palpáveis é mais eficaz em produzir reações de atores, que se colocam em campos opostos das transformações, do que as mudanças de caráter mais lento, que correm como o “movimento da terra”, para usar a expressão de Nabuco⁴⁴².

Os primeiros anos da década de 1960 no Brasil constituem um desses momentos, quando as transformações não operam através de silenciosos movimentos subterrâneos, mas ganham caráter mais explícito e evidente. O país vivenciava mudanças expressivas em sua esfera pública, onde agora ecoavam vozes pouco acostumadas ao protagonismo, para desconforto daqueles que se arrogavam ao direito de intérpretes privilegiados da vontade popular. Os efeitos da democracia, mesmo que limitada, da República de 1946 se faziam explícitos. A reiteração de práticas democráticas que exigiam a participação, apesar de muitas vezes subalterna, das massas populares, transformavam a fisionomia nacional, conjugados a um movimento sindical que se mostrava cada vez mais habilidoso em driblar os controles corporativos herdados do Estado Novo, utilizando-os como instrumentos de luta. A progressiva inclusão de novos atores ganhava velocidade cada vez maior⁴⁴³ e começava a alcançar a fronteira até então indevassada do pacto republicano, a questão agrária⁴⁴⁴, agora

⁴⁴² “Há duas espécies de movimento em política: um, de que fazemos parte supondo estar parados, como o movimento da terra que não sentimos; outro, o movimento que parte de nós mesmos. Na política são poucos os que têm consciência do primeiro, no entanto, esse é, talvez, o único que não é uma pura agitação” (NABUCO, 1993, Cap. XV)

⁴⁴³ Sobre o aumento da proporção de eleitores ao longo do período ver SOARES, 2001. Segundo o autor, com a redução do número de analfabetos de 52% para 36% da população, o número de eleitores que era de 7,5 milhões de 1945 chega a 18 milhões em 1962.

⁴⁴⁴ Sobre as interpretações e o debate em torno da questão agrária ver MAIA, 2014 e CAMARGO, 1997.

colocada como questão central do debate público e diretamente atingida pelas mobilizações das Ligas Camponesas⁴⁴⁵, lideradas por Francisco Julião.

As erupções no cenário político e social eram acompanhadas por, e ajudavam a produzir, um novo repertório intelectual, que transformava os modos pelos quais o país representava a si mesmo. As frequentes menções à efervescência cultural do período⁴⁴⁶, com ênfase na música popular e no cinema, dão conta de um fenômeno não apenas estético, mas que abrangia diversos setores de uma sociedade brasileira que se reinventava a olhos nus. O diagnóstico não pretende identificar nesse momento uma súbita emergência de vozes populares antes ausentes, o que implicaria em ignorar os inúmeros momentos de expressão e resistência popular na história brasileira⁴⁴⁷, mas explicitar uma relevante inflexão na esfera pública nacional, que muito embora possuísse raízes anteriores, ganhava, naquele momento, força peculiar. As transformações de tema e forma que ganhavam o mundo da arte encontravam expressões análogas⁴⁴⁸ no terreno da política, que operava em dinâmica distinta da usual. O novo, entretanto, não surgia nos dois campos como negação das tradições passadas, mas, distintamente, como um filtro a reinterpretar essas tradições e apontar quais expressões do passado teriam o vigor necessário para se fazer valer naquele presente. Da mesma forma que, segundo Marcos Napolitano, as inovações musicais de então surgiam não como “‘grau zero’ da modernidade musical brasileira” (NAPOLITANO, 2007, p. 70), mas enquanto “filtro pelo qual antigos paradigmas de composição e interpretação foram assimilados” (NAPOLITANO, 2007, p. 70), o novo cenário político não negava necessariamente as formas anteriores, mas definia aquelas que perdurariam no presente.

As transformações produziam, como é natural, uma percepção de crise, que era reforçada pelo contexto global de embate e pelos inflamados discursos que pautavam a política nacional. É excessivo, todavia, retratar todo o governo Jango em tom monocórdio, como período de ininterrupto embate, marcado por uma hostilidade prévia entre dois grandes blocos anteriormente definidos, o que já condenaria o mandato do petebista ao fim que acabou por acometê-lo⁴⁴⁹. O acúmulo anterior de confrontos e representações por certo não permite

⁴⁴⁵ Sobre as Ligas Camponesas ver BASTOS, 1984.

⁴⁴⁶ Diagnosticados, por exemplo, pelo texto clássico de SCHWARZ, 1978.

⁴⁴⁷ Ângela de Castro Gomes mostra como a resistência e atividade das classes populares é retratada por um discurso social infenso ao conflito: GOMES, 2005.

⁴⁴⁸ Essa analogia não pressupõe qualquer relação necessária de causalidade entre contexto artístico e político.

⁴⁴⁹ Esse é um dos argumentos centrais do recente livro de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes: “A imagem que diversos estudiosos nos deixaram do governo Goulart é a de uma crise permanente, desde sua posse, com a imediata articulação das direitas no sentido de derrubá-lo, o que culmina com sua deposição em março de 1964. Uma visão distorcida e teleológica (...) desde a sua posse, o presidente teve o voto de confiança de inúmeros setores da sociedade para enfrentar questões complexas e polêmicas, algumas que jamais haviam entrado na

tratar os momentos que sucederam a renúncia de Jânio Quadros como momento inicial do processo político-social então em curso⁴⁵⁰, mas, por outro lado, também é problemática a incursão no extremo oposto, que toma os eventos anteriores como determinações absolutas do destino daquela experiência social.

Os momentos de menor turbulência amplificavam as vozes menos exaltadas na UDN, que exploraram outros caminhos e soluções antes de aderir, como em outros momentos, a solução golpista. Afonso Arinos, cioso por recuperar um prestígio que fora maior em outras quadras, busca se destacar, seja nas tribunas do Senado ou na imprensa, como voz moderada em meio aos radicalismos. A crise brasileira era por ele caracterizada como uma “crise de transformação”, cujas raízes se encontravam no próprio processo de modernização do país. O Brasil não estava diante da decadência ou do fim do Estado, mas sofria as consequências de profundas transformações socioeconômicas, expressas na ampliação das bases da democracia:

...a nossa crise não é nem de decadência histórica; nem de dissolução do Estado, em qualquer das suas modalidades; nem de mudança do regime, então só nos resta a última hipótese referida a considerar, ou seja, a de que a crise brasileira é de transformação(...) Para começar é extremamente sintomático que a crise que atravessamos alarde e intimide muito mais às elites (pelo menos aos setores mais numerosos das elites) do que o povo. Por que isto? A meu ver, precisamente pela razão muito simples de que se trata de uma crise de transformação. Esta transformação é de natureza socioeconômica e se traduz especificamente pelo alargamento das bases populares da democracia, ou, em palavras mais diretas, pela participação de camadas mais amplas da população nas áreas de decisão política e de fruição dos benefícios da produção econômica. (FRANCO, 2005, p. 31)

Arinos vinculava com perspicácia os abalos da política brasileira à mudança de um país que se transformava profundamente através de um intenso processo de urbanização, deflagrado pela parcial redefinição da sua base econômica, e pela efetiva implantação de instituições representativas em larga escala. Faltava, talvez, à sua arguta análise, a ideia de que o “alargamento das bases populares da democracia” não é uma simples consequência das transformações socioeconômicas, mas também influencia e consolida tal processo.

A crise dividia, na perspectiva de Arinos, todas as principais instituições nacionais, cindidas mais em termos de ideias do que de “problemas concretos”⁴⁵¹, e até mesmo os próprios atores que se defrontavam com aquele cenário de incerteza: “Porque o drama da

pauta de governos anteriores (...) Esse voto de confiança, contudo, valia sob a condição de que ele não se aproximasse por demais das esquerdas...” (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 179.)

⁴⁵⁰ Esse é um dos aspectos criticados, anteriormente, em FIGUEIREDO, 1993.

⁴⁵¹ “...enquanto o povo ainda se mantém unido, as estruturas políticas se dividem rapidamente, e esta divisão atinge a todas as instituições tradicionais da sociedade brasileira, tais como a Igreja, as Forças Armadas e as universidades. Em face do fato é necessário observar, preliminarmente, que a divisão é antes de tudo ideológica, isto é, se processa em torno de ideias ou de princípios abstratos, ou em torno de personalidades simbólicas de tais ideias e princípios, mas nunca em torno de problemas concretos ou das suas soluções” (FRANCO, 2005, p. 40-41)

nossa geração é também esse. Muitos de nós estamos divididos, dentro de nós mesmos. Não temos coragem de unir as duas partes do nosso eu, aquela que tende para o progresso e o futuro e a que se aferra a um passado morto, mas que ainda parece vivo” (FRANCO, 2005, p. 45). Homem entre dois mundos, Arinos olhava o futuro a partir do passado, mas, inteligente observador do processo político, sabia que não bastava a retomada de antigos motes, mas sim a produção de um novo repertório, que desse conta das transformações que arrebatavam o país e o mundo. O bacharel realiza esforços de caráter mais abstrato em seu texto “A Crise do direito e o direito da crise” (FRANCO, 1961b) e nos artigos de jornal que compõe a “Evolução da crise brasileira”, mas não se mostra capaz de apontar uma saída à altura dos novos e conturbados tempos. Hábil no diagnóstico da conjuntura, ele não revela a mesma destreza em construir saídas para a crise.

Segundo Arinos, a superação das adversidades passaria, primeiramente, pela atuação de verdadeiras elites, capazes de organizar a partir do Congresso uma “barreira moderada”, já que só “a suprema coragem da moderação pode trazer a chave que decifre a incógnita brasileira” (FRANCO, 2005, p. 41). Mesmo derrotado o parlamentarismo, do qual fora talvez o principal apóstolo nos tempos da renúncia de Jânio, o bacharel ainda apostava na centralidade do Congresso como solução das mazelas nacionais. Ao lado de um Legislativo atento, era necessária também a emergência de um líder com as características do verdadeiro estadista, que pudesse dotar o Executivo da autoridade moral capaz de superar a crise. A moral não “é qualquer coisa de ideal a abstrata, sem verdadeira capacidade operativa” (FRANCO, 2005, p. 51), mas “força básica da estabilidade dos governos, e também do prestígio das oposições” (FRANCO, 2005, p. 51). Desse modo, vaticina Arinos: “Situações corroídas pela falta de autoridade moral, como a brasileira de hoje, podem durar, às vezes longamente, mas nunca se estabilizam de forma a atuar com eficácia no plano social.” (FRANCO, 2005, p. 51). A centralidade do conceito de estadista em suas reflexões sobre o Governo Jango mostra como depois da forte argumentação em torno do primado das instituições e da crítica ao personalismo, que marcaram sua defesa do parlamentarismo, o bacharel volta a valorizar o carisma, mesmo que de modo muito mais moderado que na versão lacerdistas, para a implantação de uma efetiva ordem no Brasil. Não falta clareza em seus apontamentos para a solução da crise:

Quando chamei a atenção para a solidariedade entre crise de Governo e crise de transformação, foi para chegar a esta outra conclusão, que me parece indiscutível: a crise de Governo só cessará, no Brasil, no dia em que ele, Governo for constituído por um grupo de pessoas que tenham: a) a firme intenção de avaliar de forma global os diversos fatores da crise de transformação; b) que tenham sobre esta crise pontos de vista aproximados, que permitam uma ação comum; c) que coloquem a

moralização como elemento intrínseco de toda ação governativa; d) que disponham de autoridade política e força material para agir. O que é preciso é que se componha um governo à altura da crise brasileira. E é notório que este governo, desde a renúncia de Jânio Quadros, ainda não foi ou não pôde ser constituído, nem no regime parlamentar, nem no presidencial restaurado. (FRANCO, 2005, p. 33)

O papel das elites moderadas, no Congresso e na Presidência, seria o de conciliar as forças da reação e da transformação ou, nos termos de Arinos, da ordem e do movimento, único caminho para superar a corrupção que marca a política e a sociedade brasileira: “o único remédio para a nossa crise moral está na possibilidade de as elites tomarem realmente consciência da sua existência e se disporem, de fato, a combatê-la” (FRANCO, 2005, p. 69)⁴⁵². Apenas a força moral, afeita às elites, é capaz de produzir a conciliação necessária em tempos tão difíceis, onde os radicalismos grassam apoiados em fenômenos internos e externos às fronteiras brasileiras. No âmbito doméstico, lidamos com o fato desagregar do nacionalismo, que transformou-se, “em certos países como o Brasil, em símbolo e instrumento de divisão nacional” (FRANCO, 2005 {1965}, p. 46), perdendo seu caráter de “fato histórico que obedecia precipuamente ao impulso de união dos povos” (FRANCO, 2005 {1965}, p. 46). Nesse novo contexto, a política interna é colonizada pela externa e o nacionalismo se torna “instrumento da luta internacional”, em momento onde a manutenção da democracia depende do sucesso em limitar a instrumentalização da política doméstica por interesses internacionais⁴⁵³.

A crise fracionava, aos olhos de Arinos, os principais partidos nacionais, em cenário onde a “instabilidade decorre muito mais da luta dentro dos partidos do que da luta ideológica dos partidos uns contra os outros” (FRANCO, 2005, p. 64). A UDN não era exceção e sua divisão remontava, na análise autoreferida do autor, aos primeiros momentos do Governo Jânio, em querela que tinha na política externa, então comandada pelo bacharel, um dos seus principais eixos. As razões da dissensão não se restringiam, todavia, ao momento, mas encontravam motivos mais profundos:

A divisão da UDN não é somente questão de lideranças. Corresponde a causas mais sérias. Ela está dividida entre os que querem pôr o legalismo a serviço da reação e os

⁴⁵² A superação do cenário de crise interessaria, segundo Arinos, para os dois lados em disputa, ambos em perigo em caso de consolidação e intensificação dessa conjuntura: “Hoje, no Brasil, as duas alas de grupos dirigentes têm interesse vital na luta pela moralização. Os conservadores porque o imoralismo político reinante é um plano inclinado, por onde rolará a vida pública para um radicalismo cada vez maior, estimulada que é a corrupção pela feroz competição de interesses alienígenas. E o radicalismo significa, a longo prazo, a desordem e a anarquia, que não interessam aos grupos conservadores. Quanto à esquerda, ela também deve estar interessada, porque a radicalização, se pode levar à anarquia, pode também levar à ditadura, e a ditadura será o estrangulamento das esquerdas, principalmente das esquerdas não comunistas.” (FRANCO, 2005, p. 40-41)

⁴⁵³ “...a democracia brasileira só se salvará se não permitir que a vida nacional se transforme em campo de luta desviada dos interesses internacionais.” (FRANCO, 2005, p. 38)

que desejam colocá-lo a serviço do progresso. Ao tempo das suas maiores batalhas, que foi também da sua glória, o partido estava unido, porque tinha o ideal comum de restaurar e defender as instituições democráticas. Então, apesar do tom depreciativo que os adversários davam ao epíteto, era a UDN, realmente, o partido dos bacharéis. O legalismo era, então, um fim em si mesmo. Desde então que o estado de direito deixou de ser um fim para tornar-se um meio ou um instrumento, a UDN entrou em visível divisão (...) Atualmente a presença dos bacharéis é puramente nominal no partido, pois o problema, por mais que se diga, não é legal, mas social. Os poucos bacharéis que ainda atuam no partido falam em defesa da Lei, mas estão defendendo outras coisas, muito diferentes da legalidade. Estou certo que os mais ilustres entre eles o fazem de boa fé. (FRANCO, 2005, p. 64-65)

A divisão entre os bacharéis, identificada por Arinos, decorre de diferentes leituras do contexto, mas não se restringe às questões mais imediatas. Próximos em diversos aspectos das suas ideias e atuação política, como nos idos de 1961, personagens como Arinos, Prado Kelly, Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro guardavam, entretanto, relevantes divergências, que ajudam a explicar as desavenças que então se delineavam. Os bacharéis se mostravam convergentes no papel central conferido ao direito, que surgia como instrumento das elites políticas na conformação de um novo país, assim como também concordavam na crítica à abstração e no elogio à prudência política, distinguindo-se, nesse sentido, - segundo os tipos ideias de Arinos abordados no primeiro capítulo – dos juristas. Os personagens nem sempre seguiam, entretanto, o mesmo enredo, já que o liberalismo conservador, de tons oitocentista, de Arinos e Kelly destoava do liberalismo modernizante de Bilac Pinto e Baleeiro.

Em que pese a sagacidade de Arinos na interpretação de conjunturas políticas e seu claro esforço em produzir um repertório à altura dos desafios que despontavam no horizonte, o bacharel mineiro permanece excessivamente ligado a um liberalismo de elites virtuosas, que se mostrariam capazes, por seus especiais atributos, de conduzir o país rumo ao progresso. Bilac e Baleeiro, bacharéis modernizantes, veem o direito, por sua vez, como técnica de modernização do país, em chave menos humanista, onde os estadista de Arinos dá lugar a um bacharel mais moderno, que conjuga a técnica jurídica a uma sensibilidade política – distante, portanto, das abstrações dos juristas -, mas não se vê comprometido com grandes realizações civilizatórias, mesmo que continue a cultivar o passado, pois sua principal preocupação é modernização do país. Não sem razão os dois foram protagonistas de um esforço de modernização do ensino jurídico, que deveriam servir como meio para a reforma do Estado brasileiro.

Dentre os ideais civilizatórios deixados de lado, está o modelo de democracia liberal propagado por Arinos, que prevê uma inclusão subalterna das classes populares. Arinos, como já dito anteriormente, não se furta em recuar em suas demandas democráticas, mas, para tanto,

são necessários mais fortes motivos, que de fato coloquem em risco o status quo onde sua voz ecoa com tanto destaque. Bilac Pinto e Baleeiro, por sua vez, não nutrem tanto apreço pelas instituições da democracia representativa, que pode ser com ainda maior facilidade sacrificada em prol do interesse nacional⁴⁵⁴. É tal traço que progressivamente os aproxima do incendiário Lacerda e das suas investidas contra a legalidade.

A conduta de Bilac Pinto, eleito presidente do partido em 1963, é um perfeito exemplo da guinada golpista dos bacharéis modernizantes. Através de inflamados discursos no Congresso⁴⁵⁵ e entrevistas na imprensa, o político mineiro se torna uma das principais vozes da teoria da “Guerra Revolucionária”⁴⁵⁶, doutrina que defende a existência de uma sub-reptícia penetração comunista no ocidente, organizada a partir de meticulosos processos de infiltração institucional que culminariam, afinal, em uma tomada violenta do poder.

Em 25 de junho de 1963, Bilac já identificava a existência de uma profunda crise política no Brasil, que poderia ser dividida em três crises setoriais: “crise de autoridade”, “crise de moralidade”, “crise administrativa” (BILAC PINTO, 1964, p. 12). O momento ainda é de clamor à responsabilidade do Presidente da República, com expressos e sintomáticos acenos às Forças Armadas (BILAC PINTO, 1964, p. 44). O tom subiria, entretanto, a partir de janeiro de 1964, quando, em discurso na Câmara dos Deputados, Bilac Pinto vem a público “denunciar a ‘guerra revolucionária’ que está sendo tramada com a conivência do Sr. Presidente da República” (BILAC PINTO, 1964, p. 87) e “advertir a Nação acerca dos riscos que corre o regime democrático e o nosso sistema de vida, baseado nos ideias do Mundo Livre” (BILAC PINTO, 1964, p. 87). Em palestra proferida em Recife às vésperas do golpe, em 21 de março de 1964, o bacharel descreve com minúcias o processo que então se desenrolava em terras brasileiras:

A ‘guerra revolucionária’ Latino-Americana é um fenômeno amplo e profundo que abrange todos os campos da vida nacional. Baseia-se em uma intensa ação psicológica que se enleia nas raízes recônditas do sentimento nacionalista explora recalques individuais e coletivos. Por isso tem extraordinária repercussão nos grupos intelectuais, nos meios estudantis, nas classes desfavorecidas e nos escalões inferiores dos grupos sociais, todos ansiosos por uma situação mais prestigiosa ou elevada, alcançada através de caminhos menos íngremes. Tira partido, no campo econômico da precária conjuntura avassalada por uma inflação descontrolada; alimenta os fatores de desorganização administrativa, econômica e financeira que incentivam a greves, a inquietação, o desequilíbrio e a miséria. Procura hostilizar os Estados Unidos em todas as formas de suas relações. Infiltra-se nos partidos políticos para desagrega-los e cria frentes suprapartidárias para desmoralizá-los.

⁴⁵⁴ Mesmo que por vezes, como se verá a seguir, Bilac modere seu discurso.

⁴⁵⁵ Reunidos em BILAC PINTO, 1964

⁴⁵⁶ O termo é de origem francesa, inspirado no livro de 1961 de Theodor Arnold, “Guerre Revolutionnaire”. São inegáveis, entretanto, as afinidades entre a formulação e a “Doutrina de Segurança Nacional”, de origem norte-americana. Sobre o tema ver: REZNIK, 2004, COELHO, 2000 e CARVALHO, 2005.

Atua no campo religioso, procurando, através da ação de prelados descontentes, eliminar a influência do Vaticano. No campo militar procura, simultaneamente, destruir a estrutura militar existente, considerada reacionária e inaproveitável, e desenvolver um sistema de guerrilhas, núcleo do novo exército popular que substituirá o anterior. (BILAC PINTO, 1964, p 141)

A insidiosa ação comunista⁴⁵⁷ não deixou intacta nenhuma das grandes instituições nacionais, infiltrando-se na intelectualidade, nos partidos, na Igreja e no Exército. A situação era tão alarmante que, após consumado o Golpe, Bilac Pinto incluiu até mesmo os bancos e as grandes empresas, símbolos do capitalismo, dentre as áreas de controle comunista, sem falar em todo o sistema de transporte, energia e comunicações⁴⁵⁸⁴⁵⁹. Conhecedores do temperamento político do povo brasileiro e da “relativa estabilidade” que, “desde a era colonial”, o país “tem emprestado às suas transformações política econômica e sociais” (BILAC PINTO, 1964, p. 148), os comunistas perceberam que “as revoluções nesse país jamais poderiam apresentar quadros extremados” (BILAC PINTO, 1964, p. 149). O caminho, distintamente, se dava “através dos processos pacíficos de paciente proselitismo, onde a perseverança substitui a violência, e onde a malícia se sobrepõe a força” (BILAC PINTO, 1964, p. 149).

Ante tal cenário de descalabro, Bilac assumia uma posição assumidamente belicosa, com claros chamados ao conflito. É certo que, por vezes, ele ressaltava a necessidade de convencimento e de evitar a violência (BILAC PINTO, 1964, p. 155-156), mas tal discurso não apenas se mostrava extremamente raro, quanto tinha por função primordial distinguir o lado ocidental e civilizado das bárbaras práticas comunistas. A linha argumentativa por ele adotada nesses tempos graves foi exposta em sua entrevista à “Tribuna da Imprensa”, em janeiro de 1964, quando o bacharel clamava pelo armamento da população contra o governo: “A oposição deve responder à altura, armando agrupamentos populares democráticos, que a saberão defender no momento preciso” (BILAC PINTO, 1964b)⁴⁶⁰. Não se pode menosprezar

⁴⁵⁷ Sobre as metáforas do discurso anticomunista da época ver MOTTA, 2002.

⁴⁵⁸ “Mediante a infiltração legal ou ilegal de personalidades da sua confiança, controlavam a administração pública, os maiores bancos, as grandes empresas. Tinham, em suas mãos, os meios de transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos, as fontes de energia, toda a rede de comunicações, as mais potentes estações de rádio, e submetiam todo o restante do sistema de rádio e televisão a uma censura vigilante.” (BILAC PINTO, 1964, p. 167)

⁴⁵⁹ Bilac também afirma que “Em nenhum outro país, até hoje, a ‘guerra revolucionária’ dispôs ostensivamente de tantos recursos como os que lhe proporcionou o Governo Goulart” (BILAC PINTO, 1964, p. 173)

⁴⁶⁰ O tema toma todo o jornal, cuja manchete é “Bilac propõe armamento contra golpe de Goulart”. O clamor de Bilac se baseia em uma denúncia, sem provas, de que o Governo estaria distribuindo armas aos sindicatos governistas. Em sua entrevista de título “O governo tem o golpe pronto”, ele assim argumenta, em raciocínio circular: “essas armas não pertencem nem foram distribuídas pela Oposição. Logicamente, partiriam do governo, que é exatamente quem possui armas e quem tem condições e interesse de distribuí-las para um futuro golpe de Estado.” (BILAC PINTO, 1964b).

a importância da declaração para o clima política nacional. O presidente do maior partido de oposição do país incitava o povo a pegar em armas, em clara demonstração do abandono das soluções legais por parte das hostes opositoras. O comunismo e a corrupção demandavam, aos olhos de Bilac, soluções excepcionais, já que a verdadeira mudança do país não podia passar pelas moderadas vias legais. Useiro e vezeiro em denunciar a corrupção dos partidos no governo, Bilac apontava os limites para evidenciar o alcance dessa prática em meio aos ritos democráticos, pois só uma revolução, ou o remédio menos imediato do tempo, poderiam comprovar as acusações que os membros da “Banda de Música” tão enfaticamente bradavam das tribunas: “A comprovação do enriquecimento ilícito somente é possível quando os governos corruptos são derrubados por uma revolução ou quando o decurso do tempo elimina os riscos da delação” (BILAC PINTO, 1964, p. 31).

A efetiva demonstração da responsabilidade, como nas acusações de distribuição de armas direcionadas ao governo, não era estritamente necessária, pois amparado em leitura parcial do ordenamento jurídico, no caso o Código de Processo Penal, Bilac argumentava que as construções lógicas valiam tanto quanto as comprovações de fato: “os indícios, como prova circunstancial ou indireta (...) valem tanto quanto a prova direta, porque são processos lógicos de raciocínio que conduzem à única solução possível, demonstrativa da verdade por eles indicada” (BILAC PINTO, 1964, p. 54-55). O raciocínio abstrato valia tanto quanto as provas concretas, sendo a ausência de dados apenas uma limitação inerente ao momento, em perspectiva que condenava de antemão, e justificava as mais diversas formas de resistência, o governo. Para Bilac, tempo urge e impede maiores formalismos, os quais só interessam aos envolvidos na Guerra Revolucionária, de modo que não faz sentido questionar obviedades ante a evidência de que “todos os fatos aqui apontado são notórios e como tais independem de outra prova” (BILAC PINTO, 1964, p. 75).

Logo depois do Golpe, em abril de 1964, Bilac ponderava seu anterior relato acerca do “sentimento pacifista do povo brasileiro, avesso a violências e ao derramamento de sangue” (BILAC PINTO, 1964, p. 167) ressaltando que o “povo nunca deixou de empunhar armas, quando incentivos irrecusáveis lhes despertaram a reação brutal” (BILAC PINTO, 1964, p. 167). A violência, nesse momento, se fazia necessária para expurgar os elementos que adoeciam o país e impedia a realização de uma “revolução democrática brasileira” (PINTO, 1964, p. 170), que preparasse o Brasil “para cumprir o seu destino, para assumir o seu lugar entre as grandes potências mundiais” (BILAC PINTO, 1964, p. 171):

A queda do Governo Goulart marca realmente o início da revolução democrática brasileira. Na realidade, a batalha para desenraizar os esteios profundos do

comunismo e da corrupção deverá ser penosa e prolongada. Todavia, sem a purificação da vida nacional, extirpando esses dois carcinomas debilitantes, o fulgor da vitória democrática será apenas um lampejo fugidio. O mal deverá ser atacado em sua profundidade, buscando origens, seccionando tecidos apodrecidos, para que o organismo, que merece a vida e anseia por crescimento, não se estiole e feneça. A revolução tem, diante de si, uma obra difícil e complexa. Tem que destruir e construir. Não lhe será fácil apagar as manchas que impregnaram a nacionalidade, durante tantos anos de violação dos autênticos valores éticos e culturais da democracia. (BILAC PINTO, 1964, p. 170-171)

As usuais metáforas médicas, referidas ao comunismo, agora apontam para o futuro do país, cujo processo de modernização passa pela exclusão daqueles que não se enquadram. Se, por um lado, “a verdadeira luta apenas começou”, é inegável, sob a perspectiva de bacharel, que um enorme passo inicial, e necessário, já foi dado. Em chave distinta da defendida por Arinos - que defendeu, até se dobrar ao temor dos desdobramentos da conjuntura, uma modernização pacífica do país, a ser conduzida por elites ilustradas – Bilac Pinto defende o recurso à violência para a transição ao moderno, assim como ocorreu em diversos países outrora emergentes:

Encontramo-nos no limiar de um processo de transição, como sempre aconteceu, com as nações emergentes. Assim ocorreu com os Estados Unidos e com o Japão. A História nos mostra eventos dramáticos. O confronto entre sociedades tradicionais e as condições modernas tem sido, inúmeras vezes, realizado à luz de conflitos violentos. É o canhão que frequentemente abre as portas fechadas ao progresso. (BILAC PINTO, 1964, p. 172)

A argumentação de Bilac, pelo momento em que ocorreu, pode ser, sem dúvida, atribuída a uma justificação *ex-posteriori* do Golpe. A conjuntura de abril de 1964, aliás, certamente define e influencia muitas das questões construídas. O ponto do presente trabalho, contudo, não limita essas ideias a fugacidade da conjuntura, mas as vincula a crenças e percepções anteriores, que encontram oportunidade e lugar em certos momentos, mas não podem ser apenas a eles atribuídas.

O liberalismo modernizante do bacharel defendia, então, que a ruptura violenta permitia a plena realização de uma “modernização estrutural, coerente com os reclamos das condições contemporâneas”. Esse processo seria da responsabilidade da “elite dirigente”, único setor capaz de empreendê-la sem “violentar os valores tradicionais”, e deveria ocorrer “dentro da democracia”. Também se fazia necessária a emergência de uma liderança verdadeiramente carismática, com a autoridade e a vontade política, ambas claramente ausentes em Goulart, que os novos tempos exigiam (BILAC PINTO, 1964, p. 14).

A democracia não surgia como meio de transformação, mas enquanto resultado desejado, o que tornava a argumentação dos bacharéis modernizantes próxima, em alguns

momentos, da realizada por pensadores de franco corte autoritário, como Francisco Campos, com seu conceito de democracia substantiva⁴⁶¹. De fato, ambos argumentavam que as transformações nas sociedades de massas impunham limites às práticas democráticas. Para Campos os limites eram mais amplos e definitivos, enquanto que para Bilac, uma vez excluídos os indivíduos e ideários que destoavam do caminho traçado para a modernização, responsáveis pela corrupção ou subversão da ordem, as coisas poderiam retornar a um andamento mais ameno e adequar-se, sem maiores problemas, aos novos tempos. O artifício deveria retirar os entraves para que a ordem espontânea do moderno pudesse se desenvolver.

Os bacharéis modernizantes cerraram fileiras nas hostes lacerdistas, que continuavam, por sua vez, com sua postura de franco enfrentamento com a ordem e a legalidade vigentes. Lacerda, de fato, mantinha em meio ao seu emaranhado de argumentos, que o tornavam muitas vezes contraditório em assuntos específicos, uma coerência de fundo, costurada por sua relação com os adversários e a institucionalidade da República de 1946. Ele, como já dito, permanecia no mesmo lugar, mas se beneficiava do recrudescimento dos conflitos para os quais, por outro lado, contribuía. As mudanças na conjuntura transformavam o outrora golpista em “bastião de resistência contra qualquer tentativa golpista” (BILAC PINTO, 1964, p. 38), segundo as palavras do presidente da UDN. A afinidade entre conceitos e ideias dos grupos se torna cada vez maior, como bem demonstra o uso do termo “guerra revolucionária” no “Manifesto” à Nação, redigido por Lacerda e divulgado na Tribuna da Imprensa já nos idos de janeiro de 1964:

Quero e preciso de ordem e de paz. E é na estrita defesa da ordem que cumpro o dever de dirigir estas palavras ao Brasil, ressaltando mais uma vez a minha posição de vigilância permanente e fixando bem as responsabilidades do Sr. Presidente da República e das classes armadas no que pode acontecer – e vai certamente – se não houver uma mudança fundamental nos propósitos e nos atos do Governo Federal, que tanto tem afligido a nação brasileira. Tudo evidencia que está deflagrada no Brasil uma guerra revolucionária, cujas consequências já estão se tornando cada vez mais previsíveis. Além desses atos criminosos que tem afligido diretamente o povo, procura-se cometer crueldade ainda maior porque moral, que é a de ferir-se a razão e a justiça, atribuindo-se à vítima o crime dos carrascos. Num processo tipicamente totalitário, monstruosamente totalitário, aponta-se o perseguido como perseguidor(...)Venho alertar a consciência do povo, de todo o povo, de todos os partidos, mesmo aos que me são adversos, ao povo de todo o Brasil – aos civis e aos militares, aos ilustres e aos humildes – sobre a essência dos fatos que se estão desenvolvendo nesta hora. Em defesa do meu país denuncio a agressão interna que estamos sofrendo. Denuncio não pelo que sou, mas pelo que represento. Não pelo interesse meu que é, pessoalmente, nenhum, mas pelo interesse dessa Nação, que é de todos. (...) Não desafio, pois, ninguém. Mas não posso aceitar que o meu país seja entregue às minorias usurpadoras graças à omissão das maioria inertes. É pois em consideração e resguardo de autoridade que não pode deixar de ser defendida, que responsabilizo o Governo Federal, único responsável por greve ilegais e

⁴⁶¹ A obra mais relevante do pensamento político de Francisco Campos é CAMPOS, 1940. Para uma boa exposição do pensamento político-jurídico do autor ver SANTOS, 2007.

revolucionárias (...) Falhou o golpe preparado para essa semana. Esperemos a nova investida, que não tarda. Ninguém há de dizer que não foi avisado. (LACERDA, 1964b, p. 8).

Lacerda agora falava também como estadista, a se colocar, em certos momentos, sobranceiro aos conflitos que atravessam o país e até mesmo o atingiam. Interessado tanto numa possível liderança do golpe, que despontava no horizonte, como na cada vez mais improvável eleição de 1965, para a qual já fora escolhido por libertadores e udenistas, o então Governador da Guanabara continuava a construção da sua nova persona política, que, contudo, convivia com seus antigos e virulentos hábitos. Estes se faziam presentes em ininterruptas acusações contra Jango, ao qual era quase que rotineiramente atribuída a organização de golpes, sem maiores provas, e no constante clamor aos militares, que deveriam, segundo o governador, se manter atentos contra as conspirações golpistas do outro lado⁴⁶². Mesmo tendo vendido a Tribuna da Imprensa para o jornalista Hélio Fernandes, Lacerda mantinha no jornal um espaço privilegiado, a partir do qual atacava seus adversários de dentro, caso de Magalhães Pinto, e de fora da UDN.

A corrente lacerdista se fortalecia claramente no partido desde a escolha de Jânio como candidato, quando o jornalista fluminense conseguiu derrotar internamente um dos mais influentes e habilidosos políticos udenistas, Juracy Magalhães. As Convenções de Vitória, em 1961, e Curitiba, em 1963, somente reforçariam a influência do já eleito Governador da Guanabara - que viu dois aliados alçados à presidência do partido, Herbert Levy e Bilac Pinto -, em processo que culminaria com a escolha de Lacerda como candidato do partido à Presidência da República⁴⁶³.

A UDN não era, entretanto, imune ao clima de divisões ideológicas que marcava a época. A onda nacionalista, forte nas esquerdas, chegava ao partido através da corrente “Bossa Nova”, que tinha nas suas fileiras os governadores udenistas Seixas Dória, de Sergipe, e Petrônio Portella, do Piauí, e cedia alguns integrantes à Frente Parlamentar Nacionalista⁴⁶⁴. O grupo se distinguia por uma defesa parcial das reformas de base e pelo apoio a algumas

⁴⁶² Logo depois da posse de Jango, no dia 14 set. 1961, a Tribuna já dava como certa a articulação do golpe, como bem demonstra a principal manchete do dia: “Esquema do golpe: Jango ditador com o apoio de Brizola”. Com o tempo e o aumento da intensidade dos embates, as acusações se tornam cada vez mais constantes. Em janeiro de 1964, o leitor mais desatento deveria deixar os preparativos em ordem, tantos foram os “alertas de golpe” de Goulart, como os do dia 05 jan. 1964, “Jango decretas reformas de base e dá golpe”; 07 jan. 1964, “Clovis Pestana: Plebiscito é meio para golpe de JG”; 16 jan. 1964, “Esquerda denuncia: Jango arma o golpe”; 17 jan. 1964, “Lacerda revela a Ademar manobra do golpe”; 18-19 jan. 1964, “Jango lança ameaça ao país: revolução”; 20 jan. 1964, “Forças armadas negam o apoio para golpe”.

⁴⁶³ O fortalecimento de Lacerda e da UDN da Guanabara dentro do partido é argumentado por BENEVIDES, 1981, p. 114-115 e por PICALUGA, 1980, p. 67.

⁴⁶⁴ Sobre a frente ver: DELGADO, 2007.

políticas mais moderadas do Governo Jango, mas que foram duramente atacadas por alguns bacharéis, como o Plano Trienal⁴⁶⁵. O apoio às reformas implicava em romper com a linha fortemente sectária da ala liderada pelos lacerdistas e bacharéis modernizantes, que argumentavam contra qualquer mudança na Constituição, a qual seria imediatamente identificada às supostas tentativas golpistas do governo⁴⁶⁶. A posição dos setores mais radicais tornava impraticável a maior parte das propostas defendidas pelos setores moderados da esquerda – a “esquerda positiva”⁴⁶⁷, nas palavras de Santiago Dantas -, como a reforma agrária⁴⁶⁸.

O acirramento das tensões, que nos idos de 1959 permitiu a emergência da “Bossa Nova”, passava a produzir, todavia, consequência distintas. O tempo dos radicalismos aumentava o custo das posições mais moderadas, em cenário onde a Bossa Nova se viu sem força para disputar os rumos do partido. Forte crítico da postura de veto às mudanças constitucionais, grande marca da guinada reacionária do partido⁴⁶⁹, e defensor de uma postura moderada, que não recaísse nos excessos da ordem⁴⁷⁰ em detrimento do movimento – já que “os bons conservadores são aqueles que cedem às necessidades do progresso” (FRANCO, 1965, p. 408) - Afonso Arinos abandona a trincheira da moderação e abraça o golpismo. Os esforços de disciplinar as “surgências” – modo pelo qual ele definiria anos mais tarde seu liberalismo⁴⁷¹ - presente em sua série de artigos organizados na “Evolução da Crise brasileira” dá lugar ao apoio aos esforços golpistas organizados a partir de Minas pelo então governador, e outrora moderado udenista, que até mesmo tomara parte da ‘Bossa Nova’, Magalhães Pinto. O movimento político do bacharel mineiro expõe, ao mesmo tempo, as feições do tempo e os

⁴⁶⁵ A cooperação parlamentar da UDN com governos frente aos quais ela fazia forte oposição já foi demonstrada por SANTOS, 2003. Mesmo que os dados não se refiram ao governo Goulart, a ressalva é importante para se ter em conta que setores importantes do partido sempre colaboraram com o governo. Deve-se ressaltar, por outro lado, que, como já colocado anteriormente, o governo Jango não pode ser visto como uma crise permanente, mas possui momentos de calma em meio a tormenta. Para o argumento, ver GOMES, FERREIRA, 2014.

⁴⁶⁶ Aliomar Baleeiro expõe publicamente suas discordâncias contra a “Declaração de Princípios da Bossa Nova” (UDN, 1963).

⁴⁶⁷ Santiago Dantas opunha a “esquerda positiva” aberta ao diálogo, a moderação e a democracia ao radicalismo do que ele chamava de “esquerda negativa”.

⁴⁶⁸ Milton Campos, ainda firme em seu liberalismo conservador, chega a propor um projeto de reforma agrária, o qual, entretanto, não toca de modo satisfatório no tema central do financiamento público do empreendimento. A Constituição de 1946 determinava indenizações em espécie para as desapropriações, o que tornava o custo da reforma inviável. Sobre o “reformismo liberal” de Campos ver MAIA, 2014.

⁴⁶⁹ O argumento foi plenamente reproduzido no capítulo 1 e no início desse mesmo capítulo.

⁴⁷⁰ Arinos atribuía a tais grupos a incompreensão dos próprios processos históricos e o descompromisso com o interesse nacional: “grupos reacionários (...) continuam a dizer as mesmas coisas que, contra os interesses do Brasil, diziam em 1961. São da linha dos que se opuseram à Independência, à Abolição, à República. São da linha dos que, como dizia o Marechal Ney, querem deter com as mãos o movimento do mar.” (FRANCO, 1968, p. 131)

⁴⁷¹ “(...) sou um liberal, um homem que aceita todas essas surgências e procura discipliná-las.” (FRANCO, 1983, p. 70)

espaços que o seu liberalismo abria para, posta em perigo a ordem, abraçar soluções de exceção. No calor da vitória golpista, em 19 de abril de 1964, Arinos assim expunha as percepções do momento em suas memórias⁴⁷²:

A vertigem dos dias. O turbilhão imprevisível. A convulsão político-militar que estourou no fim de março como um temporal dos trópicos, e ainda como ele cessou bruscamente deixando, contudo, resíduos indefiníveis, ruídos de trovões ao longe no céu que parece limpo. Tudo foi, ao mesmo tempo, rápido e complexo. A análise mais profunda dos acontecimentos não pode ser feita aqui. É matéria para outra parte destas memórias. Hoje quero somente fixar, de maneira impressionista, alguns aspectos mais vivos, antes que sua recordação se esbata com o passar do tempo. Eu acompanhava a evolução de Magalhães Pinto desde minha chegada da Europa. E acompanhava não só no sentido da informação, como também no da concordância. O presidente Goulart, entregue a influências extremistas, a bem dizer anarquistas – enveredara por um beco sem saída. A tese das chamadas ‘reformas de base’ se tornara pretexto para a marcha em busca do poder pessoal. O país afundava na desordem e na corrupção. Era impossível continuar assim. (FRANCO, 1965, p. 243)

Arinos abraça as teses oficiais do Golpe, que se justificaria a partir de supostos desígnios personalistas e golpistas de Jango. Os principais objetivos, por sua vez, eram superar a corrupção e o comunismo que grassavam no país⁴⁷³. O acirramento dos conflitos expunha que a pretensa equidistância de Arinos entre a mudança e a reação logo se esvanecia quando o ruído das massas chegava aos salões do Congresso. Uma vez ameaçada a ordem onde o bacharel ocupava posição de destaque, as soluções de exceção, antes execradas, assumiam novas feições e se tornavam recursos necessários contra a desordem. Analisando o Comício da Central, Arinos acusa Goulart de “bonapartismo”, o qual se caracterizaria pela “escalada do poder pessoal pelo conflito provocado entre o povo e as instituições, sob a proteção das forças armadas” (FRANCO, 2005, p. 162). Jango estaria propositadamente “voltando as costas ao Congresso” (FRANCO, 2005, p. 169) para reforçar seu próprio poder e destruir a ordem constitucional, como bem demonstrara o recurso ao plebiscito, esse “processo milenário de acabar com as instituições mediante o apelo ao povo” (FRANCO, 2005, p. 163). Já em contato com as articulações golpistas, Arinos reclama mais uma vez a união do Executivo com o Congresso, único meio de superar a grave crise. No mesmo artigo, entretanto, se faz presente a irredutível verve elitista, que vê no predomínio das elites o único caminho possível para as transformações pacíficas: “não há revolução nem transformação

⁴⁷² Os eventos de 1964 deveriam ser tratados, pela divisão temporal das memórias de Arinos, no terceiro volume destas. Fiel ao seu hábito de comentar os eventos que, ao longo da redação do texto, marcavam sua rotina, Arinos antecipa, entretanto, algumas considerações sobre o evento, mas promete um mais detido tratamento no local mais apropriado, algumas centenas de páginas depois. No terceiro volume, todavia, o bacharel desiste de retornar ao momento, provavelmente marcado pela insatisfação com os rumos do regime e com o seu ocaso político, fatos que dão o tom do livro.

⁴⁷³ Em seu primeiro discurso no Senado depois do golpe, e 09/04/1964, o bacharel reitera os dois aspectos na justificativa do golpe.

pacífica que não seja levada a efeito pelas elites, e estranha ver historiadores porem em dúvida este fato, entretanto evidente, da História” (FRANCO, 2005, p. 165).

As elites, entretanto, não mais podiam ordenar aquele mundo cada vez mais pulsante e complexo nos limites da democracia, ao menos não segundo o modelo proposto por Arinos. Sagaz intérprete das questões do tempo, o bacharel não se mostra capaz de renovar seu repertório de modo a propor soluções eficientes para o momento do país. A própria persona pública do velho bacharel já não respondia mais à lógica da política, então definitivamente marcada pelo ritmo das massas. A “cultura de sentido” na qual operava Arinos, caracterizada por um sujeito externo ao mundo que buscava dotá-lo de sentido, se via cada vez mais ultrapassada por uma “cultura de presença”⁴⁷⁴, na qual a relação entre o representante e o representado se construía a partir da proximidade simbólica entre os pares desta relação, mesmo que esta fosse usada para forjar uma posterior distância. A impositação do velho bacharel se via ultrapassada por uma figura como Lacerda, que conjugava melhor a linguagem das massas, recorrendo a imagens mais fortes e a um registro de maior proximidade do outro. Também oriundo dos quadros da elite, mesmo que de uma família com bem menos reclames aristocráticos que os Melo Franco, o jornalista carioca construía uma efetiva proximidade com o outro, seja eleitor ou ouvinte. Lacerda demonstrava tal habilidade, por exemplo, em seu registro no rádio, que variava entre a oratória incendiária e a feição de uma conversa ao pé-de-ouvido, todas compostas por uma linguagem mais direta e menos empolada⁴⁷⁵.

A ausência de um repertório adequado e o temor do desenrolar dos acontecimentos impeliavam Arinos a, mais uma vez, aderir ao golpismo de Lacerda, dessa vez parte de uma ampla e heterogênea frente. Não cabe aqui analisá-la⁴⁷⁶. O bacharel ainda tentaria, agora já expurgados os radicalismos do campo do movimento, enquadrar em seu arquétipo político a ditadura que ganhava os primeiros contornos⁴⁷⁷. O tempo, entretanto, não mais comportava projetos dessa natureza.

⁴⁷⁴ Os conceitos são de Gumbrecht, mas foram modelados para tratar da ideia de representação política. Para o seu desenvolvimento ver GUMBRECHT, 2004, 2012.

⁴⁷⁵ Lacerda relata como muitas vezes buscava recorrer a imagens, como desenhos em um quadro, que ilustrassem seus argumentos de maneira mais clara e eloquente.

⁴⁷⁶ O trabalho já mencionou alguns estudos destinados a investigar a natureza, a composição e as motivações da frente golpista.

⁴⁷⁷ O projeto de Arinos para a ditadura se expressa em sua disputa com Francisco Campos sobre as formas de legitimação do Golpe. Enquanto Campos, à moda dos juristas, recorria a teoria do poder constituinte originário para defender que, como redigido no AI-1, que “a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma”. Fórmula que marcava uma forte cisão entre o novo regime autoritário e a institucionalidade anterior. Arinos, buscando evitar a todo preço uma mais profunda ruptura, defendia que o Congresso legitimasse os novos ocupantes do Poder Executivo, proposta que tomava o Golpe como uma simples reforma dentro da ordem.

Campos, como se sabe, vence. Arinos assim argumentava: “As transformações políticas impostas pela força tendem a se ordenar juridicamente em bases estáveis. Opera-se esta ordenação nos quadros do chamado “direito da crise” ou ‘legalidade de tempo de crise’. Quando as forças que impuseram a transformação não conseguem estabelecer um direito intermediário entre a situação político-jurídica destruída e a nova que se tende a criar, como resultante do equilíbrio entre as forças dominantes, a conjuntura geral declina para a confusão e anarquia mais ou menos prolongada. As revoluções só se completam, assim, à medida que foram capazes de formulação jurídica dos seus próprios objetivos. Se tal formulação não é possível é porque a revolução vai prosseguir, com rumos talvez distintos. Sendo ela possível, seus efeitos jurídicos são indiscutíveis, não se colocando o problema constitucional de sua validade. É com efeito impossível juridicamente negar a um poder que poder tudo a competência de traçar regras jurídicas.” (FRANCO, 1964).

CONCLUSÃO - Os resquícios de 1946

“A era de Vargas terminou, parece indiscutível. O ambiente de indiferença, ou mais ainda, de esquecimento popular, em torno do que ele era ou representava, foi a nota marcante na comemorações tentadas no décimo aniversário do seu trágico sacrifício. Não creio que a atmosfera atual, de pressão militar, fosse suficiente para impedir manifestações pacíficas de grandes massas em torno da figura de Getúlio. É que, realmente, sua contribuição política se acha superada. O paternalismo social de Getúlio compunha-se com as condições do Brasil e do mundo naquele tempo. (...) Já em 1964 a situação era outra(...) O desmoronamento de 1º de abril marca o fim de uma era”

(FRANCO, Afonso Arinos de Melo. A Escalada, 28/09/1964)

1. A redemocratização e o imaginário da República de 1946

Apesar da sua natureza negociada, a redemocratização teve na ideia de refundação do Brasil um dos seus discursos mais influentes. Findos os longos anos autoritários, abria-se ao país, sob essa perspectiva, a possibilidade de escrever uma nova história, imune às mazelas que há muito o assolavam. Para tanto, era necessário evitar erros recentes e antigos. Tal olhar não se limitava à crítica do golpe e dos governos militares, conduta sem dúvida esperada por novos regimes, sobretudo os de natureza tão distinta do anterior, que costumam construir sua emergente identidade à custa da negação do passado recente, mas encontrava na falecida República de 1946 um dos seus alvos preferenciais. A nova república se constrói, nesse sentido, não apenas contra os anos autoritários, mas também refratária à última experiência

democrática brasileira, depositário de patologias políticas que resultaram - e a ideia de vínculo causal é comum no argumento - em seu fim, com o Golpe de 1964.

Dentre os principais porta-vozes desse discurso destacavam-se os dois partidos que, em alguns anos, dominariam a política nacional: PT e PSDB. A crítica aos problemas da formação nacional, tema clássico do nosso pensamento político-social, abundava nos discursos, declarações e manifestos, muitos deles formulados com a direta participação de grandes nomes dessa ensaística - como Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Antônio Candido e Sérgio Buarque de Holanda⁴⁷⁸. Sem deixar de lado as amplas diferenças entre as ideias e origens dos partidos, é possível constatar que a crítica à tradição brasileira os unia⁴⁷⁹.

Se o elogio à ruptura não era exclusividade de tucanos e petistas, como a candidatura vitoriosa de Fernando Collor - que elegia como principal alvo grande parte das decantadas mazelas nacionais, como o clientelismo e empreguismo - bem demonstrou, o cenário, por outro lado, ia além dos críticos da tradição. Ao lado dos novos atores, destacavam-se velhos personagens da política nacional, alguns já protagonistas na República de 1946, como os “bacharéis pessedistas” Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, o bacharel udenista Afonso Arinos de Melo Franco e o trabalhista Leonel Brizola. Pelas suas palavras e ações ecoavam os sons do passado, que desempenharam papel central na construção do principal pilar da nova ordem: a Constituição de 1988. Os representantes dessa tradição acabaram, todavia, relegados a papel secundário, mesmo que de imensa relevância, alguns anos após o momento fundacional. Com menor capital eleitoral, como os resultados de 1988 bem demonstram (VIANNA, 2006, p. 19), eles assistiram às vitórias dos “homens do moderno” em seguidas

⁴⁷⁸ O manifesto de fundação do PT afirmava: “Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade.” Já o PSDB, fundado alguns anos depois, justificava o impulso da sua constituição, como cisão do PMDB, a partir da adesão do Governo Sarney aos mais negativos aspectos da tradição nacional, após um primeiro ano em que mudança forma ensaiadas: “Desafortunadamente, o impulso de mudança parou aí. Porque preferiu aderir às estruturas autoritárias do Estado em vez de reformá-las, o Governo deixou que as políticas sociais alardeadas se esvaíssem na ineficiência burocrática, no empreguismo, no clientelismo e na corrupção.” No mesmo sentido, Mário Covas destacava em discurso no Senado, em junho de 1989: “temos que reformar o Estado no Brasil (...) Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida. Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa também de um choque de capitalismo (...)”

⁴⁷⁹ “A linguagem comum dos dois grandes partidos que surgem em São Paulo a partir da redemocratização do país - o PT e o PSDB - é a da sociedade civil. Para o primeiro, dominada pela gramática do social, e pela do mercado, a do segundo. Sob essa chave geral, de serventia para ambos os partidos, guardadas as diferenças entre eles, fixa-se o imperativo de começar ex-novo a história do país, que deveria se desvencilhar da anacrônica tradição republicana brasileira.” (VIANNA, 2006, p. 9). A linha construída por Werneck Vianna nesta obra, sobretudo na apresentação e nos dois primeiros artigos - “Sobre a transição inconclusa” e “O coroamento do Era Vargas e o fim da História do Brasil - inspira os primeiros argumentos do presente texto.

eleições presidenciais e passaram atuar em postos de menor visibilidade. Presentes em importantes ministérios, atuantes no Congresso Nacional e na direção de grandes governos estaduais, esses personagens, antigos protagonistas de outra república, foram fundamentais para a estabilidade da ordem que nascia, mas incapazes de chegar, sem a aliança com as novas lideranças, ao controle do Estado.

Os homens passavam, mas suas visões de mundo permaneciam. Se as elites forjadas nas batalhas do último interregno democrático brasileiro não ocupavam lugar de igual destaque, o mesmo não se pode dizer do imaginário político da República de 1946. Seja sobre a forma de fantasma a ser espantado ou ideal perdido a ser reconstruído, as ideais e visões de mundo construídas pelos principais atores, políticos e intelectuais, do período atuaram e atuam de forma decisiva no cenário político da moderna República brasileira. É inegável, por um lado, que o período militar se destaca como o mais evidente “outro” da redemocratização, fundamental para precisar a identidade da conjuntura que se iniciava, mas o papel da República de 1946 talvez tenha sido ainda mais relevante para compreender os caminhos do novo regime. O “outro” autoritário estabelecia os limites da nova ordem, tornando todos “democratas”, mesmo os entusiastas da ditadura de ontem, mas é a perspectiva ante a República de 1946 que determinou, ao lado de outros fatores, é claro, os modos pelos quais os atores realizariam suas trajetórias no novo terreno. As interpretações do passado ainda balizavam as ações do presente de então. O esforço dos militares, e das elites a eles aliadas, para apagar as “corrompidas” identidades e ideias políticas anteriores não alcançou os resultados esperados por seus autores, em que pesem suas trágicas consequências. A crítica à precariedade da organização política de 1946, corrente em parte da bibliografia sobre tema, tem como contraponto a permanência de muitas das identidades da época. A República de 1946 se mostra, desse modo, fundamental para a definição dos caminhos do país em seu esforço de reconstruir uma ordem democrática, seja através do filtro da ditadura - que apesar do seu caráter militar teve em antigos protagonistas da derrotada ordem, tanto da mais evidente UDN⁴⁸⁰ como do PSD, impulso fundamental para sua vitória e permanência – ou da imagem que a última experiência democrática guardou no imaginário nacional.

Nada mais natural que isso ocorresse nos homens que protagonizaram e vivenciaram a época, afinal os decretos são incapazes de apagar as marcas que as instituições deixam no

⁴⁸⁰ O peessedista Tancredo Neves falava ironicamente em um “Estado Novo da UDN”.

mundo⁴⁸¹. Mais relevante, todavia, é a permanência das ideias e concepções para além daqueles que a construíram, o que por certo diz algo tanto da conjuntura presente, como do papel desse período anterior na definição do porvir. A revolução de 1930 é certamente um marco definitivo da construção do moderno Estado brasileiro, mas apenas após 1945 as instituições políticas nacionais vivenciam semelhante transformação. É claro que as distinções ante a democracia do pós-1988 são significativas e basta a simples menção a exclusão do voto do analfabeto, sem falar na cassação do PCB, para demonstrar o caráter restrito daquela ordem democrática. Isso não impede, todavia, que a ordem de 1946 desempenhe papel central na construção do nosso imaginário político contemporâneo, mesmo que, no mais das vezes, retratada de modo negativo.

Quase três décadas depois da posse do primeiro presidente civil após a transição, José Sarney, o Brasil se revela um país em muito distinto daquele que vivenciava aos poucos o retorno das instituições democráticas, o qual já era, por sua vez, profundamente diferente da nação de antes do golpe. A consciência dessas transformações impede a representação da história nacional como uma “viagem redonda” (FAORO, 2000), eterno retorno de um imutável princípio, e é fundamental para se evitar o que Vladimir Safatle e Edson Telles chamam de “hiper-historicismo”: “Maneira de remeter as raízes dos impasses do presente a um passado longínquo (a realidade escravocrata, o clientelismo português etc.), isto para, sistematicamente, não ver o que o passado recente produziu. Como se fôssemos vítimas de um certo “astigmatismo histórico” (TELLES; SAFATLE, 2010). A constatação das mudanças não deve, contudo, apagar os vínculos dessa “nova história do Brasil” (DOMINGUES, 2013) com o seu passado, que permanece fundamental para compreender as transformações do presente. A “conclusão da modernização conservadora”⁴⁸², responsável pela “transformação do Brasil em um país moderno” (DOMINGUES, 2013, p. 74), não implica em qualquer tipo de desprestígio do passado como recurso para a compreensão do presente e do futuro. Talvez, em sentido diverso, os sintomas dessa modernidade impliquem justamente na sua maior importância, já que é característica de boa parte das realidades nacionais retratadas como “avançadas” – como Inglaterra, estados Unidos e França, por exemplo – o forte vínculo entre

⁴⁸¹ Em sua tese sobre a ARENA, Lúcia Grinberg mostra como permanecia nas principais figuras do partido, e mesmo na correspondência de eleitores que a ele se dirigiam, a referência às identidades formalmente extintas pelo AI-2. (GRINBERG, 2009).

⁴⁸² A tese de Domingues, mesmo instigante, precisa ser, contudo, melhor debatida, já que se pode, sem muito esforço, listar o longo repertório de práticas típicas da modernização conservadora que ainda permaneceram nos governos FHC, Lula e Dilma Rouseff.

mudança social e tradição ⁴⁸³ . A modernidade seria acompanhada, desse modo, de uma perspectiva da tradição que não a toma como simples acúmulo de mazelas, mas enquanto chave fundamental para a construção do futuro.

A compreensão das permanências do passado no presente brasileiro, seja no campo das ideias ou das instituições, constitui, portanto, ampla agenda de pesquisa, que vai sem dúvida além da curiosidade arqueológica, já que emerge como requisito necessário para perceber os possíveis porvires que se delineiam no horizonte. As distintas perspectivas ante a experiência histórica acumulada não apenas dividiram grupos e indivíduos no passado, mas são elementos fundamentais para apreender seus passos, assim como os de outras gerações, no futuro. A análise dos usos contemporâneos de conceitos diretamente identificados à conjuntura dos anos 1950 e 1960, mas que ainda permanecem centrais no debate brasileiro, podem representar bons exemplos nesse sentido.

2. A esquerda e a gramática dos anos 1950/60

O Partido dos Trabalhadores surge sob o signo da ruptura com o passado. Sua identidade se constrói a partir das críticas à tradição sindical brasileira, com manifesto desprezo ante marcos relevantes desse ideário, bem explícito na famosa declaração de Lula, que caracteriza a CLT como o “AI-5 dos trabalhadores”. A condenação às grandes linhagens da esquerda nacional, o trabalhismo e o comunismo, se faziam presentes, com as experiências de PTB e PCB lidas sob uma perspectiva de fortes tons negativos⁴⁸⁴ . A hegemonia deveria partir da sociedade, não de uma esfera política autônoma e hipertrofiada, que há muito dominava a realidade nacional e que sempre pautou, ao menos segundo a ótica petista, a esquerda brasileira.

Não sem motivo, havia, por outro lado, enorme resistência de grandes representantes dessas tradições ante o emergente partido paulista, perfeitamente ilustrada pela blague de Leonel Brizola, que retratava o PT como “a UDN de macacão”. Brizola queria atingir com

⁴⁸³ É interessante nesse sentido a argumentação de CALHOUN, 2012. Sem falar na clássica passagem de Marx: “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens...” (MARX, 2007, p. 21)

⁴⁸⁴ Sobre esse aspecto ver MONTENEGRO, 2009 e CARDOSO, 2014. Agradeço ao amigo Tomás Garcia a indicação desse texto.

sua ironia o decantado moralismo dos petistas, que faziam do discurso sobre a “ética na política” uma das suas principais plataformas. O sentimento de superioridade moral em relação à classe política, com toda a heterogeneidade, aproximaria o novo partido paulista daquela que foi a legenda com maior responsabilidade no fim da última experiência democrática brasileira, encerrada pelo Golpe de 1964: a UDN. A enorme distância, em quase todos os aspectos, entre o PT e o partido dos bacharéis liberais e do lacerdismo, tomado frequentemente como sinônimo do golpismo, elitismo e anticomunismo na política brasileira, dava à bem-humorada expressão força ainda maior, já que não apenas destacava com precisão o elemento a ser atacado, no caso a retórica moralista, como sugeria certa inconsistência entre os discursos e a concepção de mundo do Partido dos Trabalhadores: será que as consequências dessa insistência nos temas morais não seria o mesmo elitismo e a mesma inconformidade com as instituições democráticas do udenismo? Será que esse elogio da sociedade civil não recaía no liberalismo que os trabalhistas tanto criticavam?

O contexto dos ataques era disputa em torno da hegemonia no campo da esquerda, futuramente conquistada de forma manifesta pelo PT - do qual Brizola aceita, inclusive, ser vice na chapa de 1998 - mas então fortemente indefinida, como demonstram os apertados resultados no primeiro turno da eleição presidencial de 1989. A expressão demonstra também algumas perspectivas dos remanescentes do trabalhismo, que continuavam a dividir o campo político pela dicotomia UDN-PTB, a qual tomava a interpretação da obra e herança getulista um dos seus critérios de diferenciação. Críticos do campo político do getulismo e das suas realizações, os petistas incorreriam, quase que necessariamente, no udenismo. Mesmo influenciado pelas experiências socialdemocratas europeias, elogiosas de uma ideia de terceira via⁴⁸⁵, e envolvido em um esforço de “modernizar o trabalhismo”, Brizola ainda percebia a política brasileira como dividida entre os dois lados antagônicos.

As naturais mudanças na atuação e discurso do PT após seu recorrente protagonismo nas disputas eleitorais mudaram, entretanto, de forma decisiva sua relação com a tradição⁴⁸⁶. A permanência da ideia de ruptura no discurso (BARBOZA FILHO, 2010), evidenciada no famoso bordão de Lula - “nunca antes na história desse país” - convive com um constante esforço de vincular as realizações dos governos a uma determinada tradição nacional, outrora negada pelo partido.

⁴⁸⁵ Sobre esse movimento ver: SENTO SÉ, 1999.

⁴⁸⁶ Não discutirei aqui o momento mais relevante dessa transformação ou o quanto do torneado ideológico inicial do PT permanece em sua fisionomia mais recente, debate que envolve larga bibliografia que, por certo, ultrapassa os limites desse texto. Sobre o tema ver: SINGER, 2012; SECCO, 2011; MEDEIROS, 2012.

Quando da efeméride de 500 anos da chegada dos portugueses, em 2000, Marilena Chauí concluí seu livro “Mito Fundador e sociedade autoritária” – exemplar de certa perspectiva uspiana que vê na sociedade brasileira as raízes do autoritarismo estatal⁴⁸⁷ - com uma frase que toma os últimos cinco séculos de experiências acumuladas nessas terras como carentes de qualquer aspecto positivo: “Como se vê, não há o que comemorar”. Uma das mais relevantes intelectuais petistas, Chauí expõe uma interpretação do passado nacional que, mesmo com as mudanças que, ao menos desde 1995 o partido atravessava, ainda permanecia forte, senão hegemônica na instituição. Anos mais tarde, próximo ao fim do segundo mandato presidencial petista, em julho de 2010, Emir Sader, também importante figura do partido⁴⁸⁸, introduz um livro sobre a conjuntura brasileira (GARCIA; SADER, 2010) com um sintomático texto, no qual se estabelece uma clara continuidade entre Getúlio Vargas e Lula. As mudanças não decorrem apenas das sucessivas vitórias eleitorais, anteriores e provavelmente responsáveis por esses triunfos, mesmo que recebam inequívoco impulso desses eventos. Os tempos, de todo modo, eram outros e o partido que surgiu da proposta de um novo sindicalismo e marcado pela teoria do populismo, do seu então secretário-geral Weffort, agora reclamava integrar a linhagem do outrora repelido Vargas⁴⁸⁹:

Como resultante, o governo Lula representa uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio e de Jango, seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas, que assumem projetos de unidade e desenvolvimento nacional, com forte peso das políticas sociais. Da mesma forma que os governos anteriores, cruzado por uma série de contradições, agora produto mais direto da era da globalização neoliberal. O povo brasileiro mudou, o campo popular também, o próprio Brasil é outro. Mas há uma linha de continuidade que permite dizer que a luta de hoje é, no essencial, a mesma de há oito décadas, quando o Brasil contemporâneo começou a ser construído. (GARCIA; SADER, 2010, p. 28))

As permanências, entretanto, não se limitariam ao “campo popular”, onde Lula representaria uma “nova expressão” da perspectiva que teve por antecedentes Getúlio e Jango,

⁴⁸⁷ “Porque temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político.” (CHAUI, 2000, p. 55.)

⁴⁸⁸ O interesse aqui não é discutir o grau de sofisticação ou acerto das análises de Chauí e Emir Sader. Ambos são tomados como importantes, mesmo que, é claro, nem de longe exclusivos, formuladores da perspectiva do partido sobre o país, a qual seria relevante, por sua vez, para compreender seus rumos na política nacional

⁴⁸⁹ Uma dos autores pioneiros em analisar esse movimento, sob forte tom crítico, é Luiz Werneck Vianna. Para tanto, o autor recorre à ideia de um “Estado Novo do PT”, que busca retratar um processo que encapsularia os movimentos de contestação social e os intelectuais no seio do Estado, limitando a Lula o exercício da política (VIANNA. 2011, p. 25-41). A referência a “Estados Novos” é clássica na política brasileira. Logo após 1964, Tancredo Neves declarava que era chegada a hora do “Estado Novo da UDN”. Anos mais tarde, quando da redemocratização, Raymundo Faoro declarava em entrevista que não se surpreenderia com a construção de um “Estado Novo do PMDB” (“Eu não me admiro que, nesse processo, mais longo, esteja em gestação o Estado Novo do PMDB. Pelo menos esse PMDB, uma vez que se pode definir o Sarney como peemedebista. Ele está inscrito no partido.” - FAORO, 2008, p. 44)

mas se estenderiam também ao lado oposto. Haveria, nesse sentido, uma continuidade entre os responsáveis pelo golpe e os arautos do neoliberalismo, muitos deles outrora famosas pela resistência à ditadura, unidos pelos interesses que os apoiam, como o “capital financeiro” e a “mídia oligárquica”.

Pode-se dizer que as forças que levaram Getúlio ao suicídio, que deram o golpe contra Jango e que se opõem ao governo Lula são as mesmas forças de direita que foram hegemônicas durante a ditadura militar e que instauraram e promoveram o neoliberalismo no Brasil. E que sobrevivem no tempo, porque são os mesmos que ganham com a hegemonia do capital financeiro, com o agronegócio, com a mídia oligárquica. (GARCIA; SADER, 2010, p. 28).

O liberalismo uniria em um mesmo lugar a oposição ao projeto getulista e a vaga neoliberal, fenômenos separados por algumas décadas. O ideário não teria em terras latino-americanas o mesmo significado que teve em plagas europeias⁴⁹⁰, aqui expressão de uma elite econômica dissociada da sociedade e representante de interesses econômicos do grande capitalismo internacional. O liberalismo político, com seu papel de emancipação das forças sociais, mesmo que apenas em um primeiro momento, não se vinculava ao seu homônimo econômico na periferia, despida a ideologia das bases sociais que a mobilizaram no contexto norte-atlântico.

A oposição entre liberais e campo popular, ou, melhor dito, campo nacional-popular, não estaria relegada ao último interregno democrático brasileiro, mas permaneceria central, segundo Sader, para compreender a sociedade brasileira contemporânea. As mudanças no PT levam líderes e militantes do partido a adotarem como arma política para designar seus adversários o conceito do qual ele foi alvo nos idos de 1980: o udenismo⁴⁹¹. O campo semântico no qual se insere o termo se enquadra perfeitamente nos atuais desafios políticos do partido. Ele não apenas expõe, como já dito antes, alguns dos principais problemas da tradição liberal brasileira, à qual se vincula expressamente seu principal adversário, o PSDB, mas explicita os vínculos entre tal postura e os insucessos da última experiência democrática brasileira. Algumas semelhanças entre a ação da atual e da antiga oposição, como o discurso moral e o tom duro da grande imprensa, ajudam a dar maior força a expressão, que se faz presente nos discurso de figuras influentes do partido, como José Dirceu, de diversos

⁴⁹⁰ “Na Europa, o liberalismo foi a ideologia da burguesia ascendente, que lutava pela livre circulação de mercadorias, contra as travas feudais, sobretudo em relação à compra e venda livres da terra e da força de trabalho. (...) Já na periferia do sistema – e, em particular, na América Latina e no Brasil – o liberalismo foi a ideologia do bloco primário-exportador, cujos interesses se fundamentavam no livre comércio da exportação e da importação. Centrava-se no liberalismo econômico, que não necessariamente se casava com o liberalismo político.” (GARCIA; SADER, 2010, pág. 29) Deve-se destacar que o argumento de Sader retoma de forma superficial a questão de uma tradição liberal brasileira, amplamente tratada em nossa melhor ensaística.

⁴⁹¹ A análise clássica sobre o conceito de udenismo está sobretudo no último capítulo de BENEVIDES, 1981.

intelectuais, como o já mencionado Sader, e da ampla rede de blogs que apoiam o governo e possui significativa audiência na internet. O recurso ao termo vem quase sempre acompanhado de prefixos como “neo” ou “sub”, que pretendem expor o caráter farsesco dessa nova manifestação de um antigo fenômeno.

André Singer destaca como para o PT pós-2002, marcado pelo “lulismo” é extremamente funcional retomar os símbolos e a gramática política dos anos 1950 e 1960, perfeitas para um momento no qual o que ele chama de “Espírito de Sion”, aquele que presidiu a fundação do partido, dá lugar no imaginário partidário ao “Espírito de Anhembi”, marca da guinada do partido rumo ao centro político, ou em outros termos do autor, quando o “reformismo forte” é substituído por um “reformismo fraco”⁴⁹². Nas palavras do cientista político:

(o lulismo)... achou em símbolos dos anos 1950 a gramática necessária para a sua construção ideológica. A velha noção de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepõe a todos os demais cai como uma luva para um período em que a polaridade esquerda/direita foi empurrada para o fundo do palco. Enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos. Não espanta que o debate sobre populismo tenha ressurgido das camadas pré-sal anteriores a 1964, onde parecia destinado a dormir pra sempre. (SINGER, 2012)

O léxico político do partido que decretara em outros tempos o fim dos velhos vícios da política brasileira se aproximava da tradição outrora criticada. Recobrava-se não apenas a representação do campo político a partir das inspirações do período - e não do Estado Novo, diga-se de passagem – como fazia-se uso de parte, mesmo com amplas distinções, da gramática econômica de então⁴⁹³, como os fortes incentivos ao setor agrário, sobretudo a partir da ideia do Estado como indutor privilegiado do desenvolvimento. A guinada do campo petista pode ser vista como sintoma do vigor desse imaginário, que ainda perdura em um país tão distinto, mas também revela as limitações do partido em propor não apenas novos repertórios, que contemplem não apenas as mudanças que ocorreram e ocorrem, como se mostrem capazes de interpelar de modo mais criativo essa tradição.

⁴⁹² O autor vai além e advoga uma proximidade entre a atual dinâmica política brasileira e a dos anos 1950 e 1960, tema que será melhor tratado nas próximas páginas.

⁴⁹³ Se for o caso de se falar em novo desenvolvimentismo, como sugere Bielschowsky, (BIELSCHOWSKY, 2012) há que se ressaltar não apenas as claras diferenças de modelo, como uma maior ênfase na sociedade civil, como distinguir, como o autor faz em outra obra (Idem, Pensamento Econômico Brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo) o desenvolvimentismo da República de 1946, que vinculava o protagonismo do Estado a uma quase imediata redistribuição de renda, do da ditadura militar, que remetia essa redistribuição a uma tempo futuro, após a concretização do crescimento.

3. Liberalismo e populismo no Brasil contemporâneo

Já nos primeiros momentos após a eleição que o levou à presidência, em seu discurso de despedida do Senado Federal, Fernando Henrique Cardoso expõe como objetivo maior do seu mandato acabar com o “legado da Era Vargas”. A expressão, de enorme impacto no imaginário nacional, revela uma interpretação do país que vê inegável permanência ao longo das últimas décadas da história nacional. Para além das inúmeras mudanças institucionais ao longo dos 64 anos que o afastam da chegada de Vargas ao poder, perduraria certo modelo de Estado construído pelo político gaúcho, responsável pela longevidade de muitos problemas pátrios. O fim enunciado poderia ser a remoção do entulho autoritário deixado pelos militares, mas enquanto o autoritarismo era tomado como “página virada”, que não mais polarizaria “as forças políticas ou o eleitorado”, as marcas dessa persistente herança varguista subsistiam de forma determinante para o porvir nacional:

A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de 64, que de algum modo sobreviveu ao pacto da Aliança Democrática, também não vigora mais. Não polariza as forças políticas nem o eleitorado. As tentativas de restabelecer esse divisor de águas no processo eleitoral frustraram-se. (...) Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado Intervencionista. (CARDOSO, 1994)

A declaração de Fernando Henrique ecoa as formulações de Faoro, ao identificar na atuação do Estado os males que assolam a trajetória nacional. Parte significativa desse sucesso residiria na habilidade dos homens de Estado em evitar as rupturas mais profundas, que poderiam levar a sociedade civil, sufocada pela malha das instituições, ao protagonismo⁴⁹⁴. Deve-se ressaltar, por outro lado, que as declarações de princípio do presidente, mesmo próximas no diagnóstico, apontam para soluções em muito diversas do jurista gaúcho, este sempre atento a uma difícil distinção entre liberalismo político e liberalismo econômico (FAORO, 2003).

Mais próxima de certa tradição liberal brasileira, a argumentação se encontra, por outro lado, com algumas formulações uspianas, que tiveram no presidente eleito um dos seus principais expoentes em outros tempos. A ausência, de enorme relevância, fica por conta do marxismo, que com seu método dialético desempenhava papel central nas construções

⁴⁹⁴ Uma interessante interpretação da obra de Faoro sob essa perspectiva se encontra em VIANNA, 2009.

teóricas dos jovens professores e pesquisadores da USP de então⁴⁹⁵. As reflexões de intelectuais como Fernando Henrique e Maria Sylvia de Carvalho Franco, dentre outros, defendiam que os motivos de 1964, e do fracasso da última experiência democrática brasileira que o antecedeu, encontram-se não apenas em 1930, mas também na sociedade sobre qual se erigiram os regimes políticos e nos seus modos de interação com o Estado. As raízes do autoritarismo brasileiro, tema clássico da reflexão sobre o país ao longo dos anos 1970 (VIANNA, 2011, p. 15-16), estariam no tipo de relação entre Estado e sociedade que se estabeleceu nessas plagas, com a ausência de uma dinâmica social organizada a partir do interesse e a fraqueza da burguesia nacional, assim como a precariedade da organização do proletariado, a permitirem a construção de um Estado hipostasiado, hábil na arte do dirigir e limitar os impulsos que emergem da sociedade civil⁴⁹⁶⁴⁹⁷.

Com a eleição de 1994, chegava ao poder um dos protagonistas de certa interpretação de enorme sorte entre os anos 1950 e 1980, caracterizada por forte crítica a República de 1946 e responsável pela divulgação de conceitos de enorme influência no debate público brasileiro, como o de populismo⁴⁹⁸⁴⁹⁹, mas sua vitória eleitoral não caminhava em plena consonância, como, aliás, era de se esperar, com obra teórica que o celebrizou. As razões passam, em parte, pela natureza e momento do discurso, em nada semelhantes com a produção de textos acadêmicos por um professor universitário, incomparáveis as conjunturas e formas de expressão. O diagnóstico surgia então mais simplista e, por consequência, mais facilmente vinculado a uma ação política concreta. Aproximava-os, todavia, a crítica ao getulismo, muitas vezes tratado sob o mesmo epíteto, mas de forma menos refletida que outrora, como populismo. Getúlio e o seu legado eram o símbolo maior de certa tradição brasileira que precisava ser destruída.

⁴⁹⁵ Sobre o marxismo uspiano ver SCHWARZ, 1999.

⁴⁹⁶ Bons exemplos desta reflexão estão em CARDOSO, 1964 e FRANCO, 1997.

⁴⁹⁷ Para uma ótima análise da crítica do marxismo uspiano ao nacional desenvolvimentismo ver LAHUERTA, 2008.

⁴⁹⁸ A bibliografia apologética ou crítica ao conceito de populismo preenche, sem grande esforço, algumas estantes. Termo já presente na história do pensamento político, como bem demonstra o debate russo, o conceito ganha destaque em terras latino-americanas através do sociólogo argentino Gino Germani. O vocábulo desempenha, segundo Angela de Castro Gomes (2001), papel relevante na produção do ISEB, com especial destaque para o texto “O que é o ademarismo”, de Hélio Jaguaribe. Sua sorte e celebridade ganhará forte inflexão com seu desenvolvimento, sob viés marxista, na USP, com especial destaque para o nome de Francisco Weffort e a contribuição de figuras como Octávio Ianni. As décadas de 1980, 1990 e 2000 serão marcadas, por sua vez, por fortes críticas ao conceito, com especial destaque para o papel do Departamento de História da UFF, capitaneado por Angela de Castro Gomes, Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira. Nesse sentido, pioneira é a tese da mesma Angela de Castro Gomes (GOMES, 1997 e exemplar a coletânea FERREIRA, 2001).

⁴⁹⁹ Sobre a contribuição de Fernando Henrique para a construção da teoria do populismo e as difíceis fronteiras entre marxismo e liberalismo em sua obra ver: LIMA, 2015.

Distante do poder após 2002, Fernando Henrique Cardoso se afasta do exercício direto de cargos políticos e assume o papel de porta-voz, provavelmente o mais eloquente, da oposição. O contexto é marcado pela crescente polarização entre PT e PSDB, e a representação crítica do adversário recorre, quase sempre, a velha ideia de populismo, mesmo que outra vez despido de maior elaboração conceitual. O termo mantém alguns elementos do seu campo semântico, como o papel passivo das massas e a centralidade do líder carismático, mas deixa de lado a reflexão a partir da categoria de classe, que marcava, por exemplo, a análise de Weffort. O termo assume cada vez mais o caráter de *contraconceito*⁵⁰⁰ do institucionalismo, como o retrata Laclau (2013), o que, em um cenário que vê as definições liberais da democracia cada vez mais hegemônicas, acaba por retratá-lo como o oposto, ou patologia, do regime democrático.

Um bom exemplo é seu artigo “Esquerda e Populismo na América Latina”, publicado no Estado de São Paulo em 2006, onde o sociólogo aponta o populismo como “uma forma insidiosa de exercício de poder que se define essencialmente por prescindir da mediação das instituições, do Congresso, dos Partidos e por basear-se na ligação direta do Governante com as massas, cimentada na troca de benesses.” (CARDOSO, 2006). Para FHC, essa “forma insidiosa” ameaçava recuperar sua predominância em terras latino-americanas, onde mais do qualquer emergência da esquerda se fortalece um “antiamericanismo com um retorno gradual ao populismo” (CARDOSO, 2006).

Três anos mais tarde, em texto dessa vez publicado no Globo, as ideias permanecem, mesmo que o termo “populismo” esteja ausente. Uma série de pequenos episódios como a ação governamental na Vale do Rio Doce, a nova legislação do petróleo, os contatos diplomáticos com Ahmadinejad e supostas viagens políticas financiadas com dinheiro público são relacionados como indícios de um processo no qual o “DNA do ‘autoritarismo popular’ vai minando o espírito da democracia constitucional” (CARDOSO, 2009), que “supõe regras, informação, participação, representação e deliberação consciente.” (CARDOSO, 2009). Retornam “formas políticas do tempo do autoritarismo militar” (CARDOSO, 2009), mas sua versão popular “não põe ninguém na cadeia”. Seus recursos perniciosos, não de pequena monta, incluem “impropérios para matar moralmente empresários, políticos, jornalistas ou quem quer que seja que ouse discordar do estilo ‘Brasil-potência’”, saídos da “própria boca presidencial” (CARDOSO, 2009). O “autoritarismo popular” ganha, então, um sinônimo importante no artigo, de modo a não deixar dúvidas sobre seus vínculos com o populismo:

⁵⁰⁰ Sobre a ideia de *contraconceito* ver KOSELLECK, 2006, p. 191-232.

“subperonismo lulista”. Anos depois, o fantasma do peronismo ainda não fora exorcizado do cenário político brasileiro. Fernando Henrique retomava, em contexto bem diverso, um termo frequentemente utilizado por Lacerda para atacar Jango. A conjuntura, segundo o ex-presidente, seria desoladora:

Se há lógica nos despautérios, ela é uma só: a do poder sem limites. Poder presidencial com aplausos do povo, como em toda boa situação autoritária, e poder burocrático-corporativo, sem graça alguma para o povo. Este último tem método. Estado e sindicatos, estado e movimentos sociais estão cada vez mais fundidos nos alto-fornos do Tesouro. (...)Partidos fracos, sindicatos fortes, fundos de pensão convergindo com os interesses de um partido no governo e para eles atraindo sócios privados privilegiados, eis o bloco sobre o qual o subperonismo lulista se sustentará no futuro, se ganhar as eleições. (CARDOSO, 2009)

Os governos petistas representam, nesse argumento, a permanência do pior passado brasileiro, completamente distante dos preceitos efetivamente ocidentais, que constituem a única via eficaz para a construção do moderno. Contra o governo limitado, marca do Estado de Direito, emergia um “poder sem limites”, no lugar da prevalência dos partidos, destacavam-se os sindicatos. O cenário não apenas repetia o terrível passado continental, mas o fazia de forma farsesca e anacrônica, por isso o prefixo “sub”, a condicionar a emergência desse novo peronismo. Democracia liberal ou autoritarismo, institucionalismo ou populismo, essas as duas opções do presente e do futuro latino-americano. Os ares do pós-1989⁵⁰¹, presentes na fala do ex-presidente, conferem nova cor às construções liberais do pós-guerra, dessa vez, todavia, sem um outro lado do muro que desse concretude a essa ideia de um outro da democracia liberal.

O sentido atual do populismo guarda, entretanto, relação ambígua com o conceito tal como construído por Weffort. Se o olhar do cientista social paulista, mais preocupado com as estruturas e classes, em muito difere dos usos contemporâneos mais comuns do termo, é inegável, por outro lado, que relevantes pressupostos e consequências da sua análise permanecem. A crítica da tradição nacional, uma dessas semelhanças, já tratada no início dessa conclusão, resvala, mesmo que de forma distinta entre os dois casos, para um descrédito da própria atividade política. O elogio da “física dos interesses”, com o predomínio da sociedade civil, em contraponto a “metafísica brasileira”⁵⁰² e ao seu elogio da política permanece, agora com outra roupagem. Os que criticavam o Estado que sob a lógica da técnica e da administração se punha no lugar dos cidadãos e retirava qualquer protagonismo a

⁵⁰¹ Um bom exemplo do clima intelectual liberal após a queda do muro pode ser visto nos artigos de jornal de Roberto Campos, reunidos em CAMPOS, 1990. As memórias do autor também fornecem, sobretudo no tom adotado, uma amostra do tom triunfantes dos liberais: CAMPOS, 1994.

⁵⁰² Os conceitos são de Werneck Vianna e estão, dentre outros textos, em VIANNA, 2000.

sociedade civil agora fazem o elogio da administração, só que compreendida em um perspectiva distinta. Antes vista como forma e técnica de governo, ela passa a ser definida pela ótica da iniciativa privada, como meio de garantir a maximização de interesses. A política permanece, entretanto, a vilã, que atrapalha o melhor desenvolvimento da sociedade e expõe os piores vícios nacionais.

Apesar das suas iniciais aspirações de construir uma socialdemocracia em terras brasileiras, é inegável que, ao menos após a vaga neoliberal que alcança a América Latina na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, o PSDB surge como grande representante do ideário liberal no Brasil contemporâneo. As decisões e o discurso do partido expõe, sob esse aspecto, as mudanças que o liberalismo brasileiro e o próprio país sofreram ao longo das últimas décadas. Muitas vezes retratado como uma ideologia de Estado⁵⁰³, que submetia a dinâmica do mercado ao direito e à política, o liberalismo brasileiro assume novas vestimentas após a queda da República de 1946. As profundas transformações que o processo de modernização autoritária promove em terras brasileiras⁵⁰⁴ dão ao economistas um papel de destaque até então desconhecido, esquecido o antigo protagonismo dos juristas e bacharéis, e mudam o epicentro das querelas públicas, com a política cada vez mais coadjuvada pela lógica da eficiência inerente ao terreno econômico.

O liberalismo brasileiro assume feição modernizante e renega as feições humanistas que em outros tempos o distinguiam. A ditadura militar vê surgirem como homens fortes do mundo civil economistas liberais como Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen, que reivindicam, no caso Campos (1994), uma tradição liberal que tem como patrono Eugênio Gudin. Mesmo muitas vezes eclipsados na disputa pelo modelo do Estado ao longo da ditadura, onde, no mais das vezes, predominou uma visão intervencionista tecnocrática, defendida pelo também economista Delfim Netto, tais personagens constroem um outro tipo de liberalismo, que será em alguns anos hegemônico. O surgimento de toda uma geração de economistas formados em grande universidade norte-americanos é fundamental, por sua vez, para dar novo repertório e legitimação intelectual a esse movimento. Nesse sentido, a própria mudança do PSDB pode ser em parte atribuída ao encontro entre alguns políticos e intelectuais paulistas que fundaram o partido, como Fernando Henrique e Mário Covas, e tais economistas cariocas, concentrados na PUC-RIO, dos quais podemos destacar nomes como Pedro Malan, Pêrsio Arida e André Lara Resende.

⁵⁰³Ver, dentre outros, VIANNA, 1999.

⁵⁰⁴ Sobre o tema FERNANDES, 1975, SANTOS, 1993 e VIANNA, 1986b.

4. Os resquícios de 1946: qual república permanece?

Além de identificar as permanências do imaginário da República de 1946 no debate brasileiro contemporâneo, é importante refletir sobre quais as suas razões e consequências. Uma resposta simplista, que vincula ideias a supostas estruturas que as confeririam sentido, concluiria que a reincidência de termos ocorre porque as coisas ou relações que eles denominam também perdurariam. O raciocínio aponta, muitas vezes, para a constatação de que as mudanças de superfície na sociedade brasileira escondem uma continuidade de fundo, mais relevante para a compreensão dessa sociedade. A força do argumento reside justamente na inegável existência de resquícios do nosso passado, que são, ademais, reforçados por uma tradição de raras rupturas. Os problemas começam a surgir quando a continuidade é tomada por imutabilidade e se oculta que as transformações sociais não dependem apenas das grandes erupções de superfície, mas passam também por andamentos e revoluções mais lentos, moleculares, como no eloquente conceito gramsciano.

As transformações da sociedade brasileira ao longo das últimas décadas são profundas e evidentes, mesmo que tenham prescindido de grandes rupturas ou revoluções. As usuais referências a uma natureza nacional perene antes atrapalham do que auxiliam a compreender o complexo país que hoje se vê. O passado permanece, todavia, como elemento fundamental para compreender esse presente, não porque as relações sociais, instituições ou atores sejam os mesmos, mas sobretudo pela singular continuidade de certos tipos de relações políticas e concepções de mundo, mesmo em meio a um cenário de ampla transformação.

Juarez Guimaraes, em artigo na imprensa (2014), ressalta os efeitos do debate intelectual no bicentenário da Revolução Francesa, com a “hegemonia” da tese revisionista de François Furet, que lê a revolução da partir do terror, para os rumos da política gaulesa contemporânea. As releituras do passado se mostram, nesse sentido, centrais para o desenrolar das disputas contemporâneas. O olhar sobre o caráter inédito e complexo da dinâmica política de 1946, para além da visão de uma época de erros, limitações e inautenticidade, é, nesse sentido, capaz de sugerir caminhos interessantes para o cenário de impressionante escassez de alternativas que se delineia no horizonte.

A questão sobre as permanências do golpe leva necessariamente a uma pergunta sobre a natureza da experiência política que ele encerrou. Em texto publicado na Folha de São

Paulo, Marcelo Ridenti destaca que 1964 foi mais do que uma simples ruptura institucional, das muitas que marcam a história brasileira: “esteve em jogo uma modernização alternativa, cujos contornos estavam apenas esboçados e eram objetos de disputas políticas, mas o sentido geral era o de alargar os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, politizando-os e diminuindo as desigualdades sociais.” (RIDENTI, 2014). Esse campo não era, contudo, unitário ou homogêneo, mas constituído das mais diversas práticas e ideias sobre o país que então se construía. Decorria, aliás, desse aspecto grande parte da sua potência.

O ato político que fechou essa via alternativa propôs, com sucesso ante seus objetivos, um outro projeto de modernização, que tem no mundo da economia um claro epicentro. O golpe retira qualquer protagonismo do povo e o atribui aos especialistas, que divergem sobre os meios a serem utilizados, como Delfim Netto e Roberto Campos ao longo do regime de exceção, mas concordam sobre o lugar do demos nessa nova ordem. Para além das variações do cenário político se destaca um discurso que vê na dimensão do interesse a chave para o moderno, tomando por secundárias as demais dimensões da experiência social. Nas precisas palavras de Renato Lessa:

O legado de 1964? (...)talvez o principal legado seja o do predomínio de um economicismo difuso e de uma desvalorização generalizada da política e das instituições. Afinal, passados tantos anos, a linguagem do imperativo da modernização econômica e dos obstáculos políticos e institucionais ao desenvolvimento está viva. Viva e a erodir as expectativas e apostas simples de mulheres e homens igualmente simples desse país. Nesse sentido, o regime de 1964 é um experimento vitorioso e tem suas superstições cuidadosamente mantidas por essa coalizão entre derrotados e vitoriosos de 1964, que tem nos governado. (LESSA, 2006)

Os debates em meio a esse campo econômico são, por certo, cheios de consequências e amplas diferenças, mas comungam de um fundo comum, onde a política, outrora central, ocupa papel secundário e acaba percebida não como instrumento de construção do novo ou resolução das questões prementes da sociedade, mas enquanto dinâmica de administração do mundo. Em termos bem colocados por Rancière (1996), a vida da *polis* se vê antes reduzida à polícia, que administra a rotina das instituições, do que à política, com seu potencial de criação do novo e questionamento de ordenações pré-estabelecidas.

Em que pesem suas diferenças, liberais tucanos e neodesenvolvimentistas petistas compartilham desse consenso anterior, que limita maiores questionamentos ao *status quo* e rebaixam o horizonte de expectativas da política contemporânea. O fenômeno não se restringe, segundo Paulo Arantes (2015), ao cenário político brasileiro, mas exprime “o novo tempo do mundo”, marcado por “expectativas decrescentes” em um cenário onde a

indistinção entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas”⁵⁰⁵ produz a sensação de um futuro cada vez menos diverso do presente. Seguindo a trilha de Arantes - e uma sugestão do autor no debate de lançamento do livro em questão⁵⁰⁶ - Cícero Araújo (ARAÚJO, 2014) vê o Golpe de 1964 mais próximo do contexto político contemporâneo do que quando do processo de redemocratização, tendo em vista que o cenário de grandes esperanças que sucedeu o fim da ditadura deu lugar a certa sensação de ausência de expectativas, o que promove uma mais intensa aproximação entre passado e futuro.

O caminho traçado por Arantes peca por ignorar as conquistas que o processo de lutas em torno da redemocratização promoveu – as quais tem na perspectiva comunitária da Constituição de 1988 um importante marco (CITTADINO, 1999)- assim como torna excessivamente uniforme o cenário político, o que acaba por reduzir as próprias possibilidades da ação, que acabam engolfadas em uma estrutura que não permite vislumbrar saída⁵⁰⁷, talvez marca da forte influência de Agamben⁵⁰⁸ nos trabalhos recentes do autor. A sugestão do autor acerca da feição mais geral do tempo e do rebaixado horizonte de expectativas contemporâneo é, contudo, chave interessante para explicar os meandros da conjuntura brasileira contemporânea e as continuidades da ordem de 1946.

O udenismo sempre esteve presente no imaginário político brasileiro. Não resta dúvida, entretanto, que ele retorna com força ao cenário político contemporâneo, retomado como conceito por uma esquerda que recupera valores da República de 1946 e emulado por um debate político que se vê há muito colonizado pelo tema da moral e atravessado por questões que pareciam relegadas ao passado. As disjuntivas binárias e absolutas da ética da convicção (WEBER, 2000), típicas da moralidade, dão o tom dos embates públicos, cada vez mais marcados por um esforço em organizar as disputas políticas em termos de bom ou mal, que encara com desconfiança as conciliações colocadas pela institucionalidade democrática. Velhos motes da política brasileira, bem encarnados no udenismo, como o anticomunismo, voltam ao cenário após a ausência dos anos 1980 e 1990.

O retorno do udenismo parece, à primeira vista, destoar da ampliação da lógica economicista ante mencionada. Dentre as vertentes liberais presentes no partido, nenhuma delas escolhia o mercado como forma privilegiada de organização da sociedade, mesmo que algumas, como o lacerdismo e os bacharéis modernizantes, tivessem menos questões perante

⁵⁰⁵ Os conceitos de Koselleck (desenvolvidos em KOSELLECK, 2006) são, nesse ponto, livremente interpretados por Arantes.

⁵⁰⁶ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6Hq6VPYQ_-0

⁵⁰⁷ Problema semelhante ao apresentado pela conhecida interpretação de OLIVEIRA, 2003.

⁵⁰⁸ Sobretudo de trabalhos como AGAMBEN, 2002, 2004, 2008.

a ampliação da lógica capitalista que outras, como os bacharéis conservadores. O repertório udenista se mostra, entretanto, suficientemente maleável para compor com essa lógica que não lhe era natural, retornando como arma de luta política que serve, muitas vezes, à implantação de objetivos estranhos ao seu contexto de origem. O imaginário não permanece, como é evidente, indevassado, mas é recepcionado de forma seletiva e interessada pelos novos tempos.

Nesse sentido, o udenismo que perdura no imaginário não é o dos bacharéis, que veem seu protagonismo roubado pelos economistas, mas o de Lacerda. O udenismo se torna lacerdismo. Mesmo relegado ao ocaso após o Golpe que tanto esperou, o político carioca vê sua imagem perdurar no imaginário político nacional por meio de permanências que apontam para as duas facetas do personagem, lembrado como tribuno da oposição e enquanto modelo de administrador⁵⁰⁹.

Quando à frente do Governo da Guanabara, Lacerda busca construir uma imagem de administrador imparcial e eficiente, distante da face mais conhecida do passional e virulento “demolidor de presidentes”. O político antecipa, nesse movimento, o imaginário que atravessaria a ditadura e marca a construção de grande parte das administrações públicas contemporâneas, sendo lembrado muitas vezes por isso⁵¹⁰. O tribuno lacerdista, por sua vez, perdura na dinâmica política brasileira, conformando a face mais conhecida do udenismo. A organização da política a partir da moral, dividindo o cenário político em opções binárias e excludentes, que levam ao constante e agressivo embate público, sem meias medidas, emula ainda hoje a figura do líder udenista.

Dividido entre o economicismo e o lacerdismo, campo liberal concilia novas e velhas linguagens, ambas, todavia, a circundarem os eventos de 1964. Os ecos do passado não apontam, entretanto, para uma criativa reconstrução de tradições, mas denunciam a dificuldade, que não se restringe ao liberalismo, de construir novos repertórios que deem conta de uma realidade em constante transformação.

⁵⁰⁹ As duas facetas de Lacerda são destacadas por MOTTA, 2005.

⁵¹⁰ Marly Motta destaca as menções de Cesar Maia, ironicamente um antigo brizolista, a Lacerda na eleições municipais cariocas de 1992. O futuro prefeito apontava o jornalista como seu modelo para a administra a cidade. (Idem, Saudades da Guanabara: de cidade-capital a estado da Guanabara)

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita**. In: FERREIRA, Jorge (org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- _____. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória – In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. São Paulo: Zahar, 2000.
- ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção: homo sacer, II, I**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002 (Humanitas).
- _____. **O que resta de Auschwitz? o arquivo e a testemunha [Homo Sacer, III]**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGUIAR, Thais Florêncio. A demofobia na democracia moderna. In: **Dados** 54, nº 4, 2011.
- _____. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. 2013. Tese (doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ALENCASTRO, Luís Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Rômulo. **Depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988.
- ALMINO, João. **Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ALONSO, Angela, **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 2002.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. The executive connection: presidentially defined factions and party discipline in Brazil. **Party Politics**, Londres, v. 7, n.2, p. 213-234, dez. 2001.
- ANDERSON, Perry. *O Brasil de Lula*. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 91, p. 23-52, jun. 2011.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Confissões de Minas**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Sentimento de Dialética**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ARAUJO, Cícero. Política, história e a questão da atualidade do golpe de 1964. In: NAPOLITANO, Carlos José, LUVIZOTTO, Caroline Kraus, LOSNAK, Célio José, GOULART, Jefferson Oliveira (orgs.) **O Golpe de 1964 e Ditadura Militar em perspectiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ARAUJO, Ricardo Benzaquen, O Dono da casa: notas sobre a imagem do poder no “mito Vargas”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 13/2, jul. 1986

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. Editora Brasiliense, 1990.

ASSIS, Machado, Sereníssima República (Conferência do Cônego Vargas), In: GLEDSON, John. **Contos**: uma antologia. Companhia das letras, 1998.

AUDAR, Catherine. **Qu'est-ce que le libéralisme**: Étique, politique, société. Paris: Gallimard, 2009.

AULER, Isabel. **As memórias de Carlos Lacerda**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

AURÉLIO, Diogo Pires. Introdução In: SPINOZA, Baruch. **Tratado Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

AZEVEDO AMARAL, Antônio José de. **Brasil e a crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

BALEEIRO, Aliomar. **Alguns Andaimos da Constituição**. Rio de Janeiro: A.M. de Oliveira, 1950.

_____. Diário 11//10/1952. In: **Arquivo Aliomar Baleeiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1952c.

_____. Discurso 18 jun. 1952. In: **Diário da Câmara**. Brasília: Câmara dos Deputados 1952b.

_____. Carta a Eugênio Gudín: 08/05/1951. In: **Arquivo Aliomar Baleeiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1951.

_____. Carta a Eugênio Gudín: 16/01/1961. In: **Arquivo Aliomar Baleeiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1961.

_____. **Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

_____. **Introdução à ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Forense, 1955.

- _____. **Limitações constitucionais ao poder de tributar.** Rio de Janeiro: Forense, 1960.
- _____. **Rui, um estadista no ministério da fazenda.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1952.
- BALIBAR, Etienne. **La Crainte des Masses: Politique et Philosophie avant et après Marx.** Paris: Galilée, c1997. (Collection La Philosophie en effet).
- BANAGGIA, Gabriel. Conversão, com versões: a respeito de modelos de conversão religiosa. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 1, jul. 2009.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brizola e o Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964).** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 7ª edição, 2001.
- _____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História - Rio de Janeiro,** Editora Civilização Brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 1998.
- BARATA RIBEIRO, Bernardo Bianchi. **O fio vermelho da transformação: Marx e Spinoza.** Tese (Doutorado em Ciência Política). 2015. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas, KOURY, Ana Paula, Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação. **Economia e Sociedade**, São Paulo, vol. 21, jul. 2012.
- BARBOSA, Rui. **Obras Seletas.** Casa de Rui Barbosa, 1952.
- BARBOZA FILHO, Rubem. A modernização brasileira e o nosso pensamento político. **Perspectivas**, São Paulo, v. 37, p. 15-64, jan./jun. 2010.
- _____. **Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República.** São Paulo: Jorge Zahar, 2000.
- BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança.** São Paulo: USP, 1996.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **O Governo Jânio Quadros.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.
- _____. **O PTB e o trabalhismo.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

_____. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição e estado de exceção permanente:** atualidade de Weimar. Rio de Janeiro: Azougue, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. **O velho e o novo desenvolvimentismo.** Disponível em <<http://novo.fpabramo.org.br/content/o-velho-e-o-novo-desenvolvimentismo>>. Acesso em 14/07/2015.

BIGNOTTO, Newton. **As aventuras da virtude:** as ideias republicanas na França do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BILAC PINTO, Olavo. O declínio das sociedades de economia mista e o advento das modernas empresas públicas. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 1-15, 1953.

_____. Discurso Congresso Nacional 06 jun. 1952. In: **Diário do Congresso Nacional.** Brasília: Congresso Nacional, 1952.

_____. Discurso de posse na presidência da UDN. In: **Arquivo Carlos Lacerda.** Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

_____. Entrevista. **Tribuna da Imprensa**, p. 5-6, Rio de Janeiro, 16 jan. 1964.

_____. **Estudos de Direito Público.** Rio de Janeiro: Forense, 1953b.

_____. **Guerra Revolucionária.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1964.

BORGES, Jorge Luís. **Obras Completas.** São Paulo: Editora Globo, 1998.

_____. **Outras Inquisições.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **Um enigma chamado Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Sergio Soares (org.). **Na Tribuna da Imprensa:** crônicas sobre a constituinte de 1946. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva:** as duas almas do Partido Comunista - 1920/1964. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAFÉ FILHO, João, **Do Sindicato ao Catete**: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

CALHOUN, Craig. **The Roots of Radicalism: Tradition, the Public Sphere, and Early Nineteenth-Century Social Movements**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: HOLANDA, Sergio Buarque; FAUSTO, Boris. **Historia geral da civilização brasileira**. vol X. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAMPOS, Francisco. **Atualidade de D. Quixote**. Belo Horizonte: Publicações da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais [1948], 1951.

_____. A política em nosso tempo. In: **O Estado Nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.

CAMPOS, Milton. **Compromisso Democrático**. Belo Horizonte: Publicações da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, 1951.

_____. **Testemunhos e Ensinamentos**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1972.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

_____. **O século esquisito**: ensaios. Rio de Janeiro: Topbooks, 1990.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos: 1750-1880. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Adalberto, **A construção da Sociedade do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____. “Tomorrow you will be the government”: workers movement from union to power in Brazil. In: CARR, Teri et al. (eds.), **Working through the past**: Labor and authoritarian legacies in comparative perspective. Cornell: Cornell University Press, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Midlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973

_____. Associated-dependent development: theoretical and practical implications. In: STEPAN, Alfred. **Authoritarian Brazil**: origins, policies, and future. New Haven, CT: Yale University, 1973.

_____. **Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo**. Brasília: Presidência da República, 1995.

_____. Esquerda e Populismo na América Latina. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 7, 06 jun. 2006.

_____. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1964.

_____. **As ideias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes: CEBRAP, 1980.

_____. Para onde vamos? **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 7, 03 nov. 2009.

CARLONI, Karla. **Marechal Lott, a opção das esquerdas**: uma biografia política. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CARVALHO, Aloysio Castello, 'Tribuna da Imprensa', Lacerda e as críticas à Petrobrás, Observatório da Imprensa, edição 761, 27/08/2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed761_tribuna_da_imprensa_lacerda_e_as_criticas_a_petrobras>. Acessado em 11/07/2015.

CARVALHO, Jose Murilo. **A construção da ordem**: A elite política imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

_____. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

_____. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

_____. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. **O Quinto Século**: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Villas Boas **Secularização inacabada**: política e direito em Carl Schmitt. Curitiba: Appris, 2011.

CAVALCANTE, Berenice. Passaporte para o futuro: Afonso Arinos de Melo Franco, um ensaísta da República. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

CHAUI, Marilena. **Mito Fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CEPEDA, Vera. O pensamento político de Celso Furtado. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=31>>. Acessado em 05/07/2015.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva**: elementos da filosofia constitucional contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

CLAUDIN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Global Ed., 1985-1986.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2000.

_____. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COHEN, Warren, **America in the age of soviet power 1945-1991**: The Cambridge History of American Foreign Relations, vol. IV. Cambridge: Cambridge University Press, 1995

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional 06 jun. 1952**. Brasília, 1952.

CONSTANT, Benjamin. **Écrits Politiques**, Paris: Éditions Gallimard, 1997.

_____. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos, In: CONSTANT, Benjamin. **Filosofia Política**. Porto Alegre: LPM Editores, 1985.

CORTES, Norma. **Esperança e Democracia**: as ideias de Álvaro Vieira Pinto. Rio de Janeiro: UFMG, 2003.

CPDOC-FGV. Dossiê Segundo Governo Vargas do CPDOC. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/Suicidio>> Acessado em 01/06/2015.

DAHL, Robert, LINDBLOOM, Charles. **Política, economia e bem-estar social**. São Paulo: Lidaador, 1971.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma**: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Sindicatos, carisma e poder**: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso, SOARES, Gláucio Ary Odilon. **Visões do Golpe**: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ed, 2014.

D'ASSUNÇÃO, Monica de Matos Teixeira. **Carlos Lacerda**: demolidor de presidentes e construtor de um novo estado. 2007. Dissertação de Mestrado (em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. Centro Edelstein, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Espinoza**: Filosofia Prática. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.) **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELGADO, Marcio de Paiva. **O “golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). 2006. Dissertação de Mestrado (em História). Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

DEODATO, Alberto. Discurso de 10 de março de 1953. In: **Diário Parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1953.

DIGUIT, Leon, **Les transformations du droit public**. Paris: Librairie Armand Colin, 1913.

DOMINGUES, José Maurício. **O Brasil entre o presente e o futuro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René Armand. **1964, A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 2006.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986.

DULLES, John WF. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador, 1914-1960. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FAORO, Raymundo. **A democracia traída**: entrevistas. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

_____. **Os Donos do Poder**: a formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

_____. **Existe um pensamento político brasileiro?** In: República Inacabada. São Paulo: Globo, 2003.

FAUSTO, Boris. **Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976.

FERES JUNIOR, João, JASMIN, Marcelo Gantus (org.). **História dos Conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed Puc-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo Livros, 2006.

FERREIRA, Bernardo. **O risco do político**: crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

FERREIRA, Jorge (org.) **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

_____. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

_____. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge, GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos. **O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política**: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FISCHER, Brodwyn, **A Poverty of Rights**: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro. Stanford: Stanford University Press, 2008

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 56-76, jul. 2011.

_____. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 28, p. 19-58, out. 2010.

_____. **Vargas**: o capitalismo em construção: 1906-1954. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A alma do tempo: memórias (formação e mocidade)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

_____. **Alto-mar maralto: memórias vol. 4**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

_____. **Amor a Roma**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

_____. **Conceito de Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1936

_____. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 2005.

_____. **Diário de bolso: seguido de Retrato de noiva**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

_____. Discurso 16 jan. 1953. In: **Diário da Câmara**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1953.

_____. Discurso 09 ago. 1954. In: **Diário da Câmara**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1954.

_____. Discurso 30 ago. 1961. In: **Diário do Congresso Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1961c.

_____. Discurso 02 set. 1961. In: **Diário do Congresso Nacional**. Brasília: Congresso nacional, 1961d.

_____. Discurso 09 abril 1964. In: **Diário do Congresso Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1964;

_____. **A escalada: memórias vol. 2**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

_____. **Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo**. Editora Nova Aguilar: em convenio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1976.

_____. **Estudos e Discursos**. São Paulo: Editora Comercial, 1961b.

_____. **A Evolução da Crise brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

_____. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

_____. **O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

_____. **O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos**. CAMARGO, Aspásia(org.) Senado Federal, 1983.

_____. **Planalto: memórias vol. 3**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

_____. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. **O som de outro sino**: um breviário liberal. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Prefácio, In: TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**: memórias. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo, PILLA, Raul. **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na ordem escravocrata**. São Paulo, UNESP, 1997.

_____. As ideias estão em seu lugar. **Cadernos de debate**, São Paulo, n. 1, 1976.

FRANCO, Virgílio de Mello. **A campanha da UDN**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946.

_____. **Sob o signo da resistência**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1947.

FRIAS FILHO, Otávio. O Tribuna da Imprensa. **Piauí 91**. Rio de Janeiro, abril 2014.

FROTA, Lélia Coelho (org.). **Carlos & Mário**: correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002.

GARCIA, Marco Aurélio e SADER, Emir. **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GASPARI, Élio, **A Ditadura Envergonhada**: Ilusões Armadas vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAUCHET, Marcel. Préface. In: CONSTANT, Benjamin, **Écrits Politiques**. Paris: Gallimard, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____, O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro; DIAS, José Luciano de Matos; MOTTA, Marly Silva da. **Engenheiros e economistas**: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

- GOMES, Eduardo, **Campanha da Libertação (discursos)**. São Paulo: Martins, 1946
- GUDIN, Eugênio. Carta a Aliomar Baleeiro 16/01/1961. In: **Arquivo Aliomar Baleeiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1961.
- GUIMARÃES, Cesar. Vargas e Kubitschek: A Longa Distância entre a Petrobrás e Brasília. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- GUIMARAES, Juarez. A ditadura de 1964 e o impasse da republicanização inacabada do Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, 31 mar. 2014.
- GUIZOT, François, **A História das Origens do Governo Representativo na Europa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Presença na linguagem ou presença contra a linguagem, In: _____. **Graciosidade e estagnação: ensaios escolhidos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012.
- _____. **Production of Presence: what meaning cannot convey**. Stanford University Press, 2004.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- HAURIOU, Maurice, **Aux sources du droit: le pouvoir, l'ordre et la liberté**. Paris: Centre de Philosophie politique et juridique, 1986.
- HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1960.
- _____. **As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HOBBS, Thomas, **Leviatã: ou matéria forma e poder de uma república eclesiástica e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Cristina Buarque, **Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
- _____. **Modos da Representação Política: o experimento da Primeira República Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IFVERSEN, Jan, Quem são os ocidentais? In: FERES JUNIOR, João, JASMIN, Marcelo Gantus (org.). **História dos Conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed Puc-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2007.

IUMATTI, Paulo. **Diários Políticos de Caio Prado Junior 1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

JAGUARIBE, Hélio. A Crise Brasileira, In: SCHWARTZMAN, Simon. **O Pensamento Nacionalista e os cadernos de nosso tempo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. O moralismo e a alienação das classes médias. In: SCHWARTZMANN, Simon. **O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

_____. Tocqueville. In: AVRITZER, Leonardo. BIGNOTTO, Newton, GUIMARAES, Juarez, STARLING, Heloísa. **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.

KELLY, José Eduardo do Prado. Discurso na 3ª Convenção Nacional do Partido. In: **Arquivo UDN**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, 1948.

_____. **Estudos de Ciência Política**. São Paulo: Saraiva, 1966.

_____. **O fascínio da democracia**. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

KERVEGAN, Jean-François. Jean-François, Hayek et le concept d'ordre spontane: Les premisses philosophiques d'une utopie liberale. In: Kervégan et H. Mohnhaupt (dir.), **Wirtschaft und Wirtschaftstheorien in Rechtsgeschichte und Philosophie**. Frankfurt, Klostermann, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

_____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRIEGER, Daniel, **Desde as Missões**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LACERDA, Carlos. Ação, reação: transação nunca. Publicado no Correio da Manhã de 14/03/1946. In: BRAGA, Sergio Soares (org.). **Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000a.

_____. Advertência oportuna. **Tribuna da Imprensa**, p. 4, Rio de Janeiro, 01 jun. 1950.

_____. A América chorará em vão se não se defender do comunismo. **Tribuna da Imprensa**, p. 5. Rio de Janeiro, 04 ago. 1961.

_____. Aproximam-se dias de injustiças, de suspeitas, de injúrias e de calúnias. **Tribuna da Imprensa**, p. 4. Rio de Janeiro, 04 set 1961b.

_____. Bico Doce. Correio da Manhã, 29/03/1946. In: SOARES, Sérgio. **Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000b.

_____. **Brasil entre a verdade e a mentira**. Rio de Janeiro: Bloch editores, 1965.

_____. **O caminho da liberdade**: discurso na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Gráf. Ouvidor, 1957

_____. Caminhos Cruzados. Publicado no Correio da Manhã de 10/03/1946. In: BRAGA, Sergio Soares (org.). **Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000c.

_____. A candidatura Wallace. **Correio da Manhã**, p. 2, Rio de Janeiro, 07 jan. 1948a.

_____. **A casa do meu avó: pensamentos, palavras e obras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. Correm as árvores atrás dos cachorrinhos. Correio da Manhã de 07/02/1946. In: BRAGA, Sergio Soares (org.). **Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000d.

_____. **Crítica e Autocrítica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966.

_____. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

_____. Devagar, escola, **Correio da Manhã**, p. 2. Rio de Janeiro, 09 jan. 1948b.

_____. Discurso de Agradecimento. In: BRAGA, Sergio Soares (org.). **Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000e.

_____. Discurso no V Congresso Continental da Organização Regional dos Trabalhadores. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1961c.

_____. **Discursos parlamentares: seleta**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. Fórmula Vargas: Petróleo para o truste com dinheiro do povo. **Tribuna da Imprensa**, p. 4. Rio de Janeiro, 07 dez. 1951.

_____. Os fósseis do demagodonte. Publicado no Correio da Manhã de 13/03/1946. In: BRAGA, Sergio Soares (org.). **Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000f.

_____. O inquérito e o governo. **Correio da Manhã**, p. 2, Rio de Janeiro, 20 abr. 1948c.

_____. Jango assalta o poder e faz cerco ao Rio. **Tribuna da Imprensa**, p. 8. Rio de Janeiro, 18-19 jan. 1964b.

_____. Do Irã ao Derby Club. **Correio da Manhã**, p. 2. Rio de Janeiro, 23 set. 1947.

_____. Jango assalta o poder e faz cerco ao Rio. **Tribuna da Imprensa**, p. 8. Rio de Janeiro, 18-19 jan. 1964b.

_____. **A Missão da Imprensa**. São Paulo: EDUSP: Com-Arte, 1990.

_____. A mosca no chope. Correio da Manhã de 06/02/1946. In: BRAGA, Sergio Soares (org.). **Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000g.

_____. Nós, os ademares. **Correio da Manhã**, p. 2. Rio de Janeiro, 15 jan. 1948c.

_____. Notas sobre as diretrizes do plano de governo. In: **Arquivo Carlos Lacerda**, Brasília: Universidade de Brasília, [196-].

_____. O pão de cada dia. Publicado no Correio da Manhã de 31/03/1946. In: BRAGA, Sergio Soares (org.). **Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000h.

_____. Petróleo de ninguém. **Tribuna da Imprensa**, p. 04. Rio de Janeiro, 25 jun. 1952.

_____. **O Poder das Ideias**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

_____. Prestes exhibe o Rato Fiúza. **Diário Carioca**, p. 1, Rio de Janeiro, 23 nov. 1945.

_____. O projeto híbrido do petróleo. **Tribuna da Imprensa**, p. 4. Rio de Janeiro, 12 dez. 1951b.

_____. **O rato Fiúza**: um documentário. Rio de Janeiro: Moderna, 1946.

_____. **Rosas e Pedras do meu caminho**. Brasília: Ed. UNB, 2001a.

_____. **Três peças inéditas de Carlos Lacerda**. Brasília: Ed. UNB, 2001b.

_____. **Vinte e um contos inéditos**. Brasília: Ed. UNB, 2001c.

_____. A Vocação Liberal. **Correio da Manhã**, p. 2. Rio de Janeiro 06 jan. 1948d.

LACERDA, Rodrigo. **Carlos Lacerda: a República das abelhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

LAFER, Celso. **JK e o Programa de Metas: processo de planejamento e sistema político no Brasil (1956-1961)**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LAHUERTA, Milton. **Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940**. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultura, 2014.

_____. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In: BOTELHO, André, VILLAS BOAS, Gláucia, BASTOS, Élide Rugai. **O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

LANDERS, Clifford E. **The União Democrática Nacional in the state of Guanabara: an attitudinal study of party membership**. 1971. Tese (doutorado em Ciência Política) University of Florida, Miami.

LASLETT, Peter. Introdução, In: LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A Política Domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. Duas ou Três Coisas que Eu Sei Sobre Ela: notas sobre um republicidismo, In: LESSA, Renato. **Presidencialismo de animação e outros ensaios sobre a política brasileira (1993-2006)**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

_____. Democracia, Representação e Desenvolvimento. In: SÁ E SILVA, Fábio, LOPEZ, Felix Garcia, PIRES, Roberto Rocha C, **Estado, Instituições e Democracia: livro 9 vol. 2**. Brasília: Ipea, 2010.

_____. Quando o liberalismo encontra a democracia, In: HOLANDA, Cristina Buarque(org.), **Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

LIMA, Aruã Silva. **Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927 – 1946)**. 2009. Dissertação (mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal de Feira de Santana, Feira de Santana.

LIMA, Hermes. **Travessia: memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

LIMA, Marcos Costa, **Os boêmios cívicos: a Assessoria Econômica de Vargas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

LIMA, Pedro Luiz, **As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)**. 2015. Tese (doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOCKE, John. **Cartas sobre a tolerância**. São Paulo: Abril Editorial, 1974.

_____. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LYNCH, Christian Cyril. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. **Revista Sociologia Política**, vol.16, Curitiba, aug. 2008.

_____. **Da Monarquia à Oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2014.

MAIA, Felipe, **Questão agrária e modernização no Brasil** 2014. Tese (doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MAFRA, Clara, Relatos compartilhados: experiências de conversão ao pentecostalismo entre brasileiros e portugueses. **Mana**, vol. 6, nº 1, Rio de Janeiro, abr. 2000.

MAGALHÃES, Juracy et al. **Minhas memórias provisórias**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

MAGALHÃES, Juracy, J.A. Gueiros. **O último tenente**. São Paulo: Record, 1996.

MAGALHÃES, Mauro. **Carlos Lacerda: o sonhador pragmático**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1990.

MANENT, Pierre, **Histoire intellectuelle du libéralisme**. Paris: Pluriel, 2012.

MANGABEIRA, Octávio. Depoimento sobre o quadro brasileiro. In: **Diário do Congresso Nacional 25/03/1955**. Brasília: Congresso Nacional, 1955.

_____. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

_____. Entrevista coletiva sobre a Lei Malaia. In: FRANCO, Virgílio de Melo. **A campanha da UDN**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946.

_____. **A Situação nacional: 3 discursos do Sr. Otavio Mangabeira**. Rio de Janeiro: Simões, 1956.

MANIN, Bernard. **Principes du gouvernement représentatif**. Paris : Calmann-Lévy, 2012.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia: introdução à sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Globo, 1956.

_____. *Conservative Thought*. In: **Essays on Sociology and Social Psychology**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1959.

_____. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MARKUN, Paulo, HAMILTON, Dida. **1961: que as armas não falem**. São Paulo: SENAC, 2001.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Luciano. **Pouvoir et développement économique**. Paris: Anthropos, 1976.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 245-263, ago. 2008.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Os Cruzados da Ordem Jurídica: A atuação da ordem dos advogados do Brasil (OAB) 1945-1964**. São Paulo: Alameda, 2013.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

MEDEIROS, Josué. **A esquerda brasileira e a identidade nacional-popular**. Observador on-line, v. 7, p. 1-29, set. 2012.

MELO, Demian Bezerra de. **Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)**. 2013. Tese (doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

MENDONÇA, Marina Gusmão. **O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda, 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo: antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

MERTON, Robert. A profecia que se cumpre por si mesma. In: MERTON, Robert. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MESQUITA FILHO, Júlio, **Política e Cultura**. São Paulo: Martins, 1969.

MICELI, Sergio, Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: HOLANDA, Sergio Buarque de; FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. vol X. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

MIRANDA, Mario Ângelo Brandão de Oliveira Miranda. **A questão da legalidade no contexto das crises políticas de 1955 a 1964 no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2009 (dissertação de mestrado-mimeo).

MONTENEGRO, Darlan. **O Averso do Príncipe: Programa e organização na origem do Partido dos Trabalhadores**. 2009. Tese (doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

MOORE, Barrington. **As Origens Sociais Da Ditadura E Da Democracia: Senhores E Camponeses Na Construção Do Mundo Moderno**. Lisboa: Edições 70, 2010.

MORSE, Richard M. **O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTTA, Marly da Silva. **Saudades Da Guanabara: O Campo Político Da Cidade Do Rio De Janeiro (1960-75)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. O Rio de Janeiro continua sendo...: de cidade-capital a estado da Guanabara. 1997. Tese (doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. **Nossa História**. Rio de Janeiro, nº19, p.72-25, mai. ,2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. Corrupção no Brasil Republicano 1954-1964. In: AVRITZER, Leonardo. BIGNOTTO, Newton, GUIMARAES, Juarez, STARLING, Heloísa. **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 13ªed.

_____. **Balmaceda**. Rio Janeiro: Cosac Naify, 2008.

_____. **Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAVA, Pedro. **Baú de Ossos: memórias**. Rio de Janeiro: Sábina, 1972.

NEGRI, Antônio. **O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

NETO, Lira, **Getúlio (1882-1930): Dos Anos de Formação à Conquista do Poder**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

_____. **Getúlio (1930-1945):** Do Governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.

_____. **Getúlio (1945-1954):** Da volta pela consagração popular ao suicídio. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento:** da abertura democrática ao Governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Armando Salles, **Escritos Políticos.** São Paulo: Arx, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica da Razão dualista; O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A navegação venturosa:** ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.

PAIVA, Adriana Gomes. **A Queda de Ícaro:** Ascensão e Declínio na trajetória política de Carlos Lacerda. 2010. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

PAIVA, Claudio Lacerda. **Carlos Lacerda e os anos sessenta:** oposição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964), In: ROUQUIÉ, Alain (org.) **Os Partidos Militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

PEREIRA, Jesus Soares. **Petróleo, energia elétrica, siderurgia:** a luta pela emancipação: um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

PEREZ, Maurício Domingues. **Lacerda na Guanabara:** a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.

PERLATTO, Fernando, **Interpretações sobre o Brasil contemporâneo.** Disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1562>. Acessado em 12/07/2015.

PICALUGA, Isabel. **Partidos Políticos e Classes Sociais:** a UDN na Guanabara. Petrópolis: Vozes, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classe Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: HOLANDA, Sergio Buarque; FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira:** vol. IX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

POCOCK, J. G. A, **Linguagens do Ideário Político.** São Paulo: Unesp, 2003.

POLAYNI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POPPER, Karl. **A Sociedade Aberta E Seus Inimigos: Tomo 2.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

_____. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO, Eduardo. **A Ilusão Americana.** Brasília: Senado, 2003.

PRESTES, Anita Leocádia. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

RANCIERE, Jacques. **O Desentendimento.** São Paulo: Editora 34, 1996.

RANULF, Svend. **Moral Indignation and Middle Class Psychology.** New York: Schocken books, 1964.

REBELO, Marques. **A Guerra está em nós.** São Paulo: Martins Fontes, 1968.

REIS, Elisa. **The Agrarian Roots of Conservative Modernization in Brazil: 1880-1930.** MIT, 1980. (tese de doutorado – mimeo).

REZNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estudos Avançados**, vol. 19, nº 53, São Paulo, jan./abril 2005.

_____. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Unesp, 1993.

_____. **O golpe de 1964, aqui e agora.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1429526-marcelo-ridenti-o-golpe-de-1964-aqui-e-agora.shtml>> Acessado em 01/06/2015.

ROCHA, Eusébio. Parecer projeto 1.595 – 1952. In: **Diário do Congresso Nacional 06 jun. 1952.** Brasília: Congresso Nacional, 1952.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil, vol. 2, tomo 1: A Historiografia Conservadora.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

_____. Introdução. LACERDA, Carlos. **Discursos parlamentares.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ROSANVALLON, Pierre. **O liberalismo econômico**: história da ideia de mercado. Bauru/SP: Edusc, 2002.

_____. **Le Moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985.

SAID, Saulo. **Impasse e paralisia**: as origens da radicalização partidária no Brasil (1955-64). Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2013. (dissertação de mestrado – mimeo).

SALLUM JUNIOR, Brasília. **Labirintos**: Dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, Fabiano Guilherme, Microfundamentos do Clientelismo Político No Brasil: 1959-1963. **Dados**, v. n. 3, P. 459-496, 1995.

_____. **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SANTOS, Rogério Dutra. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. **Dados**, v. 50, n. 2, p. 281-323, 2007.

_____. **O Constitucionalismo Antiliberal no Brasil**: Cesarismo, Positivismo e Corporativismo no Estado Novo. 2006. Tese (doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. Quem Dará O Golpe No Brasil. In: CARVALHO, Nancy Valadares (org.) **Trilogia do Terror**: 1964 – a implantação. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

_____. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. **Paradoxos do liberalismo**: teoria e história. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

_____. **O Cálculo Do Conflito**: Estabilidade E Crise Na Política Brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. **O paradoxo de Rousseau**: uma interpretação democrática da vontade geral. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

_____. O sistema oligárquico representativo da Primeira República, **Dados** vol. 53, nº1, p. 9-37, jan./mar. 2013.

_____. Poliarquia em 3D. **Dados**, v. 41, n. 2, p. 207-281, 1998.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político. Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2009.

_____. **Teologia política**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2006.

SCHWARTZMANN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: Difel, 1975.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SCHWARZ, Roberto. Cultura Política (1964-1969) In: SCHWARZ, Roberto. **O Pai de Família e Outros Estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. As ideias fora do lugar In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2000.

_____. Um seminário de Marx. In: **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Barcelona: Orbis, 1983.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê, 2011.

SENTO SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SIEDENTOP, Larry. Two liberal traditions. In: RYAN, Alan. **The Idea of Freedom – Essays in honour of Isaiah Berlin**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1979.

SILVA, Hélio. **1945: Por que depuseram Vargas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **1954: um tiro no coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **1964: golpe ou contragolpe?** São Paulo: LPM, 2014.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen, Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SKINNER, Quentin. **Visions of politics**: vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SLOTERDIJK, Peter. **O Desprezo das massas**: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. As Bases Ideológicas do Lacerdismo, Rio de Janeiro: **Revista Civilização Brasileira** n. 1, v. 4, p. 9-29, 1965.

_____. **Sociedade e política no Brasil**: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda Republica. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

_____. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

_____. O Golpe de 1964 In: SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAUJO, Maria Celina (orgs). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994.

SOLA, Lourdes. **Ideias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, Cláudio Mello e; COELHO, Eduardo (orgs). **Carlos Lacerda/cartas 1933-1976**. Família, amigos, autores e livros, política. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2014.

SOUZA, Jesse. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília DF: Ed. Unb, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SPINOZA, Baruch. **Tratado Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000.

TÁVORA, Juarez. **Petróleo para o Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1955.

_____. **Produção para o Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

_____. **Uma vida e muitas lutas**: memórias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura?** São Paulo, Boitempo, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracia na América: Leis e costumes.** vol 1. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracia na América: Leis e costumes.** vol 2. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O Antigo Regime e a revolução.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TRIBUNA DA IMPRENSA. A Crise. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1961a. Editorial, p. 4.

_____. Começa a reforma do Brasil. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 07 jul. 1961b. Editorial, p. 4.

_____. Dias de Agonia. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 03 set. 1961c. Editorial, p. 4.

_____. Editorial Estado de São Paulo 27/08/1961. **Tribuna da Imprensa**, p. 4. Rio de Janeiro, 28 ago. 1961d.

_____. O Encontro. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 01-02 jul. 1961e. Editorial, p. 4

_____. Goulart prepara golpe: pretexto são as reformas. **Tribuna da Imprensa**, p. 1, Rio de Janeiro, 06 jan. 1964.

_____. O Governo e a Terra. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 31 jul. 1961f. Editorial, p. 4.

_____. A grave Responsabilidade do Legislativo. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 11 jul. 1961g. Editorial, p. 4.

_____. Hora de Decisão. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1961h. Editorial, p. 4.

_____. Hora de União Nacional. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 26-27 ago. 1961i. Editorial, p. 4.

_____. Lacerda fica para lutar contra trama golpista de Brasília. **Tribuna da Imprensa**, p. 1, 30 ago. 1961j.

_____. Opção para hoje e sempre. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961l. Editorial, p. 4.

_____. Parlamentarismo Equatorial. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 01 set. 1961m. Editorial, p. 4.

_____. Política Exterior: erros e perigos. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1961n. Editorial, p. 1.

_____. Política exterior: erros e perigos (I) – a linha mais pra lá do que pra cá. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1961o. Editorial, p. 4.

_____. Política exterior: erros e perigos (II) – gritaria não quer dizer maioria. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1961p. Editorial, p. 4.

_____. Reforma e Congresso. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1961q. Editorial, p. 4.

_____. No regime das aparências. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 04 set. 1961r. Editorial, p. 4.

_____. Vaia e Repouso. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 27 jul. 1961s. Editorial, p. 4.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. Programa Partidário de 17 de agosto de 1945. In: **Arquivo UDN**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, 1945.

_____. Programa Partidário de 1957. In: **Arquivo UDN**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, 1957.

_____. Declaração de princípios da Bossa Nova de 27 mar. 1963. In: **Arquivo UDN**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, 1963.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VARGAS, Getúlio, **A Campanha Presidencial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

_____. Mensagem Presidencial 469/51. In: **Diário do Congresso Nacional 06 jun. 1952**. Brasília: Congresso Nacional, 1952.

_____, **A Nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____, **A política nacionalista do petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: VIANNA, Luiz Werneck. **Travessia**: da abertura à Constituinte. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 1986a.

_____. O papel do moderno na política brasileira. In: VIANNA, Luiz Werneck. **Travessia**: da abertura à Constituinte. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 1986b.

_____. O ocidente incompleto do PCB. In: VIANNA, Luiz Werneck. **A transição: da Constituinte a sucessão presidencial**. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

- _____. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Belo Horizonte, Ed UFMG, 1999.
- _____. **A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- _____. **Esquerda democrática e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- _____. **A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- _____. O Estado Novo e a expansão autoritária da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- _____. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jesse. **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UNB, 2000.
- _____. Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização. In: André Botelho; Lília Moritz Schwarcz. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- VIANNA, Sergio Besserman. Duas tentativas de estabilização. In: ABREU, Marcelo Paiva (org.) **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- VIERA PINTO, Álvaro. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.
- VILAÇA, Aparecida. Conversão, Predação e Perspectiva, **Mana**, vol. 14, nº 1, Rio de Janeiro, Abr. 2008.
- VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- VIOTTI, Emília. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Ciências Humanas, 2010.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: volume 1: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Ed. da UnB; São Paulo : Imprensa Oficial, 2004.
- _____. **Economia e sociedade: volume 2: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- _____. Política como vocação, In: WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2000.
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. **Sindicatos e Política**. São Paulo: USP, 1972. (Tese de Livre Docência mimeo)

YERGIN, Daniel, **The Prize**: The Epic Quest for Oil, Money & Power. Nova Iorque: Simon and Schuster, 2011.